

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O PCB E O MOVIMENTO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO**  
**(NOVOS RUMOS 1959-1961)**

**MAURICIO SALGADO AGUENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

**SÃO CARLOS**

**2004**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A282pm

Aguena, Maurício Salgado.

O PCB e o movimento nacionalista e democrático (Novos Rumos 1959-1961) / Maurício Salgado Aguena. -- São Carlos : UFSCar, 2007.

213 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Democracia. 2. Nacionalismo. 3. Socialismo. 4. Reforma. 5. Revolução. 6. Populismo. I. Título.

CDD: 321.4 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rod. Washington Luís km 235, Caixa Postal 676

CEP 13565-905 - São Carlos - SP

Fones: (16) 3351.8371- Fax: (16) 3361 8446

ppgcs@power.ufscar.br / www.ppgcs.ufscar.br



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MAURICIO SALGADO AGUENA

23/11/2004

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio Villa

Prof. Dr. Ney Vieira

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo

Para uso da CPG

Homologado na 103ª Reunião da CPG-CSO,  
realizada em 14/12/2004

Ana Maria Suficial Bertolo  
Assistente em Administração

Aos meus camaradas de luta.

## Agradecimentos

Para a realização deste trabalho colaboraram muitas pessoas de forma direta e indireta, nas situações em que tenho que citá-las sempre há o risco de deixar alguém de fora, ou de não agradecer com a propriedade merecida. Mas, certamente, existem aquelas pessoas que logo me vem ao pensamento com mais força.

À minha mãe, por ter se esforçado para superar a preocupação com a incerteza quanto ao meu futuro, por eu ter escolhido um curso que não está entre os prestigiados social e economicamente, desde que decidi cursar a faculdade de Ciências Sociais, e por ter me proporcionado as condições materiais para seguir os meus estudos.

Ao Prof. Ney, pela generosidade em compartilhar sua erudição em suas longas conversas, por ter me encorajado a novos desafios, por ter estado ao meu lado nos momentos difíceis deste meu percurso acadêmico, sem o qual teria perdido o entusiasmo pelas escolhas que fiz.

Ao Prof. Villa, que tive a sorte de ter como orientador, por ter me guiado com respeito na exploração dos meus interesses, por me lançar nessa aventura que foi essa pesquisa histórica, e por ter me ensinado a dar o devido valor aos detalhes, muitas vezes tidos como menores.

Aos que acompanharam essa minha empreitada, aos meus familiares, aos que contei com a amizade, aos que tiveram a paciência em ter me escutado nos momentos de desabafos, aos que me proporcionaram condições técnicas, fica a grata lembrança de terem participado desta fase da minha vida.

## SUMÁRIO

### PREAMBULO

APRESENTAÇÃO .....	1
--------------------	---

### INTRODUÇÃO

Populismo - reforma e revolução - nacionalismo e desenvolvimento – golpe de 64 .....	3
-----------------------------------------------------------------------------------------	---

CAPÍTULO 1 – O PCB E A DEMOCRACIA LIBERAL (1945-1958) .....	34
-------------------------------------------------------------	----

A redemocratização (1945-1946) .....	35
--------------------------------------	----

<i>O Manifesto de Agosto</i> (1950) .....	45
-------------------------------------------	----

A política sindical dos comunistas no segundo governo Vargas .....	50
--------------------------------------------------------------------	----

A crise de agosto de 1954 .....	56
---------------------------------	----

O IV Congresso e a sucessão presidencial .....	62
------------------------------------------------	----

<i>A Declaração de Março</i> (1958) .....	67
-------------------------------------------	----

CAPÍTULO 2 – O PCB E O DEBATE NACIONALISTA EM 1959 .....	74
----------------------------------------------------------	----

Nacionalistas e “entreguistas” .....	75
--------------------------------------	----

O caso das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica .....	81
---------------------------------------------------------------------------	----

O rompimento das negociações com o FMI .....	86
----------------------------------------------	----

As alianças eleitorais .....	91
------------------------------	----

O movimento sindical e os comunistas .....	102
O impacto da revolução cubana no Brasil I .....	111
CAPÍTULO 3 – O PCB E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL (1960) .....	114
O impacto da revolução cubana no Brasil II .....	115
A campanha eleitoral .....	120
O V Congresso do PCB .....	135
O movimento sindical em 1960 .....	143
As primeiras avaliações do PCB sobre o pleito e o governo Jânio .....	156
CAPÍTULO 4 – O PCB E O BREVE GOVERNO DE JÂNIO QUADROS .....	159
O discurso de posse e o ministério de Jânio .....	160
O ziguezague de Jânio .....	163
O movimento sindical e o governo Jânio .....	174
A renúncia .....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	207

PREAMBULO: um breve esclarecimento.

Este trabalho poderia ter seguido um outro percurso teórico, ao invés de perseguir as formulações do PCB a partir de um ponto de vista que percorre todo um debate dentro da academia brasileira ao redor das elaborações sobre o Populismo, deixamos para um outro momento as investigações teóricas sobre a Frente Popular, a qual nos limitamos a fazer breves comentários no decorrer do texto, mesmo que este debate não tenha ocupado um lugar na banca de qualificação.

A genealogia das elaborações sobre a Frente Popular começou com Eduard Bernstein, mas foi Josef Stálin quem a transformou numa estratégia permanente dos PCs a partir do VII Congresso da III Internacional em 1935, entretanto, foi Mao Tsé-tung quem coroou a formulação com um pseudo princípio teórico-filosófico: a teoria das contradições (Moreno, 2003:76-83).

O PCB através de sua imprensa no período estudado (*Novos Rumos*, 1959-1961) não usa o termo Frente Popular. Porém, nos debates sobre a situação brasileira as referências as formulações de Mao estão presentes nas caracterizações dos países coloniais e semi-coloniais: a “contradição principal” entre o imperialismo e o país em questão subordinava todas as contradições entre as classes no país.

O governo de Frente Popular é um governo de coligação dos operários com a burguesia, cuja forma “clássica” inclui no governo partidos operários, stalinistas ou social-democratas, em maioria ou minoria, em relação ao setor burguês, não se trata de um governo de “unidade nacional” já que o

resto da burguesia permanece fora, beligerante, tolerante ou, muitas vezes, cúmplice e na expectativa (Moreno, 2003: 30, 31).

No Brasil, a *frente antiimperialista* – um equivalente de Frente Popular – impulsionada pelo PCB deveria incluir a classe operária, o campesinato, a pequena-burguesia e a burguesia com contradições com o imperialismo, e vislumbrava a inclusão de uma parte dos latifundiários.

Esse é o entendimento do PCB quando caracterizava o governo de Juscelino Kubitschek: um governo em disputa, composto por ministros progressistas e reacionários, formado por setores nacionalistas e pró-imperialistas, situação diante a qual os comunistas deveriam apoiar as medidas progressistas para fortalecer o campo nacionalista do governo Kubitschek.

A teoria dos campos substituía a luta de classes: a burguesia e o proletariado não constituíam a contradição principal, a divisão da sociedade brasileira entre “os de cima” e “os de baixo” foi subsumida pela contradição entre o imperialismo e a “nação”.

A teoria dos campos estava presente nas elaborações do PCB desde as *frentes antifascistas*, quando durante a II Guerra Mundial decretou trégua ao governo Vargas: o proletariado deveria integrar o campo “progressista”, “democrático” ou “nacionalista” da “nação” dirigido pela burguesia, relegando a luta pelo socialismo para uma outra etapa da luta de classes.

Este preâmbulo não retira a validade das conclusões gerais deste trabalho, mas abre uma vertente de pesquisa a ser explorada, pois coloca em questão se os governos do período liberal-democrático constituíam governos frente-populistas, e, dessa forma, recoloca o debate sobre a estratégia do PCB: a Frente Popular como teoria, ou integração de um governo de Frente Popular?

## APRESENTAÇÃO

Na História Política do país, no breve período democrático entre 1945-1964, entre as organizações da esquerda brasileira incluindo os anarquistas que desapareceram, os trotskistas que não superaram a fase de um grupo de propaganda, o incipiente Partido Socialista Brasileiro (PSB), as Ligas Camponesas atuantes sobretudo no Nordeste, e os agrupamentos que surgiram no início dos anos 60, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi a mais importante força política, que viveu do final dos anos 50 ao golpe civil-militar de 1964 o seu apogeu na vida político-partidária, sindical urbano e rural, estudantil e intelectual.

No período de apogeu da influência do PCB, enfocamos os anos que antecederam o conturbado governo de João Goulart, observando a atuação dos comunistas nos governos de Juscelino Kubitschek (os anos finais do seu mandato) e de Jânio Quadros, contexto em que emergiu uma reação nacionalista associada a luta pela ampliação da participação política das classes populares, cujas mais fortes expressões eram ligadas em parte aos intelectuais e políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e em parte ao movimento comunista, que permaneceram como seus maiores expoentes até o golpe.

Na virada para os anos 60, a estrutura econômica estava intensamente internacionalizada e com fortes desequilíbrios oriundos da própria industrialização subordinada, conjuntura em que a questão “reforma ou revolução” inseriu-se com força nos projetos, nos debates e nas ações dos diferentes partidos políticos, governos e organizações civis e políticas.

Diferente de outros enfoques, este trabalho não se circunscreveu num ponto de vista voltado para a vida interna do PCB,

preocupado com a sua estrutura e seu funcionamento, ou às “críticas e autocríticas” dos debates internos, mas também destacou o debate para “fora” acompanhando a atuação dos comunistas nas lutas políticas e sindicais, reservando ao jornal *Novos Rumos* o papel de fonte central do trabalho, seja como órgão de formação/divulgação teórico-político e de organização da ação dos comunistas, ou como fonte para os debates da agenda política nacional.

Boa parte da historiografia do PCB pautou-se num “ajuste de contas”, e não deu o devido valor à distância existente entre as proposições da cúpula partidária e a prática dos militantes intermediários e de base. Assim, objetivamos conhecer a realidade do PCB indo além do que ele dizia de si e das situações políticas, observando o que efetivamente os seus militantes fizeram.

A experiência das lutas dos trabalhadores no período chamado de “democracia populista” (1946-1964) tem sido apresentada de forma negativa, caracterização em que a atuação do PCB de pactuação com a “política populista” contribuiu para desviar os trabalhadores de um percurso do desenvolvimento da consciência de classe.

Este trabalho explora um outro enfoque, diferente da idéia presente no conceito de populismo que preconiza uma classe trabalhadora passiva, facilmente manobrada por um Estado forte, e, assim, recoloca o debate sobre as limitações desse conceito.

Ao invés de supor uma classe trabalhadora incapaz de reconhecer os seus próprios interesses, sem desprezar a intervenção estatal, e principalmente, a ação deletéria das direções do movimento operário neste sentido, ressaltamos a capacidade inventiva das classes populares na luta em defesa dos seus interesses, mas ainda insuficiente à luta efetiva contra o capital.

## INTRODUÇÃO

Populismo - reforma e revolução - nacionalismo e desenvolvimento - golpe de 64

Ao contrário do conceito de populismo como uma “via de mão única”, que valoriza a idéia da “manipulação populista” sobre os movimentos populares, no conceito de populismo como uma “via de mão dupla” há uma influência da ação estatal sobre as organizações dos trabalhadores, mas também existe um espaço para suas lutas econômicas e políticas. \*

A idéia de interlocução presente na “via de mão dupla” permite fazer o debate sobre a relação entre Estado e classe trabalhadora sem subestimá-la na construção de valores próprios, e ser percebida como ator/sujeito da relação social, e não objeto a que se remetem as formulações e políticas “populistas”, sem implicar a ausência de uma assimetria na relação.

Francisco Weffort, destacado teórico do conceito de populismo, \*\* utiliza como categoria-chave a “manipulação populista” para descrever a relação entre líder e massas, e conceitua um “Estado de compromisso” numa perspectiva gramsciana, que remete a idéia de controle e tutela do Estado: um

---

\* Jorge Ferreira (2001: 94-96) lança a idéia de “via de mão única”, e usa a idéia de “via de mão dupla” de José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, que critica as correntes maniqueístas que vitimizam a sociedade diante as maquinações do Estado ou de grupos dominantes.

\*\* Nos anos 60-70, os trabalhos que contribuíram para a hegemonização do populismo como conceito se nucleavam em sociólogos, economistas e cientistas políticos paulistas, como Luiz Pereira, Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paulo Singer, Gabriel Cohn, Francisco de Oliveira, Boris Fausto, Francisco Weffort, entre muitos outros, que formariam uma corrente de interpretação da República contemporânea brasileira, ainda hoje hegemônica nos meios acadêmicos e políticos (Reis Filho, 2001: 349). O grupo paulista encontrou no professor de ciência política da USP, Francisco Weffort, o seu mais importante teórico, com trabalhos publicados desde a primeira metade dos anos 60, alguns estão reunidos na coletânea *O populismo na política brasileira* (1978), título de um dos seus artigos, publicado em 1968 em número especial da revista *Les temps modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre, organizado por Celso Furtado, e publicado no Brasil com o título *Brasil: tempos modernos*.

compromisso junto aos grupos dominantes, que consagra a “crise de hegemonia”, a instabilidade política do novo equilíbrio de poder desde 1930: debilidade das “velhas” oligarquias rurais, fraqueza das oligarquias “alternativas” e do novo empresariado urbano, que possibilita a emergência do poder pessoal do líder, que se confundi com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/líder e as classes populares subalternizadas, cujo apelo às massas, aos segmentos urbanos, constitui um suporte de legitimidade.

\* A “teoria da modernização” é central em Weffort, que adota a tipologia de Gino Germani na explicação do processo de democratização do Estado nos países subdesenvolvidos: o período populista refere-se a fase de liquidação do Estado Oligárquico – alicerçado no setor agrário voltado para a exportação – e de formação do Estado Democrático – alicerçado nas massas urbanas populares e nos setores sociais ligados à industrialização –, o início da época de transição de uma “democracia com participação limitada” para uma “democracia com participação ampliada” (Weffort, 1989: 45). \*\*

Weffort chegou a questionar uma perspectiva unidirecional do populismo ao apontar uma outra modulação do conceito, ao transitar da

---

\* A teoria do “Estado autocrático-burguês” de Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, trabalho voltado para a transformação capitalista e a dominação burguesa nos países de economia dependente e subdesenvolvida, diferentemente da teoria do “Estado de compromisso”, os interesses populares não são fontes de legitimidade, ao contrário, há um acordo pelo “alto” que determina o destino político-econômico do país excluindo a participação popular. A “via prussiana” insiste no caráter anti-social, antinacional e anti-democrático da revolução burguesa no Brasil.

\*\* A história do populismo como conceito explicativo teve início na primeira metade dos anos 50, tema discutido pelo “Grupo de Itatiaia” que em 1953 criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (o IBESP organizaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955, ambos seguia no essencial as formulações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)), e vinculava-se a “teoria da modernização” que entendia o populismo como fenômeno típico dos países “subdesenvolvidos” em transição da sociedade tradicional para a moderna, tal como a posição de Gino Germani, *Política y sociedad em uma época de transición*; Torcuato Di Tella, S. Stein. Sobre a trajetória do conceito ver Ângela de C. Gomes, “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, Jorge Ferreira, “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, e Daniel Aarão R. Filho, “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”, em Jorge F. (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*.

categoria-chave “manipulação populista” à idéia de “aliança”, como no artigo intitulado “Política de massas” (primeira versão publicada em 1963), ao tratar da relação entre Estado e movimento sindical:

No que se refere a estrutura sindical, é fora de dúvida que, considerada de conjunto, ela se colocou, como intermediária entre o poder político e a classe; pode-se mesmo dizer que, de maneira geral, ela representou a classe para reivindicações econômicas junto ao poder e, por outro lado, representou (com menor êxito) o poder junto à classe para apelos políticos (Weffort, 1989: 20).

Ângela de Castro Gomes (2001: 34) destaca que Weffort afirmou uma intrínseca ambigüidade do populismo, “por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas”, e, embora exista na análise de Weffort uma dimensão manipuladora desses atendimentos, dada a fraqueza quantitativa e qualitativa (sem tradições de lutas) dos trabalhadores, o impacto da política populista era vivenciado como acesso à participação política e social, embora fictício.

As elaborações de Octávio Ianni desempenharam papel chave na consolidação da hegemonia do populismo como “via de mão única”, em livro que se tornou clássico – *O colapso do populismo no Brasil*, publicado em 1968 –, e alcançou grande sucesso, sobretudo entre alguns círculos marxistas.

A posição de Ianni exprimia a cultura política das organizações de esquerda que emergiram desde o início dos anos 60, em contraste com os “populistas” \* e “reformistas”, do PTB e do PCB, os autodenominados “revolucionários” da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), do Partido Comunista do Brasil (PC do B), das alas mais radicais da Ação Popular (AP),

---

\* Sobre o caráter de combate político do populismo, ver Gomes (op. cit.); Ferreira (op. cit.). Para Reis Filho (2001: 347), o trabalhismo foi batizado de “populista” pela sociologia paulista.

adotaram suas teses não raro radicalizando-as (Reis Filho, 2001: 359-360).

Ianni considera o populismo um modelo de desenvolvimento surgido do processo de transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial, fundamentado numa proposta de conciliação de classes, hegemônico pela burguesia industrial, e conduzido pelo intervencionismo estatal e pelas lideranças carismáticas; os trabalhadores colhem benefícios econômicos e políticos, mas nada substancial, “de modo geral são *galvanizados e instrumentalizados*”, “e sua inconsciência é largamente devida à ação deletéria das lideranças carismáticas, à cumplicidade dos *pelegos*, e, acima de tudo, ao atrasado universo camponês de onde provém em grande parte” (Reis Filho, 2001: 353). \*

O “desenvolvimentismo nacionalista” constituía a ideologia predominante, compartilhada por “todas as forças sociais e políticas aliadas no pacto” (Ianni, 1973: 13), cuja “conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista” teria sido propiciada pela “democracia populista” (Ianni, 1968: 62).

Para Ianni (1973: 7-8), “o intento de devolver o país ao povo” criou “a necessidade de fortalecer os laços de cooperação entre o capital e o trabalho, diluindo-se as linhas de classes”, ou seja, a “política de massas” preconizava uma harmonia de classes que funda um pacto, a “aliança populista”.

---

\* Weffort e Ianni têm a mesma apreciação negativa do sindicalismo no período “populista”, numa síntese esquemática: “a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula — oficiais ou paralelas — seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, até mesmo por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria; e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho” (Mattos, 2004).

Ianni não faz referência “à ação consciente dos trabalhadores, à sua capacidade de elaborar avaliações, cálculos e escolhas”, só há “massa de manobra”, pois ainda não se *constituem como classe*, por outro lado, “há uma burguesia industrial consciente, há líderes carismáticos empreendedores e maquiavélicos” (Reis Filho, 2001: 353).

A ruptura da “aliança populista” ou o “colapso do populismo” é explicado pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalista: o golpe de 1964 teria sido fabricado pelas “estruturas”, cuja solução política da crise resulta da “dependência estrutural” (Ianni, 1968: 133) –, “determinismo econômico” que elimina os atores coletivos e seus conflitos ao conceber estruturas econômicas independentes das sociedades que as produziram, que conduz e determina as escolhas, as iniciativas e a maneira de pensar dos sujeitos/atores. \*

Ianni fez ressalvas ao caráter unidirecional do populismo, ao referir-se ao “modelo getuliano” – o autor usa como termos equivalentes: “democracia populista”, “política de massas”, “padrão getuliano de ação política”, “modelo getuliano de desenvolvimento econômico”, “getulismo” –, afirma que este “nunca foi um projeto global” ou “formulado de modo sistemático”; “como modelo político de desenvolvimento, singularizado no populismo”, estruturou-se “ao acaso dos acontecimentos, das vitórias e dos obstáculos”; “foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais”; o populismo “se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional” (Ianni, 1968: 129). Tais modulações do populismo presentes em Ianni, como em

---

\* No estruturalismo de Ianni o golpe surge como resultado da “crise do padrão de acumulação”, visão que secundariza o acirramento da luta de classes no governo Goulart e o próprio golpe.

Weffort, não foram exploradas pelos autores que seguiram os passos desses autores, e acabaram reforçando o caráter unidirecional do conceito.

Nos fins de 1970, inúmeras pesquisas em História Social discutiam na parte teórica a “questão da ideologia”, compreendida na maioria dos casos como “falsa consciência”, e eram fundamentadas em Marx, Lênin, Lukács, Goldman, Althusser ou Gramsci.

Nos anos 80, a dicotomia repressão e persuasão de Gramsci tornaram-se os elementos centrais para se compreender o sucesso de Vargas entre os trabalhadores, cujas pesquisas voltadas para o Estado Novo enfocavam a repressão policial sobre o movimento operário, no seu enquadramento numa legislação sindical controladora e restritiva, e, por outro lado, a utilização das modernas técnicas de propaganda e de doutrinação política sobre os “novos” operários de origem rural, através da ação do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) (Ferreira, 2001: 86-87).

Diversos autores evitando utilizar a expressão, ressaltaram as políticas públicas de controle social nos diversos campos da vida social, particularmente durante o Estado varguista nos anos 30, referindo-se às novas formas de “controle operário” (Michel Foucault), indo ao estudo dos discursos racionais no sentido sugerido pela Escola de Frankfurt, fundamentados na competência técnica e “científica” dos especialistas que os formulavam; o enfoque do “controle operário” surgiu como alternativa ao binômio repressão-propaganda de Gramsci, mas ambos objetivavam a adesão dos trabalhadores, e, portanto, o próprio controle, num sentido unidirecional (Ferreira, 2001: 89).

Ainda nos anos 80, historiadores afinados com os esquemas sociológicos dos teóricos do totalitarismo aproximaram o governo Vargas dos

regimes de Hitler e Stálin; comparado com as práticas nazistas e stalinistas, Vargas passou a ser definido como líder totalitário, e novamente a repressão (multiplicada até a categoria de terror generalizado) e a propaganda (ampliada sua eficácia) apareciam como pressupostos da análise (Ferreira, 2001: 91). \*

Enfoques opostos surgiram nos anos 80, principalmente influenciados pelas idéias da História Cultural e de E.P. Thompson, que estruturam a crítica de uma vertente da “história política renovada”, que questiona a operacionalidade explicativa do populismo.

Com a História Cultural compartilham a noção de *resistência cultural*: Carlo Guinzburg com o conceito de *circularidade cultural*, onde as idéias, longe de serem instituídas por um grupo e disseminadas por toda a sociedade, *circulam*; Roger Chartier, com a afirmação de que “as camadas populares se *apropriam* das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados”; Peter Burke, com sua crítica ao que chama de “teoria do rebaixamento”, onde as imagens e as histórias não são passivamente aceitas pelos expectadores e ouvintes (Ferreira, 2001: 97-100). \*\*

De Thompson incorporaram a perspectiva dos “historiadores ingleses responsáveis pelas novas interpretações sobre os movimentos sociais, sobretudo no que se refere ao questionamento da incapacidade da classe trabalhadora de escolher seu próprio caminho” (Capelato, 2001: 150-151).

---

\* Sem aprofundarmos o debate sobre o totalitarismo, sobre as analogias do regime estadonovista com os sistemas nazista e stalinista, como destaca Ferreira (2001: 92), no caso soviético na época de Stálin, Eric Hobsbawm afirmou que apesar de brutal, burocrático e terrorista o sistema não foi totalitário, a maioria dos soviéticos não se importava com as declarações sobre política e ideologia marxista-leninista vindas do líder e do partido, desde que não atingissem seu cotidiano e sua vida comum, o sistema “não exercia efetivo ‘controle da mente’, e muito menos conseguia ‘conversão de pensamento’”, embora despolitizasse e aterrorizasse a sociedade (Hobsbawm, 1995: 383-384).

\*\* Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*; Roger Chartier, *A história cultural*; Peter Burke, *A cultura popular na Idade Média*; com a idéia de “resistência cultural”, Robert Darnton, Natalie Z. Davis, Giovanni Levi negam que a classe dominante tenha o monopólio exclusivo da produção das idéias.

Na perspectiva da sociologia da modernização do argentino Gino Germani, que teve forte repercussão na América Latina nos anos 50 e 60, o populismo é caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial), visto como uma etapa necessária da passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática; politicamente, “a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e ideologia autônomas” – a política populista constituía uma mescla de valores tradicionais e modernos, apenas quando o capitalismo se completasse na região a ideologia de classe subsumiria a ideologia populista (Capelato, 2001: 136-137). \*

Maria Helena Rolim Capelato (2001: 137) destaca as críticas de Guita Grin Debert à teoria da modernização, \*\* cujo modelo funcionalista concebe o sistema social como algo em equilíbrio estável, onde a luta de classes – longe de fundamentar uma compreensão dos processos de mudanças sociais e políticas – surge como resultado de disfunções do sistema, e as transformações sociais como resultados dos efeitos acumulados das disfunções, e explica a “participação das classes populares a partir de razões psicossociais provocadas pelo processo de mudança” (do tradicional para o moderno), onde “elas aparecem como consequência e não como agentes do processo histórico”.

---

\* Capelato (2001: 132) destaca a pertinência de certas objeções dos autores críticos do conceito – refere-se ao verbete do *Dicionário de Política*, organizado por Norbert Bobbio e Gianfranco Pasquino –, que salientam sua imprecisão e ambigüidade, sobretudo nos estudos do populismo latino-americano, que contribuíram com a questão, mas não consideraram de modo devido as particularidades nacionais e as especificidades conjunturais, como abordagens genéricas perderam a historicidade dos eventos e homogeneizaram políticas distintas. A análise comparativa (em particular entre países latino-americanos, sem recorrer a outros populismos como o russo ou o norte-americano) pode contribuir para a compreensão dos aspectos comuns como também as especificidades, porém, este trabalho faz comparações apenas entre os populismos brasileiros.

\*\* Guita Grin Debert, *Ideologia e populismo*, São Paulo, T. A. Queiroz: 1979.

As teses do PC não se identificavam com a visão de Germani, mas a perspectiva “etapista” e evolucionista do marxismo da III Internacional, conduzindo-o à “interpretação do populismo como um momento de transição que possibilitaria a superação do atraso e afirmação do capitalismo, considerado como fase necessária à passagem para o socialismo” (Capelato, 2001: 137).

De acordo com as formulações do VI Congresso da Internacional Comunista (IC) realizado em 1928, nos países coloniais, semicoloniais e dependentes não existiam condições objetivas para revoluções socialistas, por isso o processo revolucionário deveria ocorrer em etapas: a primeira etapa, uma revolução democrático-burguesa, nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal – que eliminaria os obstáculos ao desenvolvimento capitalista autônomo, e a constituição do proletariado enquanto classe –, que, sendo vitoriosa, passaria à etapa da revolução socialista.

A formulação da IC permaneceu nas teses do PC no processo de redefinição da compreensão que os comunistas tinham acerca do movimento democrático e nacionalista na luta pelo socialismo, processo que toma curso na segunda metade dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek. \*

Desde sua fundação, o PCB foi fortemente marcado pela hostilidade à especulação filosófica e ao trabalho teórico, e pela “cristalização” do “marxismo-leninismo”. Somente na primeira metade da década de 1950, o PCB começou a sistematizar algum conhecimento, cujo resultado foi a “Resolução Política” do IV Congresso (1954); a tentativa de autarquia cultural sistemática, o esforço pedagógico realizado pelas escolas de quadros, marcados

---

\* Questão apontada por Caio Prado Jr. em *A revolução brasileira* (1966), ao defender a “revolução brasileira” contra a tese do caráter democrático-burguês, antifeudal e antiimperialista da revolução.

pelo dogmatismo e sectarismo do “Manifesto de Agosto” (1950), produziram minguados resultados, cuja desintegração orgânica e intelectual que se segue ao XX Congresso do PCUS (1956) revela a inanidade desse esforço; foi na chamada “desestalinização” que surgiram “iniciativas mais sérias de dotar os comunistas da capacidade de pesquisa e elaboração teórica autônoma, que se manifesta nas publicações no período” (Brandão, 1997: 213). \*

Com a *Declaração de Março* de 1958, o PCB introduziu a “questão democrática” em suas formulações sobre a “revolução brasileira” associada a “questão nacional” – entendida como progresso, desenvolvimento e/ou modernização –, \*\* e se distanciou da concepção da revolução proletária violenta presente no *Manifesto de Janeiro* de 1948, no *Manifesto de Agosto* de 1950, e nas resoluções do IV Congresso (1954).

A novidade foi o reconhecimento formal de que o capitalismo se desenvolvia no país, e passou a reconhecer as instituições respeitando a Carta de 1946, e afirmou uma tendência democratizante do regime político.

---

\* Sobre a trajetória dos marxistas brasileiros até os anos 30, especialmente do PCB, ver Leandro Konder, *A derrota da dialética*. Entre as publicações do período da “desestalinização” se destacam a revista *Estudos Sociais* lançada em 1958, patrocinada pelo PCB, dirigida por Astrojildo Pereira e Armênio Guedes; a *Revista Brasileira* de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, com maior incidência na vida intelectual, mais aberta e frentista e sem compromissos orgânicos com o PCB; a revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, “revista teórica e de informação internacional” do PCUS; o jornal *Novos Rumos* exerceu influência predominante, e chegou a alcançar uma vendagem de 60.000 exemplares (Brandão, 1997: 214).

\*\* Sobre o nacionalismo, tema tão controverso quanto o populismo, é vasta a bibliografia, desde Lênin, Trotsky, Otto Bauer, Rosa Luxemburgo, entre muitos outros autores clássicos (importantes pensadores da modernidade pouco disseram sobre o assunto como Marx, Weber, entre outros); entre os autores contemporâneos destacam-se Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo*; E. Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*; Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*; Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo*; Michael Löwy, Jürgen Habermas, Pierre Anderson, entre muitos outros autores. Entre os autores brasileiros, de distintas vertentes, destacam-se Alfredo Bosi, José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Sérgio Paulo Rouanet, Sérgio Buarque de Holanda, Hélio Jaguaribe, Antônio Candido, Caio Prado Júnior, Octávio Ianni, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Caio Navarro de Toledo, Robert Schwartz, Néelson Werneck Sodré, entre muitos outros. Cabe destacar a recente coletânea organizada por Gopal Balakrishnan, *Um mapa da questão nacional*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, que recoloca o debate sobre esse fenômeno político moderno na virada para o século XXI.

O PCB caracterizava que a sociedade brasileira encerrava duas contradições fundamentais: “a contradição entre nação e imperialismo norte-americano e seus agentes internos”, e “a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”, mas na “presente etapa” a contradição entre nação e imperialismo, o “aspecto nacional”, a luta antiimperialista, subordinava a questão agrária, bem como a contradição entre burguesia e proletariado (capital e trabalho). \*

Os comunistas preocupavam-se com uma política capaz de levar o processo de construção do capitalismo nacional autônomo: sendo o Brasil um país atrasado em relação aos centros capitalistas, a “revolução brasileira” deveria ser uma revolução nacional e democrática com um programa baseado na industrialização e no crescimento econômico. A vitória do progresso sobre o atraso era o próprio triunfo da revolução democrático-burguesa.

O editorial de lançamento do jornal *Novos Rumos* \*\* afirmava:

Este jornal surge da necessidade de assegurar ao pensamento de vanguarda da classe operária um órgão de difusão mais vivo e atuante, mais capaz, portanto, de participar e influir na grandiosa luta que trava o povo brasileiro pela emancipação nacional, a democracia e o progresso social.

NOVOS RUMOS integra-se com entusiasmo e ânimo combativo na frente unitária das forças nacionalistas e democráticas, que lutam por superar os obstáculos ao desenvolvimento independente e progressista do país: a dependência ao capital monopolista estrangeiro, o atraso da estrutura agrária. Empenhamos-nos sinceramente na tarefa comum de forjar a unidade de todas as correntes patrióticas e populares, compreendendo que esta unidade é fator básico para a vitória do povo brasileiro sobre o imperialismo norte-americano e seus agentes internos.

No movimento nacionalista e democrático, NOVOS RUMOS situa-se

---

\* Em “Reforma agrária e luta antiimperialista”, *Novos Rumos*, nº 12, 15-21/05/1959, p.8. Ao lado da tese do “socialismo em um só país”, desde 1935 o stalinismo introduziu como estratégia dos PCs a política de **Frente Popular**, isto é, formar governos que incluíssem partidos operários ou social-democratas, em maioria ou minoria, com a “burguesia progressista”, nos países atrasados, coloniais ou semicoloniais, a frente antiimperialista incluía as burguesias ditas nacionalistas.

\*\* O semanário *Novos Rumos* circulou de fevereiro/1959 a março/1964 como órgão central do PCB no lugar do jornal *Voz Operária*. Os responsáveis eram Mário Alves, Orlando Bonfim Jr. e Fragmon Carlos Borges. Como outras publicações do período, *Novos Rumos* era parte de um movimento voltado para a pesquisa e a elaboração teórica que surgiu após o XX Congresso do PCUS (1956).

do ponto-de-vista dos interesses da classe mais revolucionária, o proletariado. Consideramos que a classe operária, incorporando-se a luta geral da nação por seu desenvolvimento independente, tem, simultaneamente, o dever histórico de defender os seus próprios interesses, mantendo sua independência no terreno ideológico e político. Cabe à classe operária a missão de impulsionar de modo conseqüente o movimento nacional e democrático e, após a realização dos objetivos fundamentais da etapa atual da revolução brasileira, conduzi-la para a sua consecução de objetivos mais avançados, para a vitória do socialismo (...) (*Novos Rumos*, nº 1, 28-2 a 6-3/1959, "Nossos propósitos").

A superação do subdesenvolvimento não ocorreria pela via socialista, a superação do desenvolvimento dependente poderia ocorrer nos marcos do capitalismo colocando em ação os atores sociais comprometidos com a independência nacional e a democratização da sociedade, à classe operária caberia o papel de impulsionadora da "luta geral da nação", e, não explicitamente, à burguesia nacional a condução desse processo.

Com a *Declaração de Março*, o PCB "pela primeira vez distingue Estado, regime e governo, intui a complexidade das bases de sustentação do Estado, a pluralidade dos interesses nele representados, a sua autonomia relativa" (Brandão, 1997: 244).

O controle dos aparelhos do Estado pelas classes sociais comprometidas com os destinos da nação – a frente antiimperialista reuniria setores da burguesia e latifundiários com contradições com o imperialismo, pequena-burguesia, a classe operária e campesinato –, constituía um fator suficiente para superar o subdesenvolvimento, findar a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e os resquícios semifeudais no campo.

O novo diagnóstico ratificava "o antigo prognóstico estatista: uma concepção de capitalismo de Estado como ante câmara do socialismo que, não obstante converge com a necessidade socialmente percebida de utilizar o Estado na desobstrução do desenvolvimento" (Brandão, 1997: 245).

Entre os benéficos efeitos do desenvolvimento da nação estaria a aprimoramento da democracia, por sua vez considerada um instrumental, um elemento utilitário para viabilizar o nacionalismo, as reformas, o estatismo, bem como o próprio processo de modernização. Até a *Declaração de Março* os comunistas pouco desenvolveram uma “teoria democrática”, e a entendiam como antítese da “ditadura do proletariado”, sem formulá-la.

Desde que foi posto na ilegalidade em 1948, o PCB defendia a luta armada contra o “regime político vigente”, já na *Declaração de Março*, as formas de luta para se chegar ao poder não excluíam “formalmente o recurso à violência, mas a hipótese foi considerada tão remota que não mereceu mais que um parágrafo”, e o pudor em considerá-la era tão manifesto que os comunistas se limitavam a referi-la como “solução não pacífica” (Reis Filho, 1990: 24).

A questão “reforma ou revolução” nas formulações dos comunistas aparece como uma questão disjuntiva, de forma que as tarefas democráticas e nacionais são distinguidas e separadas das tarefas anticapitalistas, opondo a revolução democrática à revolução socialista.

Contrariamente a essa visão mecânica e economicista do marxismo (que vê o desenvolvimento capitalista como uma progressão necessária através de uma única via, que pressupõe revoluções de natureza claramente diferenciadas com percursos idênticos nas experiências nacionais), as elaborações que visualizam a possibilidade de saltar “etapas” e “tarefas”, afirmam que a revolução social anticapitalista tem sido um processo de simultaneidade, ou um processo combinado, de várias revoluções (nacional, agrária, incluindo tarefas democráticas elementares até republicanas) – aqui a

conjuntura política deixa de ser uma “forma” a espera de sua verdade estrutural, e torna-se um momento parcialmente inventado pela vontade política. \*

O capitalismo, entendido como sistema mundial produtor de mercadorias, se desenvolveu de forma desigual e combinada assumindo características e ritmos diferenciados. O problema da hierarquização das nações, regiões e blocos no mercado mundial, a questão da sua hegemonização imperialista sucessiva pela Inglaterra, e depois da Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos, constitui um dos aspectos fundamentais na organização e diferenciação das várias histórias nacionais latino-americanas. \*\*

Aos acordos de Bretton Woods foram criados o FMI, o GATT, e o BIRD que desenharam “a arquitetura normativa e institucional da hegemonia” norte-americana, alinhavada pelo dólar, novo padrão monetário, criando um espaço à expansão e transnacionalização das estruturas produtivas das grandes corporações multinacionais, acionando investimentos diretos em todos os países europeus e, depois, em alguns “eleitos” da periferia capitalista (Fiori, 1995). \*\*\*

---

\* Leon Trotsky em *A revolução permanente*, tratando da revolução socialista nos países atrasados, onde a revolução democrático-burguesa não tinha ocorrido, elaborou de forma paradigmática a “teoria da revolução permanente” – cujos fundamentos estão em Marx –, ao combater a teoria do “socialismo num só país” de Stálin (as “etapas” e a separação da revolução nacional da internacional), afirma um desenvolvimento mundial da revolução dado o caráter mundial das relações capitalistas. Para Trotsky (1979: 25), na visão “etapista”, “a conquista do poder nos quadros nacionais representa, na essência, não o ato inicial mas sim o ato final da revolução: em seguida se abre o período de reformas que culmina na sociedade socialista nacional”. De seus estudos sobre a revolução russa, Trotsky formulou a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, exposta na *História da revolução russa*.

\*\* O conceito de imperialismo, exposto por Lênin em *Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o “economismo imperialista” e Imperialismo e a cisão do socialismo* – trata-se da tese exposta em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* –, como uma fase do desenvolvimento capitalista, o capitalismo monopolista, *nega* a democracia na “questão nacional”, isto é, a autodeterminação das nações. Nessa perspectiva, cabe destacar Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, e R. Hilferding, *O capital financeiro*.

\*\*\* Por sua vez, a *Pax Soviética* impôs a URSS como matriz de organização econômica, política e social aos países que passaram a integrar a “zona de influência soviética”. Para Robert Kurz, em *O colapso da modernização*, as ditas economias socialistas não deixaram de fazer parte do sistema mundial produtor de mercadorias, o “socialismo real” foi mais um momento estatizante na história do capital, cuja derrocada no Leste Europeu revelou um aprofundamento da crise do capitalismo.

O novo padrão expande-se e comanda através de investimentos diretos das grandes corporações multinacionais norte-americanas, que impõem através do mundo os seus padrões produtivos (taylorista-fordista) nos vários espaços nacionais de acumulação, entranhando os seus interesses, acelerando a tendência internacionalizante própria do capitalismo, afetando decisivamente a questão da soberania dos Estados nacionais e o problema do financiamento do desenvolvimento econômico da periferia (Fiori, 1995: 94).

Como coloca Hobsbawm (1991: 206), “desde a Segunda Guerra Mundial, mas especialmente desde os anos 60, o papel das economias nacionais tem sido corroído ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais ou transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros internacionais e rede transações econômicas que estão, para fins práticos, fora do controle dos governos dos Estados”, sendo crescente o número de organizações internacionais *intergovernamentais e não governamentais* (grifo do autor).

“Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro joga um papel decisivo”, daí a “relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional” (Trotsky). Nos países atrasados, onde processo de industrialização ocorreu sob o capitalismo monopolista, as burguesias nacionais perderam sua capacidade reformista. Nesses países, há um processo de luta social em que as tarefas democráticas, historicamente burguesas, não puderam ser realizadas pelas classes proprietárias, isto é, pela débil burguesia “nacional” convertida em burguesia pró-imperialista.

Na América Latina nos anos 50, seja do ponto de vista das teses stalinistas acerca da imprescindibilidade da etapa da revolução democrático-burguesa, como da vertente estruturalista do pensamento cepalino, a quase totalidade do pensamento social chamado “progressista” e suas organizações políticas convergiam ao redor “da necessidade de fazer do Estado o agente propulsor de uma industrialização induzida” (Fiori, 1995: 98). \*

Desde os anos 30 existe um adensamento da consciência da sociedade brasileira de uma visão nacional e democrática, mas só nos anos 50 adquiriu alguma fundamentação teórica, acompanhando desigual e retardariamente o acirramento da luta política e o próprio aprofundamento das relações capitalistas no Brasil.

Como coloca Brandão (1997: 212), temos que distinguir “o atraso” intelectual de várias correntes ideológicas – que pode ser creditado ao “baixo nível teórico-cultural do país” ou a carência de produção científica institucionalizada, que na área de Ciências Sociais apenas começava a ganhar corpo com a CEPAL, o ISEB, a Faculdade de Filosofia da USP, etc. – com o do PCB, que se deve a predominância de uma concepção fortemente ativista e antiintelectualista da atividade política, à redução da atividade intelectual a “guia para ação”, de um lado, e “divulgadora” do saber universal, de outro”.

As elaborações da Comissão Econômica para a América Latina

---

\* O clima ideológico nos anos 50, acentuado pela “guerra fria” e pela descolonização asiática e africana era francamente “desenvolvimentista”, seja nos países centrais (os “Welfare States”), preocupados com os países emergentes, seja nos países periféricos (os “Estados Desenvolvimentistas”), preocupados com o crescimento das diferenças e desigualdades durante, mas sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Consolidada a *Pax Americana*, nos anos 50, o surto de crescimento acompanhado de paz social alimentou a utopia de uma sociedade estável de consenso de massas, com bem-estar e liberdade para todos, período conhecido como a “Era de Ouro”, emblematizado até hoje na expressão “anos dourados”, colada à imagem de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

(CEPAL) deram os contornos mais elaborados do chamado “nacional-desenvolvimentismo”, e exerceram forte influência nas formulações que objetivavam um processo de desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil. \*

O sistema “centro-periferia”, concepção central da “teoria do subdesenvolvimento”, \*\* constituiu-se historicamente como resultado da forma como o progresso técnico se difundiu na economia mundial, cuja diferenciação da estrutura produtiva pauta a divisão internacional do trabalho com uma deterioração dos termos de intercâmbio da “periferia” (estrutura produtiva especializada e heterogênea: exportadora de bens primários, e setores com alta produtividade do trabalho ao lado de setores tecnologicamente atrasados) em relação ao “centro”(estrutura produtiva diversificada e homogênea: diversificação das atividades produtivas e técnicas modernas difundidas amplamente). \*\*\* Para o pensamento cepalino, a necessidade da condução do processo de industrialização por substituição de importações através da planificação constituía uma idéia-força; na concepção do sistema “centro-periferia” para que com a industrialização se consiga o “desenvolvimento econômico”, isto é, “aumentar substancialmente os níveis de produtividade e

---

\* A CEPAL, órgão regional da ONU (1948), tornar-se-ia uma força contrária ao ideário conservador e liberal dominante. Raúl Prebisch e Celso Furtado eram os seus mais destacados teóricos.

\*\* A concepção do sistema centro-periferia foi formulada por Raúl Prebisch entre 1932 e 1943, nos trabalhos relacionados a sua participação no manejo da economia argentina, ver *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* e *Estudio económico de América Latina* (1949-1950). Celso Furtado foi um dos diretores da CEPAL (1949), e do BNDE (1953), foi idealizador e superintendente da SUDENE criada em 1959, e Ministro do Planejamento (1963) no governo de João Goulart. Sobre a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, ver R. Moraes, *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*, São Paulo: Ática, 1995; Oliveira, F., Introdução. In: (org.) *Celso Furtado: economia*, 1983, entre outros trabalhos.

\*\*\* Francisco de Oliveira em *A economia brasileira*, ao criticar o aspecto central da “teoria do subdesenvolvimento”, “centro” versus “periferia”, afirma que o subdesenvolvimento constitui uma produção do sistema capitalista, e não um novo modo de produção originado do mesmo como entendiam os cepalinos. Octávio Rodríguez (1981: 20, 42), ao observar um estruturalismo nas elaborações da CEPAL, destaca os conceitos de “centro” e “periferia” com “um conteúdo estático muito similar ao dos conceitos correntes de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois assinalam a desigualdade das estruturas produtivas entre países avançados e atrasados”.

otimizar a alocação dos recursos”, “é preciso orientá-la por meio de uma política deliberada de desenvolvimento” (Rodríguez, 1981: 48). \*

Como coloca Adilson Marques Gennari (1999: 55), “a base do pensamento da CEPAL está numa crítica keynesiana aos fundamentos tanto da teoria clássica das vantagens comparativas, quanto numa crítica ao aspecto do pensamento liberal e do pensamento econômico neoclássico, que defendia a idéia do Estado mínimo, atribuindo as livres forças do mercado (a mão invisível) o poder de promover o equilíbrio automático entre oferta e demanda agregada e, portanto, promotora do equilíbrio geral do emprego”.

No projeto cepalino, o Estado aparece externo ao sistema sócio-econômico, com uma racionalidade de cunho policlassista, conciliadora dos interesses dos distintos grupos e classes, cuja missão seria promover a industrialização substitutiva privilegiando a Nação em seu conjunto, assegurar o caráter nacional do desenvolvimento diante o capital estrangeiro, e representar os interesses da Nação nas suas relações externas.

O nacionalismo da CEPAL, “sem negar a importância da colaboração transitória do capital estrangeiro” – prognosticava um decréscimo de sua proporção sobre o total dos ativos da periferia –, postulava um tipo de industrialização e de desenvolvimento nacional pautado num projeto sócio-político que outorgava o papel de liderança à burguesia industrial nacional, que a habilitava a “redefinir a sua participação nas relações sociais de acordo com os

---

\* Para a CEPAL, a importância da substituição da Inglaterra pelos EUA como centro cíclico principal para o desenvolvimento periférico, “se prende ao caráter relativamente fechado da economia norte-americana, e à tendência à diminuição do seu coeficiente de importações”, tendência que estimulava a substituição das importações pela produção interna de bens manufaturados na periferia (Rodríguez, 1981: 44). A CEPAL prognosticava uma estagnação econômica sem uma ruptura com a dependência periférica.

seus próprios interesses” (Rodríguez, 1981: 26, 22). \*

No início dos anos 60, acentuaram-se o reformismo e o caráter intervencionista do pensamento cepalino que ampliaram “o papel protagônico” que se atribuía ao Estado, “como impulsionador e administrador da reforma agrária, que, por sua vez, passa a ser considerada, junto com a industrialização, um pilar da política de desenvolvimento”, e, ao mesmo tempo, esvaia-se o caráter nacionalista diante a crescente presença do investimento privado estrangeiro e/ou das empresas (Rodríguez, 1981: 26).

Os comunistas afirmavam que o problema do desenvolvimento do capitalista nacional autônomo colocava a preponderância da questão nacional sobre a questão agrária. A frente antiimperialista, uma ampla frente das forças nacionais, incluiria “não apenas o proletariado, os camponeses e a pequena-burguesia urbana, a burguesia, mas até mesmo setores de grandes fazendeiros que entrem em conflito com certos aspectos da política monopolista norte-americana”; uma “reforma agrária completa e radical, com a expropriação de todos os latifundiários”, comprometeria a luta antiimperialista, pois defendê-la conduziria a uma cisão do movimento nacionalista e democrático, que, por conseguinte, comprometeria a própria reforma agrária. \*\*

O projeto nacional-desenvolvimentista ganhou impulso com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que surgiu num quadro socioeconômico e político em que o processo de desenvolvimento

---

\* A ideologia do pensamento cepalino impede o reconhecimento da “existência de uma relação básica de exploração entre capital e trabalho, nem o caráter antagônico que ela imprime ao conjunto da sociedade”, e os sintomas do subdesenvolvimento são percebidos apenas na esfera da produção material, e não “como expressão do processo sócio-econômico global” no qual se inscrevem, nem os vincula “ao conteúdo de classe da exploração econômica existente na periferia, assim como entre esta e os grandes centros capitalistas” (Rodríguez, 1981: 24).

\*\* “Reforma agrária e luta antiimperialista”, NR, nº 12, 15-21/05/1959, p. 8.

econômico intensificava-se junto do surgimento de assessorias técnicas e órgãos de gestão econômica no interior do aparelho de Estado, que implementarão as políticas de desenvolvimento; como produto dessas condições, o ISEB voltou-se para os problemas do desenvolvimento brasileiro interessado no “incentivo e promoção do desenvolvimento nacional”. \*

Era comum entre os isebianos do período juchelinista, a idéia de que o desenvolvimento representaria a superação da incapacidade da Nação de determinar o seu próprio destino, dando lugar à uma Nação construída de forma autônoma e independente pela intensificação do processo de industrialização.

Era quase unânime entre os isebianos, a crença de que o desenvolvimento industrial (na expressão cepalina) “para dentro” (ampliação do mercado interno) – em substituição ao desenvolvimento meramente “induzido”, e a conseqüente ruptura com a completa dependência do mercado exterior – geraria a transferência dos centros de decisão para o interior da própria nação, e implantar-se-ia, definitivamente, a sociedade e o Estado nacional independentes, isto é, o capitalismo nacional (autônomo) (Toledo, 1997: 178).

Os isebianos consideravam que a contradição principal da formação da sociedade brasileira não seria, ainda, entre capital e trabalho, mas a oposição entre “nação e antinação”, representada internamente pela oposição

---

\* O ISEB foi criado em julho de 1955, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao ministro de Estado, embora dotado de autonomia administrativa e de cátedra, sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP), criado em 1953 por iniciativa de um grupo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro, o “Grupo de Itatiaia”, articulado ao redor de Hélio Jaguaribe estavam Candido Mendes, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, núcleo que reunia quase todos os chamados isebianos de “primeira hora”, ou “desenvolvimentistas de primeira hora”; após o ecletismo ideológico que marca a fase inicial do ISEB, a “2ª fase”, a que corresponde ao quinquênio juchelinista – período estudado por Caio N. Toledo em *ISEB: Fábrica de Ideologias* –, é que a ideologia nacional-desenvolvimentista tornou-se hegemônica no interior do ISEB (Toledo, 1997: 204-206). - os uspianos não colaboravam com o ISEB.

entre setores que abrigavam “parcelas das três classes sociais fundamentais” (burguesia, classe média e proletariado): os setores “dinâmicos e produtivos” (a burguesia industrial nacional, os trabalhadores urbanos e a classe média interessados na industrialização), e os setores “estáticos e parasitários” (ligados tanto ao passado colonial brasileiro como às classes dirigentes dos países dominantes interessadas em manter o *status quo* no país), cabendo aos “dinâmicos” os esforços para o desenvolvimento da Nação. \*

Os comunistas também consideravam que a contradição principal da sociedade brasileira não era entre “capital e trabalho” – a solução da contradição entre burguesia e proletariado não exigia solução radical, o que implicaria caracterizar a revolução como socialista, e descartar a política de frente única nacionalista e democrática –, mas a contradição entre “nação e imperialismo”, a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, o problema da emancipação nacional. \*\*

O artigo considerava que, “Nessa etapa, o desenvolvimento capitalista independente corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A burguesia interessada no progresso do país tem um papel na revolução antiimperialista e antifeudal. É um dos seus elementos da frente única”.

A maioria do isebianos considerava a ideologia nacionalista uma *ideologia global*. Longe de constituir uma *ideologia parcial*, um projeto concebido como expressão das classes dominantes ou do bloco de classes e

---

\* Para os isebianos, o pólo anti-nação, os setores que obstaculizavam o projeto nacional não tinham no imperialismo o principal agente, falava-se “em centros dominantes ou metropolitanos como “forças opostas” ao desenvolvimento, mas nunca chegam a identifica-los com o conceito de imperialismo”; para Hélio Jaguaribe, “o imperialismo jamais é privilegiado pela análise, uma vez que não é entendido a rigor e, em princípio, como força antagônica” (Toledo, 1997: 137-138).

\*\* “A contradição principal”, NR, nº 38, 13-19/11/1959, p.9. – coluna “Teoria e Prática”, seção dedicada às respostas das perguntas dos leitores a respeito de problemas teóricos ou políticos.

frações, a ideologia nacionalista isebiana, a chamada “ideologia do desenvolvimento”, representaria os interesses do conjunto da Nação ao impulsionar o projeto nacional-desenvolvimentista, cuja direção político-ideológico caberia a burguesia industrial “nacionalista” (Toledo, 1997: 152-153).

Como destaca Toledo (1997: 184), “os isebianos, ao proclamarem a ideologia nacional-desenvolvimentista como a ideologia de *toda a nação* e endossarem – durante certo período – os padrões de desenvolvimento que se realizavam no país, não deixaram de se mover dentro dos quadros de pensamento da classe hegemônica (burguesia industrial, ainda que sob o controle do capital estrangeiro)”.

O PCB discordava do entendimento que o ISEB tinha do nacionalismo, como se ele fosse uma ideologia – a “ideologia do desenvolvimento” – de toda a sociedade brasileira, idéia comum nas obras dos isebianos, como em Guerreiros Ramos que havia se desligado da instituição. \*

Os comunistas consideravam o nacionalismo uma política, “um movimento”, “um conjunto de idéias que visam dar um novo curso a política do país”, diferente da ideologia, considerada um sistema complexo de concepções que se relacionam não só com a política, “mas também com outras formas de consciência social – o direito, a moral, a filosofia, a religião e as artes – que refletem sempre, nas sociedades divididas em classe, os interesses de uma

---

\* Em 1958, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos se desligaram do ISEB por diferenças ao redor do debate nacionalista. Hélio Jaguaribe em *O nacionalismo na atualidade brasileira* – rechaçado pelo movimento estudantil como “entreguista”, considerado *persona non grata* pelo movimento nacionalista –, defende um projeto “desenvolvimentista privatista” identificado com a FIESP e a CNI, que propunha a privatização de setores básicos da economia, como o setor petroquímico, e advogava teses autoritárias, como uma política de contenção da “subversão” por razões de *segurança e soberania nacionais*, mediante a ilegalidade e repressão do PCB. Guerreiro Ramos permaneceu um “desenvolvimentista”, mas renegou o nacionalismo, e procurou defender posições cada vez mais radicais indo às idéias luxemburgistas e lukacsianas. Ver Toledo (1997: 207-208).

classe determinada”, ou seja, “a política é tão somente uma parte da ideologia”.

\* Diante a “contradição principal do país”, a existente entre “nação e imperialismo”, o PCB entendia o nacionalismo como uma política capaz de unir distintos interesses de classe, mas, quanto à questão do desenvolvimento e do nacionalismo, não havia uma única ideologia comum a todas as classes e camadas da frente antiimperialista, considerada uma aliança e não uma fusão, na qual a classe operária manteria sua independência.

Objeções ao período juscelinista surgiram entre os isebianos, que diante do “entreguismo” de JK, e desvanecidas as promessas de desenvolvimento que beneficiasse toda a nação, fariam coro com diversos agrupamentos (Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), organizações sindicais, movimento estudantil) por mudanças nas “estruturas básicas da sociedade”, e a perspectiva nacionalista, decisiva no período anterior, no governo Goulart se encontraria, se não negada, pelo menos atenuada (Toledo, 1997: 209).

A intelectualidade, sobretudo ligada ao ISEB em sua “última fase”, de “esquerdização” – quando jovens professores universitários, militantes do movimento estudantil e de grupos políticos passaram a ter presença destacada na direção da instituição, desde a campanha pelo plebiscito em 1962, quando passou a apoiar Goulart que acenava com as “reformas de base” diante os movimentos sociais –, voltou-se menos à pesquisa e mais à luta pelas reformas, e opunha-se ao “reformismo” e à “transição pacífica” do PCB. \*\*

---

\* Este debate do PCB com o ISEB está no artigo “Nacionalismo é uma ideologia?”, Teoria e Prática, NR, nº 1, 28/2-6/3/1959, p. 8.

\*\* A maioria dos grupos de esquerda compartilhava a concepção “etapista” da revolução brasileira, seguia as indicações leninistas de organização, e defendia a revolução nos moldes soviético, chinês ou cubano. Intelectuais ligados ao ISEB, ao PCB, as Ligas Camponesas, a AP, escreviam nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, em 1963 um grupo criou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (Ferreira, 2004: 6).

Já os “nacional-revolucionários”, como se auto-intitulavam os seguidores de Leonel Brizola – governador gaúcho também conhecido pela luta contra a “espoliação nacional” –, que desde o enfrentamento com “a direita civil-militar na crise de agosto de 1961, lançaram seu nome como líder da facção mais esquerdista dos petebistas”, e criaram a Frente de Mobilização Popular (FMP), que lutava “pelas reformas de base, e esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores do PSD”, procuraram se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, tidas como moderadas (Ferreira, 2004). \*

O sentimento nacionalista e reformista não circulava apenas entre setores da oficialidade das Forças Armadas, mas também entre os sargentos, sobretudo com a crise política de agosto de 1961, na crise político-militar aberta com a tentativa golpista de Jânio Quadros, quando entraram no cenário político como força atuante no campo da esquerda, e, “afinados com as demandas de democratização, aprofundaram suas reivindicações, como eleger e serem eleitos para cargos legislativos” (Toledo, 2004).

A perspectiva “etapista” coadunava com a perspectiva

---

\* No início de 1963, sob a liderança de Brizola, que desfrutava de imenso prestígio no campo popular, nacionalista e de esquerda, reconhecido como liderança por personalidades e grupos políticos de outras organizações, inclusive revolucionárias, foi criada a Frente de Mobilização Popular (FMP), que reunia as principais organizações de esquerda: a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, facções das Ligas Camponesas, a Ação Popular (AP) – de origem católica, da Juventude Universitária Católica (JUC), seus dirigentes optaram pelo socialismo recusando o marxismo como ideologia, dirigiu a UNE de 1961-1964 –, a POLOP – Política Operária era nome do jornal da Organização Revolucionária Marxista (ORM), o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T, pequeno agrupamento trotskista-posadista criado em 1962), segmentos de extrema-esquerda do PCB, políticos do Grupo Compacto do PTB e da FPN (Ferreira, 2004). Na avaliação da direção do PCB, o “radicalismo inconseqüente” (de natureza pequeno-burguesa) do ISEB e dos movimentos sociais no pré-64, contribuiu para o divisionismo das forças antiimperialistas e ajudou a unificar da “reação” (Toledo, 1997: 12).

nacional-desenvolvimentista. A divisão do mundo (atrasados/periferia e desenvolvidos/centro) nas formulações nacional-desenvolvimentistas (cepalina e isebiana) e comunista convergem numa concepção progressista que indica o lugar onde fica ou o modelo, ou a evolução “etapista” a ser seguida pela história.

Os comunistas passaram de uma visão catastrófica do capitalismo – formulada entre 1948-1954, quando consideravam que o país fosse se tornar mera colônia dos EUA; sem distinguir Estado, regime e governo, só visualizava factível a industrialização no país sob hegemonia operária –, para uma visão marxista *anti-romântica* – como destaca Brandão (1997: 240-241) ao citar Michael Löwy que destaca Plekhanov contra o populismo russo –, iluminista, evolucionista, positiva, admiradora do ‘progresso’ capitalista-industrial. A *Declaração de Março* passou a identificar a “questão nacional” com progresso e modernização, considerando que o proletariado, embora explorado pela burguesia, devia aliar-se a ela, pois sofria “mais do atraso do país e da exploração imperialista do que pelo desenvolvimento capitalista” (Nogueira, 1980: 16).

A dificuldade em aprofundar o processo de industrialização substitutiva e os frustrados efeitos sobre as bases do subdesenvolvimento na América Latina, estimularam um movimento de crítica à industrialização substitutiva. No final da década de 60, quando a industrialização substitutiva malograva, o rápido crescimento da economia brasileira apontava em direção oposta ao ceticismo da ala mais crítica da CEPAL.

Para a “teoria da dependência”, não havia incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais, pois, por um lado, as burguesias dependentes tinham maior capacidade de barganha no

cenário internacional dado a geopolítica bipolar da “guerra fria” (que levou a uma superestimação do grau de autonomia das economias periféricas), e, de outro lado, havia o interesse do capital internacional em aproveitar os investimentos no processo de substituição de importação (daí inferiu-se que não havia obstáculos intransponíveis para o avanço da industrialização periférica). \*

O dinamismo da economia periférica passou a ser visto como um produto de processos condicionados, em primeiro lugar, por forças internas, e, por último, por forças externas. O destino da periferia “passava a depender de estratégias de associação com o capital internacional que estimulassem a entrada de investimentos estrangeiros, na suposição de que o avanço da acumulação asseguraria o sucesso da industrialização e de que a industrialização era o próprio desenvolvimento” (Sampaio Jr., 1999: 38).

O caráter da dependência não colidia com o desenvolvimento econômico das economias dependentes, pois o grau de autonomia relativa das economias satélites no sistema capitalista mundial abria a possibilidade de que as transformações capitalistas pudessem ser ditadas de “dentro” para “fora”, perspectiva que abriu as portas para que o movimento das economias periféricas fosse pensado como um processo endógeno. \*\*

No Brasil, o movimento de revisão da Economia Política da

---

\* A “teoria da dependência”, delineada por Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, 7ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970, nega as teses de estagnação da CEPAL, afirmando a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado. Contribuíram com a “teoria da dependência” Maria C. Tavares, *Além da estagnação*; Francisco de Oliveira, *A economia brasileira*; entre outros. A “teoria da dependência”, ao lado da perspectiva da “crise de hegemonia” e da teoria do “Estado de compromisso” (Weffort), compartilha uma interpretação histórico-estrutural do populismo, vinculando-o ao estágio de desenvolvimento do capitalismo latino-americano surgido com a crise do modelo agro-exportador e do estado oligárquico (Capelato, 2001: 134).

\*\* Para Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1995: 39), o mérito da teoria da dependência está no “esforço de integrar os condicionantes sociais e políticos do desenvolvimento dependente ao pensamento da CEPAL”.

CEPAL seguiu um rumo próprio, a crença “de que o salto para a industrialização pesada permitia uma nova síntese sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista na América Latina incentivou uma radical ruptura teórica”, radicalizando a perspectiva da “teoria dependência” (Sampaio Jr., 1999: 44).

Nos anos 70, a tradição cepalina metamorfoseou-se na perspectiva do “capitalismo tardio”, que reduziu a questão da industrialização na periferia à constituição do departamento produtor de bens de produção. João C. de Mello em *O capitalismo tardio* (1975), localiza o núcleo da tese cepalina no entendimento da industrialização como desenvolvimento econômico da nação, e deduz um ápice na construção do departamento produtor de bens de produção.\*

Mello contribuiu com as pesquisas sobre a especificidade do capitalismo brasileiro, ao caracterizar de forma paradigmática a trajetória da industrialização nas economias capitalistas de origem colonial: a “industrialização retardatária” refere-se a dupla especificidade da industrialização na América Latina, isto é, trata-se de um processo de industrialização que ocorre em economias exportadoras capitalistas, “no momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída” (Mello, 1982: 98). Como coloca Sampaio Jr. (1999: 46), no “capitalismo tardio” “a impotência da burguesia dependente para tomar iniciativas no plano econômico deixou de ser um obstáculo ao avanço do desenvolvimento nacional, pois a

---

\* Na ótica do “capitalismo tardio”, cabe citar: Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*; Maria C. Tavares, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*; Carlos Lessa, *Estratégia de desenvolvimento*; Luiz G. Beluzzo e L.G.M. Coutinho, *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, entre outros. Sônia Draibe, em *Rumos e Metamorfoses*, critica a vertente de interpretação por ela chamada de “via prussiana” (como a teoria do “Estado autocrático-burguês” de Fernandes), ao analisar a teoria do “Estado de compromisso” (Weffort; Cardoso e Faletto), indica na “crise de hegemonia” os fundamentos da “autonomia relativa do Estado” (Draibe, 1985: 23).

intervenção do Estado na economia e a participação do capital estrangeiro no esforço de industrialização suprimiriam as deficiências intrínsecas à base empresarial do capitalismo tardio”, e a ênfase cepalina “na necessidade do processo produtivo ficar sob o controle de classes sociais nativas, como único meio de subordinar o processo de acumulação a uma dinâmica de concorrência ancorada no espaço econômico nacional”, foi “substituída pela sacralização do *tripé capital nacional, capital estrangeiro e Estado* como a única fórmula de impulsionar a industrialização pesada”.

E a “questão democrática” da tradição desenvolvimentista, que considerava a integração da superpopulação excedente no mercado de trabalho como um dos pré-requisitos de um sistema econômico nacional, foi excluída da agenda da problemática da industrialização capitalista retardatária, pois teoricamente não havia “incompatibilidade entre marginalidade social e aprofundamento da industrialização” (Sampaio Jr., 1999: 49). \*

Com o golpe civil-militar de 1964 foi reafirmada a via de desenvolvimento capitalista subordinado ao imperialismo, cujo regime político levou a dispersão da maior parte das forças populares que então entrava no cenário político nacional, seguida de fracionamentos irreparáveis nos partidos e nos movimentos clandestinos, sobretudo no PCB, a principal força das fileiras derrotadas (Ridenti, 1993: 28).

---

\* Diferentemente, Celso Furtado em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, afirma que o estudo dos fatores que condicionam o processo de acumulação não pode desvincular a dimensão produtiva dos aspectos distributivos, pois “as motivações dos grupos que pretendem modificar a repartição do produto social” “influenciam o processo de acumulação, tanto com respeito à sua intensidade como à sua composição”, nas palavras de Sampaio Jr. (1999: 74), para Furtado a vitalidade do processo de acumulação depende das conseqüências da introdução de progresso técnico sobre a produtividade do trabalho, e de seus efeitos sobre a distribuição do excedente social entre salário e lucro, ou seja, “o nó da questão encontra-se no modo como a luta de classes estabelece os mecanismos de acesso à terra, aos meios de produção e ao mercado de trabalho”.

O golpe implicou a derrota da “revolução nacional e democrática” do PCB, que, por outro lado, tornou-se alvo dos ataques políticos e ideológicos dos “revolucionários”.

Nas explicações do golpe de 64, nas interpretações dos teóricos do populismo, o PCB aparece – a despeito do caráter inevitável do golpe na explicação estruturalista de Ianni – como um dos principais responsáveis pelo desfecho, ao contribuir para obscurecer a luta de classes e obstaculizar o avanço da consciência de classe, onde os comunistas aparecem como os sócios menores do trabalhismo e/ou do populismo.

Apesar da ingerência externa – que algumas interpretações chegaram a aludir a uma “grande conspiração” “estrangeira” –, o golpe civil-militar de 1964 foi planejado e executado pelas classes dominantes brasileiras através de suas forças políticas e entidades de classe, estancando um amplo debate político, ideológico e cultural que ocorria nos partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas ou não, jornais, etc, obstruindo um processo de lutas (que incluía tarefas democráticas como a reforma agrária, republicanas como a extensão do direito ao voto, nacionais contra o imperialismo e a inserção dependente no mercado mundial) das classes populares da cidade e do campo.

Os setores conservadores e liberais da sociedade brasileira durante todo o período republicano se opuseram resolutamente à extensão das liberdades políticas e dos direitos sociais da classe trabalhadora, tentaram golpear as instituições seguidas vezes, como em agosto de 1954, em novembro de 1955, duas vezes no governo de JK, em agosto de 1961, manobras que se

intensificaram a partir da tentativa do golpe de Jânio Quadros, e conseguiriam o apoio de uma ampla base social em março de 1964.

As classes populares da cidade e do campo estavam desorganizadas, desarmadas politicamente e militarmente diante a movimentação dos golpistas. “Foi uma derrota sem resistência”; os nacionalistas (como os “nacional-revolucionários” com os “grupos de 11” pessoas difundidos pelo país para implementar as reformas de base “na marra”, ou a facção nacionalista das Forças Armadas), a POLOP, o MRT, e outros grupos que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas ficaram perplexos à demolição dos seus ideais (Ridenti, 1993: 27).

O PCB tinha caracterizações distorcidas sobre as forças conservadoras – subestimadas –, e sobre a organização dos trabalhadores – superestimada –, particularmente durante o governo de João Goulart, “baluartismo” dos movimentos sociais que ganhou impulso durante a crise civil-militar na posse de João Goulart em 1961, afirmação presente nas *Teses para Discussão* do VI Congresso, lançadas as vésperas do golpe (publicadas no Suplemento especial de *Novos Rumos*, 27-03/2-04/1964).

A retórica da suposta força que desfrutava o movimento popular diante uma reação conservadora (manifesta na expressão "cabeças cortadas", dirigida contra eventuais golpistas) não era exclusiva do PCB, mas também das forças que integravam o movimento nacionalista e democrático.

Circulavam saídas golpistas pró-reformas vindas de Brizola, de Goulart, com a anuência dos comunistas, cuja cúpula transitava pelo gabinete presidencial com a perspectiva de legalizar o PCB.

Os comunistas tiveram grande parcela de responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1964, seja por não construírem de forma conseqüente os espaços alternativos para as lutas operárias, ou pela forma como participaram dos pleitos eleitorais, orientados por uma ilusória aliança de classe com uma burguesia “nacional” que subordinava e opunha as tarefas anticapitalistas à questão nacional.

Como coloca Reis Filho, para começarmos a refletir sobre as heranças legadas no período de 1945 a 1964, é preciso admitir que na luta das classes populares, ou da classe trabalhadora, existiram duas fortes tradições, a comunista e a trabalhista, que impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças, e que se firmaram não por manobras maquiavélicas ou por acaso, mas porque foram acolhidas e construídas pelos trabalhadores, muitas vezes de forma subordinada, mas que geraram um processo expressivo de avanços sociais e políticos, dadas as circunstâncias históricas (2001: 374), porém, não podemos deixar de destacar que a *superação* de tais avanços colocava-se na ordem do dia, cuja contradições questionava as limitações da formulação etapista da revolução brasileira e a política de aliança com a burguesia do PCB.

## CAPÍTULO 1 – O PCB E A DEMOCRACIA LIBERAL (1945-1958)

Enquanto no decorrer da redemocratização em 1945-1946 o projeto de “União Nacional” e a participação no movimento “queremista” reforçaram a posição do PCB como aliado de Getúlio Vargas, o *Manifesto de Janeiro* de 1948 inaugurou uma postura anti-Carta Constitucional de 1946, elaborações reafirmadas no *Manifesto de Agosto* de 1950 e no IV Congresso do PCB realizado em novembro de 1954.

Enquanto a direção do PCB propunha o abstencionismo no pleito de 1950 e a derrubada de Vargas em seu segundo governo, radicalismo impulsionado pela ilegalidade imposta pelo governo Dutra e o clima da “guerra fria”, a militância comunista no movimento sindical partia para a retomada da ação no interior da estrutura sindical oficial.

O desencontro entre as elaborações e a prática dos comunistas deu a tônica da ação do PCB nos anos 50, particularmente na crise de agosto de 1954 e no pleito presidencial de 1955, cujo apoio a candidatura de Juscelino Kubitschek contrariava as resoluções do IV Congresso. Somente após a crise aberta com o XX Congresso do PCUS teve início o debate no interior do PCB.

Sob o governo JK, com a *Declaração de Março* de 1958, ao lado da “questão nacional” firmou-se nas elaborações do PCB uma perspectiva da luta pela ampliação da participação das classes populares na vida política sob o “governo atual”: abandonou a proposta de derrubada dos governos, formulou um projeto que apontava um aperfeiçoamento do “regime vigente”, e reforçou a aliança com os trabalhistas no campo sindical e eleitoral ao avançar nas elaborações sobre a formação de um “governo nacionalista e democrático”.

## A redemocratização (1945-1946)

A derrota dos regimes nazi-fascistas deu maior vigor à oposição ao regime estadonovista. No início de 1945, as manifestações favoráveis à implantação de um regime liberal-democrático ganharam impulso. Porém, legalizada a “questão social”, reconhecido o direito das classes populares formularem reivindicações, Vargas, agora como democrata, reforçava seu prestígio popular construído durante o Estado Novo.<sup>1</sup>

Na reestruturação partidária nos anos finais da ditadura, o PCB adotou uma política de “União Nacional” contra o fascismo, considerada a tarefa central que subordinava a política interna e todas as outras questões, definição que justificava o não combate ao Estado Novo e o apoio a Vargas em luta contra o nazi-fascismo desde 1942, postura adotada na II Conferência Nacional em agosto de 1943 (Conferência da Mantiqueira).<sup>2</sup>

A resolução dos problemas nacionais deveria se dar por meios pacíficos; a estrutura agrícola de “tipo feudal” e o “imperialismo” eram considerados os principais obstáculos para o desenvolvimento nacional e para a consolidação da democracia; a tese da “união nacional” era teorizada como uma

---

<sup>1</sup> Como coloca Ricardo Antunes (1982: 114-115), houve uma subordinação da classe operária ao sindicalismo de Estado, porém esta não se deu de forma imediata; na primeira metade dos anos 30 houve uma “intensa resistência por parte das categorias mais representativas e dos setores mais organizados do movimento sindical”, que forçaram o Estado varguista a cumprir as promessas feitas desde a campanha da Aliança Liberal, como solucionar a questão social; contrário ao mito da outorga, e outras afirmações paternalistas, a legislação trabalhista legada de Vargas não foi uma generosa concessão à classe trabalhadora, mas uma resposta do Estado varguista a uma situação concreta da luta social (1982: 132).

<sup>2</sup> A I Conferência Nacional do PCB foi realizada em 1934; a posição que predominou na Conferência da Mantiqueira foi a da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), defendida por Maurício Gabrois, Amarílio Vasconcelos, Arruda Câmara, Carlos Marighella, Giocondo Dias, etc, e Luís Prestes, então preso no Rio de Janeiro, eleito secretário-geral *in absentia*. Ver “A posição do CNOP” in Carone (1982: 13-20).

etapa “democrático-burguesa” da revolução nos “países semicoloniais”, evitava-se críticas ao “capitalismo nacional” para não comprometer a “união nacional” e a luta contra o fascismo (Rodrigues, 1991: 409).

O PCB defendia a participação na estrutura sindical oficial, ao mesmo tempo propunha ações que contrariavam a legislação vigente, como a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em abril de 1945, que agrupava sindicatos oficiais, mas defendia a liberdade sindical, o direito de greve, maior autonomia frente ao Ministério do Trabalho e o sindicato único.<sup>3</sup>

Ao longo de 1945, com o argumento dos temores ao fascismo e da fragilidade do regime democrático, a proposta do PCB de desestimular as manifestações por melhores salários não encontrou boa ressonância na classe operária, e era refutada por militantes; “além de participar das manifestações por reivindicações salariais, alguns sindicalistas comunistas assumiam a direção de movimentos grevistas” (Pandolfi, 1995: 160-161).

Após a decretação da anistia em abril de 1945, muitos comunistas foram libertados, e o centro da política do PCB passou a ser a democratização com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, orientação definida a partir de entrevistas e comícios de seus líderes (Carone, 1982: 4) – Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança” nos anos 20-30, agora porta-voz do PCB, era um nome de prestígio popular depois de Vargas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Em junho de 1945, o MUT passou a combater o sindicalismo oficial defendendo a soberania das assembleias, eleição e posse sem aprovação oficial, autonomia administrativa sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos, e fim da padronização dos estatutos sindicais (Pandolfi, 1992: 160).

<sup>4</sup> Na esteira do “culto à personalidade” que perpassava os Partidos Comunistas, a reorganização do PCB ocorreu paralelamente a construção da imagem do “novo líder”. Como coloca Dulci Pandolfi (127, 129), “na trajetória de Luiz Carlos Prestes e no processo de afirmação do seu mito”, a década de 40 pode ser considerada como um “momento de efervescência”, em que foi difundido a imagem do “partido de Prestes”, e se confundia a história do PCB com a história de Prestes, transformado pela imprensa comunista “no “chefe supremo”, no “único homem” capaz de conduzir o povo brasileiro para a sua verdadeira emancipação”.

Antes da fixação da data do pleito presidencial, os opositoristas de Vargas lançaram a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenente e um dos principais comandantes da Força Aérea,<sup>5</sup> e as forças do oficialismo que criavam o Partido Social Democrático (PSD) lançaram o ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra.<sup>6</sup>

No dia 28 de maio, os pleitos (presidencial e para a Assembléia Constituinte) foram marcados para 2 de dezembro 1945. Desde então se delinearam os rumos da luta política em torno da permanência de Vargas.

Os comunistas eram contrários ao pleito sob a Carta de 1937, e consideravam que o primeiro passo para a implantação do regime democrático deveria ser a instalação de uma Assembléia Nacional eleita com o objetivo exclusivo de elaborar uma nova Carta, e somente então deveriam ocorrer as eleições para presidente, governos e assembleias estaduais, o que implicava a continuidade de Vargas.

No dia 23 de maio, ocorreu no Rio de Janeiro o primeiro grande comício com Prestes que declarou apoio Vargas, pois este “preferiu ficar com o povo - cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético e finalmente abrir as prisões e revogar na prática as

---

<sup>5</sup>. A candidatura da União Democrática Nacional (UDN), que surgiu em 1944, lançada em comícios em abril e registrada em novembro de 1945, aglutinava os constitucionalistas liberais apoiados por militares e grupos comerciais que não pertenciam ao governo, defendia uma política de industrialização cautelosa quanto aos créditos públicos e a colaboração com o capital estrangeiro, se opunha as barreiras fiscais, defendia o desmonte do aparelho de controle estatal, não propunha a abolição da previdência e nem o desmonte da estrutura sindical. Sobre a UDN ver Otávio Soares Dulci, *A UDN e o antipopulismo no Brasil*, Maria V. M. Benevides, *A UDN e o udenismo*.

<sup>6</sup>. O PSD representava os interesses dos políticos tradicionais das oligarquias regionais, estruturou-se a partir do sistema de interventorias, ao redor das máquinas políticas estaduais supervisionadas por Vargas, paradoxalmente, atraiu empresários como Roberto Simonsen, que defendia a intervenção estatal como elemento essencial para uma industrialização. Sobre o PSD ver Lúcia Hippolito, *De raposas a reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

restrições à democracia mais sensíveis do nosso povo” (Carone, 1982: 26).<sup>7</sup>

Em junho de 1945, Vargas decretou uma lei antitruste (a “lei malaia”), e criou uma comissão autorizada a desapropriar qualquer empresa que lesasse os interesses nacionais. O decreto entusiasmou a esquerda e indignou a direita. A UDN prontamente protestou, os interesses comerciais norte-americanos alarmados procuraram alterar a regulamentação (Souza, 1983: 117).

Com a “lei malaia” foi reforçado o caráter aliancista entre Vargas e o PCB, que tinha uma percepção positiva da orientação nacionalista e trabalhista de Vargas em comparação com os seus adversários, em que condenavam a tendência reacionária e os vínculos com imperialismo. Para Otávio Dulci (1986: 82), a “lei malaia” foi uma espécie de definição do quadro político que acirrou as contradições latentes, momento a partir do qual Vargas passou a incorporar o apoio dos comunistas a seu cálculo político.

Desde meados de 1945, os aliados de Vargas lançaram o movimento “queremista”, organizado em comitês em diversos estados tinha como palavras de ordem “Constituinte com Getúlio” e “Queremos Getúlio”, que previa o pleito presidencial após a promulgação da Constituição.

A política de luta pela Constituinte do PCB convergia com o “queremismo”. Salientaram-se entre os líderes desse movimento lugares-tenente como Hugo Borghi, que organizavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),<sup>8</sup> e

<sup>7</sup>. Ver “União nacional para a democracia e o progresso” (23/05/1945), em Carone (1982: 25-40).

<sup>8</sup>. O PTB foi forjado no “queremismo” de Marcondes Filho (Ministro do Trabalho), e endossado por Vargas que recomendava a filiação aos trabalhadores, foi um esforço de Vargas para assegurar uma influência no meio operário disputado pelo PCB então legal. Para Lucília de A. Neves (2001: 176), as proposições programáticas do PTB indicavam a presença “de um projeto trabalhista que já se insinuara antes dos anos 30, e que tinha nas questões sociais e na organização tutelada e não conflitiva da participação política dos trabalhadores o eixo de suas preocupações”; depois de 1945, as propostas do trabalhismo entrelaçaram-se ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo. Sobre o PTB ver Lucília de A. Neves, *PTB. Do getulismo ao reformismo*, São Paulo, Marco Zero, 1989; Maria V. de M. Benevides, *O PTB e o trabalhismo*, Brasiliense, São Paulo, 1989.

com o apoio dos comunistas o movimento queremista ganhou impulso.

O queremismo foi uma mobilização das aspirações e descontentamentos dos trabalhadores urbanos de caráter defensivo, não pregava “a ampliação dos direitos dos trabalhadores”, mas “a defesa daqueles que haviam sido dados pela legislação trabalhista” (Spindel, 1980: 61).<sup>9</sup>

O queremismo, “movimento de mobilização das classes subalternas que refletia a aliança dos assalariados varguistas com os comunistas, e que aspirava a redemocratização com Vargas”, “não importava na aceitação por parte da esquerda operária da estrutura sindical corporativa”, como demonstra a experiência do MUT (Vianna, 1976: 250).

A UDN se opunha ao “queremismo”, e defendia o pleito presidencial antes da aprovação da nova Constituição. Desde abril, a oposição conservadora reclamava a transferência do poder para o Judiciário, como condição indispensável à eleições “livres e honestas” (Pandolfi, 1992: 85). A UDN pretendia impedir uma influência de Vargas sobre as deliberações da Assembléia Constituinte, e evitar uma disputa eleitoral com este.

Em agosto de 1945, a primeira reunião legal do PCB, ao mesmo tempo em que questionou o apoio incondicional dado a Vargas em função do combate ao nazi-fascismo, a “união nacional” foi reafirmada como uma etapa necessária da revolução democrático-burguesa em curso: a transição pacífica e democrática do capitalismo para o socialismo, com a valorização do

---

<sup>9</sup> Para Arnaldo Spindel (1980: 61-62), o queremismo representou o temor de um processo de redemocratização sem o controle de Vargas; a mobilização de 1945 foi um movimento precursor do varguismo, um momento de definição geral do movimento da década seguinte em que os trabalhadores teriam introduzido novos dados na maneira com que percebiam a sociedade urbana e com isso condicionado a estruturação dos futuros movimentos sociais deste grupo. Como Francisco Weffort, Arnaldo Spindel joga a carga mais importante das responsabilidades pela permanência de uma estrutura sindical corporativa sobre o PCB desde “a gênese do populismo”.

regime parlamentar representativo e a manutenção dos métodos democráticos.<sup>10</sup>

No dia 3 de outubro, em frente ao Palácio da Guanabara foi realizada uma grande manifestação queremista; no dia 10 de outubro, Vargas decretou a antecipação das eleições estaduais e municipais à data das nacionais – a medida permitia que os interventores estaduais se candidatassem, e não era possível revogá-la –, e concitou os trabalhadores a ingressarem no PTB.

A intempestiva mudança de caráter continuísta provocou protestos das Oposições Coligadas UDN-PR-PL e de setores militares descontentes com o queremismo, e da OAB; circunstâncias estas que produziram a deposição de Vargas em 29 de outubro, cujo motivo imediato foi a nomeação do seu irmão Benjamim Vargas para chefe da Polícia do Distrito Federal, cuja missão era garantir as manifestações queremistas (Dulci, 1982: 85).<sup>11</sup>

O golpe foi dirigido por militares, setores da oligarquia e da burguesia ao redor da UDN e segmentos do PSD, que representavam os interesses das elites liberais que perderam o poder em 1930, contrárias ao “intervencionismo estatal na economia, o cerceamento do regionalismo político, os ataques à tradição liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo, mas sobretudo assustadas com o “queremismo”, o qual explicavam a partir da demagogia, da manipulação, da ação do DIP, da repressão policial, aludindo a

---

<sup>10</sup>. Sobre as resoluções do chamado “Pleno da Vitória”, ver Luís Carlos Prestes, “Os comunistas na luta pela democracia e o progresso” (7/8/1945), em Carone (1982: 40-57).

<sup>11</sup>. Em comum acordo entre os candidatos presidenciais, o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares assumiu a Executivo, revogou o decreto que antecipava as eleições estaduais, substituiu os interventores dos estados e os prefeitos até depois das eleições por uma maioria de membros do judiciário, revogou o decreto antitruste, e empenhou-se numa breve perseguição ao PCB; o sindicalismo unitário e autônomo tinha adquirido “tal importância que uma das primeiras medidas do governo José Linhares foi decretar o pluralismo sindical” procurando enfraquecer a influência sindical dos trabalhistas e comunistas (Vianna, 1976: 250).

um Estado todo-poderoso que transformava os trabalhadores em “massa de manobra” numa relação destituída de reciprocidade, que forjaram as primeiras formulações sobre o “populismo” (Ferreira, 2001: 8-9).<sup>12</sup>

O PCB manteve extrema prudência frente ao golpe militar que derrubou Getúlio; embora criticasse o golpe e se pronunciasse favoravelmente a Vargas, “o PCB evitou qualquer ação que pudesse levar o Exército a voltar-se também contra o Partido” (Rodrigues, 1991: 409), e, assim, através da atuação sindical garantir seu espaço no sistema político.

Consumada a queda de Vargas, o PCB reafirmou a luta pacífica pela “união nacional” para ampliar e consolidar a democracia, assegurar a independência e o progresso do país, e “liquidar moral, política e economicamente os remanescentes do fascismo”, e passou a apoiar o novo governo. No decorrer de 1945, “ordem e tranqüilidade” prosseguiram como as palavras de ordem dos comunistas (Carone, 1982: 59, 61).<sup>13</sup>

O PCB manteve uma posição contrária a simultaneidade das eleições, mas diante da manutenção do pleito e a posição dos dois candidatos militares no golpe lançou um candidato sem alianças, Ildo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, ex-diretor do Departamento de Águas da cidade do Rio de Janeiro, um não-comunista próximo de Vargas. Para Prestes, Fiúza poderia atrair para a legenda do PCB o apoio do PTB (Pandolfi, 1995: 142-143); a relação de Fiúza com Vargas mostra que o PCB reconhecia a popularidade do ex-ditador.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Entre 1942-45, norteados pela crítica liberal, jornalistas e historiadores passaram “a explicar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir da manipulação, da propaganda estatal e do “atraso” da cultura política popular brasileira”. No contexto da redemocratização, as palavras “populismo” e “populista” não faziam parte do vocabulário político, mas para a visão liberal “os fundamentos explicativos do fenômeno estavam lançados” (Ferreira, 2001: 113).

<sup>13</sup> Ver “A queda de Getúlio Vargas”, *Tribuna Popular*, 6/11/1945, em Carone (1982: 59-63).

<sup>14</sup> A candidatura Fiúza não uniu a esquerda, como provocou fissuras no PCB, muitos de seus

A estratégia eleitoral do PTB que estava estreitamente ligada ao movimento queremista se complicou com a partida de Vargas: alguns petebistas apoiaram Dutra, outros seguiram Fiúza, e outros ainda se desligaram do pleito presidencial e se voltaram à campanha de Vargas ao Senado.

Na eleição de 2 de dezembro de 1945, Dutra obteve 55% da votação nacional, Eduardo Gomes, 35%, e ledo Fiúza obteve 10% dos votos. De acordo com mecanismos eleitorais, o PSD ficou com 54% da Assembléia Constituinte, a UDN com 26%, o PTB, 7,5%, o PCB, 4,7%, e outros partidos 7,3% (Souza, 1983: 123). O êxito eleitoral do PCB incluía 14 deputados federais, e a eleição de Prestes ao Senado (a maior votação) pelo Distrito Federal.

Nos primeiros meses de 1946 ocorreram mais de 60 greves, contra apenas 12 registradas em 1945, e o número de sindicalizados cresceu 68%, momento em que o PCB criticou a política anterior e passou a reconhecer a importância da luta econômica dos trabalhadores, e apoiou a greve mais importante do período, a greve nacional dos bancários (Pandolfi, 1992: 161-162). Após a queda de Vargas e dada a política do PCB, a classe trabalhadora apresentou “um momento de autonomia, expresso na onda de greves ocorrida entre dezembro de 1945 e março de 1946” (Spindel, 1980: 67).<sup>15</sup>

Em julho de 1946, a III Conferência do PCB admitiu que as conquistas de 45 não haviam sido consolidadas, afirmou franco apoio aos atos

---

militantes, “juntamente com os trotskistas, que em 1943 criaram o Partido Socialista Revolucionário (PSR), e os socialistas” em torno da Esquerda Democrática, embrião do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apoiaram Eduardo Gomes (Pandolfi, 1995: 143). Em janeiro de 1946, o PCB expulsou a facção divergente, que incluía Silo Meireles e o velho militante Cristiano Cordeiro (Dulci, 1986: 82).

<sup>15</sup> Em março de 1946, sob o pretexto de regulamentar o direito de greve, Dutra o extinguiu com o Decreto Lei nº 9070, utilizando os poderes “constitucionais” excepcionais como Vargas em 1934; Prestes encaminhou um pedido de revogação do decreto junto ao Judiciário, mas foi indeferido (Pandolfi, 1992: 162). Sobre as greves e a sindicalização no período ver Ricardo Maranhão, *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*, São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 45-46.

democráticos de Dutra, e a luta intransigente, mas “pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais” contra qualquer retrocesso no processo democrático em curso.<sup>16</sup>

Em setembro de 1946, o Congresso Sindical Nacional apesar de ter sido precedido de ampla participação das bases foi convocado pelo Ministério do Trabalho, cujo êxito de suas posições dependia da atuação dos petebistas vindos do queremismo (Vianna, 1976: 257).

Frente a uma aliança majoritária de petebistas (à época em dissidência com o ministro do Trabalho) e comunistas ao redor da autonomia sindical, cujas repercussões poderiam interferir nas decisões da Constituinte, os “ministerialistas” abandonaram o conclave alegando uma manipulação dos comunistas. Petebistas e comunistas permaneceram em discussão, e criaram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) (Vianna, 1976: 258).<sup>17</sup>

A restauração democrática “não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação política institucional”. Após a deposição de Vargas, na liderança do processo de redemocratização ficou “a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a

---

<sup>16</sup>. O PCB caracterizava um fortalecimento das forças progressistas após a guerra, mas era preciso combater o imperialismo representado na proposta de Henry Truman de formação de um bloco pan-americano, e os resquícios fascistas que tentavam reconquistar posições perdidas, como no processo contra a legalidade do PCB (em março, sob a acusação de provocar desordem social, o deputado Barreto Pinto (PTB) pediu a cassação do PCB junto ao TSE), as intervenções do Ministério do Trabalho, e as investidas policiais contra as manifestações populares. Ver as “Resoluções da III Conferência Nacional do PCB” (15/07/1946), Carone (1982: 65-71).

<sup>17</sup>. O Congresso Sindical dos Trabalhadores aprovou as teses da unidade, autonomia e liberdade sindicais; o direito irrestrito de greve, com aviso prévio de 8 ou 15 dias nas empresas de serviços públicos ou estatais, contrário aos ministerialistas que propunham a resolução dos litígios trabalhistas pela Justiça do Trabalho; eliminação do princípio da verticalidade agregando assalariados de uma mesma base territorial através de uniões sindicais municipais e estaduais; liberdade de sindicalização para todas as categorias de trabalhadores urbanos e rurais; eleição do delegado sindical pela base, e não através dos diretores sindicais como propunham os ministerialistas, cujo papel do delegado sindical não passaria de mandatário das diretorias; etc., mesmo não propondo o fim do imposto sindical, a CTB lutou naquele período contra aspectos importantes da estrutura corporativa vigente (Vianna, 1976: 258-260). Ver Maranhão (1979: 68-69).

formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo” (Souza, 1983: 64).

Como coloca Luiz Werneck Vianna (1976: 253), “o liberalismo que inspirara o golpe de Estado mostrava seus limites, utilizando-se do mesmo marco institucional-legal do regime antiliberal que acabava de depor”.

Embora reconheça o peso minoritário do PCB na classe operária, paradoxalmente, Francisco Weffort considera a atuação dos comunistas um dos fatores decisivos para que viesse entrar em funcionamento efetivo uma estrutura sindical de inspiração fascista; os comunistas na Constituição de 46 foram críticos da estrutura corporativa, mas acabaram se transformando em seus defensores, cooptados, abandonaram a perspectiva de estruturação da classe operária pela base, e aderiram ao sindicalismo corporativo, ao pacto com o populismo.<sup>18</sup>

Já para Vianna (1976: 251, 253), “o caminho “da Constituinte com Vargas”, que incluía as classes subalternas no projeto de democratização “pelo alto” “não pode ser responsabilizado pela sobrevida do regime da CLT no pós-45”, pois “essa foi uma opção da Constituinte sob Dutra, e que contou com a oposição dos petebistas egressos do “queremismo e da esquerda operária”.

Afirmações no mesmo sentido faz Ricardo Maranhão (1979), ao destacar o papel das comissões de fábrica na condução de muitas greves e a

---

<sup>18</sup>. Essa avaliação crítica da política do PCB, particularmente no movimento sindical, encontra-se em Francisco Weffort, “As origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)”, *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973, que suscitou um debate que se tornou famoso na época, com Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estavam Martins, “*Modus in Rebus*. Partidos e classes na queda do Estado Novo”, São Paulo, s.d. mimeo, com dimensão tanto acadêmica quanto militante de crítica e defesa das posições da direção do PCB; e Francisco Weffort, “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1954”, publicado em três partes, as duas primeiras na *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº 1 e 2, e a terceira parte na *Revista de Cultura e Política*, ano 1, nº 1, São Paulo, CEDEC, 1978/9.

atuação do CTB no imediato pós-guerra.

Como coloca Joel Wolfe (apud Costa; Silva, 2001: 249), “coube à repressão e ao controle estatais, e não à atuação de qualquer corrente política operária, criar condições para a cristalização de mecanismos que caracterizariam, em parte, a despolitização e a burocratização sindicais em conjunturas como a do Estado Novo”; “foi o conjunto de procedimentos “técnicos” elaborados pelo Estado que visou afastar base e militantes, mas revelou-se incapaz de destruir a “experiência de apropriação do sindicato oficial como espaço de luta”, como voltou a ocorrer no pós-guerra.<sup>19</sup>

Na redemocratização havia “dois PCs”, enquanto a cúpula partidária defendia a União Nacional e uma aliança com Vargas, recomendando aos trabalhadores o “aperto dos cintos” e a contenção das greves, a própria imprensa comunista “registrava a eclosão de vários movimentos grevistas com ampla participação de militantes comunistas”; não se tratava apenas de uma ação a reboque para não perder a liderança, tratava-se da sua inserção, prestígio e legitimidade no operariado, que “deviam-se à sua capacidade de captar as demandas dos trabalhadores em seu cotidiano, potencializando os conflitos com o Estado e os patrões” (Silva; Costa, 2001: 252-253).

### *O Manifesto de Agosto (1950)*

---

<sup>19</sup>. Joel Wolfe, *Working women, working men* (apud Costa; Silva, 2001: 249), ao discutir a atuação dos comunistas junto à organização operária nas fábricas nos anos 30 afirma um enraizamento nas bases com a presença dos delegados sindicais preocupados com os problemas cotidianos referentes aos locais de trabalho; apesar do corte instaurado pela repressão estadonovista, as células comunistas deram alguma continuidade à organização nos locais de trabalho permitindo que as questões atinentes ao cotidiano fabril fossem retomadas a partir de 1945.

As relações entre o PCB e Vargas se modificaram em decorrência da mudança de governo com Dutra, e da mudança da situação mundial com o início da Doutrina Truman de contenção do comunismo (1947), que ruiu a idéia de “coexistência pacífica” defendida por Stálin, drasticamente alterada com os episódios de Berlim e da Grécia e a guerra civil chinesa.

A “guerra fria” conduziu a um endurecimento do governo Dutra com o PCB, enquanto este radicalizava suas críticas ao capital estrangeiro e ao imperialismo. Em abril de 1947, a União da Juventude Comunista foi considerada ilegal; em maio, o STE declarou o PCB ilegal; nesse ano o Ministério do Trabalho interveio em 143 sindicatos tidos como controlados pelos comunistas, e a CTB e suas organizações auxiliares foram fechadas (Rodrigues, 1991: 413); em fins de 1947, o Brasil rompeu as relações com a URSS, e em janeiro de 1948, os mandatos dos deputados comunistas foram cassados.<sup>20</sup>

As “discretas imposições dos militares” no sentido de expurgar os comunistas indicavam que correntes importantes das Forças Armadas incentivavam a política destinada a reduzir o âmbito da participação política aos limites tradicionais (Dulci, 1986: 96).

Diante o anticomunismo de Dutra, o PCB a partir de janeiro de 1948 abandonou o projeto de “união nacional” e passou postular a derrubada do “atual governo”, considerado “de traição nacional, antidemocrático e anti-social”, uma ditadura “a serviço do imperialismo norte-americano”, e a instauração de um

---

<sup>20</sup> Em janeiro de 1947, o PCB tinha conquistado novo êxito eleitoral: passou de 15 para 17 congressistas; para as Câmaras Legislativas Estaduais elegeu 46 deputados em 15 estados; na capital, os seus 18 vereadores formavam a maior bancada; dos 13 partidos existentes, tornou-se a quarta força política do país, diferente dos outros partidos, o PCB não foi criado em 1945, e a legalidade possibilitou a ampliação da sua estrutura articulada em organismos municipais, estaduais e nacionais (Pandolfi, 1995: 147); no seu rápido crescimento no imediato pós-guerra, segundo estimativas variadas, passou de 2 mil para 5 mil membros (Rodrigues, 1991: 411).

“governo popular, democrático e progressista” capaz de solucionar os “grandes problemas da revolução agrária e antiimperialista” (Carone, 1982: 73, 86-87).<sup>21</sup>

O *Manifesto de Janeiro* defendia a luta contra a reação a partir da sua base econômica, o monopólio da terra, “lutando pela sua distribuição às grandes massas camponesas para que as trabalhem e possam livremente dispor da produção, bem como ataca-la nas posições do imperialismo, lutando pela nacionalização dos serviços públicos e anulação de concessões e privilégios dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros” (Carone, 1982: 86).<sup>22</sup>

Em maio de 1949, o Comitê Central ratificou a mudança política,<sup>23</sup> mas foi em agosto de 1950 que o PCB lançou um manifesto que reelaborou de forma mais radical o *Manifesto de janeiro*, defendendo “a substituição da atual ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo” por um “governo democrático e popular”, “emanação direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais”, reafirmou seu descrédito nos instrumentos de representação política da Carta de 1946, enalteceu a luta armada para a tomada do poder e lançou a formação de uma frente única denominada Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN).<sup>24</sup>

O *Manifesto de Agosto* considerava exemplar a “revolta comunista de 1935”, e afirmava que só o proletariado dirigido pelo seu partido de

---

<sup>21</sup> Ver Luís Carlos Prestes, “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”, *Problemas*, abr/1948, trata-se do “Manifesto de Janeiro”, em Carone (1982: 72-89). O *Manifesto* faz autocríticas da política de “ordem e tranquilidade”, “tendência direitista” que levou à contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a “burguesia progressista”, à despreocupação com a luta dos camponeses contra o latifúndio subestimando-os como os principais aliados do proletariado, e às “ilusões reformistas” nos “limites da democracia burguesa” em um “país atrasado, semifeudal e semicolonial” (Carone, 1982: 81-82).

<sup>22</sup> Sem refutar uma aliança com burguesia “progressista”, o PCB reafirmou o campesinato como o principal aliado do proletariado, posição adotada no III Congresso (1928-29) (Pandolfi, 1992: 171).

<sup>23</sup> Ver Luís C. Prestes, “Informe político ao Comitê Nacional do PCB”, em Carone (1982: 89-108).

<sup>24</sup> Ver “Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação”, *Problemas*, ago/set de 1950, mais conhecido como “Manifesto de Agosto”, em Carone (1982: 108-112).

vanguarda poderia liderar o processo revolucionário através de uma frente única, baseada numa aliança operário-camponesa à qual deveriam aliar-se outras classes sociais, como a burguesia nacional disposta a apoiar a luta contra o imperialismo, o latifúndio e os resquícios feudais da sociedade brasileira.<sup>25</sup>

O programa defendia um “governo democrático e popular”, pela paz e contra a guerra imperialista, nacionalização das empresas pertencentes ao imperialismo, confisco dos latifúndios para os camponeses, desenvolvimento independente da economia nacional, liberdades democráticas, melhoria das condições de vida, instrução para o povo, armamento geral do povo e reorganização democrática das Forças Armadas na luta pela libertação nacional. O PCB convocou as personalidades de prestígio popular, os líderes políticos democráticos, os intelectuais antifascistas e antiimperialistas, os líderes populares, as organizações operárias, camponesas, de mulheres, jovens, enfim, todas as organizações populares e democráticas de qualquer caráter para engrossar as fileiras nacional-libertadoras e organizarem amplos “Comitês Democráticos de Libertação Nacional”.

Com a ilegalidade o número de membros e simpatizantes comunistas decresceu, embora o PCB conservasse uma influência nos meios sindicais e intelectuais e continuassem legais os seus jornais (embora sujeitos a periódicas investidas da polícia e a fechamentos temporários) (Rodrigues, 1991: 413). Segundo Leandro Konder (1980: 93), depois do lançamento do *Manifesto de Agosto* o PCB ficou reduzido a menos de vinte mil militantes.

---

<sup>25</sup>. Com vistas à coerência com a etapa da revolução (primeiro antiimperialista e antifeudal, depois socialista), a burguesia nacional foi recolocada na frente única com o privilégio de colaborar na industrialização intensiva a ser promovida pelo regime revolucionário; apenas a grande burguesia nacional servil do imperialismo norte-americano seria expropriada (Gorender, 1990: 22).

Na sucessão presidencial de outubro de 1950, o PCB aconselhou os operários a votar contra o PTB e pregou o voto nulo.

O compromisso nacionalista da campanha de Vargas advogava uma aceleração da industrialização e reclamava o mérito de tê-la iniciado, criticava as medidas financeiras ortodoxas que haviam custado um esgotamento das reservas cambiais sem um fortalecimento da base industrial. Vargas poupou Dutra, mas não o Ministro da Fazenda, Manuel Guilherme da Silveira Filho.

O descontentamento com o governo Dutra não foi canalizado pela UDN, mas por Vargas que se apresentava como candidato de oposição. As propostas liberais de Eduardo Gomes, além de inoportunas, eram impopulares, como em relação ao repúdio ao salário mínimo. Já Vargas ressurgia no cenário nacional como o campeão do trabalhismo.

A vitória de Vargas provocou reações dos antigetulistas. O deputado udenista, Aliomar Baleeiro, entrou com um recurso contra a posse de Vargas por este não ter obtido a maioria dos votos. Os apelos dos antigetulistas aos militares contra os perigos de um retorno de Vargas não surtiram efeito.

Vargas estava fortalecido entre os militares com a vitória dos nacionalistas no Clube Militar em meados de 1950, que advertiam que o Brasil deveria manter-se atento tanto sobre a sua soberania quanto sobre a exploração dos recursos naturais. Dutra e chefes militares como Góes Monteiro e Estillac Leal mantinham uma posição legalista. Em dezembro de 1950, o TSE homologou a posse de Vargas.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Na eleição para a Câmara Federal em 1950, o PSD caiu de 53% para 37% das cadeiras, a UDN também decresceu de 26% para 24,4% e o PTB passou de 7,5% para 16,8%, posto o PCB na ilegalidade, como destaca Maria do Carmo Campello de Souza (1983).

A linha política traçada no *Manifesto de Agosto* continuou formalmente durante todo o segundo governo Vargas, considerado um importante aliado em 1945 agora era um governo de “traição nacional”, principal “agente do imperialismo” no Brasil, e era preciso derrubá-lo.<sup>27</sup>

Embora a “guinada à esquerda” apareça em grande parte como uma conseqüência de transformações que ocorreram no plano internacional, foi uma resposta do PCB ao conjunto de medidas repressivas adotadas pelo governo Dutra que frustrou sua expectativa de evolução eleitoral dentro da lei e da ordem (Rodrigues, 1991: 415-416; Gorender, 1990: 21).

A política sindical dos comunistas no segundo governo Vargas

Para Brandão (1997: 226-227), na primeira metade da década de 1950, o PCB quase se reduziu a entreposto do chamado Movimento Comunista Internacional (MCI),<sup>28</sup> e as “lutas tidas como “nacionais” – pelo monopólio estatal do petróleo, contra o envio de tropas à Guerra da Coréia e contra os acordos militares com os Estados Unidos” –, travadas originalmente não por “nacionalismo”, considerado uma “ideologia pequeno-burguesa”, mas por “internacionalismo proletário”, isto é, porque prejudicava o imperialismo norte-americano e beneficiava os soviéticos.

---

<sup>27</sup>. Como destaca Gorender (1990: 22), a proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio, não havia disposição nem meios para repetir a quartelada de 1935; as tentativas dos posseiros de Porecatu no Norte do Paraná, e de Trombas de Formoso em Goiás, foram locais e solucionadas nesses âmbitos, a primeira terminou em derrota dos posseiros combatentes, a segunda com a vitória e a posse da terra.

<sup>28</sup>. De acordo com Brandão (1997: 226), a ligação entre o PCB e o PCUS, interrompida desde o início da Segunda Guerra Mundial, e formalmente desde a dissolução da III Internacional em 1943, foi retomada em 1949 por ocasião do congresso do PC tcheco, o qual compareceu Diógenes Arruda, “dentro do movimento mundial de resistência da esquerda ao Plano Marshall e da operação soviética de isolamento da dissidência iugoslávia”.

Intelectualmente, a prolongada ilegalidade do PCB favoreceu “a sua subordinação aos ditames e zigzagues da política soviética”, sobretudo “à concepção e ao modo de fazer política do marxismo de matriz soviética”, do sistema do “culto a personalidade” ao dogmatismo da teoria; para confirmar “as leis gerais da revolução” na realidade nacional, o PCB forçava a significação de certos acontecimentos (Brandão, 1997: 228).

Com a “guinada à esquerda” desde 1948, ao mesmo tempo em que negou a participação nas “instituições democrático-burguesas”, o PCB na área sindical combateu a estrutura oficial e partiu para a criação de sindicatos paralelos numa infrutífera tentativa de reviver a CTB.

Como coloca Vinhas (1982: 129-130), os comunistas passaram a considerar os sindicatos “órgãos do Estado e do governo burgueses e latifundiários”, e partiram para a criação de “organizações novas, revolucionárias, puras, “autônomas”, “independentes”, “paralelas””; tentaram “tirar greves”, em geral fracassadas, “tanto pelos métodos empregados como pelas propostas encaminhadas”, processo que desfez a rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e outros setores sociais, e levou muitos a abandonarem o PCB, pois não se ajustavam a “linha esquerdista”.

Porém, muitos militantes comunistas não acataram “as deliberações do partido que determinavam o abandono dos sindicatos oficiais e o aberto confronto com essas “arapucas do governo”; durante o “segundo governo Vargas, os comunistas não hesitaram em retomar antigos sindicatos, sem qualquer perspectiva de construção de uma estrutura sindical alternativa” (Silva; Costa, 2001: 253).

Depois de 1º de maio de 1951, com a suspensão da exigência do atestado de ideologia através do qual o Ministério do Trabalho policiava as chapas que concorriam às eleições sindicais, “os comunistas viram crescer suas possibilidades de se fortalecer junto ao movimento operário” (Boito Jr., 1976: 56).

Em outubro de 1952, em meio à greves por aumentos salariais e pelo controle da inflação, Vargas num discurso enfatizou a participação dos trabalhadores pela liberdade sindical e “a preparação do proletariado para a participação no governo através do processo legal e constitucional do voto livre e secreto”; João Goulart tornou-se alvo dos ataques da oposição conservadora, que se intensificavam com as mobilizações (Villa, 2004: 21).<sup>29</sup>

Em 1952, diante a resistência do setor sindical, o CC do PCB realizou um amplo “ativo sindical nacional” que ratificou a prática sindical dos militantes do setor, a “Resolução Sindical” de 1952 determinou a volta aos sindicatos oficiais, a aliança com forças ali atuantes, a retomada da luta pela sindicalização e pela unidade sindical (Vinhas, 130).

Paralelamente, a “campanha do petróleo”,<sup>30</sup> movimento que o PCB se inseriu ativamente a partir do início dos anos 50 em união com outros setores nacionalistas,<sup>31</sup> os comunistas estabeleceram alianças sindicais com os

---

<sup>29</sup>. João Goulart, conterrâneo e protegido de Vargas, então deputado federal e presidente do PTB, era cogitado para a pasta do Trabalho, então chefiada por Segadas Viana, que havia substituído Danton Coelho em setembro de 1951 (Villa, 2004: 19-20).

<sup>30</sup>. O petróleo como problema nacional remonta aos anos 30, mas foi após o Estado Novo que ocorreu o choque entre os interesses nacionais e os grupos petrolíferos estrangeiros, que culminou com a Campanha do Petróleo (1947-1953), que reuniu militares, parlamentares, intelectuais e estudantes contrários a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera (Cohn, 1968).

<sup>31</sup>. Posição diferente da assumida na Constituinte de 1946, em que o PCB não apresentou nenhuma emenda ao texto constitucional sobre a questão do petróleo (Cohn, 1968: 83), e endossou “uma política petrolífera numa direção liberal, vulnerável à influência dos monopólios externos, na medida em que a Constituição autorizava a participação de brasileiros ou de empresas organizadas no país” (Dulci, 1986: 112). Em 1947, a bancada comunista através de Carlos Mariguella apresentou dois projetos que excluíam a solução do monopólio estatal do petróleo, e em 1948, com a rejeição do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, os projetos do PCB foram anexados e arquivados (Cohn, 1968: 121, 124).

trabalhistas e os católicos baseadas na defesa da aplicação da CLT, e desenvolveu atividades junto aos trabalhadores rurais pela expansão dos direitos, mas o Ministério do Trabalho não reconheceu os sindicatos rurais.

O retorno aos sindicatos oficiais e a aliança com os trabalhistas valeram ao PCB a direção dos sindicatos mais representativos do país, como os têxteis e metalúrgicos de São Paulo, e a liderança na “greve dos 300 mil”.<sup>32</sup>

Em março-abril de 1953, a “greve dos 300 mil” em São Paulo mobilizou várias categorias (têxteis, metalúrgicos, marceneiros, gráficos e vidreiros) por um aumento de 60% contraposto a 20% oferecidos pelas empresas, e se estendeu da capital ao interior do estado durante 29 dias, e resultou num reajuste de 32% determinado pela Justiça do Trabalho.

Para a coordenação da greve nas diferentes categorias foi criada uma Comissão Central da Greve, integrada por representantes dos sindicatos participantes que após a greve se transformou no Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que, como o CTB, agrupava sindicatos e federações reconhecidos oficialmente, mas não era forma de organização prevista pela lei.

Em junho de 1953, o ministro do Trabalho, Segadas Viana, que havia substituído Danton Coelho em meio a surto grevista em setembro de 1951 – Coelho havia saído da presidência do PTB, ocupada por João Goulart na convenção nacional de junho de 1951 –, invocou a legislação de guerra para convocar os marítimos em greve nacional ao trabalho, e diante dos crescentes

---

<sup>32</sup> A greve geral ocorreu após a eleição para prefeito de São Paulo, a primeira desde 1937. Além do candidato governista (PSP), concorriam o candidato do PDC, Jânio Quadros, que atuava junto aos sindicatos e as associações de bairro da periferia, e Wladimir de Toledo Piza, apoiado pelo PCB, que realizaram uma manifestação contra a carestia que reuniu 100.000 pessoas, em sua maioria operárias, porém Piza obteve apenas 20.000 votos (Vinhas, 1982: 138). Sobre a “greve dos 300 mil” ver José Álvaro Moisés, *Greve de massas e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo)*, São Paulo, Polis: 1978.

protestos pediu demissão no segundo dia da mobilização (Villa, 2004: 20, 22).

Goulart, que não tinha poupado críticas a Segadas na greve nacional dos marítimos, bem como na “greve dos 300 mil”, assumiu a pasta do Trabalho, e atendeu em parte as reivindicações dos grevistas. A unidade sindical era proibida, mas isso não impediu que o novo ministro procurasse uma aproximação junto ao movimento sindical.

As mudanças na pasta denotavam a preocupação de Vargas com a tendência “autonomista” do movimento sindical. Como destaca Marco Antonio Villa (2004: 23), Goulart inaugurou uma nova forma de trabalho, “as Delegacias Regionais do Trabalho passaram a ser controladas por políticos do PTB, e a Previdência Social teve nos seus conselhos administrativos a participação de dirigentes sindicais, que controlavam vultuosos recursos”, o que permitiu a consolidação do PTB em todo o país.

Nos meses seguintes após a mudança ministerial, elevou-se o tom das reivindicações trabalhistas e aumentou o número de greves. Conforme previsto em lei, o governo estimulou uma organização dos trabalhadores rurais – atitude criticada pela Sociedade Rural Brasileira ao Conselho de Segurança Nacional –, e uma atualização e ampliação do sistema previdenciário.

Seguindo os “ditames do ministério, o dirigente sindical ia vendo atendidas as suas reivindicações; quando atuava de forma autônoma, como os marítimos que tentaram organizar uma nova greve nacional, em outubro de 1953, vinha a repressão violenta, com a intervenção nos sindicatos e a destituição das diretorias” (Villa, 2004: 23).

A liberdade sindical era algo a ser conquistada, porém, as ações de Goulart despertaram a reação da classe média, e a UDN o apontava

constantemente como um oportunista “demagógico” que desejava subir ao poder na crista da onda do movimento sindical; a oposição liberal alardeava a formação de uma “república sindicalista”, dirigida por “pelegos”, de inspiração peronista; os principais órgãos da imprensa e a UDN dirigiam uma campanha anti-Jango, e intensificaram os ataques à Vargas, a quem queriam de fato atingir.

Nos primeiros anos do segundo governo Vargas ocorreu um aumento da atividade sindical, manifesto no aumento do número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados, e, apesar do decreto 9.070, ocorreu um aumento do número de greves mais amplas que envolviam trabalhadores de empresas importantes (Rodrigues, 1981: 539).

As lideranças da “greve dos 300 mil” exploraram “os espaços legais existentes, tanto canalizando o movimento para dentro dos sindicatos como utilizando as próprias posições de Vargas, que anteriormente havia apelado para que os sindicatos apoiassem a luta contra a exploração dos grupos internacionais” (Vinhas, 1982: 131).

Essa compreensão do trabalhismo se manifestava entre os comunistas que defendiam a *Resolução Sindical* de 1952, que, como destaca Moisés Vinhas (1982: 132), “apelavam para um artifício para “resolver” a contradição” com o *Manifesto de Agosto*, isto é, que não faziam uma aliança com Vargas, seu arquiinimigo, mas com o PTB, “uma coisa bem diferente”.

A despeito da prática sindical, em dezembro de 1953, o PCB lançou um “Projeto de Programa” que continuou a afirmar que o governo Vargas era um instrumento dos imperialistas norte-americanos, um governo de “traição nacional” que facilitava “a penetração do capital americano” no país, “a crescente dominação dos imperialistas norte-americanos e a completa

colonização do Brasil”; a “revolução agrária e antiimperialista”, a “revolução democrática de libertação nacional”, recolocava a derrubada de Vargas, rompendo com a legalidade democrática pregava a sua substituição por um governo democrático, popular e de libertação nacional formado pela classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena-burguesia, em aliança com a burguesia nacional.<sup>33</sup>

#### A crise de agosto de 1954

Em dezembro de 1951, Vargas apresentou um projeto para criar a empresa Petróleo Brasileiro S.A., de capital misto sob controle acionário da União que ficaria com o monopólio da perfuração de petróleo e das refinarias, excluídas as existentes sob propriedade particular, e a distribuição dos produtos continuaria privada, com 10% das ações livres ao capital estrangeiro.<sup>34</sup>

Com o acirramento da “guerra fria” com o conflito na Coréia, o PCB – contrário ao envio de soldados brasileiros solicitado pela ONU em junho de 1951 – que denunciava abusos imperialistas no Brasil, encampou o monopólio estatal do petróleo com uma postura agressivamente antiamericana num sentido anti-Vargas, e fez coro com “O Petróleo é Nosso” da UNE que ganhou as ruas.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup>. Desde o *Manifesto de Agosto*, o imperialismo norte-americano tornou-se o centro dos ataques, posição reafirmada no “Projeto de Programa” de dezembro de 1953, ver Carone (1982: 114-120).

<sup>34</sup>. Em 1947, o PCB propôs a criação de sociedades de economia mista sob controle estatal, que antecipava a solução de Vargas, e não empresas privadas como propunha o anteprojeto de Dutra. Apesar do cunho nacionalista, os projetos do PCB de 1947 “refletiam o caráter insolúvel da tarefa que se impunham os seus autores”, a conciliação entre “a participação de empresas privadas com a invulnerabilidade aos grandes grupos internacionais, nesse setor” (Cohn, 1968: 123), o PCB estava voltado para a sustentação do projeto de “União Nacional”.

<sup>35</sup>. O PCB teve uma participação inegável na Campanha do Petróleo, mas a questão teve pouca consistência mesmo na apresentação dos projetos em 1947. Foi “mais tarde, alertados pelos

porta-vozes nacionalistas da Campanha do Petróleo, e tendo percebido a importância política desse movimento” é que os comunistas engajaram-se com vigor (Cohn, 1968: 124).

Na oficialidade do Exército haviam alguns nacionalistas que compartilhavam, em parte, a atitude do PCB em relação à disputa militar entre os dois blocos mundiais, que em fins de 1950 sugeriram ser os EUA os responsáveis pela guerra na Coreia, e recomendavam a mais estrita neutralidade na questão. Em março de 1952, o recuo de Vargas frente ao Acordo Militar com a assinatura do Pacto de Defesa Militar Brasil/EUA provocou a demissão do ministro da Guerra, Estillac Leal.<sup>36</sup>

Em maio de 1952, os militares agrupados na Cruzada Democrática (cujo presidente de honra era Eduardo Gomes) venceram a eleição do Clube Militar com a chapa Alcides Etchegoyen/Nelson de Melo, que viam a questão do petróleo como uma questão de segurança nacional e estavam dispostos “a acabar com a discussão pública do assunto na órbita militar”.<sup>37</sup>

Vargas cedeu ao monopólio estatal do petróleo, a maioria das opiniões na Câmara era favorável, inclusive a maioria da UDN que subitamente tornou-se sua adepta. A Petrobrás foi aprovada em outubro de 1953. A política de desenvolvimento econômico provocou a reação dos EUA que arrefeceu o ímpeto da opinião nacionalista.<sup>38</sup>

Vargas voltou a atacar as excessivas remessas de lucros das empresas estrangeiras, consideradas obstáculos à Petrobrás e ao Plano

---

<sup>36</sup>. Sobre a posição do PCB diante o Acordo que tramitava no Câmara ver “O Acordo Militar Brasil x Estados Unidos”, *Voz Operária* (16/08/1952), em Carone (1982: 112-114).

<sup>37</sup>. A Cruzada Democrática defendia a liderança norte-americana na “guerra fria” e acusava a ala nacionalista de colaborar com o comunismo internacional, postulava um “nacionalismo racional”, menos crítico aos investimentos estrangeiros. A vitória da Cruzada Democrática demonstrava uma mudança evidente no corpo de oficiais. Vargas perdeu terreno no segmento mais importante das três Armadas; quanto à Marinha e à Aeronáutica, era certo que a maioria de seus oficiais era anti-Vargas, particularmente a última (Dulci, 1986: 116, 119).

<sup>38</sup>. Para Weffort, nos anos 50, “a paixão nacionalista pelos esquemas ideológicos” generalizou-se a tal ponto “que a expressão ‘populismo’ chegou praticamente a desaparecer do vocabulário

político”, já para Ferreira (2001: 115), a afirmação de Weffort carece de comprovação empírica, a expressão *não* “chegou a praticamente desaparecer”, pois sequer ela existia antes de 1945. Nacional de Eletrificação, acusou as empresas estrangeiras de fraudarem os lucros e serem as responsáveis pelas dificuldades econômicas. Vargas prosseguiu com a substituiu da feição liberal do governo Dutra por uma política intervencionista, e através de um planejamento impulsionou a criação de estatais, sem rejeitar o capital estrangeiro privilegiava o capital nacional.

A postura nacionalista e os acenos à classe trabalhadora erodiam o precário apoio externo de Vargas – em 1953, a Comissão Mista Brasil-EUA encerrou formalmente os trabalhos, os empréstimos do BIRD declinaram ainda mais em 1954 e se seriam nulos entre 1955-57, assim “como o apoio das elites militares e civis (e classes médias) partidárias de maior aproximação política e econômica” com os EUA (Fausto, 1986: 73, 72).

Desde 1953 a campanha oposicionista passou a se concentrar em acusações de corrupção que envolveria a fundação do jornal pró-Vargas, o *Última Hora*. Em junho de 1953, a UDN conseguiu formar uma CPI para apurar os empréstimos cedidos pelo BB para Samuel Weiner fundar o jornal.

A oposição parlamentar conhecida como “Banda da Música” contava com o apoio dos grandes jornais simpáticos ao antigetulismo, como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *O Jornal* e as diversas publicações dos *Diários Associados*, propriedade do senador Assis Chateaubriand, como *O Cruzeiro*, revista de vasta circulação, bem como o jornal carioca *Tribuna da Imprensa* fundado por “Carlos Lacerda em fins de 1949, que encarnava, mais que qualquer outra publicação, o estilo agressivo que celebrizou a ala radical da UDN” (Dulci, 1986: 109).

No decorrer de 1951-1952, o empresariado comercial que tinha apoiado a posse de Vargas deslocou-se à oposição, passou a discordar do Ministério da Fazenda, particularmente da CEXIM que canalizava para a indústria as divisas externas. Após a “greve dos 300 mil”, a burguesia comercial prosseguiu com “a exigência do livre cambio, do fim do sistema de licenças para importação e a insistência na necessidade de se extinguir a CEXIM” (Boito Jr., 1976: 23). Resumidamente, opunha-se à fórmula intervencionista.

Em 22 de fevereiro de 1954, João Goulart diante um crescente número de greves que contava com a participação dos comunistas, que não encontraram obstáculos por parte do ministro do Trabalho, que nada fazia para desencorajar a onda de greves e protestos que ocorria no país, anunciou um aumento de 100% do salário-mínimo.

No decorrer de 1954, com o apoio do PCB foi acirrada a campanha contra o governo Vargas acusado de corrupção. A UDN desenvolveu uma intensa campanha parlamentar, jornalística e de articulação militar, o qual se somavam os apelos da *Tribuna da Imprensa* à sua deposição, e da Cruzada Democrática que apresentou em fevereiro um “Memorial dos Coronéis”.<sup>39</sup>

O Memorial foi entregue ao ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, mas chegou às mãos de Vargas no dia 22 de fevereiro, dez dias depois de assinado – neste ínterim, Goulart oficializou a proposta de aumento de 100% do salário mínimo –, dia em que substituiu Goulart e Cardoso por Hugo de Faria e Zenóbio da Costa, o primeiro um burocrata do Ministério do Trabalho, o outro um oficial conhecido por sua franca oposição a infiltração comunista nas Forças Armadas, e tinha apoiado a posse de Vargas.

<sup>39</sup>. O Memorial destacava uma “crise de autoridade” e discordava da tônica redistributivista da política salarial, cujo nivelamento dos salários redundava em desprestígio para os militares descontentes com a proletarização da carreira; sem mencionar o nome de Goulart, o Memorial dirigia-se contra o Ministro do Trabalho. Ver Skidmore (2000: 163-167). O Memorial não foi apenas uma ameaça ao governo, mas também ao movimento operário.

Enquanto o empresariado industrial e comercial comemorava a destituição de Goulart, no dia 1º de maio de 1954 Vargas decretou o aumento de 100% do salário-mínimo e encorajou os trabalhadores a se unirem “nos sindicatos para fazer valer seus interesses junto “aos poderosos”, e que, bem proximamente, os trabalhadores estariam no poder” (Boito Jr., 1976: 105).<sup>40</sup>

Isolado dos interesses das elites econômicas com o seu trabalhismo e nacionalismo, Vargas buscou o apoio dos trabalhadores dando espaço para suas atividades sindicais e cedendo às suas reivindicações.

Após o 1º de maio o empresariado industrial rompeu com Vargas. A FIESP não apenas impetrou recursos contra o aumento do salário mínimo, “mas também contra a linguagem do discurso” de Vargas, que teria utilizado conceitos claramente “subversivos”, contra a ordem e as “tradições do país”, em claro desrespeito às “classes conservadoras” (Boito Jr., 1976: 105).

Ao lado da UDN e seus correligionários militares, dos empresários comerciais e da imprensa oposicionista, se somaram os industriais em luta nos tribunais contra o aumento do salário mínimo, finalmente declarado legal pelo STF que tomou a decisão sob ameaça de greve geral.<sup>41</sup>

Na madrugada de 24 de agosto, após uma reunião ministerial

---

<sup>40</sup>. Ressaltando o elemento “manipulação” do populismo, para Armando Boito Jr. (1976: 105), o 1º de maio marcou “uma vitória do populismo sobre a independência da classe operária”. Para Boito Jr. (1976: 105), após o 1º de maio o PCB com convicção cada vez menor opunha-se à Vargas (cabe destacar que o PCB propunha a derrubada de Vargas nos momentos anteriores a crise de agosto, e convergia com os golpistas), mas a partir de agosto de 1954 ele passou “a contribuir decisivamente para reabilitar a memória de Vargas”, isto é, “reabilitar a ideologia populista no seio da classe operária”, após aderir ao sindicalismo corporativo e aos pactos e alianças estratégicas populistas. Apesar de Boito Jr. compartilhar o conceito de populismo com Weffort, discorda deste ao afirmar que o que se seguiu a 1954 não foi uma “sobrevida do populismo”, isto é, que o PCB

teria aderido as perspectivas populistas quando elas já estavam derrotadas, ao contrário, o “populismo” saiu fortalecido da crise e nada garantia o seu fim próximo (Boito Jr., 1976: 110).

<sup>41</sup>. No dia 5 de agosto, um atentado contra Carlos Lacerda, que segundo o inquérito da Aeronáutica envolvia o chefe da guarda pessoal de Vargas, somou-se às revelações de corrupção no palácio presidencial. No dia 21, ocorreu uma atitude civil de grande impacto, o vice-presidente Café Filho (eleito pelo PTB-PSP, mas com mais afinidades com o udenismo) propôs uma dupla Vargas renunciou; o suicídio na manhã do dia 24 provocou uma reação popular que surpreendeu seus oponentes com uma onda de simpatia por Vargas que os repudiava; Lacerda deixou o país a espera que a fúria do povo passasse, caminhões do jornal *O Globo* foram queimados. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre ocorreram demonstrações de rua, ataques a jornais antigetulistas e ameaças as instalações do governo norte-americano reprimidas pelas forças policiais e militares. Café Filho passava da renúncia à posse da Presidência.

O PCB que seguia a política do *Manifesto de Agosto*, cujo jornal *Imprensa Popular* pedia a cabeça de Vargas em manchete (Vinhas, 1982: 133), via sua política convergir com os golpistas. Os militantes comunistas por decisão espontânea “se uniram aos trabalhistas nos protestos contra a vitória dos golpistas”, mas isso não impediu que em Belo Horizonte e Porto Alegre as sedes de publicações comunistas fossem depredadas (Gorender, 1990: 22).

Com o suicídio de Vargas o *Manifesto de Agosto* foi discretamente posto de lado, e o PCB mudou radical e rapidamente sua atitude para com o PTB e outras correntes então consideradas progressistas.

O PCB denunciou Café Filho como golpista de confiança dos norte-americanos, propôs uma unidade sindical e eleitoral com os “trabalhadores getulistas” em defesa da Constituição, da liberdade de reunião, de imprensa e sindical, do direito de greve, contra a carestia da vida e pelo congelamento de preços, e uma aliança eleitoral baseada numa plataforma democrática e antiimperialista para garantir a vitória dos patriotas (Carone, 1982: 126).<sup>42</sup>

renúncia, e ante a recusa de Vargas discursou no Senado, o que deu maior solidez à exigência. Dos dias 22 a 24, as três Armas se mobilizaram pela destituição de Vargas (Dulci, 1986: 123).

<sup>42</sup> Sobre a posição do PCB frente ao governo Café Filho ver o “Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho” (01/09/1954) em Carone (1982: 120-123); sobre a aliança com o PTB ver “A aliança com o PTB” (02/10/1954), *Voz Operária* em Carone (1982: 123-126).

Nas eleições de outubro de 1954 para a renovação do Congresso Nacional, das Assembléias e de metade dos governadores estaduais revelaram que a crise política pouco afetara a opinião dos votantes. O PTB passou de 51 para 56 cadeiras na Câmara Federal, a UDN caiu de 84 para 74, e o PSD passou de 112 para 114 cadeiras. Os “candidatos de Prestes” usaram a legenda do PRT, mas a principal foi a do PTB, porém, os poucos deputados eleitos foram vetados (Brandão, 1997: 187).

A partir de 1946 até 1964, as palavras “populismo” e “populista” surgiram lentamente nas páginas dos jornais, mas raramente eram empregadas, e não tinham o objetivo de desmerecer ou insultar o adversário, mesmo na linguagem virulenta dos lacerdistas elas estavam ausentes: acusavam Vargas e Goulart de criminosos a demagogos, de corruptos a golpistas, de ladrões a ignorantes, e disseminavam imagens extremamente negativas dos dois trabalhistas, porém “populismo” e “populista” não constavam no rol de acusações (Ferreira, 2001: 113-115).

#### O IV Congresso e a sucessão presidencial (1955)

A despeito do impacto da crise de agosto, o distanciamento entre a prática partidária e a teoria prosseguiu indiferente para a direção do PCB, o IV Congresso realizado de 7 a 11 de novembro de 1954 ratificou as concepções básicas e propostas fundamentais do *Manifesto de Agosto*; realizado sob rigorosa clandestinidade com a indicação dos delegados pela

direção do PCB, aprovou integralmente por unanimidade os informes de Prestes, em clandestinidade absoluta, Arruda Câmara e João Amazonas.

O novo Programa substituiu a proposta de derrubada de Vargas – então sepultado – pela “derrubada do atual governo”, que “podia ser o de Café Filho, como o de seus sucessores” (Gorender, 1990: 23), e a formação de um “governo democrático e de libertação nacional”.

Os pressupostos do atraso econômico brasileiro estariam nos investimentos estrangeiros, particularmente os norte-americanos, e no latifúndio semifeudal, considerava o Brasil “um país semicolonial e semifeudal”, e o “atual governo” um representante dos latifúndios e grandes capitalistas, instrumento servil do imperialismo ianque; defendia o confisco dos monopólios norte-americanos e da burguesia brasileira aliada dos ianques (abandonou a expropriação indiscriminada), e a entrega das terras aos camponeses.

O novo Programa “era um programa radical de desenvolvimento econômico nacionalista baseado nos investimentos estatais (e sob a chefia do PCB), sintetizado no item 31, que propunha “atrair a colaboração de governos e de capitalistas estrangeiros cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam a industrialização e se submetem às leis brasileiras” (Rodrigues, 1981: 418).<sup>43</sup>

O governo Café Filho seguia o caminho oposto ao que apontava o IV Congresso. No início de 1955, a SUMOC, então chefiada por Otávio Gouveia Bulhões, fiel partidário de Eugênio Gudim, baixou a Instrução 113 que permitiu investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, e assegurava ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais

<sup>43</sup>. Ver o “IV Congresso do PCB” em Carone (1982: 126-136). Cabe destacar que do IV Congresso saiu fortalecido um grupo que iria romper com o “partido de Prestes” e fundar o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962, entre os quais figurava Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Gabrois, Ângelo Arroio entre outros.

com uma classificação prioritária definida pelo governo, e induziu os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros através de uma gama de facilidades.

A contradição entre as elaborações e a prática dos comunistas ressurgiu na sucessão presidencial de 1955, processo aberto por Café Filho que reafirmou sua intenção de realizar a eleição em outubro, e endossou junto com a cúpula militar antigetulista um candidato de “união nacional” que não se efetivou.

Em fevereiro de 1955 o PSD indicou a candidatura presidencial do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, herdeiro de uma das alas do sistema político de Vargas. Em abril o PTB aliou-se ao PSD com João Goulart para vice-presidente e ficou com as pastas do Trabalho e da Agricultura. Em maio, Ademar de Barros após perder o governo paulista para o janismo em 1954, entrou na disputa eleitoral como concorrente de Kubitschek.

A UDN após um apoio inicial a Etelvino Lins, candidatura dissidente do PSD lançada em abril, em junho passou a apoiar o general Juarez Távora (PDC), líder tenentista e aliado de Vargas na “revolução de 30”, que após 1945 tornou-se seu opositor ao lado da Cruzada Democrática, comandante da Escola Superior de Guerra, núcleo antigetulista participante nos eventos de agosto de 1954. A UDN completou a chapa com Milton Campos vice-presidente.

Na ilegalidade, o PCB efetivou uma aliança eleitoral com o bloco burguês dito “progressista”, condenou o absentéismo de 1950, apoiou Kubitschek (com quem negociou a legalização do Partido) e Goulart afirmando que estes “estavam dispostos a lutar contra o golpe, pelas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida do povo”, cuja vitória daria

“novo impulso às forças democráticas e patrióticas”, e modificaria a “correlação de forças políticas favoráveis à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil”, e estendeu “fraternalmente a mão aos trabalhadores getulistas”, afirmou que “comunistas e trabalhistas” constituíam “poderosa força entre os trabalhadores das cidades e do campo” “capaz de defender com êxito as leis sociais já conquistadas, a liberdade sindical, o direito de associação, as conquistas e reivindicações das massas trabalhadoras” (Carone, 1982: 138).<sup>44</sup>

A candidatura Távora enfatizava os apelos moralistas familiares à UDN, e diferente das campanhas de Eduardo Gomes em 1945 e 1950, prometia conservar a legislação social, e apresentou uma política econômica tímida, cuja ação do governo seria fiscalizadora para um equilíbrio econômico. Já Kubitschek propunha uma industrialização acelerada com a máxima participação dos setores privados e públicos, estes últimos voltados para energia e transporte, e apelava aos sentimentos democráticos da classe média.

A chapa Kubitschek/Goulart com o apoio do PCB recrudescer os ardorosos sentimentos antigetulistas, e alimentou a campanha golpista que tinha curso através de organizações como o Clube da Lanterna e a Cruzada Brasileira Anti-Comunista, e obtinha repercussão junto à oficialidade jovem das Forças Armadas (Dulci, 1986: 134).

A eleição foi realizada na data marcada, Kubitschek obteve 3.077.411 votos (36%), Juarez Távora, 2.610.462 (30%), Ademar de Barros, 2.222.725 (26%) e Plínio Salgado, 714.379 (8%); Goulart obteve 3.591.409 votos (44%), Milton Campos, 3.384.739 (42%), e Danton Coelho, 1.140.281 (14%).

A candidatura de Plínio Salgado solicitada pessoalmente por Kubitschek ajudou a dividir os votos que iriam para Juarez Távora (Benevides,

---

<sup>44</sup>. “Manifesto eleitoral do PCB” (agosto/1955), Carone (1982: 136-139).

1976: 97). Por outro lado, o PCB não estava dividido quando apoiou integralmente Kubitschek/Goulart, por isso foi um dos fatores que motivaram a tática udenista de impugnação baseada na “ilegalidade” dos votos comunistas.

45

Derrotada pela terceira vez, a UDN iniciou uma batalha judicial contra a posse de Kubitschek/Goulart, baseada na tese da “maioria absoluta” e na “ilegalidade” dos votos comunistas. A UDN afirmava que o PCB, ilegal desde 1947, tinha votado em bloco orientado por um manifesto de Prestes, e descontados tais votos a partir dos resultados obtidos pelo PCB em sua última eleição, a chapa Távora/Campos era a vencedora (Dulci, 1986: 135).

No dia 1º de novembro, o coronel Jurandir Mamede pronunciou um discurso contra a posse dos eleitos; o ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, pediu permissão para punir Mamede; dois dias depois Café Filho afastou-se por motivo de saúde, e assumiu o Executivo o presidente da Câmara, Carlos Luz, saudado pela *Tribuna da Imprensa*. Diante a recusa do então presidente em atender a solicitação de Lott, este se demitiu.

Rapidamente os segmentos militares favoráveis à posse dos eleitos assumiram o controle da situação; Carlos Luz acompanhado de parte do Ministério retirou-se por mar para São Paulo onde esperava organizar uma reação. No dia 11 de novembro, o Congresso pressionado pelos militares destituiu Carlos Luz e conferiu a Presidência ao senador Nereu Ramos. Ao redor de Lott formou-se um dispositivo militar, um “tripé” que reunia o Ministério da Guerra, o Comando do 1º Exército e a Chefia de Polícia do Distrito Federal.

<sup>45</sup>. Para Moisés Vinhas, a pequena votação dos comunistas, 400 mil segundo a UDN, e 150 mil segundo avaliação mais realista do deputado federal Tancredo Neves (PSD), garantiu a vitória (Vinhas, 1982: 176). Num governo de Frente Popular não participa toda a burguesia, pois não se trata de um governo de “União Nacional”, uma ala permanece de fora, beligerante, tolerante ou, muitas vezes, cúmplice e na expectativa (Moreno, 2003: 30).

No dia 22 de novembro, Café Filho tentou reassumir a Presidência, mas foi impedido por uma segunda reação militar e pelo Congresso. No dia 24, a pedido dos ministros militares o Congresso decretou estado de sítio por um mês e instituiu a censura. Em dezembro o estado de sítio foi prorrogado até a posse de Kubitschek/Goulart em 31 de janeiro de 1956.

O PCB apoiou a decisão do Congresso e a ação das Forças Armadas em defesa do novo governo, e convocou os trabalhadores, as massas populares, os democratas e patriotas a lutarem contra os golpistas pelas liberdades democráticas e sindicais, pela anistia dos presos políticos, a revogação das leis de segurança e imprensa, e contra a carestia da vida. <sup>46</sup>

Para o PCB, a vitória de Kubitschek foi o resultado da unidade das forças democráticas contra as forças golpistas articuladas ao redor da candidatura Távora. Como coloca Vinhas (1982: 177), o PCB contrariamente as resoluções políticas se perfilou pelo cumprimento das regras do jogo democrático em agosto de 1954, no voto em Kubitschek e na crise de novembro.

#### *A Declaração de Março (1958)*

A acelerada expansão industrial sob Kubitschek, diferente da estratégia de Vargas baseada no crescimento do setor de bens de capital, privilegiou o setor de bens de consumo duráveis através de investimentos externos diretos estimulados pela Instrução 113, que apesar das críticas foi largamente empregada, e combinava uma estratégia internacionalizante do

---

<sup>46.</sup> Sobre o PCB na crise de novembro de 1955, ver “O golpe de Estado de Carlos Luz” (14/11/1955), e “A queda de Café Filho” (24/11/1955), em Carone (1982: 140-143). arranjo industrial com um discurso nacional-desenvolvimentista.

A adoção do planejamento foi acompanhada de acirrados debates entre os industriais, de um lado, os defensores desse intervencionismo como Roberto Simonsen que presidiu a FIESP, e Euvaldo Lódi que presidiu a Confederação Nacional da Indústria, e do outro, os adeptos da postura liberal como Eugenio Gudín e Otávio Gouvêa de Bulhões (Faoro; Silva, 1991: 55).

Formada em 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), uma aliança composta de setores do PSD (30 deputados), do PTB (11), do PTN (7), e do PR (3), baseava-se numa plataforma nacionalista que condenava o imperialismo e o capital estrangeiro, e apoiava um programa desenvolvimentista (Carone, 1985: 121).

Enquanto a “Ala Moça” do PSD – que ocupava as principais posições de liderança na Câmara e de importantes comissões parlamentares por ter apoiado intensamente a candidatura Kubitschek – integrava a FPN, <sup>47</sup> um “grupo de conservadores e simpáticos à participação do capital estrangeiro na economia nacional” formou a Ação Democrática Parlamentar (ADP).

Enquanto Kubitschek assumia o governo, o PCB paralisava com as críticas ao “culto à personalidade” e as denúncias de parte dos crimes de Stálin (falecido em 1953) do informe confidencial de Khruchev ao XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956. Nas palavras de Moisés Vinhas (1982: 178), essa crise “foi como um raio em céu azul” “nos arraias comunistas”, “há quem fale em verdadeiro estado de catalepsia, que durou meses”. <sup>48</sup>

---

<sup>47.</sup> Sobre a Ala Moça ver “Esses moços... - a trajetória da Ala Moça do PSD”, em Lúcia Hippolito, *De raposas a reformistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 139-186.

<sup>46.</sup> Após as dúvidas dos comunistas quanto a autenticidade das denúncias, virulentas críticas à Prestes (ainda na clandestinidade), Carlos Marighella, João Amazonas, e, principalmente, à Diógenes de Arruda Câmara (homem de confiança de Prestes), foram desferidas em agosto, na

Em outubro, à revelia da direção do PCB, o debate foi desencadeado por um grupo de intelectuais e jornalistas através da imprensa partidária (*Voz Operária, Imprensa Popular, Notícias de Hoje, Folha do Povo*); em novembro, Prestes em “escondimento voluntário” para os órgãos da repressão policial e do partido desde 1948 (Gorender, 1990: 28), enviou uma carta ao CC estipulando normas para o debate, a chamada “carta rolha” considerava inadmissíveis as críticas à URSS, ao PCUS, e ao marxismo. <sup>49</sup>

Em março de 1957, Agildo Barata divulgou o documento “Pela renovação e o fortalecimento do partido”, que rompia com a orientação do PCB, preconizava a democratização interna do Partido, a “independência” frente ao PCUS através de uma “linha de massas” capaz de estabelecer um “governo nacionalista, democrático e progressista” (Rodrigues, 1991: 425).

Em abril, o CC lançou um documento que defendeu Prestes e o centralismo democrático, e criticou o comportamento “fracionista” de militantes que exigiam uma autocrítica radical e propunham a dissolução do PCB. <sup>50</sup>

Em outra resolução lançada em abril, o PCB conciliou algumas teses dos “renovadores” com o Programa de 1954, afirmou a existência de condições favoráveis para a luta pela ampliação das liberdades democráticas e a formação de uma frente única na luta contra os monopólios norte-americanos, por outro lado, vislumbrou um processo de unificação das “forças patrióticas,

---

primeira reunião do CC após o XX Congresso, ampliada com grande número de intelectuais; a maioria do CC exigia uma profunda autocrítica, e uma caracterização dos reflexos do stalinismo no

PCB (Vinhas, 1982: 178-179). Há vários relatos do impacto do XX Congresso no PCB, como o de Vinhas, Jacob Gorender, Agildo Barata, entre outros. Para um acompanhamento do desenrolar dos debates desta crise político-ideológica ver Segatto (1995: 51-62).

<sup>49</sup>. Ver “Carta de Luís Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o debate político”, *Voz Operária*, (24/11/1957), em Carone (1982: 154-160).

<sup>50</sup>. Ver “Sobre a unidade do partido: resolução do CC” (abril de 1957), *Voz Operária* (20/04/1957), em Carone (1982: 165-160).

democráticas e populares” rumo “à frente democrática de libertação nacional, baseada na aliança operário-camponesa e dirigida pela classe operária”.<sup>51</sup>

Em maio os membros do grupo “antipartido” (a chamada “direita”) foram desligados ou se desligaram do PCB e criaram a Corrente Renovadora do Marxismo Brasileiro, de vida breve. A ruptura constituiu um duro golpe para o PCB já abalado com o XX Congresso; apesar de Agildo Barata ter ficado isolado no CC, abandonaram o PCB Bruzzi de Mendonça, o único deputado federal, a maioria dos jornalistas da imprensa comunista, grande parte da intelectualidade, e muitos dirigentes regionais (Rodrigues, 1991: 425).

A maioria do CC comprometida com o status quo anterior se dividiu. Em agosto, após dez anos Prestes compareceu a reunião do CC, que destituiu da Comissão Executiva os que resistiam as autocríticas – Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Graboys, foram substituídos por Giocondo Dias, Mario Alves, Calil Chade e Carlos Marighella –, e designou uma comissão para elaborar um documento sobre os reflexos do “culto a personalidade” no PCB.

Em agosto de 1957, o projeto de lei do voto ao analfabeto foi violentamente debatido e derrotado na Câmara Federal. A UDN prosseguiu o oposicionismo com um boicote ao orçamento proposto pelo governo para 1958/1959, mas o principal alvo dos ataques era Brasília, uma obra inflacionária.

De 15 a 25 de outubro 1957 ocorreu uma grande greve em São Paulo, no seu auge chegou a 400 mil grevistas e alcançou um reajuste salarial de 25% determinado pelo TRT. Janistas e petebistas, estes em aliança com os

---

<sup>51</sup>. Ver “A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do CC do PCB (04-1957)”, *Voz Operária* (20/04/1957), em Carone (1982: 165-175).

comunistas, disputavam a direção do movimento. Como em 1953, foi criado um Comando Intersindical de Greve que abrangia diversas categorias (metalúrgicos, vidreiros, têxteis, gráficos, entre outros).<sup>52</sup>

O PCB com um discurso pró-desenvolvimentista e uma oposição dentro da *ordem* não se chocava com Kubitschek, que após o fechamento da Liga de Emancipação Nacional e da intervenção no Sindicato dos Estivadores do Rio em 1956, não transigia com o PCB. Em 1958, a imprensa comunista floresceu, somava 67 jornais, revistas e semanários (Benevides, 1976: 98). O PCB instalou escritórios dos seus Comitês Estaduais e Municipais, onde ocorriam as reuniões e plenárias (Vinhas, 1982: 182).

Na esteira da “desestalinização” o PCB reformulou sua teoria da “revolução brasileira”. De dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, uma comissão secreta<sup>53</sup> desconhecida da CE e do CC, aprovada por Prestes, redigiu a *Declaração de Março de 1958* aprovada pelo CC com ligeiras modificações, e com os votos contrários de Amazonas e Grabois (Gorender, 1992: 29).

Diferente das elaborações anteriores, a *Declaração de Março* reconheceu o desenvolvimento capitalista no Brasil (este deixou ser caracterizado como semifeudal), que favorecia a luta pela democracia, e que deveria ter um sentido nacional e progressista, isto é, deveria resolver duas contradições: entre nação e imperialismo e seus agentes internos, e entre o

---

<sup>52.</sup> Não obstante suas palavras de ordem de cunho pragmático e doutrinário, os militantes comunistas canalizaram as demandas operárias nos locais de trabalho e no seio de parte da população atingida pela carestia; o PUI, visto como uma versão acabada de sindicalismo cupulista, aparece como canal privilegiado de expressão das reivindicações operárias e de indignação contra a política econômica do governo. Tendo ocorrido próxima as eleições, a “greve dos 400 mil” apresentou uma acirrada disputa entre diferentes partidos pelo voto operário (Silva; Costa, 2001: 258). Sobre a “greve dos 400 mil” ver Paulo Fontes, “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”, em Alexandre Fortes, *Na luta por direitos*, Campinas, Ed. Unicamp, 1988.

<sup>53.</sup> Articulada por Giocondo Dias, a equipe era formada por Mario Alves, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e Armênio Guedes.

desenvolvimento das forças produtivas e as relações semifeudais no campo.

Considerava a primeira etapa da “revolução brasileira” “antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática”, cujas tarefas deveriam ser realizadas por uma “frente única nacionalista e democrática” formada pela classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, com a burguesia e os latifundiários com contradições com o imperialismo norte-americano.

A despeito da caracterização de um caráter vacilante e conciliador da burguesia nacional, o PCB não condicionava sua participação na frente única a uma prévia direção do proletariado, e entendia que este devia disputar a sua liderança. O governo de JK era caracterizado como um governo heterogêneo composto por forças entreguistas e nacionalistas em conflito.

O “governo nacionalista e democrático” – ou de Frente Popular, tais termos não empregados pelo PCB –, definia-se como uma relação política de conciliação de classes dos aparatos operários dirigidos tanto pelo PCB como pelos trabalhistas com o bloco da burguesia considerado progressista, isto é, com as alas ditas nacionalistas.

A perspectiva da formação de um “governo nacionalista e democrático” podia se constituir pela via pacífica e parlamentar sob o regime vigente e não mais insurrecional, pois esta era uma tendência favorecida pela crescente democratização da vida política, pelo ascenso do proletariado, pelo

desenvolvimento da frente única, e pela situação política internacional que fortalecia a classe operária e os movimentos de libertação nacional.

A frente única apresentou as seguintes “soluções positivas”: 1) política exterior independente e de paz; 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4) elevação do nível de vida do povo; 5) consolidação e ampliação da legalidade democrática (Carone, 1982: 189-190).<sup>54</sup>

As relações dos comunistas com os trabalhistas que eram mais estreitas no movimento sindical também avançaram eleitoralmente, quando o PCB passou a defender categoricamente o aperfeiçoamento das conquistas da legislação social pela via parlamentar.

As eleições de outubro de 1958 (11 governadores, 21 senadores (1/3 do Senado), e 362 deputados federais) revelaram uma tendência oposicionista do eleitorado nos pleitos majoritários, já nos escrutínios proporcionais se manteve o predomínio da aliança PSD-PTB; o PSD passou de 113 deputados federais para 117; a UDN caiu de 74 cadeiras para 71; o PTB passou de 56 para 66 cadeiras; o PSP diminuiu de 31 para 26 cadeiras.

O PCB apoiou ostensivamente os candidatos petebistas, fato preocupante para o PSD e os setores conservadores do PTB. Nos comícios na Guanabara Lutero Vargas aparecia ao lado de Prestes, o mesmo aconteceu em Pernambuco na campanha Cid Sampaio. O PCB elegeu 12 deputados federais e estaduais, com exceção de um candidato apresentado pela Aliança Popular Nacionalista todos foram apresentados na chapa do PTB.

A aliança PSD-PTB durante os anos 50 repousava nos ganhos recíprocos assegurados “em termos de controle da máquina burocrática do

Estado”, na arena “legislativa e nos embates ideológicos era freqüente o dissenso entre ambos, a despeito de sua condição majoritária” (Souza, 1983:

---

<sup>54</sup>. Ver a *Declaração de Março* em Nogueira (1980: 3-27). No decorrer do trabalho as “soluções positivas” irão aparecer de forma mais detalhada e pontual acompanhado os debates da agenda política nacional, tanto no que se refere ao seu conteúdo nacionalista quanto democrático. O desacordo entre os comunistas com a nova política manifestou-se na campanha presidencial de 1960; o V Congresso do PCB expressou a profundidade da polêmica.

147), agora se desgastava no recrudescimento dos atritos entre os partidos e nas dissidências internas, e com o crescimento do PTB que passava a ser visto como potencial ameaça a posição hegemônica do PSD.

Num clima de euforia econômica e de tolerância política, os comunistas voltaram a agir livremente com maior área de ação na luta pela legalidade, momento em que se delineavam os debates do pleito presidencial, animados ao redor dos debates sobre a “questão nacional” e a carestia da vida.

## 2 - O PCB E O DEBATE NACIONALISTA EM 1959

Nos últimos anos do governo Kubitschek, os custos econômicos dos “50 anos de desenvolvimento em 5” e da construção de Brasília resultaram numa crise econômico-financeira que se manifestava num processo inflacionário e num crescente déficit da balança de pagamentos. Havia um clima nacional de euforia “desenvolvimentista”, mas eram crescentes as insatisfações sociais com os efeitos colaterais do crescimento.

A vitória da velha fórmula getulista PSD-PTB em 1958 teria o seu preço na deslegitimação do sistema partidário e do poder legislativo. O ano de 1959 abriu um período novo de lutas populares, e a disputa pela

determinação da política nacional, privilégio das elites dominantes, começou a ultrapassar a esfera político-partidária e penetrar nos movimentos sociais.

Desde o início de 1959, os comunistas viam-se frente a formação das alianças eleitorais para o pleito presidencial marcado para outubro de 1960, o primeiro grande desafio para a aplicação da nova política e a constituição da “frente única nacionalista e democrática” em âmbito nacional. Nacionalistas e os “entreguistas”

Em 1957 o balanço de pagamentos apresentou um déficit de US\$ 180 milhões; em 1958, US\$ 253 milhões; em 1959 o déficit foi de US\$ 154 milhões. O aumento do custo de vida na Guanabara, em 1957, foi de 17%; em 1958, 15%; em 1959 saltou para 39% (Leopoldi, 1991: 82-83).

Com o agravamento das dificuldades financeiras e de um processo inflacionário crescente, em parte devido aos gastos públicos com a construção de Brasília como acusava a oposição udenista, Kubitschek para atenuar a situação esperava um empréstimo de US\$ 300 milhões, mas os norte-americanos condicionavam o empréstimo à adoção de uma política de estabilização monetária nos moldes do FMI (Carone, 1981: 281).<sup>1</sup>

Em junho de 1958, em consequência do plano de estabilização apresentado pelo FMI, o ministro da Fazenda José Maria Alkimin foi substituído por Lucas Lopes (PSD), Roberto Campos assumiu o BNDE, e José Garrido Torres a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

O plano de estabilização baseava-se em drásticas medidas antiinflacionárias, restrição dos créditos, abolição dos incentivos aos cafeicultores, congelamento dos salários e a liberalização das taxas de câmbio.

Em setembro Lopes apresentou o Plano de Estabilização Monetária (PEM), aprovado pelo Congresso após a eleição parlamentar de outubro de 1958.

---

<sup>1</sup> Desde maio de 1958, com a proposta de formação da Operação Pan-Americana (OPA), Kubitschek havia feito esforços político-diplomáticos para captar recurso para os projetos de desenvolvimento, colocar o Brasil numa posição de liderança na América Latina, e assegurar boas relações com os EUA como seu aliado mais importante na região. As discussões da OPA se arrastaram durante 1959, e não estabeleceram uma política clara de ação econômica, mas tão somente um diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano (Moura: 1991: 32, 34).

O PEM era defendido por assessores do alto escalão do governo, mas foram os oposicionistas da UDN que se encarregaram de defender claramente a medida e apareceram como “pró-americanos”, enquanto os petebistas do governo, como o vice-presidente João Goulart, limitavam-se a denunciar a ingerência do FMI nos negócios internos (Carone, 1981: 281).<sup>2</sup>

O governo empreendeu uma série de alterações no sentido da liberação cambial envolvendo elevação do custo de câmbio, como a Instrução 175 da SUMOC, baixada em janeiro de 1959, que desvalorizou o cruzeiro aumentando o custo de 58 para 158 cruzeiros por dólar, e elevou o custo de importação do trigo e dos combustíveis. No mesmo mês houve um aumento do salário mínimo em 30%, porém, tratava-se de um reajuste frente à elevação do custo de vida desde o último ajuste salarial.

Eram freqüentes as viagens de representantes do governo brasileiro à Washington, bem como as visitas de representantes norte-americanos e do FMI ao Brasil. Lucas Lopes e Roberto Campos eram denunciados na imprensa comunista como agentes do FMI. No primeiro número do semanário *Novos Rumos*, na charge da primeira página intitulada “Bob, o motorneiro”, Roberto Campos aparece dirigindo um “BoNDE” carregado de dólares com o itinerário para Wall Street.<sup>3</sup>

Em março de 1959, Luís Carlos Prestes em entrevista ao jornal *Novos Rumos* sublinhou os “vacilos” do governo Kubitschek e suas conseqüências à sucessão presidencial, procurando dessa forma fortalecer a

---

<sup>2</sup>. Como coloca Caio Prado Junior (1961: 6), oposição da UDN entendida não contra a reacionária política econômica e social do governo, mas oposição facciosa de clã político em defesa dos interesses de sua clientela partidária.

<sup>3</sup>. Nos fins de fevereiro e início de março de 1959, começou a circular o semanário *Novos Rumos* que substituiu o jornal *Voz Operária* como órgão oficial do PCB.

posição nacionalista dentro e fora do governo:

O governo Kubitschek subiu ao poder apoiado pelas forças nacionalistas e democráticas. Sempre contou com o apoio popular ao adotar medidas favoráveis aos interesses nacionais, como, por exemplo, ao defender a Petrobrás e ao denunciar os acordos atômicos. Entretanto, o governo vacila, cede à pressão do imperialismo norte-americano e dos setores entreguistas (...)

Este é o setor responsável pelas medidas que mais desmoralizam o governo nos últimos meses. Refiro-me ao chamado “plano de estabilização monetária”, programa que determina o crescente esfomeamento do povo, contrário ao desenvolvimento econômico do país. Refiro-me também ao escândalo do petróleo boliviano, que obrigou as forças nacionalistas do povo e do Exército a exigirem a denúncia do acordo de Roboré e a demissão do agente norte-americano Roberto Campos (...)

Esta política incompatibiliza o governo com o povo e torna inviável o apoio das forças nacionalistas e populares a um candidato oficial, que surja bafejado pelo Catete (...)

Jânio Quadros se apresenta como opositorista (...) No entanto, em recente entrevista à imprensa do Rio, elogiou calorosamente o ministro Lucas Lopes (...) seria, na realidade, o continuador dos piores aspectos da política do atual governo (...)

Alguns círculos nacionalistas e forças políticas populares vêm se referindo aos nomes do marechal Lott e do vice-presidente Goulart como possíveis candidatos. São inegavelmente, homens de prestígio popular e que gozam de conceito entre as forças nacionalistas. Entretanto (...) Os patriotas que ocupam postos governamentais não podem omitir-se nem permitir que o governo continue, com atos impopulares e antinacionais, a preparar terreno para o demagogo entreguista Jânio Quadros (...) (NR, nº 2, 7-13/3/1959, “Fala Prestes sobre a sucessão presidencial”, p. 1).

Por outro lado, os comunistas se entusiasmavam com as declarações do ministro da Guerra a um vespertino carioca, que coincidiam com as proposições das forças nacionalistas:

Em contraste com a posição dúbia e vacilante do governo, o Ministro da Guerra falou claro. Pela primeira vez um homem do governo

Kubitschek advogou a limitação da transferência de lucros das empresas estrangeiras como solução para a sangria desatada de nossos recursos em divisas (...)

Não se pode deixar de assinalar a coincidência entre a posição do marechal Lott e a das forças nacionalistas e populares. O Ministro da Guerra expressou sua concordância com os pontos-de-vista defendidos pela Frente Parlamentar Nacionalista. Soluções idênticas, em linhas gerais, foram também propostas no memorial enviado ao governo pelos trabalhadores, estudantes e setores populares de São Paulo empenhados no movimento contra a carestia (...) (NR, nº 4, 20-26/3/1959, "Hora de mudar", p.1).

Com o mesmo entusiasmo os comunistas também avaliaram a entrevista de Goulart, <sup>4</sup> posição defendida por San Tiago Dantas dias antes na Câmara:

A limitação da remessa de lucros para o exterior, a reforma agrária, a contenção do custo de vida e a superação do atraso econômico do Nordeste – eis algumas das medidas básicas em torno das quais se aglutina, presentemente, um amplo sistema de forças, de fora e de dentro do governo (...)

A ser verdadeira a notícia veiculada nos últimos dias por alguns jornais, merece portanto todo apoio a exigência feita pelo sr. João Goulart ao presidente da República no sentido do afastamento do ministro Lucas Lopes (...) o presidente do PTB estaria interpretando uma reivindicação já insistentemente apresentada por outras forças nacionalistas e democráticas, inclusive pelo movimento sindical (...) (NR, nº 6, 3-9/4/1959, "Afastar os entreguistas e mudar de política", p. 3).

Eram crescentes as manifestações de insatisfações contra a carestia da vida. Lucas Lopes era o alvo das críticas. Em março de 1959, após a suspensão de uma passeata dos operários paulistas atendendo às ponderações do ministro do Trabalho,

Os dirigentes sindicais e estudantis de Minas Gerais e a Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos pediram a imediata saída do sr. Lucas Lopes do Ministério da Fazenda, como medida indispensável, entre outras, a que o governo, mudando a orientação de sua política, leve à prática de maneira eficaz o combate à carestia da vida (...) (NR, nº 2, 7-13/3/1959, "Demissão de Lucas Lopes", p. 1).

Ocorreu um movimento no mesmo sentido no Distrito Federal:

(...) o movimento sindical do Distrito Federal também está disposto a mobilizar a população para pleitear do presidente da República o cumprimento das promessas feitas para a contenção do custo de

vida. Para isso inicia-se um amplo movimento, abrangendo todos, trabalhadores, estudantes, funcionários públicos, donas de casa, etc. (...) Em grande assembléia de dirigentes sindicais foi criada uma Comissão para coordenar a luta no Distrito Federal. Contatos deverão ser estabelecidos com os Estados, principalmente São Paulo e Minas

---

4. Em abril de 1959, Goulart enviou uma carta ao presidente do PSD, Benedito Valadares, e afirmou que “a economia brasileira estava progressivamente caindo na dependência de interesses internacionais”, e que era preciso fortalecer os meios de intervenção do Estado, e pediu apoio à aprovação de emendas em tramitação no Congresso referentes ao direito de greve, reforma agrária, diretrizes e bases da educação, reforma bancária, regulamentação da remessa de lucros, criação da Eletrobrás, e outras reformas de base (Bandeira, 1978: 37, 38).

(...) (NR, nº 2, 7-13/3/1959, “Unificar e orientar as lutas contra a carestia”, p. 11).

Nos dias 20 a 22 de março, a II Conferência dos Metalúrgicos do Distrito Federal e do Estado do Rio, preparatória para a II Conferência Nacional dos Metalúrgicos, reunindo 260 delegados de 98 empresas, 2 sindicatos e da Federação dos Metalúrgicos, defendeu a Lei Orgânica da Previdência Social, a regulamentação do direito de greve, e resolveu

Dirigir-se ao presidente da República para indicar a necessidade de serem demitidos dos postos da administração os elementos de reconhecida tendência entreguista como Lucas Lopes, Roberto Campos, Garrido Torres e Renato Feio. Também resolveram os metalúrgicos reafirmar sua decisão de lutar pela regulamentação das remessas para o exterior dos lucros de empresas estrangeiras (...) (NR, nº 5, 27.3-2.4/1959, “Metalúrgicos em Conferência se dirigem a JK: demitir os entreguistas, limitar remessa de lucros”, p.5).

Em abril, a SUMOC baixou outras “reforminhas” cambiais, como a Instrução 180 que liberava a exportação do açúcar e do algodão no livre mercado de câmbio. Mas as reformas cambiais estavam distantes das exigências do FMI.

Numa reunião com a Comissão Coordenadora do Combate à Carestia, de São Paulo, JK discutiu um memorial com os sindicalistas paulistas:

Falando a uma Comissão de dirigentes sindicais, populares e estudantis de São Paulo, em reunião havida na manhã de terça-feira no Palácio das Laranjeiras, o Sr. Juscelino Kubitschek manifestou sua concordância com as sugestões que lhe foram apresentadas recentemente pela referida Comissão, entre as quais as relacionadas com a limitação da remessa para o estrangeiro de dividendos, lucros, “royalties” e prêmios de seguros; o restabelecimento de relações

comerciais com todos os países do mundo; a participação dos trabalhadores no novo órgão a ser criado para o controle do abastecimento e dos preços, e outros. Na oportunidade, o presidente Kubitschek encareceu a necessidade do apoio dos trabalhadores para que possa levar à prática as medidas preconizadas, as quais, segundo declarou, atingirão fatalmente os interesses de uma minoria privilegiada (...) (NR, nº 6, 3-9/4/1959, “JK promete aos trabalhadores: limitação da remessa de lucros, relações com todos os países”, p.1).

Os compromissos de Kubitschek publicados na nota assinada por representantes do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), da Federação Nacional dos Gráficos, dos Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de São Paulo, dos Têxteis de São Paulo, de Laticínios, entre outros representantes sindicais, incluía:

(...) “a nacionalização dos Bancos estrangeiros de depósitos, que os recebem a baixos juros, de depósitos nacionais, e os emprestam unicamente a firmas ligadas aos trustes nacionais” (...)

(...) “concessão de ágio especial reduzido para a importação de petróleo, borracha, trigo e máquinas ferramenta” (...)

(...) “modificação da política de crédito dos Bancos oficiais, de maneira a que os financiamentos não mais sejam carreados, na sua totalidade, para firmas estrangeiras”

(...) “integração social do trabalhador rural, com a criação e reconhecimento de suas associações e sindicatos” (...) (NR, nº 6, 3-9/4/1959, “JK promete aos trabalhadores: limitação da remessa de lucros, relações com todos os países”, p.1).

Para os comunistas, com esse gesto os trabalhadores paulistas

(...) desmentiram as insinuações caluniosas, que tiveram curso até mesmo em alguns círculos nacionalistas e que atribuíam ao seu movimento pacífico contra a carestia o caráter de uma ação subversiva. Indo ao Catete com soluções viáveis e construtivas, demonstraram que o propósito da classe operária não é aquele que os reacionários apregoam, mas sim o de contribuir para que o governo tome o caminho de uma nova política, capaz de merecer o apoio popular (...) (NR, nº 6, 3-9/4/1959, “Palavras e atos”, p.1).

As promessas de Kubitschek indicavam um afastamento das metas do FMI e sua disposição em seguir com as proposições desenvolvimentistas com vistas à sucessão presidencial de 1965.

Para os comunistas, os acordos petrolíferos de Roboré (em que o BNDE defendia, ao contrário da Petrobrás, que a Bolívia fizesse

concessões petrolíferas para grupos privados nacionais, ou mesmo para a Petrobrás) considerados a “mais hábil e perigosa de todas as conspirações contra a Petrobrás” (NR, nº 2, 13-19/3/1959, “Roboré: ameaça à Petrobrás e à amizade brasileiro-boliviana – parte I”, p.6), e as declarações de Lott e Goulart confirmavam a caracterização do governo JK contida na *Declaração de Março*:

(...) [os fatos] ocorridos ultimamente comprova o caráter heterogêneo e contraditório do governo do sr. Kubitschek, a existência em seu seio de duas tendências cuja oposição tende a se agravar (...)  
Seria um grave erro, nestas condições, desconsiderar o caráter heterogêneo do governo atual e considerá-lo, em seu conjunto, um governo entreguista e reacionário, como ainda hoje pretendem alguns comunistas (...) significa não levar em conta a possibilidade de combinar a pressão das massas com a atuação dos patriotas do próprio governo, a fim de mudar a sua política e a sua composição e obter a formação de um governo nacionalista e democrático (...)  
(...) é necessário não somente a crítica enérgica aos atos antinacionais e antipopulares do governo, não somente o apoio aos aspectos positivos de sua política, mas sobretudo a pressão de massas para eliminar do governo os agentes do capital estrangeiro e obter a formação de um governo nacionalista e democrático (...) (NR, nº 6, 3-9/4/1959, “Os comunistas e o governo Kubitschek”, p.8).

#### O caso das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica

Em abril de 1959, o debate entre nacionalistas e “entreguistas” acirrou em torno da emenda do deputado Sérgio Magalhães, o parágrafo 20 do artigo 59 da Lei de Imposto de Renda, que proibia que a reavaliação do ativo das empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica tivesse efeito para o fim de cálculo de tarifas. A emenda visava limitar as remessas de lucros, e atingia diretamente os interesses da Light e da Bond and Share que juntas detinham 80% da produção de energia elétrica do país.

JK vetou a emenda. A Assembléia Legislativa paulista aprovou uma resolução assinada por 36 deputados apelando ao Congresso Nacional

rejeitar o veto. A Assembléia do Rio Grande do Sul enviou uma delegação em nome de todos os partidos para acompanhar a votação no Palácio Tiradentes.

O veto foi aprovado com 188 votos a favor, 107 contra, e 20 abstenções; o novo Congresso manteve a correlação de forças anterior, com as forças “entreguistas” Kubitschek manteve uma maioria frente aos projetos dos nacionalistas. Na avaliação dos comunistas,

A iniciativa do sr. Kubitschek vetando o referido parágrafo e a atitude do Congresso ao aceitar esse veto significam, em poucas palavras, um escandaloso favor a Light e à Bond and Share e um fator de agravamento da crise cambial e da carestia de vida (...)

A UDN assegurou a vitória da Light e da Bond and Share (...) Naquele instante, desapareciam como por milagre quaisquer contradições entre os dirigentes da UDN e do PSD: com igual fervor serviam ao mesmo deus (...) É verdade que, fiéis aos interesses nacionais, alguns parlamentares udenistas rejeitaram o veto, alguns deles inclusive, como o srs. Bilac Pinto e Ferro Costa, denunciando da tribuna o caráter entreguista da iniciativa governamental. A liderança da UDN tomou, porém, posição aberta a favor do veto, levando a maioria dos parlamentares udenistas a rejeitar o parágrafo 20. Esses votos udenistas somados aos da maioria do PSD e do PSP deram a vitória (...)

Quanto ao PSD, atuou como uma máquina de votar. Com exceção honrosa dos pessedistas que integram a Frente Parlamentar Nacionalista, os representantes do partido majoritário limitaram-se a depositar na urna as cédulas “Não” (...)

A verdade é que não seria possível ao PSD enfrentar o debate. As alegações do veto foram pulverizadas, uma a uma, inapelavelmente pelos parlamentares nacionalistas, sobretudo do PTB (...)

Acontece, porém, que o sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso de 12 de março anunciou que o governo tomara, afinal, a decisão, de conter a alta dos preços. E ainda este mês, respondendo aos trabalhadores paulistas, assegurou JK que o governo estava pronto a tomar medidas a fim de limitar as remessas de lucro para o exterior. O veto de agora, entretanto, significa exatamente o oposto: um estímulo à carestia de vida e lucros ainda maiores a serem remetidos pela Light e Bond and Share. Como poderia o partido do governista defender semelhante veto? (NR, nº 8, 17-28/4/1959, “Para bem servir a Light UDN e governo são aliados”, p. 3).

Para o PCB este fato comprovava, pela negativa, o caráter heterogêneo do governo, pois JK cedida à pressão das forças “entreguistas”.

O caso AMFORP, a encampação da Cia. de Energia Elétrica do Rio-Grandense (CEERG), filial da Bond and Share, empresa holding da

American and Foreign Power Co. (AMFORP), provocou outro debate polarizado entre nacionalistas e “entreguistas”. Desta vez o desfecho foi no sentido do fortalecimento das posições nacionalistas.

Desde 1957 foi instalada uma Comissão de Tombamento do Ministério da Agricultura responsável pelo relatório dos bens da Bond and Share na CEERG. As conclusões do relatório foram lidas na Assembléia gaúcha em junho de 1958, e constataram vários atos ilícitos como superfaturamento (mais que o dobro permitido) e fraude, e concluía que na encampação da Bond and Share esta devia restituir o governo:

Por excesso de lucro, a Comissão entende o lucro acima dos 10% sobre o investimento, permitidos pela lei, para os monopólios de serviços públicos, lucros que a Bond and Share gaúcha ou remetia fraudulentamente para o exterior, ou incorporava ilegalmente aos seus investimentos (...)

Com os lucros obtidos, a companhia de energia elétrica cobrou-se de seus investimentos (...)

Em caso de encampação, a Cia. Elétrica Rio-Grandense nada tem a receber, mas a restituir (...) (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “30 anos de exploração do povo gaúcho pela “Bond and Share”, p. 4).

Para o PCB, o caso era exemplar para a luta dos nacionalistas:

O relatório da Comissão de Tombamento de Bens, que fez a devassa da contabilidade da Cia. de Energia Elétrica Rio-Grandense, se transformou atualmente em documento básico do movimento nacionalista brasileiro (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “30 anos de exploração do povo gaúcho pela “Bond and Share”, p. 4).

Em maio de 1959, a CEEGR foi encampada. Kubitschek contatou Brizola, que lhe explicou que foi um ato do Judiciário e não do Executivo. O PTB e FPN fecharam com Brizola (Bandeira, 1979: 62). A questão judicial ficava resolvida no âmbito do Rio Grande, restava passar pelo Supremo Tribunal Federal. Em junho, o Tribunal da Justiça do RS aprovou a desapropriação dos bens da CEERG.

Nesse ínterim foram realizadas várias manifestações de apoio à encampação, como a da UNE,<sup>5</sup> que organizou um ato público em sua sede por ocasião da passagem de Brizola no Rio de Janeiro, e reuniu dirigentes estudantis, sindicalistas e parlamentares; e do IV Congresso dos Trabalhadores

---

<sup>5</sup>. Em 1955, uma frente única de setores nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas retomou a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME), uma das entidades regionais mais importantes do movimento universitário; em 1956, um bloco nacionalista sob hegemonia dos comunistas derrotou os liberais e conquistou a direção da UNE (Martins Filho, 1987: 41).

gaúchos, cujo um dos temas era a encampação da CEERG. Neste Congresso estiveram presentes representantes do marechal Lott, do Comandante do III Exército, do ministro do Trabalho, deputados federais e estaduais, representantes de três Confederações de Trabalhadores e delegados fraternais de outros estados.

O PCB tomou o caso da CEERG como exemplo da luta nacionalista:

(...) o truste ianque desenvolve intensa atividade de bastidores, no Rio, articulando sua contra-ofensiva. Além das áreas periféricas do governo, onde se empenham Roberto Campos e Eugênio Gudin, a Bond and Share colocou dois de seus mais conhecidos advogados (...)

(...) O sr. Kubitschek fez-se de bom moço de recados, e obteve do sr. Brizola a promessa de que o governo sulino se submeterá a [ilegível] arbitragem. Mas, até lá – insistiu Brizola – meu governo continuará na posse da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense.

(...) No Rio Grande do Sul a Nação encontrou a prova de que o imperialismo ianque pode ser derrotado. Esta prova é um impulso decisivo na luta de emancipação nacional contra o imperialismo ianque (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “Desferrar no Catete a derrota de Porto Alegre”, p. 4).

A encampação provocou a reação do secretário do Tesouro Americano, Douglas Dillon declarou “o fato um mau exemplo para outros países latino-americanos” (Bandeira, 1979: 62). A Bond and Share recorreu da sentença iniciando uma batalha judicial.

O caso gaúcho estimulou outros movimentos pelo país. Como solução à crise de fornecimento de energia em Belo Horizonte, surgiu um movimento pela encampação da Companhia de Força e Luz de Belo Horizonte, também filial da Bond and Share:

Continua em crescendo a onda de protestos, nesta capital, contra a decisão do Presidente da República, que pretende resolver a crise no fornecimento de energia elétrica a Belo Horizonte pelo sacrifício de algumas grandes empresas mineiras, e sem tocar nos interesses da Companhia de Força e Luz (Bond and Share) (...)

Mas, a população de Belo Horizonte e seus representantes não se satisfazem com declarações dilatórias do sr. Kubitschek. Todos os sindicatos de operários e patronais se articulam para que a greve geral de advertência, contra a decisão do Catete, nos próximos dias. Se o sr. Kubitschek não se der por convencido por esta greve de duas horas, uma greve geral então será deflagrada, com apoio, inclusive do funcionalismo público, para durar enquanto o Governo Federal não decretar a intervenção na Bond and Share (...)

Os legisladores municipais e estaduais, bem como líderes sindicais de trabalhadores e patrões, que se preparam para a greve, são unânimes em considerar que somente a encampação da Força e Luz poderá resolver o problema da energia elétrica na Capital (NR, nº 16, 12-18/6/1959, "Belo Horizonte contra o Catete. Greve geral pela encampação da "Bond and Share", p.4).

A FPN manifestou solidariedade à população mineira, e proveu um amplo debate na capital. A partir de um inquérito sobre a questão, a FPN emitiu uma nota oficial mostrando a insuficiência da proposta da Cia. de Força e Luz para o problema, pois a instalação de 12 unidades diesel atenuaria a crise em apenas 10%, e implicaria a elevação das tarifas.

Em outros estados, como Pernambuco e Bahia, "já se dispunham a nacionalizar igualmente outras concessionárias de serviços públicos" (Moniz, 1979: 62). Em Pernambuco, a Assembléia Legislativa indicou ao governador Cid Sampaio a encampação da "Pernambuco Tramway", concessionária de serviços de bonde e energia elétrica da capital, e o PUI,

O Pacto de Unidade Intersindical, reunido com a presença de representantes de todos os Sindicatos de trabalhadores, decidiu enviar ao governador Cid Sampaio um pedido para que promova,

imediatamente a encampação da “Tramway” (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “Também em Recife”, p. 3).

A avaliação do PCB sobre a encampação da Bond and Share gaúcha revela o entendimento que os comunistas tinham sobre a possibilidade de usar os recursos constitucionais de 1946 para imprimir, a partir da luta pacífica dos trabalhadores, um caráter “nacionalista e democrático” no governo. O caso de BH, uma greve de trabalhadores e patrões pela encampação da Bond and Share, concretizava a idéia da aliança da classe operária com a burguesia nacional. Em nenhum caso a crítica do PCB pôs em questão o controle operário. O rompimento das negociações com o FMI

Em junho de 1959, com Lucas Lopes (após um infarto) afastado do Ministério da Fazenda, Kubitschek que tinha assumido o comando direto das negociações com o FMI, anunciou oficialmente o rompimento com o Fundo numa reunião com os senadores do PSD.

Para os comunistas, a decisão de JK era da maior importância:

É necessário assinalar que o governo do sr. Kubitschek, embora não tenha cedido totalmente às exigências imperialistas, vem realizando uma política econômico-financeira que implica na aceitação parcial das imposições do FMI. NOVOS RUMOS e outros órgãos da imprensa patriótica e democrática desmascararam insistentemente o Plano de Estabilização Monetária, as “reforminhas” cambiais da SUMOC e outras medidas através das quais os srs. Lucas Lopes e Roberto Campos pretendiam conquistar as graças dos círculos financeiros norte-americanos. Agora, porém, ficou evidente que os homens de Wall Street não se contentam com algumas concessões. Querem uma rendição completa e humilhante, no estilo Frondizi. Razão assiste, pois, aos comunistas e às forças nacionalistas quando combatem as vacilações do governo em face do imperialismo yanque e exige a demissão dos entreguistas dos postos-chave (...)

Os comunistas propunham “soluções positivas” à crise cambial:

A repulsa do governo brasileiro às imposições do FMI poderia representar uma séria derrota para o imperialismo norte-americano e um grande passo no sentido da emancipação econômica do país. Para que isso se dê, no entanto, é necessário que o governo

brasileiro avance no caminho de uma política externa independente e adote medidas econômicas de claro conteúdo nacionalista. O Brasil não pode continuar a resolver suas dificuldades no balanço de pagamentos com uma política de endividamento progressivo, através de apelos sucessivos ao FMI e outras instituições de crédito imperialistas. As soluções patrióticas e viáveis existem e são conhecidas: ampliação do comércio exterior brasileiro a todos os países inclusive aos mercados socialistas. Estancamento da sangria de divisas mediante a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, abolição dos privilégios que favorecem o capital estrangeiro e comprometem nosso orçamento cambial (NR, nº 16, 12-18/6/1959, "Brasil repele imposições dos imperialistas do FMI", p.1).

No dia 17 de junho, enquanto se preparava o "comício monstro" em frente ao Palácio do Catete dando início à "Semana da Resistência Nacional" em apoio ao presidente, chegavam ao Catete mensagens de solidariedade de sindicatos, organizações estudantis, câmaras estaduais e municipais, de todo o país.

O "Manifesto à Nação" assinado pelas Federações Nacionais dos Estivadores, dos Marítimos e dos Gráficos, pelos Sindicatos dos Bancários, dos Metalúrgicos, dos Marinheiros, dos Trabalhadores da Indústria de Calçados, entre outros sindicatos, a UNE e a UBES, convocava a população para o ato:

Resistindo às exigências do FMI, o Presidente da República praticou um gesto de significação histórica, denunciando a política de pressão dos grupos financeiros internacionais, hostis ao desenvolvimento e à emancipação econômica de nosso país.

Solidários com o governo da República, os abaixo assinados manifestam o seu irrestrito apoio a essa patriótica e enérgica atitude, que revela a decisão de repelir a tutela e a interferência externas nos negócios do país e de conduzir a nossa política exterior exclusivamente de acordo com os interesses nacionais (NR, nº 17, 19-25/6/1959, "Povo apóia o governo na resistência à pressão imperialista", p. 4).

Foi um momento de grande proximidade do PCB com Kubitschek, "líderes comunistas como Luís Carlos Prestes foram ao Catete aplaudir o presidente" (Benevides, 1976: 97).

Ainda em junho, Lucas Lopes foi substituído interinamente, e depois efetivamente por Sebastião Paes de Almeida; em julho, Roberto Campos foi substituído por Lúcio Meira no BNDE, e Maurício Bicalho assumiu o BB.

A agência “United Press” divulgou a partir do relatório do Departamento de Estado dos EUA, que o governo norte-americano estava muito preocupado com os “sérios problemas” criados pelo governo brasileiro, para a revista “Time” a “rebeldia” do Brasil punha em perigo a política dos EUA em relação a toda a América Latina, pois encorajaria a resistência de outros países, como a Argentina, Chile ou Bolívia que seguiam as recomendações do FMI.

Os comunistas tomavam a situação da Argentina como exemplo das implicações da implementação da metas do FMI:

(...) Mas também é certo que nosso povo se preocupa com o que ocorre nos países que obedecem as recomendações do FMI. E tira daí um forte motivo de resistência. A Argentina, justamente por ter aceitado o caminho do matadouro imposto pelos imperialistas, sente golpeada a pouca autoridade que ainda restava ao governo Frondizi. Ainda há poucos meses, a imprensa norte-americana gostava de apresentar o país vizinho como o “figurino”, o “modelo” de próspera docilidade aos trustes. Hoje, é o mesmo “Time” que reconhece, em seu último número, que o governo de Frondizi acabou com o que era reconhecido como sendo um dos mais confortáveis níveis de vida do mundo (...)

Estatísticas oficiais argentinas, divulgadas pela “France Presses”, revelam que o custo de vida naquele País aumentou em 95%, “apenas no primeiro trimestre de 59” (...). (NR, nº 18, 26.6-2-7/1959, “FMI sem mascara: intromissão de Washington na política interna do Brasil”, p. 4).

Para os comunistas, o caminho que o governo Kubitschek devia assumir já havia sido indicado por elementos do próprio governo (Goulart e o Lott). O PCB reafirmava a *Declaração de Março*, posição atualizada no documento assinado por Prestes em janeiro de 1959, “A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático”, que propunha as seguintes “soluções positivas” no sentido de um “governo nacionalista e democrático”:

- 1) Ampliação do comércio exterior, com o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a normalização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China.
- 2) Controle e limitação das repartições e remessas de lucros do capital estrangeiro, subordinando-as às necessidades do país, de modo a que não afetem as disponibilidades de divisas para importações essenciais à indústria e a outros setores da economia nacional.
- 3) Aplicação de uma política cambial que favoreça a produção, o desenvolvimento industrial e o progresso do país.
- 4) Nacionalização da produção e distribuição da energia elétrica e aprovação da Eletrobrás em bases firmemente nacionalistas.
- 5) Distribuição do grosso dos derivados de petróleo pela Petrobrás.
- 6) Nacionalização dos bancos de depósitos e das companhias de seguros estrangeiros.
- 7) Medidas de reforma agrária.

Nos documentos que fixam a opinião dos comunistas também se salienta que a realização das medidas apontadas exige a ampliação da democracia no país. Urge a aprovação da lei de regulamentação do direito de greve, que revoga o decreto 9.070, cuja vigência tem dado pretexto a constantes arbítrios policiais. Impõe-se igualmente sejam abolidas as discriminações políticas e ideológicas contra os comunistas, as quais são manifestadamente atentatórias à Constituição (NR, nº 19, 3-9/7/1959, "A voz dos comunistas", p. 10).

No dia 21 de julho, Kubitschek proferiu no Clube Militar uma

conferência sobre a política de desenvolvimento em curso, e declarou:

1. Essa nossa política tem um caráter inequivocamente nacionalista, por ser de afirmação nacional e consolidação da unidade nacional e da independência econômica. É uma política simultaneamente criadora e libertadora.
2. Foi-se o tempo em que o Brasil podia ter uma direção de cúpula. Hoje, o povo brasileiro está bastante politizado para não hesitar no caminho a seguir. Estamos indo ao encontro da impaciência, dos reclamos legítimos, da rebeldia justificada de nossa gente.
- (...) 5. Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento. O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza política e social (...) (NR, nº 22, 24-30/7/1959, "Discurso de JK no Clube Militar", p.2).

O PCB pressionava por uma mudança nos rumos do governo,

via a possibilidade desse assumir uma postura soberana frente ao imperialismo:

O discurso do presidente da República foi particularmente positivo ao manifestar resistência à política de estabilização monetária. Parece mostrar que o sr. Juscelino Kubitschek está disposto a prosseguir nos rumos tomados em junho quando se insurgiu contra as exigências do Fundo Monetário Internacional. Mas a verdade é que palavras apenas não bastam. Os interesses nacionais exigem que o governo passe

das palavras aos atos, levando realmente à prática uma política que conduza ao desenvolvimento independente de nossa economia (NR, nº 22, 24-30/7/1959, "Discurso de JK no Clube Militar", p.2).

O rompimento com o FMI não teve nenhum conteúdo ideológico como os comunistas e outros setores nacionalistas procuraram lhe emprestar. Kubitschek pleiteando a presidência em 1965 prosseguiu com as metas desenvolvimentistas e procurou capitalizar o máximo de prestígio com um discurso nacionalista, o que não deixava de ser uma crítica ao encaminhamento dado pelos norte-americanos às proposições do Brasil sobre a OPA.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O PEM se opunha ao dos ritmos das obras, particularmente a construção de Brasília, aplicá-lo significava abandonar a marca do seu governo, executar o programa antiinflacionário do FMI implicava adotar medidas bastante impopulares. Durante o governo Kubitschek os esforços de estabilização eram "meras tentativas de reduzir o ritmo inflacionário a níveis toleráveis (e aplacar as críticas do FMI)", sem sacrificar o desenvolvimento (Moura, 1991: 30).

Kubitschek estava distante do nacionalismo de Vargas (que sem rejeitar o capital estrangeiro privilegiava o capital nacional) pela ênfase dada ao capital estrangeiro, cujo ingresso privilegiado era o principal motivo da crítica das esquerdas. O PCB ao atribuir um caráter nacionalista à atitude de Kubitschek, pretendendo pender a "gangorra política" para o lado das forças nacionalistas esvaziava sua principal crítica ao governo.

O nacionalismo se tornou centro da polarização ideológica, se constituiu no balizador dos debates políticos da situação nacional, e obrigou os distintos agrupamentos do espectro político a um posicionamento. Para Weffort (1989: 54), o nacionalismo no governo Kubitschek serviu como cobertura ideológica do "desenvolvimentismo", e aparecia "como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo".<sup>7</sup>

Porém, o relativo sucesso da ideologia nacional-desenvolvimentista veiculada pela propaganda oficial através do ISEB, em

ocultar a implantação do capitalismo monopolista de Estado, a subordinação do capital nacional ao estrangeiro, foi abalado, pois não podia “ocultar que os êxitos do período estiveram associados ao aumento das disparidades regionais, das desigualdades de renda, dos focos de tensão, dos bolsões de miséria”, termos estes usados pela própria linguagem desenvolvimentista, como também não podia ocultar a retirada da renda dos trabalhadores assalariados através da inflação (Maranhão, 1981: 267).

---

<sup>7</sup> Enquanto Maria Vitória Benevides (1991: 16), considera Kubitschek um líder populista de novo tipo, e define o “populismo juscelinista” como uma conciliação modernizante e conservadora, e como um “novo” nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente, com posição oposta, para Jacob Gorender (1990: 17), Kubitschek, expoente da tendência modernizadora do PSD, não era populista, mas o aval populista ao seu governo lhe veio com o vice-presidente Goulart.

#### As alianças eleitorais

Após a apuração das eleições de 1958, Carlos Lacerda ainda declarava apoio a Juraci Magalhães, e o setor “ortodoxo” da UDN via uma aliança com Jânio Quadros, que já tinha deixado o governo de São Paulo para candidatar-se, uma maneira de canalizar o sentimento oposicionista do eleitorado. A candidatura Jânio Quadros abriu um dilema na UDN: ou lançava candidato próprio com Juraci ou apoiava com seus riscos o suprapartidário JQ.<sup>8</sup>

Jânio centrava ataques à corrupção do governo, à inflação e à alta do custo de vida, nos desperdícios com as obras “faraônicas” de Brasília, e era apresentado como candidato inevitavelmente vitorioso. Os temas janistas encarnavam as teses udenistas de anticorrupção que “atraíam os setores populares, tradicionalmente hostis a UDN, e polarizava o descontentamento dos

militares e das camadas médias, através das promessas de “limpeza” na administração e estabilização da economia” (Benevides, 1981: 110).

Jânio Quadros, a quem Leonel Brizola chamava de “candidato do Clube da Lanterna”, os comunistas o consideravam um “entreguista” convicto que pretendia aparecer como o “salvador” da pátria:

(...) o sr. Jânio Quadros não consegue ocultar suas posições nitidamente entreguistas em relação as questões básicas com que hoje se defronta a nação (...)

Eis algumas confissões feitas pelo sr. Jânio Quadros durante o

---

<sup>8</sup>. Jânio Quadros vinha de uma carreira meteórica: vereador pelo PDC em 1947; deputado estadual em 1948; mas foi com a eleição para prefeito de São Paulo em 1953 que ganhou força a escalada de seu populismo moralista autoritário; em 1954, foi eleito governador de São Paulo, a campanha do tostão recebeu o impulso da vassoura (supostamente para “varrer os ratos, os ricos e os reacionários”), e derrotou seu maior adversário Ademar de Barros; tendo rompido com a cúpula do PDC, iniciou uma série de rupturas que marcaria sua relação com os partidos (Benevides, 1982). Em março de 1959, a XX<sup>a</sup> Convenção Nacional da UDN deixou aberto o debate das candidaturas de Juraci Magalhães, então substituído da presidência da UDN por seu apoiador Magalhães Pinto, e Jânio Quadros, at é uma Convenção extraordinária marcada para novembro de 1960 (Dulci, 1986: 157, 159-160).

encontro que manteve com alguns jornalistas, no dia 24 de janeiro último, no Salão Vermelho do Copacabana Palace:

1) “Sou um homem da livre empresa”. Deste modo respondia a uma pergunta sobre a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo. Quer dizer: o sr. Jânio Quadros está de acordo com os monopólios imperialistas, segundo os quais o Estado, num país como o nosso, não deve intervir no domínio econômico a fim de deixar o campo inteiramente livre à sua ação colonizadora. Em termos de petróleo isso significa: entrega pura e simples do nosso ouro negro à Standart Oil (...)

2) “Apoio o ministro Lucas Lopes”. Ninguém ignora que o sr. Lucas Lopes e seus afilhados Roberto Campos e Garrido Torres são os mentores da atual política econômico-financeira do país que visa precisamente aumentar a dependência do Brasil em face dos monopólios norte-americanos e é a responsável direta pelo espetacular aumento da carestia da vida (...)

3) “Sou favorável à reforma cambial”. Esta é, como todos sabem, uma velha exigência dos trustes ianques, através do Fundo Monetário Internacional, que vem sendo atendida, por etapas, pelo grupo entreguista do governo. O principal objetivo da reforma cambial é a paralisação do processo de desenvolvimento econômico do país e, assim, o aumento de nossa subordinação aos plutocratas dos Estados Unidos. Além de Lucas Lopes e Jânio Quadros, defendem a reforma cambial entreguistas notórios como Eugênio Gudin, Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho, etc. (...) (NR, nº 2, 7-13/3/1959, “Jânio: um programa entreguista de governo”, p. 3).

Combatendo a propaganda da inevitável vitória da candidatura Jânio que fortalecia o seu nome dentro da UDN, que por sua vez aspirava uma vitória por meios legais, os comunistas diziam tratar-se de um falso debate centrado numa mera escolha de nomes:

(...) um falso dilema, como os fatos estão agora mostrando com bastante nitidez. As especulações acerca dos nomes, sem vinculação prévia com programas que reflitam os anseios da nação e do povo, vão se confinando numa área cada vez mais estrita: os elementos da cúpula dirigente dos partidos conservadores, mais particularmente a UDN. Neste sentido, é um exemplo bem expressivo a convenção nacional udenista, toda ela transcorrida em torno de disputas de caráter pessoal – Jânio ou Juraci, Herbert Levi ou Magalhães Pinto – sem qualquer conteúdo programático (...) (NR, nº 5, 27.3-2.5/1959, “Mudança de rumos na sucessão presidencial”, p. 3).

Setores do PSD e do PTB, sem o apoio de Goulart, articulavam a candidatura do marechal Lott, militar “legalista”, nacionalista que endossava

muitas propostas da Ala Moça do PSD.<sup>9</sup> Enquanto o Congresso retomava o funcionamento, Lott declarava que suas opiniões coincidiam com as da FPN. Os comunistas destacaram a entrevista de Lott a um vespertino carioca, no sentido de representar os primeiros passos para uma candidatura nacionalista:

(...) O marechal Lott assinala, na entrevista, a coincidência de suas opiniões, em relação aos problemas brasileiros, com as da Frente Parlamentar Nacionalista e outras entidades patrióticas (...) A oportunidade e a clareza com que o marechal Lott abordou problemas palpitantes como o movimento nacionalista, a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras e a Petrobrás, contrastam, sem dúvida, com atitudes de outros homens públicos, como é o caso do sr. Jânio Quadros – inimigo da Petrobrás e advogado confesso dos trustes imperialistas (NR, nº 4, 20-26/3/1959, “Marechal Lott: estancar a sangria da remessa de lucros”, p.1).

Outro pronunciamento importante foi a entrevista concedida por João Goulart no regresso de seu isolamento em São Borja.<sup>10</sup> Havia uma expectativa acerca da palavra do presidente do PTB em torno da definição do

pleito presidencial, inclusive porque Jânio Quadros era deputado eleito pelo PTB do Paraná. Goulart apresentou as “reformas de base” como um novo rumo que deveria ser seguido pelo “atual governo”. Para os comunistas, com as declarações de Goulart avançava a unidade das forças nacionalistas:

(...) A mais recente manifestação sobre a questão sucessória partida das forças nacionalistas (...) São as seguintes as medidas reclamadas pelo presidente petebista: limitação da remessa de lucros para o exterior, reforma agrária, providências eficazes contra a carestia de vida e assistência efetiva ao Nordeste. Alguns desses pontos – especialmente os que se referem à remessa de lucros e ao custo de vida - já haviam sido abordados pelo marechal Lott, sobretudo na entrevista a “Última Hora”. Estas e outras questões foram indicadas igualmente por Luiz Carlos Prestes como susceptíveis de unificar as forças patrióticas e assegurar a vitória de um candidato nacionalista em 1960 (...) (NR, nº 5, 27.3-2.4/1959, “Mudança de rumo na sucessão presidencial”, p. 3).

---

<sup>9</sup>. Embora no início do governo se limitasse a apoiar os projetos desenvolvimentistas, agora a Ala Moça cada vez mais defendia alguns programas que eram inaceitáveis para Kubitschek, como a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros (Maran, 1991: 111).

<sup>10</sup>. Antes de surgir o nome de Lott, João Goulart parecia ser o provável candidato. Em outubro de 1957, Ivete Vargas lançou Goulart presidenciável em Araraquara, interior paulista; em agosto de 1958, o próprio Goulart se dizia presidenciável (Carone, 1985: 138).

Kubitschek estimulava uma coalizão de centro-direita PSD-UDN, a fim de contrabalançar a força crescente da esquerda, e preparar tal aliança para o pleito de 1965. Para Kubitschek, uma candidatura do PTB aparecia como o fortalecimento de um concorrente potencial, por outro lado, não pretendia uma candidatura do PSD, pois o próximo governo teria que implementar um plano austero de estabilização, ainda mais que prosseguia com a implementação do Plano de Metas e a construção de Brasília, o que lhe permitiria reaparecer com uma plataforma de volta ao desenvolvimento e à prosperidade (Maran, 1991: 109, 110).

Em abril de 1959, antes de qualquer definição da UDN, o PTN (Emílio Carlos) e Carlos Lacerda lançaram o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) <sup>11</sup> tornando ostensiva a divisão da UDN. Magalhães Pinto passou a

pendar para Jânio. Aliomar Baleeiro, um dos mais combativos integrantes da Banda da Música, liderava a campanha pró-Juraci.

A hipótese de uma coalizão UDN-PSD, “incentivada por Kubitschek, foi prejudicada dos dois lados: o PSD parecia mais propenso a fixar uma candidatura em sua própria área, enquanto um número cada vez menor de udenistas confiava na viabilidade de um pacto como esse” (Dulci, 1986: 160).

Para os comunistas, configurava-se na sucessão presidencial um embate entre as forças “entreguistas” e nacionalistas, e assim devia ser esclarecido à opinião pública:

Das manobras e contra-manobras da campanha sucessória uma conclusão vai se impondo com nitidez dia a dia: a arregimentação das forças políticas e, conseqüentemente, a escolha dos candidatos à Presidência da República não podem ser feitas sem se levar em conta o debate que se trava no país em torno da solução nacionalista ou entreguista, democrática ou reacionária, para os problemas

---

<sup>11</sup>. Sobre o MPJQ ver Castilho Cabral, *Tempos de Jânio e outros tempos*.

fundamentais do país. O pano de fundo sobre o qual se desenrolam os acordos e os desentendimentos entre as diversas facções é, em essência, o choque das duas tendências, das duas políticas em luta no país.

(...) Em torno de Jânio estão hoje agrupados os mais categorizados arautos do entreguismo e a fina flor da oligarquia financeira paulista. O candidato é o que melhor satisfaz a sua sede de Poder, embora entreguista e reacionário provado, é um demagogo com tintura “populista”, graças ao que tem conseguido relativa penetração em certas camadas populares (...) (NR, nº 13, 22-28/5/1959, “Projeta-se Lott como candidato das forças nacionalistas”, p. 3).<sup>12</sup>

No final de maio, a entrevista coletiva de Prestes concedida às rádios e emissoras televisivas paulistas, revela um impasse na candidatura nacionalista:

Não cremos que os campos já estejam definidos no panorama sucessório e que já exista o dilema Lott-Jânio. Não nos esqueçamos que o sr. João Goulart, presidente do PTB, se bem que não tenha se registrado no STE, foi aclamado candidato desse partido em convenção nacional (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “Prestes fala sobre a candidatura Lott”, p. 4).

A candidatura Lott apoiada pela Ala Moça polarizava com o setor “entreguista” do PSD. Fernando Ferrari ao abandonar a candidatura de prefeito de Porto Alegre, e candidatar-se à vice-presidente da República tencionava o PTB: Lott para presidente, Ferrari para vice, qual o lugar de João Goulart? Para os comunistas, Ferrari era um “cavalo de Tróia janista” no PTB:

(...) o deputado rio-grandense mostra que na realidade o cavalo de Tróia janista infiltrado no PTB (...) A verdade é que o sr. Ferrari se fez candidato a vice com um objetivo definido: dividir o PTB, ao qual pretende impor a sua candidatura como um fator consumado sob a ameaça de vir a apoiar o sr. Jânio Quadros – a quem, de resto, já apóia desde o instante em que foi lançado a candidatura do demagogo das vassouras, com o qual assumiu, então, compromissos que agora começam a aparecer publicamente (...) (NR, nº 14, 29.5-4.6/1959, “Ferrari: Cavalo de tróia janista no PTB”, p. 3).

A aliança PSD-PTB estava consideravelmente enfraquecida.

---

<sup>12</sup>. O termo populista, destacado pelo semanário, não tinha conotação pejorativa: “com tintura “populista” Jânio queria ser identificado com os reais interesses das classes populares, queria se passar por um líder que representasse autenticamente os movimentos populares.

Enquanto o PTB, liderado por Goulart e Brizola, direcionava suas atividades políticas para as bases populares, e se aproximava do PCB, os setores mais conservadores do PSD distantes dos trabalhistas tentaram aliar-se a UDN.

Em 4 de junho, as lideranças do PSD opuseram resistências à indicação de Lott:

Como se previa, a cúpula do PSD, agora completada com a volta do sr. Amaral Peixoto dos Estados Unidos, esta resistindo por todos os meios e modos a aceitar como um fato consumado a candidatura do marechal Lott (...)

(...) se trata não de uma pressão de fora, mas da relutância da velha ala mais reacionária desse partido em aceitar a orientação pela qual se bate tenazmente uma outra ala do PSD – a chamada “ala moça”, que reúne os melhores representantes pessedistas. Pela primeira vez ocorre semelhante fenômeno no seio do partido majoritário (NR, nº 15, 5-11/6/1959, “Cúpula do PSD tenta cristianizar Lott”, p. 8).

O marechal Lott era assumido anticomunista, contrário à legalização do PCB por não considerá-lo um partido nacional como afirmava o

STJ, e ao restabelecimento das relações com a URSS por motivos de segurança nacional. Para os comunistas, a entrevista de Lott à revista *O Cruzeiro* revelava os “preconceitos ideológicos” do possível candidato:

(...) Uma dessas atitudes é a que o atual ministro da Guerra assume em relação aos comunistas, cujo eventual apoio à sua candidatura é considerado indesejável pelo marechal Lott (...) posições nascidas de preconceitos anticomunistas (...)

Coisa semelhante pode ser dita no que se refere a uma outra passagem da entrevista, em que o marechal Lott insiste em pedir armas aos Estados Unidos (...) Deve ser assinalado, aliás, que a posição agora adotada pelo marechal Lott contraria o ponto-de-vista por ele anteriormente manifestado – e aplaudido pelas forças nacionalistas – segundo o qual o que convém ao Brasil é manter-se neutro em face da contenta internacional.

Outra observação que deve ser feita à entrevista do ministro da Guerra é que nela não há nenhuma referência a política exterior. Esta é uma das questões mais candentes para o nosso país, sabido que a dependência em que nos encontramos diante dos Estados Unidos e a ausência de relações com os países socialistas constituem fatores de importância primordial das dificuldades em que se debate a nação brasileira (...) (NR, nº 15, 5-11/6/959, “A entrevista de Lott: posições nacionalistas ao lado de velhos preconceitos”, p. 3).

Descontentes com a indicação de Lott, os setores radicais do PTB articularam um movimento em prol de um “candidato popular e nacionalista”. Mesmo divergindo de muitas de suas posições, o nome de Goulart chegou a ser cogitado pelo Grupo Compacto. Em junho, quando Goulart viajou para Genebra como chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho, Brizola assumiu a presidência do PTB, e junto com o PUI tentou mobilizar os trabalhadores estimulando greves pela retirada de Lott (CPDOC).

Após o “Comício do Feijão” na Praça da Sé, promovido pelo PUI contra a política econômica do governo, Kubitschek emitiu uma nota oficial criticando as “agitações” em curso. Após este episódio, Goulart e Brizola promoveram um movimento para adiar a convenção do PTB (dia 6 de fevereiro de 1960), que definiria a candidatura, pretendendo pressionar à aprovação de medidas há anos barrados pelo PSD (CPDOC).

O anticomunismo de Lott provocava descontentamentos entre seus apoiadores, como noticiou *Novos Rumos* sobre um ato em homenagem ao candidato na Bahia:

É indisfarçável o descontentamento, até mesmo a perplexidade, que provocaram em muitos setores as declarações feitas pelo marechal Teixeira Lott a respeito do reatamento de relações do Brasil com a União Soviética e outros países socialistas. Como tem sido amplamente noticiado, afirmou o Ministro da Guerra ser contrário ao restabelecimento de relações diplomáticas e favorável, em princípio, às relações comerciais, mas com tamanhas restrições que as tornariam praticamente impossíveis (...) Longe de arrefecer, é crescente a irritação que esta atitude do marechal Lott despertou entre inúmeros deputados nacionalistas, particularmente aqueles que, pertencendo à Ala Moça do PSD ou ao PTB (...)

(...) Um exemplo, nesse sentido, acabam de dar os estudantes e trabalhadores baianos. Durante a sua recente visita à Bahia, líderes operários e estudantis promoveram uma homenagem ao marechal Lott na Associação dos Empregados no Comércio (...) Dirigindo-se ao ministro da Guerra, vários oradores, ressaltando as posições nacionalistas que o marechal Teixeira Lott tem ocupado, criticam-no entretanto pela maneira errônea com que encara o problema do reatamento de relações com a URSS (...) (NR, nº 22, 24-30/7/1959, "Críticas a Lott: reatamento é medida nacionalista", p. 5).<sup>13</sup>

Como coloca Moisés Vinhas (1982: 185), para os comunistas a candidatura Lott era "pesada", difícil, principalmente em função do próprio candidato, que não escondia "o seu anticomunismo, tornando delicado o trabalho, em especial nas áreas sindicais".

O PCB poderia ter optar pelo fortalecimento da candidatura de Goulart à presidente, mais próximo do seu projeto de "governo nacionalista e democrático", mas uma ameaça de hegemonia petebista na aliança PSD-PTB inviabilizaria essa coalizão.

Por outro lado, o PCB não estava interessado em lançar candidatura própria ou fortalecer uma alternativa classista, pois isso contrariava sua intenção de formar uma aliança com a burguesia "nacionalista". O central para o PCB era formar uma ampla frente nacionalista e democrática capaz de vencer as eleições.

Já a candidatura Jânio exacerbava a crise na UDN, com Lacerda tornando-se o seu mais aguerrido cabo eleitoral, e por fora, Kubitschek apoiando Juraci. Segundo *Novos Rumos*,

A crise vem sendo gestada a muito tempo. Mas adquiriu força e veio à tona sobretudo nos últimos meses, quando o sr. Lacerda se tornou o patrono da candidatura Jânio Quadros, em oposição aos que defendiam a tese do “candidato próprio”, que seria o governador da Bahia. A partir de então cindiu-se a UDN em dois campos: os janistas, com o sr. Lacerda à frente, e os juracistas, numa linha de aproximação com o Governo (...)  
(...) Certos setores do PSD e o próprio sr. Juscelino Kubitschek vinham sabidamente alimentando essa candidatura, como uma espécie de reserva, enquanto se desenrolava a ação de bastidores contra a candidatura Lott (...) (NR, nº 22, 24-30/7/1959, “Crise desmembra a UDN”, p. 5).

---

<sup>13</sup> Em 1959 Jânio visitou a URSS acompanhado pelo jornalista João Dantas. Em março de 1960, o debate sobre a política externa acirrou-se com a viagem de Jânio a Cuba a convite de Fidel, enquanto Lott negou convite idêntico.

Em agosto, o PTB organizou um comício em frente a sua sede, com a presença Goulart, Brizola e Roberto Silveira, dezenas de sindicatos e organizações populares, para afirmar que Lott seria levado à sua Convenção Nacional. Segundo *Novos Rumos*,

A nota política dominante no comício, não só entre as faixas desfraldadas pelas organizações sindicais e populares como na maioria dos discursos pronunciados, foi a exigência do reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e os países socialistas (...) acentuaram a necessidade de o Brasil manter relações normais com todos os povos, pois o nosso isolamento em relação a países como a URSS e a China Popular fere os interesses nacionais e é uma imposição inadmissível do imperialismo norte-americano (...) Outro ponto salientado nos discursos foi o protesto dos representantes dos trabalhadores contra o famigerado decreto antigreve 9.070 e a recente portaria inconstitucional da polícia que permite a intervenção aberta nos sindicatos sob a esfarrapada alegação de “combate ao extremismo”, assim como a exigência da aprovação da lei de greve e da previdência social (NR, nº 25, 14-20/8/1959, Lott: apoio ao programa de reformas do PTB”, p. 3).

Lott manifestou integral apoio as reformas de base do PTB, mas silenciou-se sobre a limitação das remessas de lucros e ao problema da

política exterior. Apesar do apoio do PTB a Lott, e da tendência de Goulart completar a chapa, a questão do vice ficou aberta.

O pleito presidencial assumia uma grande significação política para o PCB. Contra as resistências de militantes, Prestes declarava que os comunistas deviam:

1) Participar ativamente, e desde já, da campanha eleitoral e intervir nos acontecimentos a fim de contribuir para assegurar a vitória das forças nacionalistas e democráticas (...)

2) Explicar ao povo como se agrupam as forças políticas para a sucessão e revelar o sentido e as características de cada candidatura (...)

3) A perspectiva que se abre com a campanha eleitoral e com o agravamento das contradições de vida do povo é de intensificação das lutas pelas reivindicações populares, pela emancipação nacional e democrática. Nestas condições, cabe aos comunistas levar à prática sua orientação política, com redobrado vigor (...)

A campanha eleitoral já iniciada, cria condições favoráveis ao desenvolvimento da luta que trava o povo brasileiro pela constituição de um governo nacionalista e democrático, através de mudanças na política e na composição do atual governo, e pela vitória em outubro de 1960, dos candidatos que expressem os anseios de emancipação e progresso do país (NR, nº 28, 4-10/9/1959, Luiz Carlos Prestes, "Os comunistas e a sucessão presidencial", 3).

Quanto a candidatura de Ademar de Barros, lançada em junho pelo PSP, os comunistas consideravam que era possível ganhar suas bases para o apoio a Lott:

(...) O sr. Ademar de Barros insiste em jogar com a sua candidatura e articular com o PRP uma "terceira força" eleitoral a fim de influir na escolha definitiva dos candidatos (...) No que se refere ao sr. Ademar de Barros, é preciso fazer sentir a base popular do PSP e aos seus dirigentes a inviabilidade de sua candidatura e a necessidade de unir forças contrárias à candidatura entreguista e reacionária de Jânio Quadros (...) (NR, nº 28, 4-10/9/1959, Luiz Carlos Prestes, "Os comunistas e a sucessão presidencial", 3).

A UDN passou a ver Jânio como uma possibilidade de chegar ao poder pela "legalidade", mesmo sendo "um candidato apartidário (e mesmo tipicamente "antiudenista")" lhe prepararia o caminho (Benevides, 1976: 127). Em outubro, JK sugeria a formação de uma "União Nacional" em torno de Juraci

pretendendo criar uma cunha anti-Quadros (e anti-Lacerda) no seio da UDN, e forçar uma aproximação do PSD e a UDN; não obteve êxito e declarou apoio a Lott; porém formal, pois lhe era mais interessante uma vitória da oposição, nesse sentido, a candidatura Jânio assumia o papel que teria sido de Juraci.

Em novembro, após desgastantes discussões a Convenção Nacional da UDN indicou Jânio Quadros, que venceu Juraci Magalhães com 205 votos contra 85. A aliança UDN-PTN-PDC-PL saiu com dois candidatos a vice, Leandro Maciel da UDN, e Fernando Ferrari do Movimento Trabalhista Renovador, dissidência do PTB gaúcho, pelo PDC. A UDN exigia exclusividade para o seu candidato, com o que não concordava o PDC (Dulci, 1986: 160).

No dia 28 de novembro, Jânio intempestivamente renunciou à candidatura argumentando que seria incapaz de governar, e que ninguém era responsável pelo seu gesto, nem os partidos e nem os candidatos à vice que brigavam pelo palanque. A UDN e o PDC afirmaram publicamente que Jânio não estava comprometido com o apoio deles. Jânio recuou e permaneceu candidato, e dessa forma reafirmava sua posição suprapartidária.<sup>14</sup>

Para os comunistas, um dos pontos de fricção que levou a renúncia do “representante da oligarquia paulista” foi a sua resistência em assumir algumas exigências consideradas fundamentais pelas forças políticas do nordeste articuladas ao redor de Juraci, desse ponto de vista, a questão do vice era secundária. Para o PCB, a renúncia de Jânio teve objetivos demagógicos e de advertência quanto a sua independência, mas a manobra teria falhado:

(...) O sr. Jânio Quadros e seus assessores pensavam comover a opinião pública nacional, levar as massas populares para as ruas, fomentar um espírito “revolucionário” entre a pequena burguesia. Nada disso aconteceu (...)

(...) Vimos as “petições”, os “abaixo-assinados” no bairro granfino de Copacabana, com alto-falantes [ilegível] chamando o povo. Em torno

das mesinhas janistas formavam-se minguados grupos de jovens divertidos e senhoras alegres, que se revezavam na assinatura das listas pelo “regresso” de Jânio. Esse era o seu movimento de massas. O sr. Jânio Quadros pretendia mostrar a UDN que era candidato independente dela, que não fora nenhum favor ter seu nome indicado por dois terços da convenção udenista. Tratava, ao mesmo tempo, desembarcar-se das exigências, das disputas de cargos, de compromissos sacados sobre um futuro incerto – das contradições, enfim, que fervilham dentro da UDN e entre a UDN e os três pequenos partidos seus caudatários.

Os fatos mostraram que nem a UDN pode ir às eleições sem Jânio nem Jânio sem a UDN. Jânio “voltou” e a UDN teve que recebe-lo – ambos mutuamente humilhados.

Nesse meio tempo, a outra encenação da ala mais fanática do janismo vinha completar a pantomima: o “levante” dos aragarcianos. Foi a segunda derrota pré-eleitoral da candidatura Jânio Quadros. Os aragarcianos estavam certos de serem os novos Fidel Castro de uma rebelião que levaria o sr. Jânio Quadros ao poder, sem essa exigência incômoda que determinados setores da pequena burguesia tanto desprezam e odeiam: o voto popular (...) (NR, nº 42, 11-17/12/1959, Rui Facó, “Algumas lições da crise janista”, p. 2).

---

<sup>14</sup>. A retirada da candidatura Jânio foi um dos elementos da revolta dos oficiais da Aeronáutica em Aragarças (Goiás), que consideravam Jânio “a única esperança de vitória sobre os herdeiros de Vargas” (Dulci, 1986: 161), logo Kubitschek anistiu os revoltosos.

Nos dias 10 a 12 de dezembro de 1959, a convenção nacional do PSD homologou a candidatura Lott. Prestes era otimista (mais por retórica) em relação à sucessão presidencial:

Os acontecimentos desses últimos três meses – disse Prestes – vieram comprovar o acerto de nossa orientação. Nesse período, enquanto a candidatura Jânio se debilitou, o que se verifica é o fortalecimento crescente da candidatura do marechal Lott. Podemos afirmar que a atuação dos comunistas muito contribuiu nesse sentido. Hoje, muitas pessoas que estavam certas da invencibilidade da candidatura Jânio, começam a vacilar ou se convencem mesmo do contrário (NR, nº 43, 18-24/12/1959, “Prestes na entrevista: homologação de Lott Vitória popular”, p. 3).

Para o PCB a legalidade ocorria de fato. Kubitschek não transigia com os comunistas, ainda mais que esses se aproximaram do governo no rompimento com o FMI e no apoio a Lott, e era intenso o discurso dos comunistas a favor do desenvolvimento, da ordem contra a subversão.

Os comunistas apareciam em reuniões, davam palestras, entrevistas à imprensa escrita e televisiva. Em fevereiro de 1959, foi lançado os *Novos Rumos*. Em 9 de julho, o STJ absolveu Prestes e outros comunistas (cuja sentença foi publicada na íntegra nos *Novos Rumos*, nº 22). Kubitschek tratava os comunistas dentro da lei, mas não legalizou o PCB, que era bastante propositivo e se comportava mais como adversário do que como seu inimigo.

#### O movimento sindical e os comunistas

O PTB controlava o Ministério do Trabalho, e, portanto, a Previdência Social e a política sindical em geral; através das Delegacias Regionais do Trabalho, com importância local e quanto aos dissídios trabalhistas de categorias específicas, controlava os registros das chapas sindicais: os dirigentes sindicais mais importantes eram do PTB, ou indicados por ele, considerando-se as alianças com os comunistas e a importância de outros partidos “populares”, como em São Paulo, o PTN, o PSP e a corrente janguista (Benvides, 1976: 92).

No final dos anos 50, o grupo sindical janista vinculado ao governo de São Paulo se impunha como força em toda a área federal. Em São Paulo, o crescimento do janismo esteve ligado a atuação do PTB nacional, que sob hegemonia do trabalhismo gaúcho não se interessava pelo fortalecimento do PTB paulista, por outro lado, a forte presença do ademarismo também impediu o crescimento o PTB no Estado (Benevides, 1982: 21, 22).

Os resultados das greves eram quase sempre negociados antes de suas eclosões nas Delegacias Regionais do Trabalho. A Constituição

de 46 estabeleceu o direito de greve, mas como nunca foi regulamento prevalecia o decreto-lei 9.070 de 1946: o dissídio deveria ser submetido à conciliação prévia ou à decisão da Justiça do Trabalho, e eram proibidas as greves nas atividades consideradas fundamentais (nos serviços, na lavoura e na pecuária, hospitais e indústrias básicas ou essenciais para a defesa nacional) (Rodrigues, 1991: 533).

Os comunistas não tinham interesse em acirrar os conflitos trabalhistas, pois isso poderia comprometer a aliança frente-populista com o PTB. Porém, quando as greves eclodiam, janguistas e comunistas, que inseriam suas palavras-de-ordem políticas, promoviam o desenrolar das greves aproveitadas politicamente por Goulart.

Em 1959, ocorreram 73 greves (contra 31 greves em 1958): 3 greves (ou 4,1%) foram nacionais; 24 (32,9%) ocorreram em São Paulo; 15 (20,5%) na Guanabara; e 31 (42,5%) em outras regiões (Rodrigues, 1991: 542).

Junto às reivindicações econômicas estava a defesa da Lei Orgânica da Previdência Social e da regulamentação do direito de greve, mas a maioria das greves foi por aumentos salariais que alcançaram aumentos entre 25 e 35%, aquém do aumento do custo de vida. Greves declaradas ilegais ocorreram no setor marítimo, rodoviário, ferroviário, têxtil, construção civil, gráficos, os tecelões de Santo André pararam 72 dias; e no setor público, como em BH, Volta Redonda e Mandaguari no Paraná (NR, nº 45, 1-7/1/1960, Roberto Morena, “1959, ano de lutas e de unidade do movimento sindical brasileiro”, p. 5). Como coloca Benevides (1976), contidos nesses níveis os aumentos salariais não se chocavam com a política de desenvolvimento de JK.<sup>15</sup>

Uma greve importante por sua duração e extensão foi a dos operários navais de Niterói das autarquias Lóide e Costeira, que se antecipou a greve nacional dos marítimos.<sup>16</sup> A greve enfrentava a resistência do ministro da Viação, Amaral Peixoto, em solidariedade aos grevistas os trabalhadores dos estaleiros de Santos e Ceará entraram em greve, depois os dos estaleiros particulares de Niterói e do Distrito Federal, e da Marinha Mercante da Guanabara. Quando a Federação Nacional dos Marítimos, que condicionava o impedimento da parede nacional à aceitação das reivindicações dos navais de Niterói cogitou a antecipação da greve nacional, que na verdade já tinha se iniciado, chegou-se a um acordo:

---

<sup>15.</sup> Sobre as categorias que promoveram as greves salariais em 1959 ver Telles (1962: 89-90), sobre as greves, as reivindicações, e outras formas de luta ver Miglioli (1963).

<sup>16.</sup> A greve dos navais da Lóide e Costeira durou 25 dias (13-10 a 7-11), e contou com a solidariedade de dezenas de comissões e mensagens de trabalhadores de todo o Estado, da CNTI regional, dos sindicatos de Niterói e São Gonçalo; as empresas de ônibus cederam passes gratuitos durante a greve, as casas comerciais enviaram mais de três toneladas de alimentos, e foram arrecadados mais de 60 mil cruzeiros (NR, nº 38, 13-19/11/1959, Nilson Azevedo, "Marítimos vitoriosos cantaram até de manhã", p. 5).

(...) Os operários da Lóide e da Costeira, embora tivessem entrado em greve à zero hora do 13 de outubro pleiteando o "Quadro de Carreira", encontravam-se também ao lado de todos os marítimos com greve marcada para o dia 11 do corrente [novembro], se não fosse aprovado o "Temário de Reivindicações". Eram, portanto, duas questões: uma particular, e outra geral. Ambas foram vitoriosas, em seus aspectos mais importantes, no acordo assinado na tarde do último sábado [7/11], no Ministério da Viação, onde ficou instituído o "Quadro de Carreira", com o compromisso de se proceder a 50% das promoções nas duas autarquias (...) No "Temário de Reivindicações" foi assegurada a incorporação do abono de 30% aos salários; o pagamento dos quinquênios; do salário família; do trabalho extraordinário na base de 100% (...) (NR, nº 38, 13-19/11/1959, Nilson Azevedo, "Marítimos vitoriosos cantaram até de manhã", p. 5).

Ao lado das lutas salariais, os trabalhadores participaram das manifestações contra a carestia promovidas em todo o país, como em São Paulo nas greves gerais contra a carestia em setembro e dezembro, "o comício do dia 11 de setembro no Distrito Federal, as passeatas da fome no Rio Grande do Sul,

as campanhas no Estado de Minas Gerais, Ceará e Pernambuco, as lutas populares no Estado do Rio, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Norte e Alagoas” (NR, nº 45, 1-7/1/1960, Roberto Morena, “1959, ano de lutas e de unidade do movimento sindical brasileiro”, p. 5).

A intensificação das atividades sindicais também se manifestou na realização de vários congressos, como o II Congresso Sindical de MG, II Congresso Nacional dos Gráficos, II Congresso Nacional dos Metalúrgicos, II Congresso dos Trabalhadores de SE, IV Congresso Nacional dos Têxteis, IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, II Congresso dos Trabalhadores do RJ, I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil, entre outros; o número de sindicalizados tinha aumentado, e havia “a organização de conselhos sindicais nas fábricas e em seções de trabalho”. Foram criados sindicatos e federações, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (NR, nº 45, 1-7/1/1960, Roberto Morena, “1959, ano de lutas e de unidade do movimento sindical brasileiro”, p. 5).<sup>17</sup>

Entre os conclaves destacou-se a II Conferência Sindical Nacional realizada nos dias 20 a 22 de novembro 1959, no Distrito Federal, reunindo mais de 2 mil delegados de 4 confederações nacionais, 78 federações e 482 sindicatos. No encerramento do conclave estiveram presentes o ministro da Guerra, o marechal Lott, e o vice-presidente João Goulart.<sup>18</sup>

As resoluções da II Conferência sintetizaram as principais resoluções dos congressos e convenções sindicais de 1959: a Carta Econômica da CNTI, o Decálogo dos Trabalhadores (1956), a defesa do monopólio estatal do petróleo, encampação dos trustes estrangeiros de energia elétrica como a CEERG, execução da Eletrobrás, nacionalização dos bancos de depósito,

intercâmbio comercial com todos os países do mundo, limitação da remessas de lucro, reforma agrária, maior representação dos trabalhadores e consumidores na COFAP e COAPs, aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, regulamentação do direito de greve, direito de sindicalização dos trabalhadores rurais, a participação no pleito presidencial em defesa da libertação econômica e política do país, entre outras resoluções (NR, nº 40, 27.11-3.12/1959, “II Conferência Sindical Nacional: vitória da unidade dos trabalhadores marco para

---

<sup>17</sup>. Um conclave regional importante foi organizado pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores paulistas, que tinha surgido em 1958 com o esvaziamento do PUI paulista, e como este era um organismo intersindical horizontal não previsto na estrutura sindical, mas era dirigido pelos presidentes das federações. No dia 8 de novembro de 1959, o Conselho Sindical paulista, representando 11 federações e 75 sindicatos, decidiu participar da II Conferência Sindical Nacional, cuja delegação estadual teria 100 membros, e convocar para abril de 1960 o II Congresso Sindical dos Trabalhadores paulistas (o I Congresso foi realizado em 1946) (NR, nº 38, 13-19/11/1959, “Trabalhadores paulistas (reunião do Conselho)”, p. 5).

<sup>18</sup>. A I Conferência foi realizada em 1946. A II Conferência foi custeada pelo movimento operário (Telles, 1962: 83).

a conquista de novos êxitos”, p. 5).<sup>19</sup>

A corrente janista aparecia na contramão da tendência lottista da II Conferência,

(...) Elementos janistas infiltrados no movimento sindical pretendiam articular uma chapa para empolgar a direção da Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria e imprimir à Convenção a direção que lhe interessava. A pronta resistência oferecida pelos trabalhadores frustrou essa manobra: a chapa janista nem chegou a ser apresentada. E o sr. Fernando Ferrari, ao ir à Convenção, encontrou um ambiente tão hostil à sua posição atual de sub-salvador da pátria, que logo se retirou, nem sequer sentar-se à mesa (...) (NR, nº 41, 4-10/12/1959, “Lott: arrancada para a vitória em 1960”, p. 3).

Por outro lado, em São Paulo, nos dias 18 a 20 de setembro de 1959 foi realizada a I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), reunindo 57 associações e 4 sindicatos rurais. Os debates foram centrados na defesa da reforma agrária, nos direitos jurídicos e

na livre organização dos camponeses (NR, nº 32, 2-8/10/1959, “Operários e camponeses irmanados na I Conferência da “ULTAB”, p. 10).<sup>20</sup>

No campo, ao lado da ULTAB, as atividades das Ligas Camponesas eram reanimadas em sob orientação de Francisco Julião, advogado e deputado do PSB pela segunda vez, conhecido por nome e fama no nordeste. Com a posse de Cid Sampaio e a ampliação das liberdades democráticas, as Ligas intensificaram as pressões no sentido da desapropriação do Engenho Galiléia, conquistada em 1959 (Azevedo, 1982: 70).

#### Cid Sampaio desmentindo notícias divulgadas por alguns

---

<sup>19</sup>. A II Conferência Sindical Nacional resolveu expandir a formação de conselhos sindicais nas fábricas, municípios e Estados (Telles, 1962: 86). A II Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos cariocas realizada em março, incluía a demissão de Lucas Lopes e Roberto Campos (ver pág. 4), proposta ratificada pelo II Congresso Nacional Metalúrgico realizado em abril. Sobre as resoluções de alguns congressos de 1959 ver Telles (1962: 91-98).

<sup>20</sup>. Criada em 1954, a ULTAB contava com a ativa participação e liderança dos comunistas, mas não tinha pretensão de ser um movimento agrarista. Em maio de 1958, afirmou que seu objetivo era “criar condições para realizar a propalada revolução democrático-burguesa (antifeudal e antiimperialista)” (Aued, 1986: 36).

jornais sobre sua ida ao Rio de Janeiro, afirmou ter ido tratar com autoridades do Poder Executivo sobre questões relativas às verbas para o seu programa de governo, nada relacionado às atividades das Ligas:

1- Não é o comunismo que ameaça Pernambuco, e sim uma gravíssima situação social e econômica, originada pela miséria e fome.

2 - As Ligas Camponesas não constituem e nunca constituíram fatores de perturbação ou subversão da ordem no Estado. Representam elas a esperança dos camponeses de serem atendidas as suas reivindicações mais prementes, entre elas a do direito à sindicalização do trabalhador rural, afim de que possa gozar de amparo e dos benefícios assegurados pela atual legislação aos demais trabalhadores, inclusive aos trabalhadores do açúcar, que já tem o salário mínimo. Nunca recebeu qualquer pedido de intervenção nas Ligas e se vier a receber não intervirá, preferindo antes estudar as reivindicações de que são elas os porta-vozes e defensoras, procurando para as mesmas as soluções mais justas (...) (NR, nº 28, 4-10/9/1959, “Cid Sampaio desfaz provocações”, p. 10).

O nordeste aparecia no debate oficial com o relatório da Operação Nordeste (OPENO) elaborado por Celso Furtado, criticado pelos comunistas e as Ligas por estar divorciado da reforma agrária. As atenções sobre o Estatuto do Trabalhador Rural deslocaram-se para a SUDENE, apoiada por Cid Sampaio e Juraci Magalhães, e aprovada em dezembro de 1959. Os debates popularizavam as Ligas e Julião, que considerava paliativas as medidas de reforma agrária da SUDENE (Camargo, 1991: 164-167; 193).

Negando a política de criação de sindicatos paralelos aos oficiais como no início da década de 30 e no governo Dutra, a atuação sindical dos comunistas elaborada no documento *O movimento operário e a política sindical dos comunistas (9/1959)* recuperou o debate da *Resolução Sindical de 1952*, e reafirmou a orientação que vinha sendo apontada na *Declaração de Março*, ou seja, uma política de “unidade sindical” dentro da estrutura sindical oficial com o objetivo de fortalecer o movimento nacionalista e democrático:

Atuando dentro da estrutura sindical existente, os trabalhadores criam formas de organização intersindical que contribuem para reforçar a unidade da classe operária e dar vigor a suas lutas. Constitui um fator positivo a participação das Federações e Confederações, principalmente da CNTI, nesse processo de unificação do movimento operário (...)

A experiências dos últimos anos demonstra que os trabalhadores, utilizando os direitos assegurados pela Constituição da República e pela Legislação Trabalhista vigente, podem não só obter vitórias de caráter estritamente sindical como influir nos rumos políticos do país. Ao participarem do movimento nacionalista, as organizações sindicais contribuem para o fortalecimento da frente única nacionalista e democrática. O proletariado se esforça por assumir seu papel de vanguarda, lutando ombro a ombro com todas as forças antiimperialistas e democráticas e desenvolvendo significativamente, no curso dessa luta, sua consciência política (...) A união dos trabalhadores de orientação comunista, trabalhista, socialista, católica e dos trabalhadores sem filiação partidária, é a arma principal de que dispõe a classe operária para a lutar por seus interesses.

A unidade sindical só pode ser alcançada através da unidade de ação dos trabalhadores em torno de reivindicações comuns e mais sentidas, por mais elementares que sejam. A fim de obter essa unidade de ação, é necessário utilizar as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando sobre

o Parlamento com a pressão de massas para conseguir a aprovação de novas leis. Os comunistas atuam, por isso, nos marcos da estrutura sindical e observam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando dentro da lei organizar e unir os trabalhadores na luta por suas reivindicações econômicas, sociais e políticas (...) (NR, nº 30, 18-24/9/1959, “O movimento operário e a política sindical dos comunistas”).

Assim, os comunistas partiam da organização das lutas econômicas do âmbito sindical para que essas também exercessem uma pressão sobre o Parlamento para concretizar e aperfeiçoar a CLT, como na “manifestação de milhares” no dia 23 de novembro de 1959 em frente ao Senado pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e pela regulamentação do direito de greve (NR, nº 40, 27.11-3.12/1959, “Nas escadarias do Senado trabalhadores de todo o país defendem o direito de greve”, p. 5).

Reforçava a perspectiva da política sindical dos comunistas a avaliação que tinham da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial dirigida pela burocracia ministerialista.

Nos dias 16 e 17 de novembro, a CNTI elegeu a nova diretoria para o biênio 1959-1961, de acordo com o sistema sindical vigente apenas os representantes das federações filiadas tinham direito ao voto, o que significavam 46 delegados-eleitores. Para os comunistas,

Apesar de todas essas restrições, as eleições na CNTI (como em outras Confederações) tomam cada vez mais importância e criam interesse na massa trabalhadora. A CNTI vem adotando, nos últimos anos, uma posição mais combativa e independente. Já não é aquele organismo que tinha por linha de conduta a campanha anticomunista e de prostração frente aos interesses patronais, em nome de uma falsa “paz e harmonia social”. A CNTI tem ocupado um posto importante na luta pelas melhorias da condição de vida da classe trabalhadora, como se viu nas duas campanhas da revisão do salário-mínimo. Além disso, tem assumido uma posição combatente ao lado das forças nacionalistas (NR, nº 38, 13-19/11/1959, Roberto Morena, “As eleições na CNTI”, p. 5).

O PCB se propunha a estimular as organizações de base e criar organizações intersindicais horizontais para aperfeiçoar a estrutura sindical vigente, o que em parte rompia com a estrutura sindical vertical oficial, e dessa forma construir uma Central Sindical (uma estrutura horizontal):

(...) A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados. Com a criação de delegados sindicais nas fábricas e nas seções, de delegacias sindicais nas cidades do interior e nos bairros das grandes cidades, os sindicatos promovem reuniões nas empresas e bairros e se ligam à massa de sindicalizados (...)

(...) Atuando dentro da estrutura sindical vigente, o proletariado fortalece sua unidade de ação e suas organizações sindicais, cria formas intersindicais de organização e, no curso de suas lutas, conquistará o direito de aperfeiçoar a estrutura de tipo vertical, coroadando-a com a instituição legal da forma horizontal de organização sindical no âmbito do município e do Estado, até a central sindical unitária, que será a expressão da unidade nacional dos trabalhadores, a meta para a qual marcha o movimento operário brasileiro (...) (NR, nº 30, 18-24/9/1959, Suplemento "O movimento operário e a política sindical dos comunistas").

O aumento do custo de vida levou os trabalhadores a reivindicarem aumentos salariais através de acordos e dissídios coletivos, e, apesar do decreto lei 9.070 houve um crescimento do número de greves; nos movimentos populares contra a carestia da vida, os sindicatos apresentaram propostas econômicas e políticas alternativas discutidas em vários congressos sindicais (cujas resoluções voltaram-se para as questões nacionais, dada a proeminência do debate eleitoral), cujo alguns não ocorriam a mais de dez anos.

Ainda que tenham sido promovidas pelos trabalhistas e comunistas interessados na concretização da Frente Popular, as mobilizações operárias redundavam no esforço para superar os obstáculos colocados pela legislação sindical e trabalhista.

O impacto da revolução cubana no Brasil I

No dia 1º de janeiro de 1959, o pequeno grupo guerrilheiro comandado por Fidel Castro derrubou a ditadura de Batista. Os guerrilheiros, que já contavam com a simpatia e ajuda dos camponeses se associaram e ganharam a direção da campanha nacional contra a ditadura, que havia reduzido consideravelmente a eficiência do Exército, e fornecido aos guerrilheiros elementos materiais e morais às suas façanhas (Gorender, 1990: 81-82).

Uma reforma agrária radical atingiu os latifundiários da ilha e os interesses de comerciantes e industriais de açúcar norte-americanos, e provocou o protesto do Departamento de Estado dos EUA. Este, com a hegemonia abalada no continente, e as forças contra-revolucionárias de Cuba promoveram campanhas para o malogro revolucionário.

Como resposta, em fins de abril de 1959, Fidel promoveu a “Operação Verdade”, e fez “uma incursão à América do Sul de olho em prováveis aliados”. Aplaudido por multidões por onde passou, ele começou por São Paulo, reuniu-se com JK em plena Brasília em construção, foi entrevistado na TV no programa *Esta é a sua vida* (Moraes, 1989: 31). Lionel Soto, do diário *Hoy*, visitou a redação de *Novos Rumos*, e concedeu uma entrevista (NR, nº 11, 8-14/5/1959, “Cuba: a revolução não foi comunista sem anticomunista”, p. 3).

Fidel em entrevista coletiva à imprensa carioca na Associação Brasileira de Imprensa, respondeu aos repórteres que a baixa do custo de vida em quase 30% era conquistada “com leis revolucionárias”. Sobre as relações de Cuba com os países socialistas, Fidel declarou:

A revolução vitoriosa encontrou Cuba sem relações diplomáticas com os países socialistas. Até hoje, as tarefas internas do Governo nos tem deixado extremamente ocupados e ainda não tivemos tempo de modificar essa situação. Mas a política de Cuba já está claramente

definida: manteremos relações de coexistência e amizade com todos os países do mundo. A política de amizade, de compreensão de paz internacional é a que corresponde aos anseios dos povos, em Cuba, como na América Latina e em todo o mundo, e é por isso a política que será executada pelo nosso governo (NR, nº 11, 8-14/5/1959, “Fidel: o bem-estar do povo se consegue com medidas revolucionárias”, p.3).

Enquanto o governo norte-americano que importava 60% do açúcar cubano, principal artigo de exportação da ilha, ameaçava com boicote, o jornal *Hoy* (24/7/59) anunciava que Ernesto Guevara (ministro da Economia), que procurava ampliar o comércio cubano, havia fechado acordos comerciais com a URSS e a China que se comprometeram a comprar todo o açúcar oferecido pela ilha (NR, nº 36, 30.10-5-11/1959, “Fracassa o boicote”, p. 2).

Em outubro foi divulgada a ocorrência de tentativas de assassinar Fidel Castro, ocorreu um bombardeio sobre Havana, e dias antes bombardearam usinas de açúcar. Fidel acusava o governo norte-americano ao declarar que os aviões saiam do território dos EUA.

A revolução cubana gerou entusiasmo nos movimentos populares e nacionalistas na América Latina, não tanto por sua definição “socialista” que viria a ocorrer em somente em 1961, mas pelo efeito-demonstração de uma política interna e externa independente dos EUA (Moura, 1991: 34). Sob o governo Eisenhower, o nacionalismo era visto como um veículo do movimento comunista internacional; na lógica da guerra fria prevalecia a necessidade de “contenção” da URSS no continente (Moura, 1991: 28).

A proposta da OPA que colocava o Brasil como aliado fiel dos EUA na América Latina, não produziu mais que um diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano. Tendo rompido com o FMI, e em dezembro de 1959 reatado as relações comerciais com a URSS, o governo

Kubitschek esboçou uma política externa mais autônoma e se lançou na direção do nacionalismo pretendo pressionar os EUA por novos empréstimos.

O mito do foco revolucionário revelado em Sierra Maestra desafiava o governo norte-americano, e impressionava particularmente a esquerda latino-americana. O PCB considerava a revolução cubana exemplar, não tanto em relação aos meios, mas quanto aos seus fins:

(...) autenticamente popular golpeia frontalmente o imperialismo americano, eleva a consciência nacional do povo cubano e dos povos irmãos do continente e demonstra a pujança e o crescimento da luta libertadora e democrática na América Latina. O exemplo da revolução cubana alenta a luta que travamos pela emancipação nacional e social de nosso povo, é parte integrante dessa luta e, como tal, deve também ser por nós defendida e ajudada.

A revolução cubana está em marcha para a conquista da verdadeira independência do país, para dar terra aos camponeses, para industrializar seus recursos e construir uma economia diversificada e estável, para diminuir o desemprego crônico que atinge 600 mil trabalhadores, para democratizar a vida política e social (...)

A cada dia torna-se mais indispensável e urgente a manifestação de nossa solidariedade à revolução cubana, a fim de desmanchar o complô imperialista norte-americano e derrotar sua pressão e seus manejos contra Cuba. Precisamos fazer sentir ao governo do sr. Juscelino Kubitschek e a seu ministro das Relações Exteriores que não se devem prestar às intrigas dos imperialistas norte-americanos, nem na questão do açúcar nem nas reuniões da Organização dos Estados Americanos (OEA), que o governo norte-americano quer utilizar como instrumento de sua política exterior para liquidar a revolução cubana (...) (NR, nº 37, 6-12/11/1959, Pedro Pomar, "Solidariedade à revolução cubana", p. 9).

Mesmo tomando Cuba como exemplo de governo popular, de política externa e de reforma agrária, os comunistas brasileiros não mudaram a visão sobre a via pacífica para a "revolução brasileira". Embora não descartasse a possibilidade de uma solução não-pacífica,

A Declaração de março de 1958 afirma que, nas novas condições do mundo e de nosso país, é possível chegar-se à solução dos problemas brasileiros através de meios pacíficos, sem necessidade de insurreição ou guerra civil. Esta possibilidade, que decorre da realidade objetiva dos nossos dias, é a que mais convém aos interesses da classe operária e da grande maioria na nação (...) dado o seu caráter heterogêneo, o governo atual é sensível à pressão das massas, sendo capaz de recuar de iniciativas reacionárias tomar providências de interesse nacional e popular na medida em que o

movimento de massas se revele forte, organizado e conseqüente. Assim, longe de levar à conclusão da impossibilidade do avanço pacífico da revolução brasileira, a pressão das massas sob as mais variadas formas que se exerça, é um dos fatores mais importantes e necessários para impor ao governo modificações em sua política atual – modificações que contribuam para abrir caminho à conquista de um governo nacionalista e democrático (NR, nº 15, 5-11/6/1959, Teoria e prática, “Solução pacífica e luta de classes”, p. 8).

Para o PCB, a via pacífica era favorecida pelo fortalecimento do campo socialista e pela política de “coexistência pacífica” promovida por Krushev (encontro com Eisenhower e a proposta de desarmamento apresentada na ONU), mas essa visão não era unânime no PCB.

### 3 – O PCB E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL (1960)

A carestia da vida e a política externa foram os temas centrais do pleito presidencial de 1960. Característico dos processos sucessórios, os partidos se dissociaram dos dissensos no legislativo e asseguraram as alianças eleitorais, sem poucos desvios e infidelidades; a candidatura Jânio não fortaleceu a UDN, nem a de Lott desfez as ambigüidades do PSD-PTB.

O PCB ilegal e minoritário aderiu a composição da Frente Popular. A campanha eleitoral tornou-se a atividade central do PCB, que se aliou às forças ditas nacionalistas ao redor da chapa Lott-Jango; foi o primeiro grande desafio dos comunistas sob a nova orientação política contida na *Declaração de Março*, cujas idéias centrais foram reafirmadas no V Congresso (ago/set de 1960): a “revolução brasileira” passava por um “governo nacionalista e democrático”, isto é, por uma frente única de operários, camponeses, pequena burguesia com a burguesia e latifundiários com contradições com o imperialismo.

No vocabulário dos comunistas, o termo populista, pouco empregado, referindo-se ao considerado “entreguista”, reacionário e demagogo candidato Jânio, implicava os reais interesses das classes populares, algo que JQ pretendia ser. Nas primeiras avaliações do pleito presidencial os comunistas declararam oposição ao governo Jânio, nos marcos da legalidade democrática, de forma pacífica e pela via parlamentar lutariam por “soluções positivas”.

#### O impacto da revolução cubana no Brasil II

No decorrer de 1960, adquiriu força na América Latina o “efeito-demonstração” da política interna e externa de Cuba independente face aos EUA, e ampliou o leque de discórdias que desencadearam sanções econômicas dos EUA, que reduziram a importação de açúcar de Cuba (NR, nº 71, 8-14/7/1960, “Guerra econômica contra Cuba”, p.7).<sup>1</sup>

Em março de 1960, durante a visita de Eisenhower ao Brasil

---

<sup>1</sup> Para Hobsbawm (1999: 427), antes de Fidel descobrir que Cuba iria ser socialista e ele comunista, os EUA já tinham decidido tratá-lo como tal e a CIA autorizada a prover sua derrubada. praticamente não houve manifestações. No Rio de Janeiro havia um painel na fachada da UNE: “I like Fidel”. Por outro lado, Eisenhower foi recebido por grandes manifestações que o vaiaram em Buenos Aires, Santiago e Montevideu (NR, nº 54, 11-17/3/1960, Afonso Cascon, “Eisenhower chorou”, p. 3).

Em junho, a Texaco, a Esso e a Shell paralisaram o refino do petróleo e suspenderam a importação do produto da Venezuela, após o governo cubano comprar petróleo soviético a preços mais baixos e pagar com produtos

cubanos; o refino recomeçaria com a intervenção do governo cubano (NR, nº 71, 8-14/7/1960, “Guerra econômica contra Cuba”, p.7).

No dia 7 de agosto no Estádio de Cerro em Havana, no encerramento do I Congresso Latino-Americano da Juventude, Fidel Castro anunciou um decreto de nacionalização (após intervenções) de propriedades norte-americanas que incluía 36 usinas de açúcar, 2 refinarias de petróleo e as companhias de eletricidade e telefone (NR, nº 96, 30.12.1960/5.2.2961, César Leante (Prensa Latina), “Lei de nacionalização estremece a América”, p. 5).

Setores do Departamento de Estado, do Pentágono e do Parlamento dos EUA advogaram a imediata intervenção armada. Em Moscou, Krushev anunciou que foguetes da URSS estavam preparados para responder à agressão armada contra Cuba (NR, nº 96, 30-12-1960/5-2-1961, “Cuba não esta sozinha na batalha pelo desenvolvimento”, p. 2).

Em agosto numa reunião da OEA na Costa Rica, os EUA apresentaram através do Peru uma política de defesa contra uma suposta intervenção soviética nos assuntos do continente. As delegações do México, Venezuela, Equador, Colômbia defenderam o princípio da não-intervenção nos assuntos do povo cubano.

Para os comunistas,

(...) Diante dessas circunstâncias, tornasse claro que é inaceitável a posição de dubiedade e conivência com o Departamento de Estado, assumida até o momento pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, que antes de ir a Costa Rica passou por Washington em busca de “orientação” (...) (NR, nº 77, 19-25/8/1960, “A OEA e Cuba”, p. 1).

A política norte-americana contra Cuba era respaldada pelo Itamarati, particularmente através de Pio Correia que dirigia o Departamento Político. *Novos Rumos* relatou um episódio:

(..) Esse ódio já se tornará público quando, meses atrás, o sr. Pio Corria atribuíra ao embaixador Vasco Leitão um relatório calunioso que o próprio ministro Lafer foi obrigado a desmentir. Pouco depois, escondendo-se sob a capa de um pseudônimo, publicava no “Jornal do Brasil” um artigo cheio de mentiras e afirmações levianas contra o movimento libertador cubano. Agora, com o apoio do ministro do Exterior, chega ao extremo da sabujice em relação Departamento de Estado – e da audácia em face do nosso povo – de expedir às representações diplomáticas do Brasil uma circular fascista proibindo praticamente a entrada de cidadãos cubanos em nosso país (NR, nº 75, 5-11/8/1960, “Afastar Pio Correia, mas mudar a política”, p. 3).

Eisenhower procurou se aproximar dos países latino-americanos com um discurso novo e reformista destinado a articular politicamente uma resistência hemisférica ao “perigo cubano”, e ao final de seu mandato já apoiava a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não faltou quem pedisse a revitalização da OPA como a melhor alternativa para contrabalançar a revolução fidelista (Moura, 1991: 34).

No final de 1960, o governo dos EUA rompeu as relações diplomáticas com Cuba. Para os comunistas, muitos sinais indicavam os avanços dos planos de invasão da ilha:

(...) O governo subserviente do Peru anunciou o rompimento de relações entre os dois países, ao mesmo tempo que se anuncia que o Uruguai, o Panamá e outros países latino-americanos se preparam para tomar medidas idênticas. Nos bastidores das Nações Unidas, o que mais se comenta atualmente é a formação a toda pressa de um poderosíssimo exército de invasão, com base na Guatemala, armada e financiada pelos grandes trustes ianques prejudicados pela Revolução Cubana. A ofensiva diplomática lançada pelo governo norte-americano com o objetivo de isolar Cuba na América Latina coincide com o reforçamento dos grupos de partidários do ditador Batista de contra-revolucionários e de mercenários e com a volta das calúnias e explorações a propósito de supostas bases de foguetes soviéticas na ilhas das Caraíbas. Toda a máquina bélica foi azeitada e posta em funcionamento para uma tentativa em desespero de causa, antes da posse de Kennedy, no dia dezoito de janeiro (NR, nº 97, 6/1/1961, “Cuba: contra os planos de invasão ianque a solidariedade ativa de todos os povos”, p. 8).

No decorrer de 1960, manifestações de solidariedade a Cuba ocorreram em todo país.

No dia 1º de abril, com a presença do embaixador e da embaixatriz de Cuba os trabalhadores do Distrito Federal promoveram um ato em solidariedade aos trabalhadores cubanos no Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, e decidiram iniciar uma campanha em solidariedade a Cuba (NR, nº 58, 8-14/4/1960, “Solidariedade ao povo cubano”, p.2).

A CPOS da Guanabara decidiu organizar uma campanha relâmpago para arrecadar fundos para compensar o corte de divisas provocado pelo boicote econômico dos EUA à Cuba, cujo lema da campanha era “Um cruzeiro para Cuba contra o dólar dos trustes” (NR, nº 72, 15-21/7/1960, Nilson Azevedo, “Operários defendem Cuba”, p. 2).

A Assembléia Estadual de Pernambuco aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade a Cuba. Em São Paulo foi desenvolvida uma campanha de esclarecimento sobre a revolução cubana nos bairros, nas entidades estudantis e nos sindicatos paulistas para formar uma Comissão Central de Solidariedade a Cuba, convocada por uma comissão formada por deputados federais, estaduais, vereadores, estudantes e líderes sindicais (NR, nº 71, 8-14/7/1960, “Pernambuco e São Paulo indicam: Cuba pode contar com brasileiros”, p. 7).

Em julho, o XXIII Congresso da UNE dando continuidade a política nacionalista da entidade, condenou a concessão feita à “Hanna” para a exploração de ferro em Minas Gerais, e no tocante a problemas internacionais

(...) o nome de Fidel Castro foi invocado como exemplo de luta contra o subdesenvolvimento nas Américas. A pretendida intervenção em Cuba foi estigmatizada como manobra dos monopólios do açúcar e do petróleo para conservar seus privilégios (...) (NR, nº 74, 29.7-4.8/1960, “Nova diretoria da UNE: nacionalismo e defesa da escola pública”, p. 5).

Em agosto, o III Congresso Sindical Nacional declarou:

(...) Somos também contrários à alienação de qualquer parte do território nacional, pelo reforçamento da solidariedade entre os povos e os trabalhadores da América Latina, na luta contra os monopólios dos Estados Unidos, e pela defesa da soberania nacional de cada país, contrários à intervenção econômica ou militar contra o glorioso povo cubano, com cuja luta nos solidarizamos, favoráveis à luta e à unidade de todos os povos do mundo pela paz e pelo desarmamento universal (...) (NR, nº 77, 19-25/8/1960, "Trabalhadores conquistaram no III Congresso uma vitória histórica", p. 2).

No dia 13 de setembro, o embaixador norte-americano John

Cabot foi a Curitiba. *Novos Rumos* relatou a recepção popular:

(...) Ao chegar em à Capital paranaense, mr. Cabot encontrou a cidade coberta de saudações a Cuba. Nas ruas do centro, por onde passou o carro do embaixador, lia-se no asfalto, em enormes letras brancas, centenas de vezes, "Viva Cuba" e "Viva Fidel". Estudantes e operários paranaenses fizeram publicar manifestos vigorosos, através da imprensa, de protesto contra a política de rapina adotada pelo Departamento de Estado na América Latina, especialmente, em relação a Cuba (NR, nº 82, 23-29/9/1960, "Curitiba recebeu Cabot dando vivas a Fidel", p. 3).

O PCB solidarizava-se com Cuba, e criticava a política externa

brasileira:

(...) A convenção nacional dos comunistas conclama os brasileiros a manifestarem o seu veemente protesto contra a vergonhosa decisão da VII Conferência dos Chanceleres Americanos que, a pretexto de condenar uma suposta ingerência dos países socialistas na América Latina, [ilegível] a agressão econômica, política e militar que os Estados Unidos já desencadearam contra o povo cubano. Os comunistas brasileiros certos de interpretar os sentimentos de nosso povo, denuncia a conduta indigna da delegação brasileira dirigida pelo ministro Horácio Lafer, que não serviu aos interesses de nossa pátria, e sim as exigências ditadas pelo departamento de Estado norte-americano (...) (NR, nº 91, 25.11-1.12/1960, "Convenção Nacional dos comunistas: solidariedade à Revolução Cubana", p. 3).

Marco Antonio Coelho resumiu o impacto da revolução cubana

no Brasil em 1960:

(...) Qual a posição do nosso povo? A simpatia popular pela revolução é inegável. Somente os círculos mais reacionários têm a coragem de atacar publicamente a luta de Fidel. O movimento sindical está ao lado da boa causa, como indicam as resoluções dos congressos e convenções realizadas neste ano, as centenas de mensagens aprovadas nas assembleias sindicais e os pronunciamentos dos líderes operários de maior prestígio. Quanto aos estudantes, a questão cubana tornou-se para eles uma questão de honra, e os recentes acontecimentos em Goiânia comprovam o pensamento das

organizações estudantis e da própria massa das escolas. A intelectualidade, pelo que tem de mais representativo, saudou Jean Paul Sartre com entusiasmo, pela sua corajosa posição ao lado dos continuadores de Maceo, Céspedes, Garcia, Agromonte e Martí, e jornalistas de maior prestígio combatem com firmeza os que caluniam a Revolução. Ao lado disso, dezenas de conferências, comícios, passeatas tem sido feitas pelos patriotas e democratas. No Parlamento o deputado Barbosa Lima Sobrinho leu um expressivo pronunciamento, assinado por 65 deputados, senadores e dois governadores de Estado, de protesto contra qualquer interferência imperialista. Grande repercussão alcançou o manifesto de lançamento da “Comissão Brasileira contra a Intervenção em Cuba”, subscrito por 300 personalidades de renome em vários Estados, como senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, líderes sindicais e estudantis, escritores e jornalistas. Tudo isso caracteriza a posição de nosso povo ao lado de Cuba (...) (NR, nº 96, 30-12-1960/5-1-1961, Marco Antonio Coelho, “Nossos deveres à Revolução Cubana”, p. 1, 2º caderno).

A revolução cubana incidiu fortemente na eleição presidencial.

Jânio Quadros inseriu a política externa no debate eleitoral de forma incisiva indo à Cuba em março, enquanto os nacionalistas ficaram inconformados com o marechal Lott que se negou visitar a ilha. Francisco Julião, que visitou Cuba com a comitiva de Jânio, sofreria a influência de Fidel e sua reforma agrária radical, posição que aumentava as discordâncias das Ligas com a direção do PCB.

A campanha eleitoral

A questão do vice de Lott prosseguia aberta. Apesar da persistência de divergências no PTB, Goulart tendia a aceitar o seu lançamento, mas exigia a garantia de que o PSD fizesse sua campanha ativamente. Em janeiro de 1960, antes da convenção do PTB marcada para 6 de fevereiro, uma reunião da bancada federal trabalhista revelou esses impasses:

(...) [a reunião do PTB realizada] por iniciativa de seus sublíderes e enquanto se achava no Rio o sr. Brizola, revela a existência de desconfianças quanto a posição, por exemplo, do sr. Santiago Dantas, que [ilegível] procurando criar ambiente para a indicação de seu nome, caso o sr. Goulart decidisse afastar-se do pleito.

Rechaçando o que alguns consideram uma manobra do sr. Santiago, os deputados trabalhistas dirigiram-se a Jango, insistindo na necessidade de ser solucionada a questão da vice, que deve, segundo afirmam os parlamentares, pertencer ao próprio Jango. Queimavam assim as possíveis pretensões de Santiago, enquanto se manifestavam, em sua maioria, pelo nome do sr. Sérgio Magalhães, se o sr. Goulart não vier a ser afinal o candidato (...) (NR, nº 48, 22-26/1/1960, “Convenção do PTB: Lott com Jango na vice”, p. 10).

A UDN vivia os seus impasses com a campanha de Jânio, cuja caravana pelo norte e nordeste encontrou hostilidade e frieza. Para um setor da UDN era necessário reordenar a campanha janista, substituir o símbolo da “vassoura” pela mensagem da “humanização do trabalho”. Nesse debate surgiu a ala “Bossa Nova” da UDN. Para os comunistas, tratava-se de

(...) Uma dramática confissão de fraqueza da candidatura Jânio e, ao mesmo tempo, uma desesperada tentativa de encobrir esta candidatura com uma roupagem nacionalista e democrática, num esforço inútil para evitar o seu crescente desgaste – este é o verdadeiro sentido do movimento surgido no seio da UDN, por iniciativa dos deputados José Sarney, Ferro Costa e Edílson Távora, propondo-se a “renovar” a linha política da UDN e da candidatura Jânio Quadros. O movimento passou a ser conhecido como “bossa nova” udenista (...) (NR, nº 51, 12-18/2/1959, “Fracasso de Jânio desarvora a UDN”, p. 3).

Em fevereiro, no dia da exoneração de Lott do Ministério da Guerra (substituído pelo marechal Odílio Denys) houve uma grande manifestação em seu apoio:

(...) dezenas de milhares de trabalhadores e homens do povo que se reuniram em frente ao Ministério da Guerra e, erguendo centenas de faixas e cartazes, desfilaram em seguida pela Avenida Presidente Vargas até o Largo da Carioca paralisaram, durante mais de duas horas todo o movimento no centro da cidade, fazendo com que a homenagem a Lott se convertesse, afinal, numa concentração de massas talvez sem precedentes no Rio (NR, nº 52, 19-25/2/1960, “Consagração de Lott, candidato nacionalista. Nos braços do povo para a vitória”, p. 3).

Frustrada a pressão de Goulart e Brizola sobre o PSD para a aprovação de projetos que tramitavam na Câmara, o PTB homologou a candidatura Lott, repudiou Ferrari, e lançou Goulart para vice do marechal. Por

outro lado, Jânio que tinha se comprometido com a UDN a ter um só candidato à vice, desfazia o acordo. *Novos Rumos* conta um desacerto: <sup>2</sup>

(...) Mas compromisso de Jânio dura pouco. E o resultado é que Ferrari, muito vivo, não perde tempo. Até agora só não conseguiu aparecer pessoalmente nos comícios em que estejam Jânio e Leandro. Mas conseguiu ladear a questão: ele não vai, mas os cupinchas do PDC, com Paulo de Tarso à frente, fazem a sua propaganda aberta.

Em Vitória, estourou nova crise. Nas barbas de Leandro, Paulo de Tarso fez o elogio de Ferrari, dizendo que deveria ser ele o eleito juntamente com Jânio. Leandro não agüentou:

\_ Ou se acaba com isto, ou eu renuncio! E, mais tarde, reafirmando a ameaça, comentou:

\_ Já disse que renuncio. E minha palavra é de nordestino: se renunciar é para valer, não é para fazer palhaçada! (NR, nº 53, 26.2-3.3/1960, "O circo janista", p. 3).

Após a homologação da chapa Lott-Jango, Prestes lançou um manifesto de apoio, e novamente fez um chamado ao PCB para concentrar suas atividades na luta eleitoral, pois havia lentidão na aplicação da resolução de setembro de 1959 e a resistência de militantes:

(...) O esforço abnegado de muitos companheiros e simpatizantes tem-se juntado, de modo construtivo, numa experiência das mais sérias de frente única, no esforço dos patriotas de outras correntes, que sustentam a candidatura Lott, Nesse particular, merecem referência destacada as organizações e os camaradas do Distrito

---

<sup>2</sup>. Em 1960, *Novos Rumos* criou uma coluna "humorística", "O circo janista", que acompanhava a campanha de Jânio, suas *tournées*, ausências em comícios, seus disparates, gafes, e os vapores alcoólicos do candidato.

Federal e do setor dos marítimos, que vêm demonstrando, de modo geral, correta compreensão do problema eleitoral e desenvolvendo já apreciável atividade na organização de comitês eleitorais, na propaganda e demais tarefas da campanha.

(...) [porém] Não são poucos ainda as camaradas, inclusive altamente responsáveis, que conservam uma opinião depreciativa a respeito da luta eleitoral (...)

Especial atenção deve merecer a situação no Estado de São Paulo. Ali se encontram a mais forte base janista, o que, em conjugação com a pressão da grande imprensa, influi sobre o nosso próprio Partido no sentido de vacilações com relação à justeza da posição que assumimos (...)

No Rio Grande do Sul e em outros pontos do país, o atraso na aplicação da Resolução de setembro de 59 é explicado por motivos como a posição do PTB ou do PSD ou simplesmente pelas dificuldades em ganhar os militantes para alinha traçada (...) (NR, nº

55, 18-24/3/1960, Luiz Carlos Prestes, "Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais", p.4-5).

Além do sectarismo de alguns militantes com relação às eleições, havia resistência quanto a Lott por seu anticomunismo; em São Paulo os comunistas cediam à pressão janista, e no Rio Grande do Sul à pressão dos petebistas dissidentes.

Em março, Jânio visitou Cuba a convite de Fidel, enquanto Lott recusou convite idêntico, e Kubitschek se recusou a participar de uma Conferência dos países subdesenvolvido em Havana. Na comitiva de Jânio estavam jornalistas como Villas Boas Correa, Hélio Fernandes, políticos como Afonso Arinos, Paulo de Tarso, e o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião (Moraes, 1989: 30).

Jânio, candidato da direita, solidarizando-se com Cuba, posição execrada pela UDN, introduziu no debate eleitoral a política externa propondo uma atitude de independência do Brasil face à "guerra fria". A política externa era o ponto alto da campanha janista.

Para o PCB, a viagem de Jânio à Cuba tinha um lado positivo:

(...) Jânio tem procurado explorar ao máximo os sentimentos de simpatia de nosso povo pela revolução cubana. Foi à terra de Fidel Castro e voltou dando verdadeiros "shows". E a equipe, que o acompanhava, de repórteres dos jornais engajados na sua campanha afina no mesmo diapasão, apesar de um ou outro não esquecer de fazer suas perfiadiazinhas.

Não há dúvidas de que tudo isso também tem seu lado positivo. Para fazer seu jogo, Jânio é forçado a dizer muitas verdades sobre Cuba, o que necessariamente reverte em reforçamento da luta antiimperialista do povo cubano. Mas, por outro lado, também é certo que o jogo de cartas marcadas do candidato entreguista foi descoberto mesmo antes do início. E se qualquer dúvida acaso existisse, aí estão órgãos dos trustes, como "Time" a "Hanson's Letter", pondo os pingos nos is, mostrando que Jânio, "candidato francamente de direita", continua a ser o "our boy" dos imperialistas. Foi à Cuba apenas atrás de votos (...) (NR, nº 59, 15-21/4/1960, "Trustes reafirmam: Jânio é nosso homem", p. 1).

Em outro artigo *Novos Rumos* destacava a demagogia de JQ:

(...) Ele [Jânio] vai a Cuba e se deixa fotografar abraçado com Fidel Castro, pensando que, com isso, apagará a pecha de entreguista que pesa sobre a sua pessoa. Mas, vai só até aí. Quando se trata de aplicar no Brasil as soluções antiimperialistas adotadas por Cuba, é toda uma outra história. O candidato desconversa, sai pela tangente, cala-se (NR, nº 59, 15-21/4/1960, "Órgão dos trustes falam de Jânio e sua viagem a Cuba: "Time": candidato de direita; "Hanson's": outro Frondizi", p. 3).

Lott com seus pronunciamentos anticomunistas e anti-soviéticos se distanciava das classes populares urbanas, sem no entanto atrair o apoio dos setores conservadores. As diferenças no seio das forças pró-Lott tencionavam com as declarações do marechal, particularmente com os comunistas que ficavam numa posição defensiva:

Nosso candidato à Presidência da República, o marechal Lott, resolveu reiterar seus sentimentos anticomunistas e anti-soviéticos numa entrevista em Belém do Pará.

Obstina-se o marechal em repelir o apoio eleitoral dos comunistas (...) Porque repelir o apoio eleitoral dos comunistas, se estes são cidadãos que gozam dos direitos civis e estão obrigados, como todos os brasileiros, ao dever cívico do voto? Os comunistas escolheram o candidato que julgaram melhor. Admitimos que o marechal Lott, com a sua formação e os seus preconceitos, julgue o comunismo como um erro. Mas se os comunistas acertam e escolhem o candidato melhor, isto é, o marechal Lott, porque repelir? Seria, além de uma demonstração de inépcia política, um gesto odioso impróprio de um católico (...)

O marechal Lott acha que, por ser democrata e católico, não deve admitir relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o soviético. Entretanto, o presidente Gronchi, chefe do governo democrata-cristão da Itália, não só é partidário das relações com a URSS como vai a Moscou em visita cordial aos dirigentes comunistas. O general católico De Gaulle, recebe Krushiov amistosamente em Paris. E nem a Itália e a França deixaram de ser países católicos e capitalistas, nem a URSS deixou de ser um país socialista (...)

(...) Declarações como essas de Belém do Pará podem ser consideradas propaganda janista e não propaganda lottista. Contando já com o suporte eleitoral da reação e do entreguismo, Jânio se lança agora à demagogia desbragada para tentar iludir o eleitorado de esquerda. Sua viagem a Cuba tem este objetivo. Não podemos permitir, sem o nosso protesto, que o marechal Lott ponha lenha na fogueira do janismo, movido simplesmente por preconceitos retrógrados (NR, nº 58, Mário Alves, "Lott pôs lenha na fogueira de Jânio", p.3).

Mário Alves ressaltou a candidatura Lott considerando-a "a possibilidade de um governo democrático e nacionalista" na história do país:

Certas declarações do marechal Lott contra a União Soviética, a revolução cubana e o comunismo despertam a inquietação em certos setores nacionalistas e círculos de esquerda. Inquietação tanto mais compreensiva quando, precisamente agora, o sr. Jânio Quadros corteja as forças populares, tenta capitalizar para a si a enorme simpatia do povo brasileiro pela causa de Cuba e faz proposições avançadas no terreno da política externa (...)

A candidatura do marechal Lott possibilita uma política nacionalista e democrática mais definida que a de qualquer governo brasileiro (...)

Discordamos da posição do marechal face da União Soviética, do comunismo e da revolução cubana, mas essa discordância não deve levar-nos a negar apoio ao candidato nacionalista. Consideramos que a questão decisiva, no momento atual, é o conflito entre nacionalismo brasileiro e a situação de dependência ao imperialismo dos Estados Unidos. A candidatura Lott expressa esse conflito de forma mais ou menos clara, embora não encarne ainda, como seria desejável, certas aspirações populares.

(...) Nas suas limitações, a candidatura do marechal Lott reflete o papel preponderante que ainda exercem na frente única forças sociais capazes de opor-se ao imperialismo, em certa medida, e admitir determinadas transformações democráticas, mas incapazes de realizar uma política firmemente antiimperialista e popular, no estilo Fidel Castro. Tal estado de coisas não é porém imutável. Os setores radicais da coligação nacionalista e democrática, através da pressão das massas, podem e devem combater as vacilações dos setores conciliadores, conquistar um papel decisivo no movimento antiimperialista e conduzi-lo a posições mais firmes e conseqüentes. O que importa é atuar neste sentido, e não entregar-se a lamúrias, nem condicionar o apoio a Lott a uma espécie de "certificado de garantia" contra atitudes reacionárias que pudessem ser tomadas no futuro (...) (NR, nº 59, 15-21/4/1960, Mario Alves, "Lott e os comunistas", p. 1).

Francisco Julião entrevistado pelo jornal *Novos Rumos* desfez

certas especulações sobre sua viagem à Cuba e um suposto apoio a Jânio:

\_ Nada disso tem o mínimo fundamento – disse. Quando aceitei o convite do sr. Jânio Quadros para ir com ele à Cuba fiz questão de deixar claro, inclusive publicamente, que meu gesto nada tinha a ver com minha posição política ao lado do Marechal Lott – era uma homenagem que eu prestava ao bravo povo cubano, e não ao Sr. Jânio Quadros. Nada mudou depois disso" (NR, nº 61, 29.4-5.5/1960, "Julião tem 12 razões para apoiar Lott", p. 3).

Jânio esperava o apoio do Partido Socialista, mas a pressão dos janistas de São Paulo não impediu que a convenção nacional do PS, realizada em abril de 1960, declarasse apoio ao marechal Lott (NR, nº 59, 15-21/4/1960, "Socialistas apóiam Lott", p.3). Mas Jânio recebeu o apoio da seção paulista, a mais conservadora do PS (Dulci, 1986: 164).

Kubitschek não se empenhava na candidatura Lott, voltava-se às suas “grandes obras”. Recebeu aclamação nacional com a inauguração da nova e futurista capital no dia 21 de abril, e admiração no exterior pela ousadia do empreendimento. A imaginação do público estava fascinada pela construção de Brasília, mesmo os jornais hostis aos programas de Kubitschek passaram a dar completa cobertura, e de forma geral, favorável.<sup>3</sup>

*Novos Rumos* também dedicou reportagens com fotos de Brasília, e era um entusiasta das transformações ocorridas no planalto central:

(...) Ali está o que melhor produziu a arquitetura brasileira: desde o plano-piloto de Lúcio Costa, aos projetos saídos do cérebro de Oscar Niemayer. E tudo isto transformado em realidade pelo candango, sinônimo de brasileiro. Sim, porque os homens que estão tirando Brasília do nada outros não são senão os simples camponeses brasileiros, sobretudo do Nordeste. Muitos jamais haviam pegado numa colher de pedreiro, quanto mais num soldador elétrico para estruturas metálicas. É impressionante sua capacidade de adaptação

---

<sup>3</sup>. O *Estado de São Paulo* publicou mais de mil matérias sobre o tema. O apoio mais visível foi da revista *Manchete* que fechou um acordo com o governo, já que *O Cruzeiro* perdeu o contrato por pedir uma quantia fabulosa. A *Manchete* publicava foto-reportagens das obras de Kubitschek, sempre acompanhado pelos assessores presidenciais. Em 1960, a *Manchete* já suplantava *O Cruzeiro* como a maior revista do país (Maran, 1991: 117). Em 1960, foram concluídas inúmeras obras que contribuíram ainda mais para o crescimento dos déficits orçamentários, aumentando os índices de inflação. A construção de Brasília era o projeto mais alvejado pela UDN, mas essa posição não era unânime, as bancadas udenistas dos Estados centrais defendiam ardorosamente a iniciativa, considerada “fator crucial para a interiorização do desenvolvimento” (Dulci, 1986: 149).

à moderna técnica da construção civil. Acima de quaisquer considerações, a construção de Brasília é um testemunho irrefutável da inteligência e da capacidade realizadora do trabalhador brasileiro colocadas a serviço de uma arquitetura de vanguarda (NR, nº 54, 11-17/3/1960, Josué Almeida, “Já foi pasto de tatu a Praça dos três poderes”, p.1, 2º caderno).

A candidatura Lott seguia paralisada, para os comunistas trava-se de uma conspiração de setores situacionistas, que, com os argumentos da transferência da capital para Brasília e da necessidade de prosseguir o desenvolvimento econômico, preparavam uma manobra continuísta, isto é, uma mudança constitucional que permitisse a permanência de Kubitschek:

O abalo emocional representado pela inauguração de Brasília e, paradoxalmente, a crise que dilacera a UDN estão servindo, nas últimas semanas, para alimentar em certos setores do situacionismo, já insistentemente caracterizado, a velha tendência à “revisão do quadro sucessório”. Sabe-se muito bem que objetivos tem em mira esses defensores da “revisão”: o afastamento da candidatura Lott por meio de recursos tortuosos como “mandato-tampão” ou mediante uma emenda constitucional que abra margem pura e simplesmente, à reeleição de JK. Os promotores da pretensa revisão, que procuravam retardar o mais possível o reinício das atividades do Parlamento, ameaçam agora agitar a questão, em termos concretos, logo ao se reabrirem as sessões da Câmara (...) (NR, nº 61, 29.4-5.5/1960, Almir Matos, “Falsos pretextos de uma velha manobra”, p. 3).<sup>4</sup>

Em abril, Leandro Maciel renunciou e a UDN o substituiu por Milton Campos, com mais prestígio eleitoral, senador mineiro considerado “capaz de conferir um conteúdo mais “udenista” à chapa e à própria candidatura Quadros” (Dulci, 1986: 161). Fernando Ferrari aproveitava a resistência de setores da UDN e do janismo a candidatura do “coronel do nordeste” Leandro Maciel, mas com Milton Campos se desfizeram suas pretensões.

Definidos os candidatos à vice, o PCB era otimista quanto à reeleição de Goulart:

---

<sup>4</sup> Desde 1959, Goulart e Brizola defendiam uma mudança constitucional que permitisse a reeleição, pois viam a candidatura Lott fadada a derrota, e a vitória de Jânio como uma ameaçava a democracia, JK recusou; porém, a proposta ressurgiu no decorrer de 1960 (Villa, 2004: 35).

(...) Salvo novas alterações, pouco prováveis, o quadro para a sucessão da vice-presidência está definido. E os seus pólos são mesmo as candidaturas de João Goulart e Milton Campos, uma vez que já não se atribui um mínimo sequer de consistência aos planos carreiristas de Fernando Ferrari. E, sendo esse o quadro, tudo tende a que se possa considerar como certa a reeleição de João Goulart o objetivo pelo qual lutam os nacionalistas e democratas brasileiros (NR, nº 63, 13-19/5/1960, Almir Matos, “A vice”, p.3).

No dia 1º de maio, o Movimento de Renovação Sindical (MRS) lançou um manifesto assinado por 300 dirigentes sindicais favorável à candidatura Jânio, e em junho promoveu o Movimento Jan-Jan (Jânio presidente

e Jango para vice, que estimulariam informalmente), e lançou na capital paulista o jornal Jan-Jan com circulação no meio operário (Costa Neto, 1960: 85-86).

O PCB acusava o ministro da Fazenda, Paes de Almeida, com a cumplicidade de JK, de financiar a candidatura Jânio através do Instituto Brasileiro do Café com a venda do produto a preços inferiores ao do mercado para a firma Comissária e Exportação Almeida Prado S.A., uma das principais financiadoras de JQ e do udenismo em São Paulo, e através do BB onde predominava “um critério político para a concessão de créditos ou qualquer outro favor do Banco do Brasil: ser ou não ser amigo de Jânio Quadros” (NR, nº 65, 27.5-2.6/1960, “Quinta-coluna: ministro da Fazenda financia Jânio”, p. 1, 2º caderno).

Em maio, enquanto a candidatura Jânio também recebia o apoio de uma cisão do PR, tradicional aliado do governo, os comunistas que se empenhavam na campanha através do Diretório Estadual do Movimento Nacionalista Lott-Jango, no Rio de Janeiro, novamente criticaram a atuação das cúpulas do PTB e do PSD na campanha do marechal no Estado:

(...) Neste Estado, a frieza com que as cúpulas nacionais do PSD e do PTB têm até agora encarado a candidatura do marechal Lott no Rio de Janeiro, e que atua no sentido da paralisação da campanha eleitoral, é ainda agravada pelo fato de que o PSD e o PTB fluminenses são velhos adversários no terreno político estadual. Com efeito, enquanto os comitês nacionalistas já promoveram dezenas de comícios em todo o Estado pela candidatura Lott-Jango, os partidos que oficialmente apóiam esta candidatura não saíram ainda da estaca zero. E esta é a maior queixa dos responsáveis pelo Diretório Estadual (...) (NR, nº 63, 13-19/5/1960, “Os partidos não ajudam mas os Comitês Lott-Jango se alastram no Est. do Rio”, p.3).

No início de junho, ocorreu o “encontro de Brasília” para ativar a candidatura Lott, que reuniu 3 governadores (Brizola, Roberto Silveira e José Feliciano), ministros, deputados, senadores, Goulart e Kubitschek, e foi coroado com um grande comício com os candangos, no qual as cúpulas partidárias

prometeram lutar pela vitória de Lott-Jango. Os comunistas tinham a esperança de que a campanha Lott tomasse outro rumo (NR, nº 67, 10-16/6/1960, Renato Arena, “Lott em Brasília: integração das cúpulas na campanha eleitoral”, p. 3).

No “encontro de Brasília”, o Grupo Compacto pressionou Goulart sobre sua atuação na campanha eleitoral, particularmente sobre o Movimento Jan-Jan:

O Presidente do PTB foi procurado por membros do chamado “grupo compacto” (o grupo nacionalista da representação petebista na Câmara) que reclamaram dele, especialmente, uma enérgica tomada de posição em relação aos “comitês Jan-Jan” formados em São Paulo e Paraná, e em cuja formação se tem anunciado o estímulo e o apoio pessoal do candidato à Vice-Presidência na chapa de Lott (...) O Presidente do PTB, entretanto, contestou veementemente qualquer participação sua no caso dos “comitês J-J”, e prometeu um pronunciamento público a respeito disso, para breve” (NR, nº 67, 10-16/6/1960, Renato Arena, “Lott em Brasília: integração das cúpulas na campanha eleitoral”, p. 3).

Após o famoso “encontro de Brasília”, a campanha Lott continuou paralisada e prejudicada pela falta de fundos. Os comunistas seguiam com a denúncia de uma manobra continuísta em curso:

(...) Os principais dirigentes dos partidos situacionistas – senhores Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, João Goulart, Armando Falcão – apoiando em palavras a candidatura Lott, estão na verdade chefiando a conspiração que visa impedir a vitória do candidato nacionalista e impor ao país uma solução extra-legal, sem nenhuma justificativa no quadro da situação brasileira. A tática dos conspiradores consiste principalmente em procurar convencer a opinião pública acerca da “fraqueza” da candidatura Lott e, portanto, de sua inviabilidade em face da penetração, que propositadamente exageram, da candidatura entreguista do sr. Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, entregam-se a uma desenfreada promoção pessoal do sr. Kubitschek – como se fosse JK e não Lott o candidato – procurando, desse modo, fazer crer às massas que está no continuísmo a única alternativa para evitar que o Poder venha a cair nas mãos do candidato do Clube da Lanterna (...) (NR, nº 69, 24-30/6/1960, “Advertência à nação: sabotadores de Lott tramam golpe continuísta”, p. 3).<sup>5</sup>

Em junho, no ato de lançamento da candidatura Milton Campos na capital paulista, amplamente divulgado, Jânio que tinha acertado a data de

sua realização não compareceu; deixando todos à sua espera reafirmava o seu suprapartidarismo. Para os comunistas,

(...) a nova patada de Jânio nas restais da UDN não pode surpreender a ninguém. Já não aconteceu pior com o próprio presidente da udenista, o banqueiro Magalhães Pinto? E não foi isso o que se deu com “coronel Leandro”? No caso presente deve-se ter em conta, além de tudo, que ele se deu em São Paulo – precisamente onde Jânio foge de aparecer em público ao lado da UDN mais do que d. Helder Câmara deveria fugir do pecado. O amigo de Rockefeller conhece perfeitamente que conseqüências funestas teriam para a sua demagogia populista surgir na capital de São Paulo ao lado de Herbert Levy ou de Carlos Lacerda (...) (NR, nº 68, 17-23/6/1960, “O circo janista”, p. 3).<sup>6</sup>

Goulart com seus interesses junto ao movimento operário não perdia a oportunidade de afirmar-se junto a este. No dia 25 de junho, em São Paulo, 500 sindicalistas paulistas entregaram um manifesto de apoio à Lott e Goulart, e se autodenominaram Frente Eleitoral dos Trabalhadores Paulistas Lott-Jango (NR, nº 70, 1-7/7/1960, “Manifesto de 500 líderes sindicais. Trabalhadores paulistas ao lado de Lott e Jango”, p. 1, 2º caderno), e no dia 28,

---

<sup>5</sup>. Apesar dos comunistas defenderem e reivindicarem o aperfeiçoamento do regime democrático, interessante notar a ressalva quanto a solução extra-legal proposta pelos “situacionistas”, isto é, “sem nenhuma justificativa no quadro atual da situação brasileira”.

<sup>6</sup>. Aqui o termo populista preserva o mesmo sentido anteriormente destacado: a “demagogia populista” refere-se a uma demagogia que tenta representar os reais interesses populares, ou seja, Jânio era um demagogo que queria se passar por um defensor dos movimentos populares. Lott e Goulart assinaram na ABI um compromisso com dirigentes sindicais cariocas, que em reunião com Goulart decidiram formar a Frente Operária Nacionalista (NR, nº 70, 1-7/7/1960, “Trabalhadores cariocas reafirmam: ao lado de Lott e Jango contra o continuísmo”, p. 3).

Em agosto, o ziguezague de Jânio atrás de apoio, dessa vez do PRP, o fez declarar outra posição sobre a política externa e o PCB:

Estourou como um tremendo escândalo na opinião pública a revelação pela imprensa da atitude de duplicidade assumida por Jânio Quadros, diante da Convenção Nacional do PRP, encerrada sábado último no Rio de Janeiro. Depois de afirmar, em carta dirigida

a esse partido, que era favorável ao reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e à legalidade para o Partido Comunista, e percebendo que esta declaração dava motivo a que setores do integralismo não quisessem apoiá-lo, Jânio se prontificou a escrever nova carta, desmentindo-se, e manifestando opinião contrária às relações com a URSS como à legalidade do PCB (...). Para completar, acaba de declarar em Goiânia que o marechal Lott cometeu “uma calúnia” quando o chamou de neutralista em política internacional (...) (NR, nº 79, 2-8/9/1960, “Retrato de Jânio: demagogo vulgar caçador de votos”, p. 3).

O anticomunismo de Lott tornava difícil o trabalho dos comunistas. Em entrevista a uma TV carioca, Lott declarava ser adepto da política externa norte-americana:

(...) [a entrevista de Lott] teve o objetivo de apresentar Jânio como um partidário do neutralismo, no campo internacional, e condená-lo por isso. Em contrapartida, o marechal Lott se apresentou como um adepto convicto dos “slogans” fabricados e difundidos pelo Departamento de Estado de Washington, tais como a “defesa dos valores morais do mundo livre” e o reforçamento do “pan-americanismo”, que não tem servido, particularmente em nosso país, senão para mistificar a opinião pública e camuflar a política de subserviência em relação aos interesses imperialistas dos grandes grupos econômicos norte-americanos (NR, nº 79, 2-9/9/1960, Renato Guimarães, “O marechal Lott e o neutralismo”, p. 3).

Para os comunistas, a posição de Lott invertia o debate e favorecia Jânio:

(...) Apresentando Jânio como um partidário do neutralismo, o marechal faz exatamente o jogo do candidato da vassoura e dos trustes. Jânio compreendeu a popularidade do neutralismo em nosso país, e por isso se tem empenhado em gestos demagógicos, de apoio à luta dos povos asiáticos e africanos, à revolução cubana, e à luta política de coexistência pacífica. Sua verdadeira política externa, entretanto, foi definida no discurso que pronunciou na revista “Manchete”: é a mesma política tradicionalmente seguida pelo Itamarati, de obediência a OEA e de submissão à Washington; a mesma política que o marechal Lott procurou agora, desastrosamente defender (NR, nº 79, 2-9/9/1960, Renato Guimarães, “O marechal Lott e o neutralismo”, p. 3).

No último mês da campanha eleitoral, como uma cartada política sob as mangas, Prestes nos vários comícios realizados no interior e na capital paulistas, no reduto janista, revelou que Jânio havia pedido o voto dos comunistas em troca da legalidade do PCB:

O sr. Jânio Quadros - disse Prestes - que em Recife e logo depois em Porto Alegre vem de investir, com a mesma linguagem do almirante Pena Boto, contra os comunistas, numa evidente demonstração de desespero diante da derrota que o aguarda nas urnas, é o mesmo que em fins de do ano passado e no início deste mandava um emissário pedir-me, em troca, a dar todas as garantias para a volta de nosso Partido à legalidade (...) (NR, nº 82, 23-29/9/1960, "Denúncia Prestes em SP: Jânio pediu votos dos comunistas em troca da legalidade do partido", p. 3).

A revelação de Prestes apenas se somou a outras tantas negociatas de Jânio. No dia 3 de outubro, as urnas revelaram a vitória de dois populismos: Jânio, o populista moralista-conservador, obteve 5.636.623 votos, Lott, 3.846.825, e Ademar de Barros, 2.195.709, e Goulart, o populista trabalhista, com 4.547.010 votos, Milton Campos, 4.237.719, e Fernando Ferrari, 2.137.382.

Nem Jânio (e Ademar) e nem Goulart tiveram uma votação caracteristicamente urbana ou rural em termos nacionais, houve uma "acentuada dependência dos vitoriosos de 1960 em relação aos votos do interior, ou seja, em relação as máquinas partidárias estaduais e municipais" (Souza, 1983: 150).

Ademar de Barros e Jânio concorreram na mesma faixa de eleitores populistas, ao qual Lott também penetrou, mas Jânio atraiu um grande contingente antipopulista das classes médias, e catalizou "no simbolismo plebiscitário os descontentamentos do eleitorado urbano", e serviu "como corredor de entrada para um vasto contingente de novos eleitores de camadas sociais previamente marginalizadas" (Souza, 1983: 148), que "permanecia no limbo da vida política, na categoria de recurso político disponível, mas não mobilizado". Essa "massa" garantiu a eleição de Jânio e as dificuldades que se seguiram (Souza, 1983: 166).

A vitória do suprapartidário Jânio representou uma deslegitimação do sistema partidário, ao qual o eleitorado (que mudou com a

industrialização e a urbanização) percebia sua inanidade. Como coloca Caio Prado Junior (1961: 14), a insuficiência da estrutura político-partidária foi demonstrada na vitória de Jânio, “que teve habilidade de se apresentar como agindo fora dos partidos, de independê-los”, o que constituiu um dos principais fatores do grande êxito por ele alcançado em sucessivas eleições.<sup>7</sup>

A vitória de Jânio não implicou a vitória do “entreguismo” sobre o nacionalismo. A candidatura Jânio se caracterizou sobretudo pela oposição a Kubitschek e ao dispositivo PSD-PTB. Essa oposição foi favorecida pela carestia da vida, a qual respondeu com promessas de estabilidade aparecendo como populista “salvador das massas”, que associadas à campanha da “vassoura” atraíram numerosamente as classes populares e as classes médias, e com a política externa independente atraiu os setores descontentes com o anticomunismo de Lott, sem perder o apoio da direita, com a qual

---

<sup>7</sup> Para Maria C. C. de Souza, “o caráter acentuadamente “apartidário” da eleição de Jânio, ao mesmo tempo que sugere fragilidade”, indica também que estavam dadas as condições para uma “ampliação do sistema partidário”; “o crescimento da proporção de votantes sobre a população (que alcança 20% em 1958, contra 15% em 1955)” começou “a criar as condições para um sistema de partidos fundado num eleitorado de massas” (Souza, 1983: 154), porém, o clientilismo, como estratégia de aquisição e consolidação de poder, constituía um indicador dos obstáculos à institucionalização desse sistema partidário (Souza, 1983: 36).

freqüentemente reiterou seus compromissos.<sup>8</sup>

Lott como candidato da situação sofreu os desgastes associados a JK (ao qual não se desligou ou fez críticas); as denúncias de corrupção e escândalos financeiros, principalmente a carestia da vida, foram aproveitados por Jânio; longe de ser carismático, Lott também não tinha “jogo de cintura”, entrou em atritos públicos com seus apoiadores, e o seu anticomunismo se chocou com o entusiasmo popular pela revolução cubana. A partir do caráter

conservador da candidatura Lott, JQ pode sem risco para a reação conservadora levar adiante seu discurso esquerdizante e arrastar a iludida massa eleitoral.

Um fator importante destacado por Leôncio Basbaum (1976: 241) para explicar a derrota de Lott, foi que a propaganda lottista baseada no nacionalismo (versus “entreguismo”) era demasiada abstrata à maioria da população (com exceção dos setores mais organizados), diante das “promessas concretas” de Jânio ligadas às necessidades imediatas da população.

A candidatura Lott foi sabotada por dirigentes do PSD e PTB, por um lado, o PSD inclinava-se mais às proposições da política econômica de Jânio, por outro lado, os setores mais radicais do PTB divergiam de Lott quanto às relações com os países socialistas e o PCB, nesse sentido, a candidatura Lott era incongruente com o pensamento do PTB.

O PCB, ilegal e como força minoritária ao se integrar a Frente Popular descaracterizou o seu programa para apoiar a candidatura Lott notadamente conservadora, e, ao atrelar-se ao decrépito dispositivo PSD-PTB se inseriu numa luta facciosa sem que pudesse definir e caracterizar os seus

---

<sup>8</sup> Sobre o janismo ver Weffort (1989), “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, e “Estado e massas no Brasil”.

objetivos e pensamentos. O PCB num oportunismo eleitoral deixou de apresentar uma política classista e anticapitalista, e denunciar a falsa polêmica entre as candidaturas Jânio e Lott, ambas compromissadas com o FMI.

A vitória das forças oposicionistas se completou na disputa dos 11 governadores, dos quais 6 eleitos eram udenistas: Magalhães Pinto, em Minas; Carlos Lacerda, na Guanabara; Correia da Costa, em Mato Grosso; Luiz Cavalcanti, em Alagoas; Pedro Godim, na Paraíba; e Aluizio Alves, no Rio

Grande do Norte. No Paraná foi eleito o democrata-cristão Nei Braga; os governos dos quatro outros Estados couberam ao PSD (Dulci, 1986: 164).

#### O V Congresso do PCB

O V Congresso do PCB foi realizado em agosto/setembro de 1960, na reta final da campanha eleitoral, com a revolução cubana se afirmando, e pouco antes de se tornar público o contencioso entre o PCUS e o PC chinês. Em abril de 1960, foram publicados o *Projeto de Estatuto* e as *Teses para Discussão* como suplementos dos *Novos Rumos* nº 59. Através da “Tribuna de Debate” do semanário o PCB tornou públicas as discussões internas.<sup>9</sup>

As *Teses* desenvolveram e precisaram as idéias essenciais da *Declaração de Março*, e reacenderam as divergências com os defensores do *Manifesto de Agosto* de 1950 e do IV Congresso. Em defesa das *Teses* estavam Jacob Gorender, Mario Alves, Giocondo Dias, Marco Antonio Coelho, Carlos

---

<sup>9</sup> A decisão de publicar os debates do pré-congresso tinha a intenção mostrar que o PCB já não era mais aquele partido dogmático e antidemocrático. As divergências e os ríspidos debates foram usados pela imprensa adversária, como o *Jornal do Brasil*, para difundir a idéia de que o PCB estaria em declínio, “dividido e cheio de contradições internas”, com a “maioria dos simpatizantes do comunismo tonta e desconfiada” (NR, nº 61, Orlando Bonfim Jr., “Repto ao “JB”, p. 1). Marighella, Luís Carlos Prestes, entre outros, do outro lado estavam Maurício

Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Carlos Danielli, Orlando Piotto, Calil Chade, entre outros.<sup>10</sup>

Do consenso sobre a constatação do desenvolvimento do capitalismo no país, e das etapas da “revolução brasileira” (primeiro antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, depois socialista), os opositoristas divergiam sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista e

sua relação com a democracia, o papel hegemônico atribuído à burguesia nacional na frente nacionalista e democrática, a subordinação da luta pela democracia à luta antiimperialista, a via pacífica da revolução, a possibilidade de realização das tarefas da etapa atual da revolução brasileira sob o regime vigente, e a caracterização do governo JK:

Maurício Gabrois:

O exagero na apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário, leva a Declaração a idealizar a burguesia que é tratada como se fosse força conseqüente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais. Toda orientação estratégica e a linha tática expostas na Declaração tem quase que exclusivamente os interesses da burguesia, conduzem ao fortalecimento de suas posições políticas, em prejuízo das demais forças revolucionárias (...)

Afirma a Declaração que a democratização é uma tendência permanente na vida política nacional, uma decorrência do desenvolvimento capitalista. Assim, a democracia aparece como inerente ao capitalismo, tese tipicamente revisionista (...)

Do conteúdo da Declaração depreende-se que tem mais valor para a formação da frente única a aliança com a burguesia – aliado importante e necessário – do que os camponeses e a pequena burguesia urbana, colocados em plano secundário (...)

De um modo geral, a posição do Partido é de reboque em relação às forças aliadas, em particular a Frente Parlamentar Nacionalista e ao PTB. Subestima-se o Partido sob o pretexto de fortalecer a frente única (...) (NR, nº 60, 22-28/4/1960, Maurício Gabrois, “Duas concepções, duas orientações políticas I”, p. 3).

---

<sup>10</sup> Uma terceira posição que contestava integralmente as análises e formulações das *Teses* foi exposta por Caio Prado Junior, mas não chegou a formar uma tendência ou fração. São 7 artigos, “As Teses e a revolução brasileira” (I-VII), estão na “Tribuna de Debate” nos números 67, 68, 69, 70, 71 e 72; para uma síntese ver Segatto (1995: 93-94).

Para liquidar o domínio do imperialismo norte-americano e o monopólio da terra é necessário substituir o regime político vigente do país por um novo regime que corresponda às tarefas da atual etapa de revolução (...)

Os comunistas aspiram à solução pacífica para os problemas da revolução brasileira. Mas as escolhas das formas e meios para libertar o país do domínio do imperialismo norte-americano e realizar as transformações radicais, não dependem somente do proletariado e das demais forças antiimperialistas (...) Em todas as circunstâncias, o proletariado e seu partido devem estar preparados política e ideologicamente para quaisquer das soluções (NR, nº 61, 29.4-5.5/1960, Maurício Gabrois, “Duas concepções, duas orientações políticas II”, p.3).

(...) O governo do sr. Juscelino Kubitschek realiza, essencialmente, uma política antipopular e de capitulação ao imperialismo norte-

americano (...) (NR, nº 65, 27.5-2.6/1960, Maurício Gabrois, “Quem falsifica? Quem deturpa?”, p.4).

Carlos Danielli:

(...) A meu ver, o poder antiimperialista e antifeudal deverá incluir a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e a burguesia nacional. Será um poder baseado na aliança operário-camponesa e sob a direção do proletariado.

Mas isso não significa ficar nos quadros do regime vigente. Corresponde a conquista de um regime de transição para outra etapa da revolução. Ficar nos quadros do regime atual, lutando por um ou sucessivos governos que realizem as transformações nacionalistas e democráticas, é apenas encarar o aspecto evolutivo do processo revolucionário. É apenas a tática. O governo antiimperialista e antifeudal deve garantir um desenvolvimento não capitalista para o Brasil (...)

(...) Um mérito da Declaração de Março, assim como das Teses, é a correção que faz de nossa posição anterior de só admitir o caminho não pacífico para a revolução brasileira. Mas sobretudo, absolutiza tal caminho, o que desarma o proletariado e o partido para qualquer solução (...) Admitem o caminho pacífico como uma possibilidade real, o que não é correto.

(...) Admitir a possibilidade do caminho pacífico como real, neste momento, significa desarmar o proletariado, deixá-lo perplexo a repetir que o caminho pacífico (...) (NR, nº 63, 13-19/5/1960, Carlos Danielli, “O caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da revolução brasileira”, p.3).

Orlando Piotto

As Teses, por exemplo, colocam de modo empiricamente falso a questão das contradições na sociedade brasileira. O caráter antiimperialista e antifeudal está claro para nós, há muitos anos. Mas as Teses, ao darem a primazia ao aspecto antiimperialista da revolução, despoja a esta do seu caráter democrático, pois os problemas fundamentais da tática, como o da frente única, ficam subordinados apenas ao aspecto da amplitude das forças sociais e não, em primeiro lugar, como deve ser, ao conteúdo das massas, popular, democrático daqueles problemas (...) (NR, nº 65, 27/5-2/6/1960, Orlando Piotto, “Uma política de direita”, p.4).

Calil Chade

(...) A Declaração não aprecia desenvolvimento capitalista do ponto de vista do proletariado. A análise objetivista burguesa do capitalismo feita na Declaração tem muitos traços de semelhança com a que é feita pelos teóricos da burguesia nacional-reformista brasileira e que atuam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. A Declaração, tal como os teóricos do ISEB, faz uma verdadeira apologia do capitalismo nacional (...) (NR, nº 63, 13-19/5/1960, Calil Chade, “A linha oportunista da Declaração”, p.6).

Pedro Pomar:

O centro de nossas divergências reside precisamente aí. Discordamos das Teses na fundamentação objetivista e apologética do capitalismo, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, a menosprezar o papel das classes mais revolucionárias da sociedade brasileira e a abdicar, em princípio (já não me refiro a prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução (NR, nº 68, 17-23/6/1960, Pedro Pomar, “Ainda sobre a apologia do capitalismo”, p.4).

João Amazonas:

(...) O Partido precisa de uma linha que apresente às massas a solução verdadeira de seus problemas e indique o caminho para alcançá-las. Ficar somente nas reformas e mudanças dentro do atual regime, nas modificações da política e da composição do governo, é não dar uma perspectiva clara ao povo (...)

A linha política da Declaração e das Teses confunde a acumulação de forças com a acumulação de reformas. Vê, fundamentalmente, a solução dos problemas brasileiros pelo prisma econômico, através da soma “gradual, mas incessante” de reformas. Quanto mais reformas forem sendo acumuladas, mais próximos estaremos das transformações radicais (...) (NR, nº 68, 17-23/6/1960, João Amazonas, “A linha atual e as reformas”, p. 7).

Para os opositores, as posturas “revisionista”, “oportunistas de direita”, “nacional-reformista” das *Teses* tinham sua origem numa “exagerada apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário” que “embelezava o capitalismo”.

Já os defensores da *Declaração* e das *Teses* se referiam aos opositores como “dogmáticos”, “esquerdistas”, “sectários”, e “grupo anti-partido”. Algumas respostas:

Fragmon Carlos Borges:

(...) A plataforma política, se se pode dar esse nome ao amontoado de palpites apresentados por Maurício Gabrois e apoiado pelos outros, que publicaram não passa de uma repetição melhorada ou remendada do Programa “científico” de 1954 (...)

E a volta a esse passado significaria a liquidação do Partido, que não pode existir e crescer como seita, com uma orientação dogmática e esquerdista, sem democracia interna e submetido à direção onipresente e todo-poderosa de um grupo de aventureiros (...) (NR, nº 66, 3-9/6/1960, Fragmon Carlos Borges, “Maurício Gabrois e Cia. um grupo anti-partido”, p. p. 5).

Jacob Gorender:

(...) Num país dependente e que sofre do atraso estrutural do passado, o desenvolvimento econômico, mesmo sob forma capitalista, não pode deixar de ter evidente aspecto progressista, que se manifesta na expansão das forças produtivas e de novas relações de produção, o que conduz ao fortalecimento de forças sociais mais avançadas, em particular o proletariado. Mas as teses estão muitíssimo longe de se restringir ao registro desse aspecto e de atribuir ao desenvolvimento econômico, dentro do curso que atualmente segue, o poder ou a tendência espontânea de solucionar as questões fundamentais da revolução (NR, nº 63, 13-19/5/1960, Jacob Gorender, “Crítica ou falsificação?”, p. 3).

(...) Obnubilado pelo dogmatismo, Pomar não consegue perceber que a contradição entre o proletariado e a burguesia, nas condições atuais do nosso país, se decide, como questão política, antes de tudo (embora não exclusivamente), no terreno da disputa em torno do curso e da direção do movimento de emancipação nacional. Aliando-se a burguesia, em ampla frente única, para combater o imperialismo norte-americano, o proletariado também se opõe à burguesia, porque não pode deixar de combater sua tendência conciliadora e empenhar-se para imprimir ao movimento emancipador e democrático um curso firme e conseqüente. Ao invés de força de apoio, o proletariado deve aspirar à função de força dirigente da frente única antiimperialista e democrática (...) (NR, nº 65, 27.5-2.6/1960, Jacob Gorender, “A oposição “esquerdista” e a contradição principal”, p. 6).

Mário Alves:

(...) Para chegar a essa conclusão de que “no essencial” o Estado é um instrumento do imperialismo yanque, Gabrois dispensa qualquer análise da evolução histórica do regime político no Brasil. O caráter heterogêneo do Estado atual, as contradições existentes em seu seio, a influência da burguesia nacionalista, os conflitos internos que se manifestam concretamente em episódios como o de 24 de agosto, a 11 de novembro e a disputa eleitoral Lott-Jânio, não tem para ele maior importância. Gabrois necessita obscurecer as contradições no seio do Estado e do regime político atual para expor o seu esquema simplista da conquista do Poder pelas forças antiimperialistas e democráticas (NR, nº 67, Mário Alves, “Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática”, p. 9).

Giocondo Dias:

(...) O que a Declaração diz, e alguns camaradas não procuram compreender, é que existe “a possibilidade real de conduzir por formas e meios pacíficos a revolução antiimperialista e antifeudal”, que este é o caminho que convém à classe operária e à toda a nação e que, portanto, devemos lutar por ela. Não atamos de maneira nenhuma as nossas mãos à saída pacífica, não afirmamos que esta é a única saída possível. O que se diz na Declaração, e de maneira correta, é que “o complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático (...) (NR, nº 68, 17-23/6/1960, Giocondo Dias, “A Declaração de Março”, p. 3).

Marco Antonio Coelho:

(...) Somos a favor de soluções positivas porque a frente única nacionalista e democrática ganha novos setores, acumulando forças, quando luta por medidas concretas para solucionar questões que dificultam a vida do povo e o progresso do país. Em contraposição, condenamos a tática de agitação pura de palavras de ordem radicais, porque não contribuem para a mobilização de amplas camadas e dificultam o desenvolvimento da frente única, isolando a vanguarda do proletariado das demais forças nacionalistas e democráticas (...)

(...) A utilização ao máximo da luta parlamentar deve ser uma de nossas maiores preocupações (trabalho no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais), porém, em íntima ligação com a luta extraparlamentar, com a pressão de massas sobre os legisladores (...)

(...) a luta pelas soluções positivas só é possível desenvolver-se num clima de democracia, quando haja respeito pelo direito inscrito na Constituição. Sendo assim, a tática de soluções positivas determina que se trave a defesa das liberdades e o combate pelo aperfeiçoamento do regime democrático (...) (NR, nº 74, Marco Antonio Coelho, "A tática de soluções positivas", p.3).

Luís Carlos Prestes:

(...) É ainda uma falsa avaliação da situação internacional que leva diversos camaradas a horrorizarem-se com a tese da possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução brasileira. Subestimam os referidos camaradas a força crescente do sistema socialista mundial, a desagregação do sistema colonial e as demais contradições que minam o sistema capitalista mundial. Por sua vez, o crescimento do movimento nacionalista, a força crescente do movimento operário e a democratização da vida política são fatores internos que nos permite ver como real a possibilidade de chegarmos a um poder revolucionário das forças antiimperialistas e antifeudais sem a necessidade da utilização das formas mais violentas da luta de classes, como a insurreição armada e a guerra civil. O caminho pacífico não nega, de forma alguma, as demais formas de luta de classes, mas, ao contrário, exige a luta mais conseqüente por reformas profundas na estrutura econômica e nas instituições políticas (...) (NR, nº 74, 29.7-4.8/1960, Luiz Carlos Prestes, "Por uma justa linha política", p. 5).

A *Resolução Política do V Congresso* reafirmou as idéias básicas da *Declaração de Março*, as concessões aos opositoristas não modificaram seus aspectos centrais: <sup>11</sup>

2. (...) o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista.

3. (...) A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital

monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter (...) A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força antiimperialista inconseqüente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação. (...)

4. (...) A medida que declina a influência conservadora dos latifundiários, como resultado do desenvolvimento econômico e das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional afirma-se a tendência à democratização do regime político. (...) Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reacionários (...) estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais. (...)

5. Em virtude da natureza de coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubitschek tomou uma feição heterogênea, nele figurando um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso dessas forças (...)

7. A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio

---

<sup>11</sup>. Segundo Moisés Vinhas (1982: 184), participaram do Congresso delegados de todos os Estados, representando cerca de 15.000 militantes. Foram eleitos para a Comissão Executiva do Comitê Central Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias, Mário Alves, Orlando Bonfim, Ramiro Luchesi, Carlos Marighella e Geraldo Rodrigues dos Santos, e foram excluídos os oposicionistas Maurício Grabois, João Amazonas, Calil Chade e Diógenes de Arruda Câmara; Sérgio Holmos e Pedro Pomar foram reeleitos para o Comitê Central, Orlando Piotto foi excluído, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, e outros foram eleitos suplentes.

da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. (...)

8. Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira (...) A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização dessa tarefa contribuirá para abrir caminho à solução dos demais problemas da revolução nacional e democrática. (...)

11. Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta antiimperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação a reforma agrária. Há finalmente setores latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário. A classe operária deve aliar-se a burguesia ligada aos interesses nacionais e outras forças,

e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam (...)

12. (...) A classe operária através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árdua e paulatina, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses – seu aliado fundamental – e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única (...)

13. (...) A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter antiimperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime (...)

20. (...) A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realiza-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação forças políticas (...)

Além disso, uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apóiam na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão (...)

22. Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico (...) (NR, nº 81, 16-22/9/1960, “Resolução Política”, 2º caderno, p.3-5).

Os comunistas partiam da compreensão de que o “atraso no campo” no Brasil, comparado aos países europeus os quais consideravam que já tinham equacionado a questão agrária, era uma contradição do capitalismo a ser resolvida pela revolução democrático-burguesa, e que seria solucionada com a eliminação dos resquícios feudais no campo. A reforma agrária realizada pela via parlamentar viabilizaria um desenvolvimento das forças produtivas.

Desde a aprovação da *Declaração de Março* que dividiu o CC, este trabalhou para ganhar os militantes para as novas orientações e então realizar o Congresso (Reis Filho, 1990: 24); esse convencimento foi respaldado pelos êxitos obtidos no movimento sindical – vistos como uma superação do abstencionismo anterior – e no movimento nacionalista.

A *Resolução* aprofundou o exame da questão democrática na luta pelo socialismo, entendida como uma etapa que precisava ser atravessada e que seria superada por um regime socialista, e reafirmou a tática de “soluções positivas”: a formulação de soluções específicas para problemas específicos na luta por um “governo nacionalista e democrático” (segue ausente o termo Frente Popular).

Para Leandro Konder (1980: 107), alguns críticos e historiadores incorrem no erro de analisar o V Congresso e suas conseqüências em função exclusiva do tratamento dado à “questão nacional” em detrimento da “questão democrática”. Entretanto, mesmo com a “questão democrática” se inserindo entre as principais preocupações dos comunistas, a “questão nacional” não deixou de manifestar-se fortemente na aplicação da nova política, a própria campanha eleitoral era centrada no embate entre nacionalistas e “entreguistas”.

#### O movimento sindical em 1960

Em 1960 ocorreu uma “irrupção janista” que se manifestou no III Congresso Sindical Nacional através do Movimento de Renovação Sindical (MRS) – fundado por operários do transporte coletivo (carris e ônibus) e do setor têxtil, com alguma penetração no meio rural paulista e com profundas ligações com os trabalhadores rurais do sul da Bahia (Itabuna), defendia a extinção do imposto sindical e combatia a influência do Ministério do Trabalho nos sindicatos –, que impulsionava o dinâmico Movimento Jan-Jan (Benevides, 1976: 100).

Como em 1959, em 1960 foram realizados vários congressos e convenções como o I Congresso Nacional dos Portuários, I Convenção Nacional

dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito, Congresso Sindical do Estado do Rio de Janeiro, Congresso Sindical do Norte e Nordeste, Congresso Sindical do Paraná, III Congresso Sindical dos Trabalhadores de Santa Catarina, entre outros (Telles, 1962: 102-109). Destacamos abaixo alguns conchaves importantes na disputa pela direção do movimento sindical no período.

Nos dias 7 e 8 de abril foi realizada a III Convenção Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, reunindo 625 delegados eleitos nas fábricas, seções de trabalho e assembléias sindicais, representando 43 sindicatos, 12 federações, a União Nacional dos Servidores Públicos, União dos Servidores Municipais, União dos Portuários do Brasil e a Associação dos Servidores do IPASE (NR, nº 59, 15-21/4/1960, Nilson Azevedo, "CPOS: unidade "bossa nova", p. 8).

A III Convenção Sindical dos Trabalhadores cariocas aprovou um plano de ação contra a carestia de vida, defesa da previdência social, direito de greve, reforma educacional, nacionalização dos bancos estrangeiros de depósito, nacionalização das subsidiárias da Bond and Share, monopólio estatal do petróleo, participação no Congresso Nacional dos Trabalhadores em julho de 1960, solidariedade a Cuba, entre outras resoluções (Telles, 1962: 102), e criou a Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Distrito Federal (CPOS):

(...) Para coordenar a execução desse plano [de ação], assegurando a unidade de esforços, os convencionais decidiram criar a Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Distrito Federal. A CPOS é uma nova sigla da unidade dos trabalhadores cariocas. O novo órgão será composto de representantes credenciados pelos sindicatos, federações, associações profissionais, delegados regionais das confederações, federações e sindicatos nacionais, conselhos consultivos regionais.

A representação das entidades será na base inicial de um delegado até 500 associados, dois, até dois mil, três, até cinco mil; e quatro, de cinco mil em diante. A Comissão Executiva é composta de 11

membros, e a sua atividade será determinada pelo plenário deliberativo, que se reunirá ordinariamente de quatro em quatro meses. O plenário será composto de representantes de todas as entidades sindicais e profissionais do Distrito Federal.

A CPOS terá uma secretaria própria, constituindo subcomissões de estatística e economia, de sindicalização e organização, de estudos e reformas das leis sociais trabalhistas, e de intercâmbio sindical. Os convencionais elegeram, por unanimidade, a Comissão Executiva Provisória da CPOS, que ficou constituída dos dirigentes Ari Campista, Benedito Cerqueira, Floriano da Silveira Maciel, Hércules Correia dos Reis, Sebastião Luís dos Santos, Jaime Correia, Ernesto Fonseca, Geraldo da Costa Matos, e Argemiro Rocha (...) (NR, nº 59, 15-21/4/1960, Nilson Azevedo, "CPOS: unidade "bossa nova", p. 8).

No estilo da estrutura horizontal da intersindical CPOS surgiriam organismos em diversos Estados (Miglioli, 1963: 65). A CPOS tinha forte presença dos comunistas.

Nos dias 27 a 30 de abril de 1960 foi realizado em São Paulo o II Congresso dos Trabalhadores paulistas (o primeiro foi realizado em 1946), promovido pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores paulistas, reunindo 1.300 delegados empregados das indústrias, transportes e bancos, e algumas associações de trabalhadores rurais (Rodrigues, 1960: 74, 75), dele participaram os nacionalistas, comunistas e "renovadores".

O conclave aprovou resoluções sobre a escala móvel de salários; a automatização; sobre os delegados de empresa, sindicalização e criação de novos sindicatos, liberdade e autonomia sindical; remuneração; proteção do trabalho da mulher e do menor; Justiça do Trabalho; previdência social e direito de greve, entre outros; e aprovou moções de apoio a revolução cubana, ao povo argelino, etc; e contou com a presença de representantes da CNTI, CNTC e da CNTTT, bem como da CIOSL, da ORIT e da Federação Sindical Mundial (FSM), cujo discurso no encerramento foi ovacionado pelos congressistas (Telles, 1962: 104-105).<sup>12</sup>

Nos dias 11 a 14 de agosto de 1960, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, foi realizado o III Congresso Sindical Nacional com a presença de 2.500 delegados de todos os Estados totalizando 774 entidades sindicais (NR, nº 77, 19-25/8/1960, Nilson Azevedo, “Trabalhadores conquistaram no III Congresso uma vitória histórica”, p. 2).

O III Congresso Sindical Nacional aprovou uma “Declaração de Princípios” com um conteúdo nacionalista; *Novos Rumos* também destacou outras resoluções, como a defesa de

(...) uma política salarial que abrange a revisão imediata dos níveis de salário mínimo, o estabelecimento do salário profissional, para estimular a mão-de-obra qualificada, a adoção das Escala Móvel de Salários, e outras medidas objetivando a contenção dos preços e o combate a inflação, assim como a participação dos empregados nos lucros das empresas – conquistada na Carta Magna e até hoje olvidada.

(...) Os congressistas visando libertar os sindicatos da subordinação ao governo e da interferência da burocracia sindical, aprovaram um projeto de lei que institui a Comissão Nacional de Sindicalização,

---

<sup>12</sup>. Dante Pellacani presidiu a comissão executiva; apesar dos “renovadores” se declararem apolíticos o conclave foi financiado pelo governo paulista que forneceu Cr\$ 1 milhão, e com a contribuição pessoal de Goulart de Cr\$ 500 mil. “Pellacani, Grecco, Menozzi, Forli e outros “renovadores”, torceram o nariz”, quando o Goulart discursou no encerramento do conclave (Costa Neto, 1960: 85). O apolitismo dos “renovadores” era contrariado por eles próprios, como no manifesto com 300 assinaturas em apoio a Jânio lançado em maio após o conclave.

organismo paritário, eleito pelos trabalhadores e patrões. A C.N.S. ficará com as atribuições hoje previstas para a Comissão de Enquadramento Sindical, a Comissão Técnica de Orientação Sindical e a Comissão de Imposto Sindical (...) Foram aprovadas também resoluções objetivando a legalização das formas de organização sindical de tipo horizontal já existentes ou a serem criadas nos âmbitos municipal, estadual e nacional, assim como resoluções visando a democratização dos Conselhos das Federações e Confederações, a legalização dos Conselhos Sindicais nas empresas, a conquista do direito para os dirigentes sindicais, a eleição direta dos vogais junto à Justiça do Trabalho, e apressamentos da tramitação dos processos, etc.

(...) Os trabalhadores manifestaram-se pela revogação do artigo 585 da CLT e das leis que o modificaram, exigiram o direito de ter relações com o movimento operário de todos os países e a liberdade de participar e mesmo escolher sua filiação às entidades sindicais internacionais, partindo somente dos interesses e das deliberações democráticas dos próprios operários, e não em obediência a ordens emanadas da Presidência da República (...)

A Criação da Comissão Permanente do IV Congresso e a eleição da Comissão Executiva Nacional constituem outra iniciativa que se reveste de grande importância para que seja assegurada a coordenação da ação dos trabalhadores sob uma única direção nacional.

Elevada expressão do espírito de solidariedade internacional do proletariado foi a participação, no Congresso, de representantes da Federação Sindical Mundial e do movimento sindical de 6 países da América Latina. Foram aprovadas diversas moções, destacando-se a Moção de Solidariedade à Revolução Cubana (NR, nº 77, 19-25/8/1960, Jover Telles, "III Congresso", p.1).

Nesse conclave se expressaram de forma polarizada as distintas forças do movimento sindical brasileiro em 1960. *Novos Rumos* relatou as divergências:

(...) Movimento Orientador Sindical, do Movimento Renovador Sindical e da Federação dos Círculos Operários. Estes grupos destituídos de maior representação no movimento operário, foram estimulados por alguns espoletas e tentaram, desde a primeira sessão, tumultuar os trabalhos do Congresso. O pretexto era a discordância dos itens que tratavam da criação de uma organização intersindical de caráter nacional, e das relações internacionais do movimento sindical brasileiro (...)<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>. A proposta da Central Sindical foi apresentada pelo grupo de intersindicais composto por uma aliança entre sindicalistas do PTB e do PCB. Pelos líderes do PTB: Clodsmidt Riani (presidente do Sindicato dos Hidroelétricos de Juiz de Fora/MG), Dante Pelacani [dissidente do PTB] (presidente do Sindicato dos Gráficos de São Paulo), Benedito Cerqueira (presidente da Federação Metalúrgica da GB); e pelos líderes do PCB: Oswaldo Pacheco (presidente da Federação Nacional dos Estivadores), Hércules Correia (presidente da Federação Têxtil da GB), Roberto Morena (presidente do Sindicato dos Marceneiros da GB), Rafael Martinelli (presidente da Federação dos Ferroviários), Luiz Tenório de Lima (setor alimentar) (Delgado, 1983: 43).

(...) Pressionados pelo adido da embaixada americana e pelos representantes da ORIT e da CIOSL, entraram em cena, então, abertamente, os srs. Deoclesiano de Hollanda Cavalcante, Sintulfo de Azevedo Pequeno, Ângelo Parmigiani e Ari Campista. Servindo-se de espoleta José Veloso, que fez um discurso insultuoso ao plenário, e que foi repelida com uma vaia maciça, esses senhores abandonaram o Congresso (...) após a reabertura dos trabalhos (...) o primeiro a falar foi o líder sindical paulista, Luís Menossi, chefe da delegação e presidente do Conselho Sindical do Estado. A ele seguiram-se os chefes de todas as outras delegações (...) A unidade se consolidou (...) Imediatamente, após a reabertura dos trabalhos, os chefes das 22 delegações estaduais e da delegação do Território do Amapá, começaram a desfilar na tribuna (...) (NR, nº 77, 19-25/8/1960, Nilson Azevedo, "Vencendo provocações e defendendo sua unidade trabalhadores conquistaram no III Congresso uma vitória histórica", p. 2).<sup>14</sup>

Os comunistas e “nacionalistas” retiraram as propostas de criação da Central Sindical <sup>15</sup> e de filiação à FSM, teses atacadas pelos dissidentes e alguns dirigentes “independentes” ou “renovadores” do II Congresso Sindical dos Trabalhadores paulistas, estes últimos permaneceram no III Congresso, e aproveitaram o conclave para criar o Conselho Coordenador dos Movimentos Renovadores Sindicais (Costa Neto, 1960: 62, 63).

O conclave foi encerrado com a presença Batista Ramos, ministro do Trabalho e representante de João Goulart, Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara Federal, Elcy Araújo, Secretário do Trabalho do RS e representante do governador Brizola, delegados fraternais da FSM, da

---

<sup>14.</sup> Dioclesiano Cavalcanti presidia a CNTI, Ari Campista era membro da CNTI e da comissão executiva da CPOS carioca, Ângelo Parmigiani presidia a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Sindulfo de Azevedo era membro da CNTC; alguns outros membros dessas confederações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) também abandonaram o conclave, e enviaram um telegrama a Kubitschek anunciando falsamente o fim do congresso. A única confederação que não abandonou o conclave foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CNTEC), que não era filiada nem a CIOSL nem a FSM (Costa Neto, 1960: 61, 65).

<sup>15.</sup> Para Lucília Delgado (1983: 43) e o artigo de Nilson Azevedo, a proposta da Central Sindical não se opunha frontalmente a estrutura oficial e nem a participação das confederações, tratava-se de uma intersindical horizontal fora da estrutura vertical (a Comissão Executiva responsável pelo IV Congresso Sindical Nacional era formada por 11 presidentes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não confederados, e 11 suplentes, o Conselho Deliberativo compunha-se de 3 representantes de cada Estado, eleitos pelas organizações sindicais).

Federação Internacional dos Metalúrgicos e da Confederação Geral dos Trabalhadores Paraguaiois no exílio, entre outras autoridades.

Theotônio Junior (1962: 105-106) a partir do III Congresso Sindical Nacional definiu as 3 principais correntes do movimento sindical brasileiro em 1960:

- a) A corrente majoritária, composta de uma frente única entre nacionalistas e comunistas, cujas teses eram a da participação política do movimento sindical na luta pelas posições nacionalistas e a efetivação de uma Central Sindical Nacional como finalização da luta pela união da classe operária brasileira. Esta corrente foi chamada pelos renovadores de “pelegos” vermelhos sob a alegação

de que mantinham um movimento sindical de cúpula com interesses político-partidários.

b) A corrente dos antigos “pelegos” oficiais – chamados “pelegos amarelos” – que vivem as custas do fundo sindical e do desfrute político e econômico de sua posição. A princípio, em aliança precária com o grupo majoritário, tentaram uma manobra divisionista abandonando subitamente o Congresso. A frustração desta manobra e o isolamento total a que foram relegados são marcos decisivos de uma nova fase do movimento operário brasileiro.

c) Por fim, o grupo renovador cujas teses principais eram a despolitização do movimento sindical, um sindicalismo de base através dos contratos coletivos de trabalho e a extinção do imposto sindical. Este grupo não tinha se configurado bem internamente, dividindo-se entre os oportunistas (políticos “janistas” que pretendiam diminuir o caráter “lottista” do Congresso) e uma minoria de esquerdistas radicais que não aceitavam a linha de conciliação dos nacionalistas e comunistas, além dos sindicatos católicos que disputavam a força política dos comunistas, sem no entanto cair no anticomunismo histérico.

A eleição presidencial acelerou a disputa entre “janistas” e “janguistas” pelo controle das organizações sindicais. Em São Paulo manteve-se firme o entendimento entre o PTB paulista e o PCB nos setores portuários (Baixada Santista) e ferroviários, mas esse acordo só ocorria na área sindical, pois na direção do PTB paulista predominava os representantes ligados à FIESP (Benevides, 1976: 101).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Os comunistas tinham forte influência no organismo intersindical horizontal Fórum Sindical de Debates da Baixada Santista (FSD), o qual tinham fundado (Delgado, 1983: 134), e no Pacto Intersindical do ABC.

No campo, a desapropriação do Engenho Galiléia deu não só notoriedade nacional as Ligas Camponesas como se constituiu num fator importante de sua expansão em Pernambuco e no nordeste, em especial na Paraíba, “cujas principais Delegacias (as de Sapé e Mari) foram controladas rigidamente pelo Comitê Estadual do PCB, que as manteve à margem da influência de Julião e dos grupos dissidentes do Partido” (Azevedo, 1982: 87).

A direção do PCB através da ULTAB voltava-se para a criação de organizações legais através da sindicalização rural. Tanto Julião quanto os

militantes comunistas vinculados às Ligas – o grupo “anti-partido” derrotado no V Congresso – não aceitavam “a hierarquização tática das lutas, que subordinava a questão agrária à questão nacional-democrática”, nem a frente nacionalista e democrática com latifundiários nacionalistas, e “recusavam como sendo parcial e de fundo tecnicista o conteúdo da reforma agrária definida pelo partido, que se limitava às desapropriações das terras do estado e das grandes propriedades incultas e pouco cultivadas (os latifúndios improdutivos)” (Azevedo, 1982: 87).

Kubitschek não tinha nenhuma equipe política ou sindical que lhe permitisse enfrentar a competição sindical com Goulart e os comunistas (Weffort, 1972: IV.22), e era recente sua aproximação dos sindicatos (como ao redor das campanhas contra a carestia da vida e do rompimento com o FMI); além disso, o janismo emergia na competição sindical.

Para Weffort (1972: IV.23-24), “interessado na liberalização do movimento sindical mas incapaz de oferecer ou de implementar sua própria alternativa política para os sindicatos”, o governo Kubitschek esteve “sempre no limite da repressão, limite dificilmente superável pelo próprio fato de que seus adversários na área sindical são os seus aliados na área política”.<sup>17</sup>

Em janeiro de 1960, o Conselho da Federação Nacional dos Marítimos lançou um manifesto denunciando o não cumprimento dos acordos estabelecidos para a cessação da greve dos náuticos, e repudiando os seguintes atos arbitrários do governo:<sup>18</sup>

(...) a) Fecha, interdita ou intervém em qualquer organização sindical, como aconteceu com o Sindicato Nacional dos Oficiais de Nautica da Marinha Mercante e esta Federação b) Submete à prisão incomunicável os líderes sindicais com o objetivo único e exclusivo de coação de uma classe de trabalhadores em greve pacífica por suas reivindicações; c) Sem estudo prévio e criterioso, declara

sumariamente uma greve ilegal, sem a menor manifestação do Poder Judiciário (...) (NR, nº 46, 8-14/1/1960, “Marítimos condenam as violências do governo”, p. 5).

Em março de 1960, Julião salientava que entre os objetivos centrais das Ligas Camponesas (a proibição do aumento da renda da terra, a abolição do cambão, a indenização das benfeitorias), o mais importante era a “abolição do método para solucionar as questões entre os camponeses e proprietários através das delegacias de polícia, transferindo-se para a Justiça” (NR, nº 57, 1-7/4/1960, “Francisco Julião afirma: Ligas Camponesas vão mudar a feição do campo”, p. 1, 2º caderno).

Apesar da repressão, como em 1959, em 1960 ocorreram 73 greves: 3 nacionais (4,1%), 24 (32,9%) em São Paulo, 8 (11%) na Guanabara, e

---

<sup>17</sup>. Em fins de dezembro de 1959, o governo Kubitschek fez um pronunciamento ameaçando as liberdades sindicais. Vários líderes sindicais se pronunciaram contra o governo, como os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários do Distrito Federal, e da Federação dos Marítimos (NR, nº 46, 8-14/1/1960, “Líderes sindicais repudiam as ameaças de Kubitschek”, p. 5). Em janeiro de 1960, Kubitschek baixou decretos que permitiam a intervenção em greves consideradas ilícitas.

<sup>18</sup>. Em São Paulo, a greve dos ferroviários da Cia. Paulista, iniciada no dia 10 de março e encerrada no dia 17, declarada ilegal pelo TRT, foi alvo da violência policial do governo Carvalho Pinto (NR, nº 55, 18-24/3/1960, “Paulista: continua a greve dos ferroviários”, p. 4). Em junho de 1960, o governo paulista – que promovia uma reforma agrária financiando 250 propriedades ao ano pelo preço de Cr\$ 1.500.000 (quantidade irrisória e o preço inacessível aos camponeses), ao mesmo tempo em que diminuía o imposto territorial dos latifundiários – reprimiu os trabalhadores rurais de Santa Fé do Sul (NR, nº 69, 24-30/6/1960, “Polícia para os camponeses”, p. 1).

38 (52,1%) em outras regiões (Rodrigues, 1991: 542). A greve mais importante foi a “greve da paridade”, tanto como exemplo de resistência à repressão como de construção de uma organização intersindical.

O movimento grevista dos marítimos, ferroviários e portuários objetivava pressionar o Congresso Nacional para votar o projeto de paridade de vencimentos entre funcionários civis e militares. No dia 24 de outubro, no Teatro João Caetano, em assembléia das três categorias precedida por três passeatas,

os trabalhadores ratificaram um pacto de ação comum para a greve marcada para o dia 8 de novembro, se até o dia 3 não fosse aprovada a paridade:

(...) O Comando Geral da Greve pela Paridade, reforçado agora com a participação oficial da Federação Nacional dos Marítimos, por decisão de seu Conselho Deliberativo, permanece em contato diário com as entidades representativas dos marítimos, ferroviários e portuários de todo o país, articulando, em seus mínimos detalhes, o plano de paralisação do trabalho a zero hora do dia 8 (...) (NR, nº 88, 4-10/11/1960, "Vão parar no dia 8 trens, portos e navios", p. 2).

No dia 6 novembro, embora considerando legítimas as reivindicações, o governo em reunião com os ministros militares, o chefe de polícia e o governador provisório da Guanabara, declarou a greve ilegal. No dia 7, após a presença do ministro do Trabalho na assembléia das três categorias, esta deflagrou a greve. *Novos Rumos* relatou:

(...) Agora, 37 dias após a decisão de greve, e quando faltavam apenas 6 horas para a deflagração do movimento, as autoridades governamentais, após ameaçarem reprimir violentamente o movimento grevista, resolveram, num último esforço, impedi-lo, mandando à assembléia de João Caetano o próprio ministro do Trabalho, sr. Alirio Sales Coelho, que de viva voz prometeu a aprovação do projeto de paridade ainda esta semana. Uma retumbante vaia, a manifestação mais viva da desconfiança dos trabalhadores nas promessas do governo, foi a resposta dos trabalhadores às declarações do ministro (...) Depois da saída do sr. Alirio Sales Coelho, marítimos, portuários e ferroviários votaram a favor da deflagração da greve a partir da zero hora (...) (NR, nº 89, 11-17/11/1960, "Só voltarão ao trabalho ganhando a paridade. Trezentos mil trabalhadores em greve: parados portos, trens e navios", p. 2).

Com a greve declarada ilegal, o governo montou um aparato repressivo. Armando Falcão mobilizou as policias civil e militar, particularmente na Guanabara. Na madrugada do dia 7 foram presos 82 grevistas. Após o decreto presidencial de intervenção nas ferrovias, no porto e nas companhias de navegação, forças do Exército se movimentaram para ocupar as instalações das empresas atingidas pelo decreto. No período da manhã do dia 8, tropas do Exército já se movimentavam para proceder à ocupação (NR, nº 89, 11-

17/11/1960, “Falcão comanda violência: dezenas de trabalhadores presos na Guanabara”, p. 2).<sup>19</sup>

No primeiro dia da greve, <sup>20</sup> Armando Falcão distribuiu uma nota à imprensa ameaçando os grevistas. *Novos Rumos* comentou o episódio:

(...) [Armando Falcão] Tentando jogar areia nos olhos do povo e arrastar setores democráticos das Forças Armadas e do governo para o golpe que pretende aplicar nos direitos dos trabalhadores, fez divulgar uma nota oficial na qual inscreve velhos chavões e tenta acenar velhos com o fantasma “das atividades subversivas, inspiradas em ideologias extremistas, e obedientes a comando externo”. Com isso, tenta fazer crer despudoradamente, que a greve em que estão empenhados marítimos, portuários e ferroviários não passa de “pretexto para desencadear agitação social que prejudica a tranqüilidade do povo e a paz da Nação” (NR, nº 89, 11-17/11/1960, “Só voltarão ao trabalho ganhando a paridade. Trezentos mil trabalhadores em greve: parados portos, trens e navios”, p. 2).

No dia 9 de novembro, JK foi pressionado pelos ministros

---

<sup>19</sup>. A greve vitoriosa dos trabalhadores dos bondes da Guanabara no dia 20 de outubro de 1960, que durou 24 horas, revelou uma intensa organização de base e uma nova tática contra a repressão policial: 250 delegados sindicais, vários comandos de greve de reserva para substituir os que porventura fossem presos, e mudando o costume das greves anteriores, nenhuma concentração dos trabalhadores nos sindicatos, nem antes nem depois do início da greve, o que deixou surpresos os policiais e repórteres ao chegarem aos sindicatos (NR, nº 87, 28.10-3.11/1960, “Greve geral dos transviários deixou a cidade sem bondes”, p. 2).

<sup>20</sup>. A greve teve grande adesão no Rio de Janeiro, paralisou totalmente a E.F. Leopoldina (que servia aos estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e Guanabara), e a Central do Brasil onde se concentraram mais forças policiais; o serviço dos marítimos do porto que transportavam passageiros entre o Rio e Niterói, foi feito por barcas da Marinha de Guerra. Em São Paulo, os ferroviários da E. F. Santos-Jundiaí paralisaram totalmente as atividades, assim como os portuários e marítimos de Santos (NR, nº 89, 11-17/11/1960, “Só voltarão ao trabalho ganhando a paridade. Trezentos mil trabalhadores em greve: parados portos, trens e navios”, p. 2).

militares para pedir estado de sítio ao Congresso para por fim a greve, mas este não se consumou. As lideranças partidárias temendo o estado de sítio e pressionadas pela greve, apressaram a votação da lei da paridade. No dia 10, a assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos suspendeu a greve, os trabalhadores presos foram libertados e cessaram as intervenções nos sindicatos.

Para Jover Telles, entre todas as conquistas

(...) A maior vitória, no entanto, consiste na consolidação da unidade de ação e orgânica dos marítimos, portuários e ferroviários, obtida na

luta. A grande vitória representada pela unidade nacional desses três setores fundamentais da classe operária reveste-se de grande importância e será, por isso mesmo, defendido como a menina dos olhos dos trabalhadores. Nesse, sentido, a última assembléia decidiu que o Comando Geral de Greve fique com poderes para deflagrar a greve de novo, se o Governo não assegurar a aprovação da lei que trata da paridade de vencimentos entre civis e militares (NR, nº 90, 18-24/11/1960, Jover Telles, “Importante vitória do movimento operário”, p. 3).

Petebistas e comunistas transformariam o Comando Geral da Greve da Paridade no Pacto de Unidade e Ação (PUA), presidido por Osvaldo Pacheco.

Os movimentos grevistas, as intersindicais (FSD da Baixada Santista, Conselho Sindical dos Trabalhadores paulistas, CPOS da Guanabara, Comando Geral de Greve da Paridade), e os conclaves revelavam um processo de reorganização do movimento operário.

Os trabalhadores procuraram superar “em diferentes momentos, os obstáculos colocados pela legislação sindical e trabalhista – entendida aqui também como um terreno de disputas”, e instituíam na prática “uma legítima representação de seus interesses, na medida em que o populismo não era tido invariavelmente como um fechado e acabado sistema de dominação, mas como um aberto e indeterminado jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos” (Silva; Costa, 2001: 271).

O populismo não era mera “manipulação” dos trabalhadores, antes, o movimento operário obtinha conquistas arrancadas, tanto salariais quanto à aquisição de cargos políticos como na Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada em novembro em 1960, que assegurava aos líderes trabalhistas 1/3 da representação nos Conselhos de todas as agências de Previdência Social (Maranhão, 1991: 285).

Resumidamente, o populismo constituía uma “via de mão dupla”: exercia um controle sobre as organizações dos trabalhadores, mas também deixava um espaço para as lutas econômicas e políticas, portanto, o populismo era “mais complexo e dinâmico do que pressupunham as teses que reforçavam a imagem de uma classe operária passiva e manipulada pelo Estado” (Silva; Costa, 2001: 271).<sup>21</sup>

A despeito da ausência de democracia no interior do movimento sindical e da dinâmica manipuladora das lideranças, a confiança dos operários nos dirigentes sindicais de esquerda provinha das atividades destes junto aos problemas cotidianos das diversas categorias (que mobilizava mais do que as bandeiras nacionalistas), e não da desova ideológica partidária. O êxito dos comunistas vinha da atuação dos militantes intermediários entre as bases e a “cúpulas”, e não a partir de estímulos formais das “cúpulas” (Silva; Costa, 2001: 256-257), e isso explica porque muitos trabalhadores seguiam as bandeiras levantadas por suas lideranças, e também o crescimento da influência

---

<sup>21</sup>. Apesar de Francisco Weffort ressaltar a idéia de manipulação no populismo, ele mesmo abriu a perspectiva da idéia do populismo como uma “via de mão dupla”: “No que se refere a estrutura sindical, é fora de dúvida que, considerada de conjunto, ela se colocou como intermediária entre o poder político e a classe; pode-se mesmo dizer que, de maneira geral, ela representou a classe para reivindicações econômicas junto ao poder e, por outro lado, representou (com menor êxito) o poder junto à classe para apelos políticos” (Weffort, 1989: 20) – parágrafo já citado anteriormente.

dos comunistas, embora redundasse numa política de conciliação de classes.<sup>22</sup>

As primeiras avaliações do PCB sobre o pleito e o governo Jânio

Entre a eleição e a posse, Jânio manteve silêncio quanto às suas primeiras medidas e compromissos. Nesse ínterim, o PCB em sua primeira avaliação sobre as eleições declarou:

Embora ainda não seja o momento para um balanço político sobre o pleito de domingo, já se pode chegar a várias conclusões sobre esta prova eleitoral a que o país foi submetido. A primeira delas, sem dúvida a mais importante, é a de que esta eleição representou inegavelmente um avanço no caminho do fortalecimento da democracia. Já pelo aumento da porcentagem de eleitores no conjunto da população, ou pelo clima de normalidade que, com algumas exceções sem grande significação, caracterizaram o pleito, se poderia dizer que o regime democrático se consolida no país, se estende a camadas mais vastas de nosso povo, e, por isso, se aperfeiçoou (...) (NR, nº 84, 7-13/10/1960, “Na campanha eleitoral a democracia avançou”, p.3).

A despeito da exclusão do direito de voto aos analfabetos e soldados, do não reconhecimento do PCB, e considerando a intervenção do poder econômico dos trustes no pleito como fator de deformação da vontade popular, o PCB considerava um avanço da democracia brasileira.

Para o PCB tão importante quanto a unificação das forças nacionalistas e democráticas, que pela primeira vez uniu “os socialistas, os trabalhistas, os comunistas, os setores nacionalistas das Forças Armadas, o grosso dos sindicatos operários e as forças mais representativas do movimento camponês”, foi o processo de politização de amplas massas:

---

<sup>22</sup>. As teses “cupulistas” que afirmam um distanciamento dos comunistas das bases deixam um vazio para explicar o crescimento do PCB. É certa a carência de organizações de base, mas se a ação dos comunistas ficasse restrita as cúpulas sindicais e apenas levantassem bandeiras nacionalistas, sem dar atenção aos problemas econômicos e cotidianos nos locais de trabalho, dificilmente os comunistas teriam aumentado sua influência entre os operários.

(...) Mas há outros fatores a se considerar. No pleito que passou, problemas reais os mais vitais de nosso povo – a espoliação imperialista, a ação dos grupos e monopólios econômicos e a urgência de emancipação nacional – foram efetivamente colocados em praça pública, e ficaram ao alcance da compreensão das grandes massas do povo. Pela primeira vez, as duas candidaturas que realmente disputavam a vitória tiveram de empreender uma campanha em que o divisor de águas foi o nacionalismo.

Mais do que isso: pela primeira vez o povo teve a oportunidade de participar, direta e indiretamente, através de seus setores mais avançados, no processo de escolha de um dos candidatos apoiados pelos grandes partidos. Só este fato – a prioridade de escolha popular sobre a escolha das cúpulas – representa uma conquista considerável para a democracia do país (...) (NR, nº 84, 7-13/10/1960, “Na campanha eleitoral a democracia avançou”, p.3).

Em outro artigo:

(...) Do mesmo modo, o apoio à candidatura Lott se justifica pela campanha de esclarecimento das amplas massas do país, sobre os verdadeiros e mais urgentes problemas do nosso povo, possibilitada por ela, com base nessa unidade das forças nacionalistas e democráticas. Também pela primeira vez, os trustes estrangeiros foram levados às ruas, e a campanha eleitoral se transformou no processo público do regime de rapina a que eles submetem o nosso povo. Os trustes foram inclusive obrigados a tolerar seu candidato, Jânio Quadros, empenhado em tirar força à frente nacionalista que o combatia, procurasse apresentar-se ao povo como um inimigo deles e fingisse combatê-los também.

E não apenas os trustes estrangeiros se tornaram os grandes réus da campanha eleitoral. Vendo-se acuados e ameaçados, eles tiveram de jogar a sua força de corrupção e de propaganda em favor de Jânio, e tiveram de fazê-lo abertamente, ostensivamente, de tal forma que sua presença e o caráter de sua intervenção na vida política do país se tornaram visíveis, “a olho nu”, para milhões de brasileiros. A vitória que obtiveram, com a eleição de Jânio, esmorece face desse tremendo desgaste que sofreram, durante os oito meses ou dez meses de campanha eleitoral. Mais do que isso, entretanto, o apoio dado à candidatura Lott foi justo porque ela representava os interesses de nosso povo. As limitações e os preconceitos demonstrados pelo marechal diante de certos problemas, pouco ou nada representam, quando comparados à justeza de suas posições nas questões básicas do nacionalismo e da legalidade democrática, ao papel das forças nacionalistas e democráticas que o apoiaram, e ao fato de que a sua candidatura se contrapunha aos grupos mais reacionários e mais entreguistas do país, à plutocracia do café paulista e aos grupos imperialistas norte-americanos, que constituíram a base da candidatura Jânio (...) (NR, nº 85, 14-20/10/1960, “Primeiro balanço das eleições. O Futuro depende das massas”, p.2).

Na avaliação do PCB o resultado do pleito foi produto uma combinação de vários fatores: a demagogia de Jânio com o apoio da grande imprensa, a candidatura de Ademar de Barros, e a carestia da vida:

(...) Muita coisa levou a esse embuste. A desenfreada e inegavelmente ousada demagogia de Jânio, foi sem dúvida o fator mais atuante. Hoje, o “Estado de São Paulo”, em seus editoriais, e os órgãos da imprensa norte-americana e inglesa, nos comentários que dedicam ao Brasil, não tem receio de caracterizar os gestos

demagógicos de Jânio – suas viagens a URSS e a Cuba e suas declarações nacionalistas e até esquerdistas – como questões de “tática eleitoral”, logo abandonadas no governo. Mas, quando Jânio se dizia louco de amores pela revolução cubana, ou dizia inclusive que era “partidário do socialismo, este mesmo “Estado de São Paulo”, e toda a imprensa de aluguel, se encarregavam de dar manchete, sem comentários, tais tiradas demagógicas.

A demagogia “democrática e contra os trustes” de Jânio, difundida maciçamente pela máquina de propaganda de que dispõem estes mesmos trustes, conseguiu confundir e iludir milhões de brasileiros. A par disso, as promessas de “mudanças” e de “vacas gordas” feitas por Jânio, encontraram terreno fértil no descontentamento do povo para com a alta sem precedentes do custo de vida, durante o governo Kubitschek.

A carestia e Adhemar foram, de fato, os dois grandes eleitores de Jânio. Adhemar, porque, sabendo-se antecipadamente derrotado, manteve sua candidatura com o único e deliberado intuito de prejudicar a candidatura do marechal. Já dois dias depois do pleito, em São Paulo, tinha o desplante de declarar à imprensa que se considerava com “a missão cumprida”, pois Lott estava derrotado. E a carestia porque, sendo Lott um candidato ligado ao governo, sua candidatura ficou associada, aos olhos das massas, à política dita “desenvolvimentista”, de sacrifícios para o povo e privilégios para um grupo econômico, defendida e aplicada pelo governo Kubitschek (...) (NR, nº 85, 14-20/10/1960, “Primeiro balanço das eleições. O Futuro depende das massas”, p. 2).

Somavam-se a esses fatores que contribuíram para a vitória de Jânio, os “erros” na condução da campanha de Lott que reforçavam a sua imagem como um “continuista” de Kubitschek, e que fizeram com que Jânio capitalizasse como crítico da carestia:

(...) Foi este o grande erro de certos setores da candidatura Lott, algumas vezes cometidos pelo próprio candidato. Com exceção dos comunistas e de alguns setores nacionalistas mais conseqüentes (postas de lado as deficiências reveladas também por essas forças nesse terreno), os propagandistas do marechal deixaram inteiramente entregue a Jânio a palavra-de-ordem de luta contra a carestia. Seja porque confiaram erradamente numa suposta “popularidade invencível do governo Kubitschek”, seja porque confiaram tinham seus interesses ligados à política de carestia “desenvolvimentista”, ou seja ainda porque não compreendiam o sentido mais profundo da candidatura Lott, tais encarregados da propaganda do marechal tiveram como norma poupar o governo de qualquer crítica ou censura, e, pelo contrário, insistiam em apresentar o candidato nacionalista como um “continuador” de Kubitschek (...) (NR, nº 85, 14-20/10/1960, “Primeiro balanço das eleições. O Futuro depende das massas”, p. 2).

O PCB considerava que havia uma grande possibilidade das forças nacionalistas influírem nos rumos do governo JQ, pois

(...) Certos ou enganados, o fato é que a imensa maioria dos eleitores votou por um governo de respeito aos interesses e aos direitos do povo, e à soberania nacional. Isso representa uma enorme possibilidade de ação para as forças nacionalistas e democráticas, e particularmente para os comunistas. Torna-se possível unir os milhões de nacionalistas que votaram em Lott aos outros milhões que elegeram Jânio esperando deste mudanças favoráveis aos trabalhadores e ao povo, numa luta de massas ampla e poderosa para que estas se efetivem.

Dessa forma será possível influir sobre a política e, mesmo, sobre a composição do futuro governo, para que os enganados sejam os trustes, e não o povo. Depende das forças nacionalistas e progressistas, e especialmente da ação unitária desenvolvida pelos comunistas, que a esperança de democracia e emancipação revelada em 3 de outubro por todo o povo brasileiro seja transformada numa ação política efetiva, por parte de milhões e milhões de trabalhadores e democratas, independentemente da posição que tomaram no pleito, para que o país realmente “mude”, mas para melhor (NR, nº 85, 14-20/10/1961, “Primeiro balanço das eleições. O Futuro depende das massas”, p. 2).

Dessa forma, o PCB afirmava sua oposição ao governo Jânio nos marcos da legalidade democrática. De acordo com o V Congresso desenvolveriam uma luta pacífica com a tática de “soluções positivas” objetivando a formação de um “governo nacionalista e democrático”.

#### 4 – O PCB E O BREVE GOVERNO DE JÂNIO QUADROS

Desde o discurso de posse Jânio Quadros revelou as intenções conservadoras e centralizadoras do seu governo, atacou agressivamente a oposição, se indispôs com seus aliados, e procurou com suas primeiras medidas administrativas preservar o apoio popular obtido nas urnas.

O aprofundamento da crise econômica, a diversificação e a radicalização dos movimentos sociais, a crescente intervenção dos militares na vida política nacional, e a “guerra fria” adquirindo novos contornos com o rumo

socialista da revolução cubana constituíam questões que polarizavam o debate nacional, e o movimento sindical tomou uma atenção especial do governo.

A crise de agosto de 1961, a crise aberta com a renúncia de JQ, foi o segundo grande desafio dos comunistas sob a nova orientação política. Estreitada a aliança com os trabalhistas e fortalecidos no movimento sindical, os comunistas engrossavam o movimento nacionalista e democrático.

O discurso de posse e o novo ministério

Antes da posse de Jânio Quadros e João Goulart, no dia 28 de janeiro de 1961 foi anunciado o novo ministério. Os ministérios civis formavam um caleidoscópio de interesses contraditórios, cuja maioria dos políticos eram figuras de pequena projeção no plano nacional; já nos ministérios militares foi mantida uma coerência com a presença dos “duros”.<sup>1</sup>

Em Brasília, na manhã do dia 31 de janeiro de 1961, Jânio tomou posse e fez um discurso discreto e até elogioso do governo Kubitschek. Mas na noite do mesmo dia, enquanto Kubitschek rumava para Paris, em cadeia

---

<sup>1</sup>. Sobre a composição ministerial ver Benevides (1982: 34-35), e Victor (1965: 72-74). As contradições na composição ministerial apareceram no decorrer do governo Jânio. Para Hélio Jaguaribe (1961: 289), a contradição mais evidente estava nos ministérios militares ocupados por oficiais contrários as posições reformistas de Jânio.

nacional de rádio fez outro discurso. Iniciou o pronunciamento se dirigindo ao povo, afirmando que “Somos um Estado democrático cujos fins se contém no Governo do povo, pelo povo e para o povo” (Victor, 1965: 80), e, logo em seguida, à moda udenista, agressivamente denunciou uma “crise moral” associada à irresponsabilidade do governo anterior, afirmando ser “terrível a

situação financeira do Brasil”, cuja administração predominava a corrupção, o “favoritismo” e o “filhotismo”.<sup>2</sup>

Prevendo uma reação contra a futura política de austeridade, Jânio investiu contra o movimento sindical se dirigindo em especial aos comunistas e nacionalistas:

A liberdade de organização sindical e o direito de greve interessam ao próprio conceito do regime. Sua aplicação, contudo, não objetivava a destruição da ordem social. Tenho por inadmissível sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo a serviço de conveniências externas. Na flâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de relevo. E como variante dele, apresenta-se, hoje, o falso nacionalismo, como a sublime panacéia da época (Victor, 1965: 82),

Jânio se indispôs também com os setores conservadores ao reiterar a necessidade de comerciar com todos os países; mediante uma política soberana manteria a amizade com as grandes potências, e, opondo-se ao colonialismo, cabia ao Brasil

estender as mãos a esse mundo jovem, compreende-lhe os excessos ou desvios ocasionais que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso. Abrimos nossos braços a todos os países do Continente. Abrimo-lo também às velhas coletividades européias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas (Victor, 1965: 84).

E concluiu o discurso pedindo o apoio dos outros poderes da

---

<sup>2</sup> Parte do discurso de Jânio está reproduzido em Mario Victor (1963: 80-84).

República, referindo-se a uma indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário para a restauração do país.

Após uma reunião na residência de Gabriel Passos, a FPN lançou um manifesto em resposta as provocações de Jânio:

(...) Para evitar equívocos, repetimos que o nacionalismo que vem norteando nossa conduta parlamentar não é jacobinismo, não se

dirige contra nenhuma nação estrangeira. Enfrenta e combate, sem dúvida, toda e qualquer opressão, venha de onde vier. Por isso mesmo não tem ligações internacionais, nem é dirigido por instruções dessa ordem, como a linguagem um tanto crepuscular do discurso do presidencial procura acreditar.

Não. O nacionalismo da Frente Parlamentar Nacionalista começa e acaba no Brasil, está voltado exclusivamente para os interesses do Brasil, na luta por um melhor padrão de vida para o nosso povo no esforço para libertar o país da sujeição ou influência de grupos econômicos estrangeiros ou de seus representantes e satélites no Brasil (...) (NR, nº 102, 10-16/2/1961, "Frente Nacionalista responde a Jânio", p. 3).

Para o PCB, o discurso de posse e a composição do ministério revelavam o caráter "entreguista" e autoritário do governo Jânio:

"Hoje, faz-se mister que nosso povo despoje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil". Esta frase do discurso de posse de Jânio define o caráter de seu governo: é um "gerente" posto aqui pelo imperialismo para organizar a drenagem sistemática do fruto do trabalho do nosso povo para os Estados Unidos. Esta orientação política esta na base da nomeação do novo Ministério, e transparece em todo o discurso do novo presidente (...) (NR, nº 101, 3-9/2/1961, "Duas metas de Jânio: dólares para os EUA miséria para o povo", p. 1).

(...) O ministro da Fazenda de Jânio Quadros, sr. Clemente Mariani, mostrou que é homem cumpridor de promessas. Logo ao tomar posse, afirmou que convidaria o sr. Otávio Gouveia de Bulhões para a direção da SUMOC. Três dias depois, o homem já estava nomeado e empossado. Completou-se, assim, em poucos dias, o total domínio das posições-chave da política econômica do país pela mais ativa e mais esperta quadrilha entreguista aqui existente: o chamado "grupo Gudín". (NR, nº 102, 10-16/2/1961, "Jânio entregou a política econômica à Light e ao FMI").

(...) Quanto aos nomes indicados para as pastas militares, revelam claramente a intenção do sr. Jânio Quadros de colocar nas posições de comando das forças armadas os elementos facciosos de 24 de agosto, os golpistas derrotados a 11 de novembro, os responsáveis pelas aventuras de Jacareacanga e Aragarças e os que tratam de apazigua-los por meio de concessões (NR, nº 107, 24-3-/3/1961, Luiz Carlos Prestes, "As eleições presidenciais, o governo do sr. Jânio Quadros e a situação política atual", p. 2).

O discurso despertou a reação não somente dos parlamentares do PSD, PTB e PSP, mas também da imprensa que defendeu a sua candidatura, como o *Correio da Manhã* em relação à agressividade das intenções punitivas, e o *Jornal do Brasil*, que criticou a visão pessimista das finanças e a omissão

sobre o real desenvolvimento econômico do país, e advertiu contra a adoção de políticas de austeridade sem liberdade (Victor, 1965: 84-85).

### O ziguezague de Jânio

A cruzada moralizadora de Jânio encontrou no empreguismo a fonte da corrupção. Após o inquérito na Cia. Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) constatar irregularidades, até o dia 31 de março foram instaladas 33 novas comissões de inquérito. Ao concluírem os trabalhos no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), na Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), no Instituto Brasileiro do Café (IBC), e na Lóide Brasileiro; e constatadas irregularidades, novos inquéritos e sindicâncias foram abertos. A maioria dos inquéritos e sindicâncias foi presidida por militares, e comprometiam pessoas ou grupos vinculados ao governo Kubitschek (Victor, 1965: 156, 166-167, 172).<sup>3</sup>

O mais atingido foi o funcionalismo público federal, acusado de

---

<sup>3</sup> Na cruzada moralizadora, Jânio baixou decretos para combater o contrabando (8/3), passou por cima do ministro da Justiça, Oscar Pedrosa d’Horta, com a censura na televisão, nas diversões públicas e na publicidade proibindo comerciais em “defesa da família e dos bons costumes” (12/4-3/8); proibiu o funcionamento dos Jóqueis Clubes durante a semana (10/5); proibiu os jogos de cartas (10/6) (Victor, 1965: 100-109), etc.

usufruir “mordomias”: Jânio instituiu o horário corrido com o “diário de ponto”, e cortou 30% dos gastos com pessoal. Essas medidas dividiram a opinião pública, eram intensos os debates na imprensa e no Parlamento. Nos primeiros meses Jânio desfrutou apoio popular (Victor, 1965: 90-98, 111).

“Despolitizar a administração” significava acabar com o sistema de nomeações, o que atingia a oposição pessedista, ainda mais que JK havia

feito milhares de nomeações meses antes de deixar o governo. Os debates acirraram os atritos entre o Executivo e o Legislativo, já tensos com as comissões de inquérito centralizadas pelos militares. JQ também desprezava o Judiciário, ao impor a censura sem consultá-lo, e com a emissão de “bilhetinhos” convertia os ministros em meros executores de suas determinações.

Personificando o moralismo saneador, Jânio visava reforçar o seu prestígio popular, e, ao mesmo tempo, minar o controle clientelístico da aliança PSD-PTB, que apesar de derrotada no pleito presidencial, junto com PSP mantinha a maioria absoluta na Câmara dos Deputados e no Senado. Pela primeira vez o governo não tinha a maioria no Congresso, e Jânio dificultava ainda mais o diálogo com a oposição com máxima “governar é punir”.<sup>4</sup>

No dia 13 de março, Jânio anunciou em cadeia de rádio e televisão uma reforma cambial para eliminar o “câmbio de favor” (a “mentira do câmbio” favorecia os importadores de trigo, combustíveis, papel, entre outros artigos), e aliviar o déficit de Cr\$240 bilhões; e pediu o sacrifício do povo para beneficiá-lo com investimentos produtivos (Victor, 1965: 111-113).

---

<sup>4</sup> Em junho, o relatório final do inquérito do SAPS divulgado pela imprensa envolveu Goulart, este enviou à Jânio uma carta em que refutava as acusações que lhe foram feitas. Jânio a devolveu por “não estar vasada em termos próprios, além de não representar a verdade”. A oposição parlamentar apoiou Goulart (Victor, 1965: 159-160).

A SUMOC baixou a Instrução 204 que extinguiu as taxas múltiplas de câmbio, cortou drasticamente os subsídios para produtos importados, e desvalorizou o cruzeiro em 100% (o custo do dólar passou de Cr\$100,00 para Cr\$200,00). O governo argumentava que a medida além de atacar os privilégios dos “proveitadores do cambio de custo”, aumentaria a arrecadação que seria revertida para a Petrobrás e as indústrias de base.<sup>5</sup>

Através da “United Press” o FMI expediu uma nota oficial apoiando a Instrução 204; também apoiaram a medida a Federação das Indústrias, Federação Nacional do Comércio, FIESP, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* (Victor, 1965: 116-118).

O ministro de Minas e Energia, João Agripino (embora da UDN, era nacionalista na área de minérios e na Petrobrás), discordava de Mariani, e dizia: “a verdade cambial num país como o Brasil, em que legislação favorece lucros fabulosos, pode significar o maior enriquecimento de poucos à custa do sacrifício do restante da população”, e só se justificaria se fosse associada às outras reformas prometidas como a lei antitruste, a reforma bancária, o controle da remessa de lucros, e outras medidas (Benevides, 1982: 54).<sup>6</sup>

Prestes declarou que era evidente a ingerência do FMI nos

---

<sup>5</sup>. O ministro Clemente Mariani argumentava que a 204 proporcionaria Cr\$ 10 milhões para a Petrobrás; Cr\$ 37 bilhões provenientes de arrecadação do imposto único sobre combustíveis, e Cr\$ 20 bilhões com a importação de excedentes de trigo vindos dos EUA, quantias que evitariam a emissão papel-moeda (que cobriam a diferença do subsídio dado à importação), como colaboraria com o reequipamento da Rede Ferroviária Federal, da Petrobrás, e daria ao BNDE verbas para o desenvolvimento do Nordeste (Victor, 1965: 121).

<sup>6</sup>. No dia 15 de março, outras as divergências dividiram o governo entre nacionalistas e “entreguistas”. Jânio através de João Agripino enviou ao Congresso a Lei Antitruste (aprovada no governo Goulart); contrário a medida estava Clemente Mariani, e a CONCLAP que enviou um memorial ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, pedindo apoio contra o projeto (Victor, 1965: 26; Benevides: 1982: 55). O suprapartidarismo de Jânio começava a revelar sua limitação ante a interdependência dos Três Poderes da República.

negócios internos, manifesta não apenas na Instrução 204, mas também em uma série de outras medidas que visavam satisfazer as exigências do Fundo:

(...) o mesmo sr. Mariani afirma existir uma “identidade” de vistas entre o governo e o FMI, embora procure desautorizar a nota oficial do Fundo, que revelou a existência de negociações prévias, entre as partes, para a reforma (...)

(...) além do reconhecimento oficial da “identidade” em relação ao FMI, a desvalorização da moeda já ocorreu com a Instrução 204, e tende a acentuar-se muito mais; da mesma forma estão em marcha o encarecimento e a retração do crédito bancário, a “liberalização” do câmbio e o processo de asfixia das empresas estatais; a campanha

de desmoralização e perseguição aos funcionários vai crescendo; quanto ao congelamento dos salários, o sr. Jânio Quadros, em sua mensagem ao Congresso, repetiu com mais precisão o que já havia indicado em seu discurso de posse: está disposto a usar a polícia contra a luta dos trabalhadores por aumentos de salários (...) (NR, nº 109, 7-13/4/1961, Luís Carlos Prestes, “A reforma cambial de Jânio beneficia os trustes e sacrifica o povo”, p. 3).

Para Prestes, a Instrução 204 não combatia a inflação e nem favoreceria a indústria de base, ao contrário:

(...) De fato – diz Prestes – os homens do governo têm avançado muitos pretextos para a sua política: alegam que visam acabar com os privilégios dos “proveitadores do custo de câmbio, e chegam mesmo a afirmar que estão preocupados com a Petrobrás e com o desenvolvimento da indústria de base. Essa demagogia, entretanto, não poderá iludir muita gente. O povo verá o contrário da luta contra a inflação, numa política que se manifesta exatamente por um brutal aumento dos preços, com a esperança de estabilizá-los em seu nível mais alto possível (...) O povo não pode crer na tese de que o aumento do câmbio de custo visa acabar com os “proveitadores”, se é ele quem paga esse aumento, através da elevação do custo de vida, e não os supostos “proveitadores”.

No caso da Petrobrás, bem como de algumas empresas que fabricam equipamentos e outros setores isolados da economia, entretanto é fácil reconhecer que certos benefícios ocasionais resultarão da Instrução 204 (...)

Isso de forma alguma justifica, no entanto, as hesitações entre certos setores nacionalistas, sobre os “aspectos positivos” da reforma (...) que valor tem um benefício ocasional para a Petrobrás, se o sentido geral da política oficial é o da liquidação da indústria nacional e, particularmente, das empresas estatais? (...) (NR, nº 109, 7-13/4/1961, Luís Carlos Prestes, “A reforma cambial de Jânio beneficia os trustes e sacrifica o povo”, p. 3).

Contra a Instrução 204 manifestou-se a maioria dos sindicatos, como também os Conselhos Sindicais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e a CPOS da Guanabara. Em São Paulo, na principal base operária janista, os representantes dos sindicatos e federações numa reunião com os assessores de Jânio tornaram públicas suas posições contra a 204 (NR, nº 112, 28.4-3.5/1961, Jover Telles, “Escala móvel”).

A chamada “verdade cambial”, eufemismo para liberação cambial, era a principal meta econômico-financeira do governo Jânio para apresentar um perfil “saudável” ao FMI, e vender a imagem de “estabilização

ortodoxa” abalada desde o rompimento de Kubitschek. O governo pretendia combater a inflação e reforçar as finanças, com o evidente favorecimento dos interesses da burguesia agro-exportadora e do capital estrangeiro. Ao contrário do esperado pelo governo, a medida disparou os preços dos gêneros de primeira necessidade (trigo, arroz, e feijão), dos transportes, acompanhado pelo congelamento parcial dos salários.<sup>7</sup>

Dois após anunciar a 204, Jânio expôs ao Congresso suas intenções quanto a política externa: defesa do princípio de autodeterminação dos povos; estabelecimento ou fortalecimento de relações comerciais e diplomáticas do Brasil com os países socialistas; inclusão da China na ONU; apoio aos movimentos de emancipação do Terceiro Mundo; contra qualquer tipo de intervenção nos países latino-americanos (Victor, 1965: 241-243).<sup>8</sup>

Em fins de março, o PCB publicou o documento “As eleições presidenciais, o governo do sr. Jânio Quadros e a situação política atual”, no

---

<sup>7</sup> Em abril de 1961, o gás tinha subido 100%; o pão passou de 22,50 para 38,40; o macarrão de 48 para 60 cruzeiros o kg; e outros aumentos de preços (NR, nº 109, 7-13/4/1961, Jover Telles, “O pescador e sua rede”).

<sup>8</sup> Como destaca Benevides (1982: 64, 61), desde o governo Vargas vigoravam acordos comerciais com os países do Leste Europeu, reforçados e ampliados por JK; a inovação de Jânio era a ênfase à ampliação do intercâmbio e na proposta de reatamento de relações diplomáticas, incluindo a China. Foram abertas novas embaixadas no Senegal, Gana, Nigéria, Etiópia, Congo; quanto à América Latina tratou de manter a OPA, e fortalecer os laços com os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), particularmente com a Argentina, para fortalecer-se frente a hegemonia norte-americana.

qual caracterizava o “governo atual”:<sup>9</sup>

(...) A exigência de maiores sacrifícios ao povo está acompanhada, no discurso presidencial, de uma clara ameaça de repressão aos movimentos pelas reivindicações populares. Referindo-se diretamente à liberdade sindical e ao direito de greve, o sr. Jânio Quadros arranca a máscara de amigo dos trabalhadores e declara sem reboços: “Tenho por inadmissível a sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo se a serviço de conveniências externas”. O novo presidente afronta assim o movimento sindical, ao acusa-lo de “utilização dolosa” da greve “contra a coletividade”, repetindo uma calúnia policiaisca digna de Pena Boto e Armando Falcão. Ainda segundo o sr. Jânio Quadros, as camadas menos favorecidas da

população vivem, a “reivindicar proveitos e regalias”, mas o seu governo “representa um paradeiro a tudo isso, definitivo e último”. Aí está, evidente e ineludível, a ameaça de congelamento dos salários dos trabalhadores e dos vencimentos do funcionalismo, política que o imperialismo impôs pela força ao povo argentino, através do Fundo Monetário Internacional e do governo Frondizi. Sabedor de que a aplicação de semelhante política não pode deixar de chocar-se com uma enérgica resistência por parte dos trabalhadores e do povo, o sr. Jânio Quadros acena para o desmoralizado recurso do anticomunismo (...)

Entretanto, começa a manifestar-se as contradições no governo e na política do sr. Jânio Quadros. Com o objetivo de obter o apoio das massas e dos setores políticos populares, o atual presidente comprometeu-se, no curso da campanha eleitoral, a realizar certas medidas de cunho progressista, como o reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas. Os passos iniciais que vem dando nesses sentido tornam patente a contradição entre as forças reacionárias que o apoiaram e predominam em seu governo e as correntes populares que sufragaram o seu nome. No seio do governo já se manifesta certa resistência a tais medidas de política externa anunciadas pelo sr. Jânio Quadros (...) (NR, nº 107, 24-30/3/1961, “As eleições presidenciais, o governo do sr. Jânio Quadros e a situação política atual”, p. 1-3, 2º caderno).

No início de abril, Jânio tomou medidas concretas para ampliar o intercâmbio comercial com os países socialistas. Partiu para o Leste Europeu a missão chefiada pelo jornalista João Dantas.<sup>10</sup> Para os comunistas, a Missão Dantas merecia o apoio de todos os brasileiros, pois

---

<sup>9</sup>. O documento “As eleições presidenciais, o governo do sr. Jânio Quadros e a situação política atual” aprofundou a caracterização do governo do documento de 10 de março, “Os comunistas e o governo do sr. Jânio Quadros”, pouco modificou o balanço das eleições presidenciais, bem como reafirmou a luta por “soluções positivas”.

<sup>10</sup>. Paralelamente, a Missão Leão Moura destinou-se à URSS. No dia 27 de julho, a convite de Jânio, João Goulart integraria em Paris a missão que rumava para o Oriente, incluindo a China.

(...) A importância das relações econômicas do Brasil com a Albânia, Bulgária, Romênia e Hungria não reside apenas no volume dos negócios que possam vir a ser feitos, se bem que existem possibilidades reais de que eles atinjam o nível apreciável de várias dezenas de milhões de dólares. A maior importância desse alargamento da área de intercâmbio mercantil do Brasil consiste em que se trata de um avanço, ainda que em começo, no sentido de libertar o nosso país do circuito de ferro dos monopólios que imperam no comércio exterior brasileiro, principalmente norte-americanos. Essa simples possibilidade do Brasil de optar por este ou aquele comprador ou vendedor dos nossos produtos de exportação ou importação tem uma importância difícil de ser avaliada. No mundo de nossos dias a quebra dos monopólios de compra e venda vem sendo uma das vias de ruptura da política colonial do imperialismo (...) (NR,

nº 109, 7-13/4/1961, Josué Almeida, “Missão Dantas e comércio com a Hungria”, p. 3).

A polêmica sobre os rumos “comunizantes” da política externa agravaria com a invasão de Cuba (Baía dos Porcos) no dia 16 de abril, patrocinada por grupos econômicos e militares norte-americanos com ampla cobertura do recém eleito presidente dos EUA John Kennedy. Fidel Castro solicitou apoio diplomático dos governos latino-americanos, dada a colaboração dos EUA com as tropas invasoras. Em seguida, a URSS emitiu uma nota oficial: “Se o Governo dos Estados Unidos não se decidir a fazê-lo, a União Soviética, conjuntamente com as demais nações socialistas, tudo fará para levar ajuda aos cubanos” (Victor, 1965: 238).

JQ divulgou uma nota oficial através do Ministério das Relações Exteriores, chefiado por Afonso Arinos de Melo Franco (que enfrentava a oposição do seu próprio partido, a UDN): <sup>11</sup> “O Brasil, reiterando sua decisão

---

<sup>11</sup> Em março, Jânio já tinha entrado em desacordo com Adolf Berle, enviado especial do governo norte-americano ao Brasil para pedir apoio a uma incursão armada contra Cuba (especulou-se que o apoio envolveria um empréstimo de US\$ 100 milhões, e que houve uma áspera entrevista); Berle voltou para os EUA antes do prazo previsto, e nenhum representante brasileiro compareceu ao seu embarque (NR, nº 105, 10-16/3/1961, “Desacordo na entrevista Jânio- Berle. Patriotas exigem medidas contra os trustes ianques”, p. 3). Após dois dias de lutas fracassou a tentativa de invasão de Cuba. O governo dos EUA continuou articulando outras formas de pressão sobre Cuba e preparar uma nova intervenção. O embaixador John Cabot tentou insistentemente obter o apoio do governo brasileiro para uma ação efetiva da OEA contra Cuba, mas não obteve êxito (CPDOC). Em junho, Lincoln Gordon assumiu a embaixada norte-americana no Brasil. inabalável de defender os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba (...)” (Victor, 1965: 239).

Em consonância com a política dos EUA alinharam-se O *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, figuras do alto clero católico como o cardeal D. Jaime Câmara, grupo liderado por Carlos Lacerda,

que declarou no *O Globo* (18/4): “Saúdo a invasão de Cuba como o começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionarismo transformado em tirano” (Victor, 1965: 239). Lacerda iniciava suas divergências com a política externa de JQ, chegando a ordenar a prisão do diplomata cubano.

A política externa independente era defendida pela FPN, entidades sindicais e estudantis que promoveram manifestações em solidariedade a Cuba, como o comício do dia 17 de abril, na Praça da Sé em São Paulo, organizado por trabalhadores e estudantes, e o comício do dia 21, no Largo do Machado no Rio de Janeiro, patrocinado por uma comissão de parlamentares, entre os quais Sérgio Magalhães, Neiva Moreira e Fernando Santana (NR, nº 111, 21-27/4/1961, “Grande comício hoje às 20 horas no Largo do Machado”, p. 1).<sup>12</sup>

Prestes, pelo PCB, enviou um telegrama apoiando uma ação nacionalista de Jânio:

“Presidente Jânio Quadros – Brasília;  
No momento em que o heróico povo de Cuba sofre covarde agressão do imperialismo norte- americano, nosso povo exige uma atitude firme

---

<sup>12</sup> Brizola também enviou um telegrama apoiando a ação nacionalista de Jânio (Victor, 1965: 240); Jânio procurou cultivar a simpatia de Brizola, e foi muito solícito no atendimento às suas reivindicações (Bandeira, 1979: 73). Sobre a reunião (24 de março) de Jânio com os governadores do RS, SC e PR ver Victor (1965: 144).

e conseqüente do governo brasileiro de efetiva defesa da autodeterminação do povo cubano. Os trabalhadores e o povo brasileiro apoiarão decididamente a atitude inequívoca que for adotada por Vossa Excelência como supremo magistrado da Nação em defesa do povo cubano e do governo revolucionário de Fidel Castro, única compatível com os superiores interesses de nossa Pátria.

Em nome dos comunistas brasileiros, respeitosamente, Luiz Carlos Prestes (NR, nº 111, 21-27/4/1961, “Telegrama de Prestes ao Presidente da República”, p. 1).

Para Prestes o pronunciamento não era satisfatório, e propunha:

(...) O sr. Jânio Quadros precisa ir além de sua atitude passiva, de mera “apreensão” e de defensor “em princípio” da autodeterminação dos povos. Os trabalhadores e todo o povo brasileiro reclamam, nesta hora, uma atitude inequívoca do governo brasileiro contra o agressor norte-americano. Cabe ao Brasil, por intermédio do seu governo e de seus representantes na ONU, exigir que sejam imediatamente retirados de Cuba os mercenários armados pelo governo dos Estados Unidos. Confie o sr. Jânio Quadros no povo, que o povo o apoiará decididamente se souber opor-se aos Lacerdas e demais agentes ianques em nossa terra, colocando-se com clareza e firmeza contra a agressão a Cuba (...) (NR, nº 111, 21-27/4/1961, Luiz Carlos Prestes, “O dever do Brasil”, p. 1).

Nos dias 20 a 22 de abril, Jânio com vistas a ALALC reuniu-se com o presidente argentino, Arturo Frondizi, e firmaram uma “Declaração econômica” e “Declaração Conjunta”, e nesta última condenaram a ingerência de ideologias estranhas ao Continente e defenderam o princípio da autodeterminação. A “Posição Brasileira” destacava a paz mundial fundada na autodeterminação de todos os povos, e opunha-se “a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indiretamente, para impor a Cuba determinada forma de Governo, considerando-se intervenção indébita tanto a militar como a econômica ou ideológica” (Victor, 1965: 244).

Para o PCB, a formação da comissão mista brasileiro-argentina para intensificar o intercâmbio dos produtos tradicionais e introduzir novos produtos, especialmente os industriais, representava uma importante resistência contra as ingerências do FMI: <sup>13</sup>

(...) Agora, anuncia-se que o sr. Alsogaray acaba de ser afastado do governo argentino. Se isto significar a possibilidade de reinício do intercâmbio entre os dois países será um fato positivo. Sobretudo se puder constituir para a Argentina uma ajuda no sentido de libertar-se da pesada tutela do FMI, que tão desastrosos efeitos causou para a economia do país irmão, principalmente para os trabalhadores (NR, nº 112, 28.4-4.5/1961, Josué Almeida, Nota Econômica, “Tudo nos une, mas o FMI nos separa”, p. 3).

No final de abril, a Convenção Nacional da UDN manifestou a euforia governista, apoiou todas as medidas de moralização administrativa,

advogou a independência dos poderes, apoiou a política externa acentuando a característica brasileira de ser uma “nação autônoma com uma vocação cristã e de paz”. Nesta Convenção apareceu publicamente o grupo “Bossa Nova”, com uma política ostensivamente oposta a dos lacerdistas da “Banda da Música”, defendia os projetos reformistas de Jânio como a lei antitruste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas nacionais, a reforma do imposto de renda, entre outras. Apesar da boa acolhida à “Bossa Nova”, a “Convenção da Vitória” foi marcada pela mensagem anticomunista e antinacionalista de Carlos Lacerda. Herbert Levy e Ernani Sátiro foram eleitos para presidente e vice-presidente da UDN, ambos alertavam para o perigo do “comunismo disfarçado” no programa da “Bossa Nova” (Benevides, 1981: 115).

Paralelamente à Missão Dantas, o embaixador Roberto Campos percorreu os países do “Oeste Europeu” (Clube de Haia) e o

---

<sup>13</sup>. Em 1959, o FMI tinha imposto normas de comércio exterior entre o Brasil e Argentina, nas transações com base na troca direta, a moeda (o dólar-contábil) servia apenas como medida; diminuíram as compras argentinas do Brasil, resultando num déficit de US\$ 60 milhões do Brasil com a Argentina. Esforços do Brasil para aumentar as compras argentinas foram recusados por Álvaro Alsogaray – homem forte do FMI nas finanças argentinas – que queria que o Brasil cobrisse o déficit mediante o desembolso de dólares (NR, nº 112, Josué Almeida, p. 3).

embaixador Walter Moreira Salles os EUA, para negociar as dívidas e levantar novos empréstimos, e tranquilizar os tradicionais aliados quanto a permanência do Brasil no bloco ocidental capitalista cristão (Benevides, 1982: 64). Mas isso não acalmou os ânimos do grupo lacerdista, que continuou promovendo uma campanha ostensiva contra os rumos “comunizantes” da política externa. Lacerda acirrava o anticomunismo dos militares, dos católicos e das classes médias. *Novos Rumos* relatou algumas ações desse grupo:

(...) Em sucessivos editoriais, “O Estado de São Paulo” vem atacando a política externa do sr. Jânio Quadros com extrema violência,

chamando-a até de inqualificável. O sr. Lacerda passa as mais torpes provocações, enquanto procura aliciar os elementos da UDN (em cuja Convenção Nacional foi fragorosamente derrotado) para apoiar a sua política exterior. D. Jaime Câmara, com a cobertura de “O Globo” e do próprio Lacerda, chega a tentar promover “manifestações de massa” para atacar a “política de tolerância em relação à Cuba”, embora não passem esses atos de completos fiascos, como se viu no dia 13 [maio] no Maracanãzinho (NR, nº 115, 19-25/5/1961, “Lutar por Cuba, evitar as vacilações de Jânio e derrotar o lacerdismo”, p. 3).

No dia 19 de maio, *O Estado de São Paulo* publicou um editorial intitulado “Guinada para a Esquerda” transcrito em outros jornais cariocas, dizia em tom alarmista anticomunista: “O Sr. Jânio Quadros decidiu imprimir à rota de seu governo uma guinada para a esquerda”. Já o *Correio da Manhã* defendia o direito de JQ definir o rumo da política externa, e considerava inconveniente e perigosa a agitação de Lacerda (Victor, 1965: 250-251).

JQ desfrutava do apoio da ala nacionalista do Clube Militar, que lhe enviou um telegrama em apoio à política externa (Victor, 1965: 247, 249). A UDN e o PSD permaneciam divididos, o apoio unânime vinha da ala esquerda do PTB e dos comunistas. Enquanto a esquerda apoiava a luta antiimperialista e a aproximação com os países socialistas, JQ perdia o apoio da imprensa que ardorosamente defendeu sua candidatura, e a direita aumentava o temor pelo comunismo internacional, e se articulava ao redor do anticomunismo.

A política externa independente nada tinha de “comunizante”, constituía uma saída para “desafogar” no plano econômico a capacidade ociosa oriunda do desenvolvimento industrial acelerado do período anterior; a exigência de novos mercados explica a nova política diplomática, assim como os “argumentos ideológicos” utilizados (Benevides, 1981).

O governo Jânio não visava um confronto direto com os EUA. Vendo-se forçado a atender a exigências do FMI, cujas medidas tendiam a erodir o apoio popular ao seu governo, Jânio pretendia usar aquele momento ímpar de

crise do sistema inter-americano provocada pela revolução cubana, como uma oportunidade para reformular as relações com os EUA explorando os temores dos norte-americanos de perderem outros aliados no continente, e, assim, fortalecer o seu poder de barganha nas negociações.<sup>14</sup>

## O movimento sindical e o governo Jânio

Com Jânio presidente, os janistas no movimento sindical se apossaram do Ministério do Trabalho e de outros órgãos patronais, e abriram a possibilidade de ampliar sua influência sindical. Jânio procurou atrair o movimento sindical e comprometê-lo com sua política:

(...) Chama os sindicatos a indicarem diretores para todas as empresas estatais, convida líderes sindicais para participar nas comissões de inquérito e nos chamados grupos de trabalho. Difunde-se a idéia de que, sob o governo JQ, os operários transformar-se-ão em patrões, pois poderão comprar ações das empresas do Estado e

---

<sup>14</sup>. Com a implementação parcial das reformas requeridas pelo FMI, Jânio abriu caminho para a celebração de novos acordos. Em maio e junho foi anunciado um empréstimo de mais de US\$ 2 bilhões, e US\$ 300 milhões para novos financiamentos, juntamente com a consolidação e extensão da grande dívida, a curto prazo, com os EUA e os bancos europeus (o Clube de Haia), assim como com as autoridades financeiras internacionais (Skidmore, 2000: 240-241). Ao mesmo tempo cresciam as insatisfações com a duplicação dos preços do pão e da gasolina.

de outras empresas privadas (capitalismo popular). Por sua vez, o ministro do Trabalho realiza um grande esforço visando ganhar os dirigentes sindicais para apoiar a política do sr. Jânio Quadros. Nesse sentido, o próprio Jânio mantém conversações com diversos dirigentes sindicais. O ministro pede a indicação de nomes para preencher postos no seu ministério e, em São Paulo, apela para que o proletariado não realize greves e conceda um crédito de confiança aos patrões e ao Governo. Aliás, este é um argumento muito utilizado pelo Governo: pedir crédito de confiança... em face das dificuldades deixadas pelo Sr. Juscelino Kubitschek, e tendo em conta o pequeno tempo de existência do atual Governo. O Governo aconselha os dirigentes sindicais a confiar em sua ação, a não tomar nenhuma medida de luta sem antes pedir audiência ao Ministério do Trabalho, etc, etc. (...) (NR, nº 109, 7-13/4/1961, Jover Telles, "O pescador e sua rede").

Jânio instaurou uma comissão de inquérito para “moralizar a Comissão de Imposto Sindical”, e apurar as negociatas de Deocleciano Cavalcante, mas colocou na presidência da comissão um empregado da CNTI; determinou através de “bilhetinhos” que os institutos reajustassem as aposentadorias e pagassem os salários atrasados, mas não forneceu verbas para o cumprimento dessas ordens. Por outro lado, o ministro do Trabalho Castro Neves elaborou uma lei que proibia a reeleição dos dirigentes sindicais, sob o pretexto de impedir a reeleição dos “pelegos” (NR, nº 109, 7-13/4/1961, Jover Telles, “O pescador e sua rede”); com a intervenção nos institutos da previdência social violava a Lei Orgânica de Previdência Social, Jânio atentava contra a autonomia dos conselhos administrativo e fiscal.

A redução dos salários provocada pelo processo inflacionário, impulsionou os debates sobre a “escala móvel de salários” e a revisão do salário mínimo nos vários conclaves sindicais, diante os quais Castro Neves procurou aparecer como “o protetor dos operários”.

O anteprojeto da “escala móvel de salários” proposto por Castro Neves previa um reajuste automático a cada 6 meses, caso houvesse uma variação positiva ou negativa (previa a possibilidade rebaixamento dos salários), igual ou superior a 5% nos índices de preços, sem incluir o crescimento da renda nacional, e caso atingisse 8% no ano. Segundo os dados oficiais, no primeiro semestre de 1961 os preços aumentaram apenas 4%, e a previsão para o segundo semestre era de 3,9%, dessa forma em 1961 não haveria reajuste salarial (NR, nº 129, 25-31/8/1961, Jover Telles, “Sobre o projeto de escala móvel”). Portanto, o anteprojeto visava o reajuste salarial e não

o aumento real dos salários, na prática era a oficialização do congelamento nos níveis mais baixo.

A CLT previa um prazo de 3 anos para a revisão dos níveis de salário mínimo, e este correspondia as necessidades do trabalhador e de sua família (alimentação, vestuário, transporte, higiene e habitação, não incluía previdência, educação e recreação). O anteprojeto determinava que o “salário base” deveria atender as necessidades individuais do trabalhador e sua revisão ocorrer a cada 5 anos (Jover Telles, op.cit.). Além da redução do salário mínimo, a proposta de revisão caminhava no sentido contrário da prática dos trabalhadores, que a vinham conquistando um aumento a cada 2 anos, e reivindicavam a revisão anual.

O anteprojeto propunha a criação do “Instituto Nacional do Salário” (INS) – os seus departamentos e assessorias seriam formados a revelia dos trabalhadores – para coordenar os reajustes salariais, cujo presidente seria nomeado pelo Presidente da República, e do “Conselho de Representação Sindical”, eleito em lista tríplice pelos sindicatos dos empregados e patrões (nomeados pelo Presidente), e teria um caráter consultivo. O INS seria absoluto em suas decisões, cujo cumprimento seria obrigatório (Jover Telles, op. cit.).

Como coloca Jover Telles, o anteprojeto pretendia anular o papel dos sindicatos nas lutas salariais transformando-os em instituições de assistência social, e dado o caráter obrigatório das decisões do INS, o decreto lei 9.070 poderia ser aplicado mais livremente.

Apesar dos diversos congressos sindicais aprovarem o estabelecimento da escala móvel, e se posicionarem contra o projeto de Castro Neves, não havia um estudo mais aprofundado sobre o conteúdo e a forma que

deveria assumir semelhante política salarial, as atenções estavam voltadas contra a política representada pela Instrução 204, e para os debates ao redor da política externa, particularmente Cuba.

Os antigos “pelegos amarelos” foram perdendo os seus cargos, e aos poucos foram se unindo aos “renovadores” e sindicatos católicos colaboracionistas no Movimento Sindical Democrático (MSD), fundado em maio de 1961, em São Paulo. Dos 338 sindicatos existentes no Estado, 89 a eles se associaram (Costa, 1981: 32). Em fins de 1961, os ministerialistas perderam a direção da CNTI para uma aliança de petebistas e comunistas, e o sindicalismo passou a contar somente com duas correntes, os “nacionalistas” e os “democratas”.

O MSD contou com uma única confederação, a CNTC, e agrupava a Associação Sindical Movimento Renovador Sindical (MSR), o Movimento de Orientação Sindical (MOS), a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL) do Rio de Janeiro, e os Trabalhadores Unidos do Ceará, cujo denominador comum era “a luta contra o comunismo e por um Brasil cristão-democrático”. O MSD era financiado pelo IBAD, que editava o semanário *Correio Sindical*, como organização anticomunista recebia ajuda do “Point IV – Program” (programa de ajuda norte-americana para os países subdesenvolvidos) (Costa, 1981: 32-33).

Em maio de 1961, os “amarelos” lançaram formalmente no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), ato convocado por Deocleciano de Hollanda Cavalcanti e Ary Campista, que contou com a presença de Carlos Lacerda e D. Jaime. *Novos Rumos* relatou o episódio:

(...) A hora de se iniciar a solenidade, de cujo programa fazia parte também uma missa oficiada pelo reverendo D. Jaime em sufrágio das “vítimas do tirano Fidel Castro”, o ginásio Gilberto Cardoso apresentava um panorama desolador: vazio. Claro que não inteiramente, os promotores da comédia lá estavam, assim como algumas dezenas de escolares pertencentes a estabelecimentos de ensino religioso, dezenas de freiras e padres, mulheres e crianças arrebanhadas à força na Favela do Esqueleto, um nutrido grupo de históricos do Clube da Lanterna, entre eles os deputados Raul Brunini e Gladstone Chaves de Melo, e numerosos policiais (...) Os verdadeiros homens livres e decentes, os trabalhadores católicos e não católicos da Guanabara, além de não comparecer ao ato, repudiaram-no dias antes. Através da palavra autorizada do deputado e líder sindical Hércules Correia dos Reis, a esmagadora maioria dos sindicatos da Guanabara anunciou que não pactuava da manifestação, definindo o seu caráter provocador e contrário aos interesses dos trabalhadores. Dentre as entidades que se manifestaram estão os Sindicatos dos Metalúrgicos, Gráficos, Bancários, Têxteis, Alfaiates, Marceneiros, Sapateiros, Hoteleiros, Marinheiros, Taifeiros, Professores, Carris Urbanos, Energia Elétrica, Ferroviários, Rodoviários, Empregados nas Empresas Petrolíferas e dezenas de outros (NR, nº 115, 19-25/5/1961, “Na falta de trabalhadores, padres e freiras ouviram sermão de Lacerda”, p. 3).

Nos dias 29 e 30 de julho, no Cine Oberdã em São Paulo, o *Correio Sindical* defendeu a criação de sindicatos em empresas que tivessem no mínimo 1.500 operários. Para os comunistas, a tese pluralista tinha o único intuito de dividir os trabalhadores:

(...) a resolução aprovada no encontro dos renovadores (...) redundaria em que no município de São Paulo passasse a existir no setor têxtil 6 Sindicatos e no setor metalúrgico 11 Sindicatos (...) Isto seria, sem duvida alguma, o fracionamento dos trabalhadores e por conseguinte, a divisão dos mesmos. Em suma, seria a pluralidade sindical.

(...) O pelego, os acomodados, os temerosos, os comprometidos com o governo e com o patronato e os “renovadores”, [ilegível] o avesso dos outros. São contra a unidade e dizem praticar o apoliticismo. São submissos e jogam com os interesses dos trabalhadores. E, assim, qualquer reivindicação que venha a ferir os interesses do governo e de grupos econômicos, para eles significa comunismo, interesses escusos, etc... isto foi comprovado no encontro dos democratas e renovadores (...) (NR, nº 129, 25-31/8/1961, Antonio Chamorro, “Renovadores” paulistas querem dividir movimento sindical, p. 7).

Enquanto os “amarelos” se organizaram unindo-se aos “renovadores”, a corrente “nacionalista” permaneceu a mesma do III Congresso Sindical Nacional.

Nos dias 20 a 21 de maio, ocorreu em Belo Horizonte na Secretaria da Saúde do Estado, o II Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, que destacou a necessidade de unidade dos trabalhadores. Participaram do conclave mais de 500 líderes sindicais de 17 Estados, bem como João Goulart, Castro Neves, deputados federais e estaduais, e os representantes das Centrais Únicas dos Trabalhadores do Chile e do Uruguai.

O conclave examinou a execução das resoluções do III Congresso Sindical Nacional, e resolveu: pela revisão do salário-mínimo, pela conquista do salário profissional, pelo aumento imediato dos vencimentos, pela “escala móvel dos salários” (rejeição do projeto Castro Neves), abono de Natal; regulamentação do direito de greve; aprovação da lei do inquilinato; reforma do imposto de renda (isenção do tributo para os salários até cinco vezes o salário-mínimo); reforma agrária, legislação trabalhista para o trabalhador rural; aprovação da lei de remessas de lucro do deputado Sérgio Magalhães; aprovação da lei antitruste; relações com todos os países, defesa da autodeterminação dos povos tanto na ONU como em outros organismos internacionais; preservação do imposto sindical e pela eliminação do Fundo Social Sindical (NR, nº 116, 26.3-1.6/1961, “Resoluções do II Encontro. Milhões de trabalhadores clamarão por um aumento geral de salários”, p. 2).

Ganhou destaque o apoio à política externa independente. Um manifesto foi lido por Sinval Bambirra (presidente da Federação dos Têxteis de MG e deputado estadual):

(...) Ação comum em apoio à política externa do governo, de relações com todas as nações do mundo, em defesa da autodeterminação de todas as nações que lutam por sua autodeterminação. Contra as forças reacionárias que se erguem para fazer retroceder o governo nesse caminho. Novas e mais vigorosas ações em defesa do povo de Cuba, que está realizando uma profunda luta pela reforma social de

sua pátria (...) (NR, nº 116, 26.5-1.6/1961, “Manifesto aos trabalhadores. Apoio total à Revolução Cubana decidem os líderes sindicais”, p2)

O governo Jânio freqüentemente ameaçou o direito de greve e as liberdades sindicais, como na greve dos trabalhadores das empresas telegráficas, radiotelegráficas e radiofônicas (por um contrato coletivo de trabalho baseado e um aumento salarial de 55%), e estendia as ameaças a outros movimentos grevistas:

(...) Enquadradas no espírito do bilhete policial que Jânio lhes enviou a propósito da luta dos marítimos, portuários e ferroviários, proibindo a essas categorias o recurso a greve, as autoridades do Ministério do Trabalho passaram a atuar mais abertamente contra o direito de greve, lançando ameaças a qualquer [ilegível], com o propósito de quebrar o vigor das lutas reivindicatórias, de forças os trabalhadores à aceitação de acordos insatisfatórios, sob a ameaça de repressão governamental. Aliás, muito antes do bilhete de Jânio ameaçando os marítimos, já o ministro Castro Neves havia sufocado a greve dos arrumadores do Rio de Janeiro, através da ocupação parcial do Porto por guarnições do Corpo de Fuzileiros Navais (...) (NR, nº 117, 2-8/6/1961, Nilson Azevedo, “Marítimos e telegrafistas enfrentam ameaças de Jânio”, p. 2).

No final de maio, a CPOS da Guanabara resolveu promover uma campanha em defesa das liberdades democráticas e do direito de greve:

(...) Na citada reunião, os dirigentes sindicais da CPOS resolveram recomendar à todas as entidades sindicais cariocas que convoquem os seus associados, através de assembléias gerais, afim de dar-lhes conhecimento das resoluções de Minas e de conclama-los, particularmente, a uma vigorosa campanha em defesa da liberdades democráticas e do direito de greve, que continuam sob constantes ameaçadas do presidente Jânio Quadros e das autoridades do Ministério do Trabalho (...) (NR, nº 117, 2-8/6/1961, “Ação dos sindicatos contra as ameaças ao direito de greve”, p. 2).

Com o fortalecimento do movimento sindical e das Ligas Camponesas e o crescimento dos conflitos sociais, começou a ganhar força o movimento a favor das reformas de base, a política externa aparecia como questão que polarizava o debate nacional.

O movimento sindical estabeleceu relação ambígua com Jânio, ao mesmo tempo em que apoiava a política externa, combatia a política econômica e divergia, em sua maioria, das propostas de abolição do imposto sindical e do projeto da escala móvel do ministro Castro Neves.

Enquanto JK não tinha um projeto para o movimento sindical, JQ tinha uma proposta (sintetizada no projeto de Castro Neves) que visava acabar com a ambigüidade da “via de mão dupla” do populismo, isto é, pretendia fortalecer o controle estatal sobre o movimento sindical e reduzir o espaço de luta dos trabalhadores.

#### A renúncia

No dia 7 de junho, sob ordem direta de Jânio, a greve dos estudantes da Faculdade de Direito de Recife e da Universidade Rural de Pernambuco (iniciada no dia 3) foi reprimida pelo Exército.<sup>15</sup> A greve com a

---

<sup>15</sup> O Conselho Nacional Extraordinário da UNE sugeriu as UEEs discutissem o desencadeamento de uma greve geral; o diretório da Faculdade de Direito de São Paulo realizou um grande movimento de solidariedade na capital paulista; as UEEs de São Paulo e Minas Gerais deflagraram uma greve geral; várias mobilizações foram organizadas por outras entidades estudantis universitárias e secundaristas. A partir do 24º Congresso realizado em 1961, a UNE ocupação das duas escolas reivindicava a instauração de inquéritos para apurar

nessas instituições as irregularidades que vinham sendo denunciadas:

(...) A ocupação de Recife pelas tropas do IV Exército, o deslocamento de contingentes militares fortemente armados de outros pontos do país, para a capital pernambucana, e também de belonaves da Marinha de Guerra, provocaram os mais veementes protestos e a Câmara Federal, sentindo a ameaça que a atitude do governo representava para as instituições democráticas e a liberdade, enviou ao Recife uma comissão de deputados para acompanhar de perto os acontecimentos (...)

(...) A ação arbitrária contra os estudantes teve prosseguimento no dia 9, com a invasão das Escolas de Engenharia e de Geologia e da Faculdade de Ciências Econômicas (...) A ação do governo federal

contra os estudantes estendeu-se a outros setores principalmente o sindical (...) a prisão do jornalista Irineu Ferreira, diretor da Associação Pernambucana de Imprensa e do ex-deputado comunista David Capistrano. Os dirigentes sindicais que integram o Conselho Sindical de Pernambuco foram postos sob observação pela polícia, que impediu as manifestações públicas e pacíficas legais programadas para se realizarem na capital pernambucana em solidariedade aos estudantes em greve.

(...) Por outro lado, o rádio, a televisão e a imprensa passaram a ser censurados (...) (NR, nº 119, 16-22/6/1961, "Exército ocupou Recife para tentar esmagar greve dos estudantes. Jânio investe contra as liberdades para defender professores corruptos", p.1, 2º caderno).

Pernambuco esteve sob estado de sítio de fato, com a anuência de Cid Sampaio, enquanto durou a intervenção militar do IV Exército a pretexto da greve dos estudantes. Os alvos das perseguições foram as Ligas Camponesas e as pessoas que visitaram Cuba. Em diversas cidades de Pernambuco, inclusive em Goiânia (GO), foram presas 70 pessoas:

(...) Diversos presidentes das Ligas em numerosos municípios foram presos e trazidos à força para o Recife. Isso aconteceu com Manuel Rodrigues, presidente da Liga Camponesa de Goiânia; José Guedes, presidente da Liga de Igarapé; José Eduardo, presidente da Liga de Água Preta, que esteve em Cuba; o sr. Antonio Costa Pereira, do Partido Socialista Brasileiro e advogado da Liga Camponesa de S. Bento da Una. Foram ainda presos, em diferentes municípios, outros dirigentes das Ligas Camponesas. Outro alvo preferido das violências

---

passou a ser controlada pela esquerda da JUC, elegendo Aldo Arantes presidente. Para Martins Filho (1987: 49), o crescimento dos setores radicais cristãos deveu-se não apenas a sua militância nos anos 50 e a crise vivida pelo PCB desde o XX Congresso do PCUS, mas, sobretudo, a sua radicalidade expressa numa estratégia política pragmática sem compromisso com o nacional-reformismo, e a apropriação da bandeira mais característica do movimento estudantil, a defesa da "reforma da universidade".

foram as pessoas que participaram das últimas delegações a Cuba. Entre elas estiveram o vereador Francisco Canindé e o dentista Wilson Porto, de Arco Verde (...) Em Goiânia foi preso o sr. José Almino de Alencar, primo do prefeito Miguel Arraes, do Recife. O próprio Arraes foi ameaçado de prisão, que só não se consumou devido ao seu enérgico protesto junto ao presidente da República e ao comando do IV Exército (...) Diversos líderes sindicais e jornalistas foram vítimas de sonda policial (...) O ex-deputado Gregório Bezerra foi caçado por toda parte, tendo estado os policiais e os militares do IV Exército em sua residência não conseguindo porém encontra-lo (...) Capistrano, Hiran, Irineu e Justino foram amarrados e levados de avião para Fernando de Noronha com as cabeças recobertas por capuzes (...) o governo federal e os golpistas em que ele se apoiou, com o general Cordeiro de Faria a frente, forjaram um processo-farsa

que está em andamento no QG do IV Exército (...) (NR, nº 121, 30.6-6.7/1961, "Pernambuco esteve sob regime de terror: 70 prisões").

Os acontecimentos de Recife fortaleceram o argumento da esquerda, que denunciava a política externa independente como uma camuflagem para sua política interna reacionária.

Os conflitos entre o Jânio e o Legislativo agravaram-se com o uso freqüente do poder de veto. As duas Casas do Congresso condenaram veementemente o governo. Em julho a polêmica reascendeu com o projeto que visava a estabilidade dos empregados da NOVACAP, vetado por Jânio. Em fins de julho, as duas Casas reunidas derrubaram o veto com 201 votos a favor, 72 contra e 9 abstenções (Victor, 1965: 198-209).

Com a criação dos Subgabinetes Civil e Militar da Presidência da República nos Estados, JQ designou representantes das Casas Civil e Militar para atuar nos Estados, com o mesmo objetivo criou o Serviço Nacional de Assistência aos Municípios (SENAM). Assim, JQ procurou neutralizar a influência dos partidos no governo, e minar o clientelismo da oposição, e de certo modo tirava o papel do Senado e da Câmara, era indisfarçável e indisfarçado o seu desprezo pelo Parlamento, por outro lado, levava os militares aos postos importantes do governo, e reforçava um papel avalista dos militares.

Para Lima (1961: 76, 78), como De Gaulle, Jânio explorava "a debilidade dos partidos para desmoralizá-los ante a opinião pública" e facilitar o funcionamento do poder pessoal; os jornais e emissoras de rádio e televisão engrossavam a campanha contra o legislativo menosprezando a atividade parlamentar, decresceram os noticiários do Congresso nos grandes jornais do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, e, ao mesmo tempo, surgia periodicamente na imprensa o alarme de uma marcha para o poder discricionário.

A base do conflito não estava entre um poder Executivo com base urbano-industrial progressista e um poder Legislativo agrário-conservador, como pensavam os críticos do Congresso e do sistema partidário, mas na mudança sócio-econômica (a industrialização e urbanização) do eleitorado.

Sem desconsiderar a ação do Executivo como iniciadora de políticas, para Souza (1983: 152, 154), o caráter crítico dessa conjuntura institucional estava nos diferentes tempos em que incidiu a mudança sócio-econômica na formação do Executivo e do Legislativo, enquanto Jânio necessitava compor uma “maioria nacional”, a representação parlamentar apresentava um secular crescimento da tendência urbano-reformista.

O conflito entre Executivo e Legislativo não era um mero desdobramento de virtualidades anteriores, tal como um reflexo de uma inexorável crise do populismo (dada por um esgotamento do modelo de substituição de importações), mas o resultado da incompatibilidade entre as novas tendências do sistema partidário e os determinantes prévios da centralização e da ideologia estatais, cujos recursos e organismos Jânio se serviu para fortalecer o Executivo em detrimento do poder legislativo.

Em julho, Jânio reuniu todo o seu Ministério para estudar as reformas dos Códigos Penal, Civil, de Contabilidade e a do Imposto de Renda, e, pretendendo cercear a expansão do capital estrangeiro, anunciou o envio ao Congresso do projeto de lei sobre a remessa de lucros (Victor, 1965: 127), que reascendeu as divergências dentro do governo.

Liderando a corrente “entreguista”, Clemente Mariani propunha uma política de favorecimento ao ingresso de capital estrangeiro, defendia uma forte tributação sobre a remessa de lucro e a liberação do reinvestimento, o que

implicava a um longo prazo o fortalecimento dos grupos estrangeiros no país; liderando a corrente nacionalista, João Agripino defendia a fixação em 10% da moeda de origem a remessa como remuneração de capital, e que os lucros restantes reinvestidos fossem considerados capital nacional – a Lei da Remessa de Lucros só foi aprovada no governo Goulart (Benevides, 1982: 56).

A reforma agrária veio à pauta com focos de fortes tensões sociais. Distintos seguimentos formularam propostas sobre a questão, e avolumavam as discordâncias dentro e fora Parlamento. No início de agosto, Jânio declarou apoio ao projeto do deputado José Joffily da Ala Moça, que previa a indenização das desapropriações com base no valor declarado para fins de imposto territorial (por ser artificialmente baixo, Jânio esperava contornar os obstáculos políticos ao pagamento em títulos) (Camargo, 1981: 176).<sup>16</sup> O encaminhamento dos debates sobre a lei de remessas de lucros e a reforma

---

<sup>16</sup> Para Carlos Estevam Martins (1975: 12), na primeira parte do governo Jânio, ao contrário dos seus meses finais, o nacionalismo se destacou muito mais que o populismo como o principal instrumento de redefinição do processo de desenvolvimento brasileiro. Entretanto, cabe destacar que um “plano de desenvolvimento” só apareceu no dia 5 de agosto, com a criação da Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN), uma versão da Comissão de Planejamento de JK, que propunha um Plano Quinquenal que substituiria o Plano de Metas, mas a COPLAN não chegou a estudar os primeiros projetos de planejamento, pois logo Jânio renunciaria. agrária, ao lado da política externa independente, contribuiu para abalar velhos acordos políticos de Jânio.

No dia 12 de julho, Jânio recebeu no Palácio do Planalto a Missão Soviética de Boa Vontade, cujo objetivo era incrementar o intercâmbio comercial e cultural entre a URSS e o Brasil. No dia 25 de julho, Jânio autorizou o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS (Victor, 1965: 256, 258) – mas estas só seriam restabelecidas no governo Goulart.

A “Cruzada Brasileira contra o Comunismo” pregou cartazes nas paredes e muros do Rio de Janeiro; *O Globo* e o *Jornal do Brasil* condenaram a atitude de Jânio; a CONCLAP enviou um telegrama ao presidente declarando-se apreensiva “em face dos perigos que decorrerão do reatamento de relações diplomáticas com a Rússia (...)” (Victor, 1965: 259).

Em apoio às relações Brasil-URSS foi divulgado em São Paulo um manifesto assinado por Febus Gikovate em nome do PSB, Frota Moreira pelo PTB, e Moisés Vinhas pelo PCB, e constava a proposição de “reformas estruturais”:

(...) Saudamos este passo como contribuição positiva na luta pela nossa independência política e pela preservação da paz mundial, através da convivência pacífica de todos os povos.

Esperamos que o apoio popular a esta medida seja suficientemente amplo para neutralizar os arreganhos da reação e dos lacaios dos trustes imperialistas e levar o governo do nosso país a novos atos condizentes com nossa condição de nação soberana e a reformulação de nossa atuação na ONU, no sentido de assumir uma posição clara e inequívoca na defesa dos povos ainda subjulgados pelo colonialismo.

(...) A nossa independência econômica, complemento indispensável para a nossa independência política, só será assegurada através de reformas estruturais profundas, tais como a reforma agrária radical e ampla, a limitação e o controle imediato e drástico de toda e qualquer remessa de lucros, juros, dividendos, royalties, etc. para o exterior, a encampação das empresas imperialistas e a intervenção do Estado na economia em escala suficientemente ampla para assegurar o seu desenvolvimento real e harmônico nos interesses do povo.

Para esta luta, indispensável e urgente, concitamos os trabalhadores da indústria e do campo e o povo em geral. (NR, nº 126, 4-10/8/1961, “Socialistas, trabalhistas e comunistas saúdam o restabelecimento das relações entre o Brasil e a URSS”, p. 3).

Diante da elevação do custo de vida provocada pela reforma cambial, e das dificuldades de conciliar o programa antiinflacionário com o crescimento da economia, Jânio criticou violentamente o ministro Clemente Mariani, que enviou uma carta de demissão à Jânio, que solicitou sua permanência no cargo até a Conferência de Punta del Este,<sup>17</sup> prevista para a primeira quinzena de agosto. Mariani concordou com o pedido (CPDOC: 2004).

Em agosto, o debate sobre a política externa reacenderia ao redor de Cuba. A condecoração de Che e a interferência de Lacerda na política externa dividiram o Congresso.

Na noite de 24 de agosto, contrariando as instruções federais que vedavam o uso dos meios de comunicação para fins políticos, Carlos Lacerda em cadeia nacional de rádio e televisão fez graves denúncias envolvendo Jânio através do ministro da Justiça, Pedroso d’Horta, que teria lhe convidado para uma trama golpista que visava uma reforma institucional, e instalar um recesso parlamentar para o governo executar certas reformas.

Instalou-se um clima fortemente golpista. Estabeleceu-se um tumulto na Câmara dos Deputados, as opiniões divergiam sobre a necessidade de se convocar Carlos Lacerda e/ou o ministro da Justiça para esclarecimentos, e aprovou a convocação urgente de Pedroso d’Horta (Victor, 1965: 300-305).

---

<sup>17</sup>. A delegação brasileira à Conferência Econômica Interamericana em Punta Del Leste foi formada pelo ministro Mariani, o embaixador Roberto Campos, Edmundo Barbosa Lima, e Brizola que a integrou a convite Jânio. Jânio instruiu a delegação brasileira a rejeitar a intromissão de assuntos políticos na Conferência, e se retirar imediatamente caso os EUA tentasse transformá-la num instrumento de sua política externa. As instruções foram deixadas de lado, a delegação brasileira não protestou quando Cuba foi excluída da “Aliança para o Progresso” (programa de ajuda econômica para a América Latina lançado nessa conferência da OEA), e Brizola abandonou a delegação (Schilling, 1979: 50, 51).

Na manhã do dia 25, Jânio inesperadamente renunciou; após a cerimônia do Dia do Soldado comunicou os ministros militares, e incumbiu o ministro da Justiça de comunicar às 13 horas ao Congresso Nacional a sua decisão. *Novos Rumos* publicou a mensagem de Jânio dirigida ao Congresso, e o relato dos acontecimentos divulgados pelo porta-voz oficial.

Carlos Lacerda divulgou uma nota aceitando a renúncia como um fato consumado, Ranieri Mazzilli deveria assumir, na qual também ameaçou as “agitações” que surgissem:

“A decisão de renúncia do sr. Presidente da República é lamentável e não era desejada por ninguém. O Brasil está acima de todos nós. O regime democrático será mantido e garantida a liberdade dentro da ordem. Hoje mesmo assumiu a Presidência da República, na forma da Constituição, o Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli. O povo e o governo, nos Estados e na União estão unidos, mais do que nunca, na defesa da paz e da liberdade. Evitem dar crédito a boatos e servir de instrumento a agitações, que serão reprimidas dentro da lei. O Governador permanece no seu posto na Guanabara, unido aos demais governadores, à legalidade democrática, à paz dos lares e do futuro da nossa Pátria” (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, “Lacerda ameaça reprimir “agitações”, p.4).

Previendo as repercussões que teriam o desmentidos de Pedroso d’Horta, Lacerda mandou a polícia cortar as transmissões da Rádio Guanabara (Victor, 1965: 328).

As primeiras manifestações populares começaram a ocorrer na tarde de 25, logo após a divulgação da renúncia. Na defesa da legalidade as manifestações apoiaram Jânio, cuja renúncia era vista como resultado da pressão dos grupos antinacionais. O primeiro protesto veio dos ferroviários da Leopoldina que entraram em greve às 16:30 horas:

(...) Pouco antes do início do movimento paredista, que determinou a paralisação total de todo o transporte nas linhas da Leopoldina, inclusive nas que ligam a Guanabara aos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo, o presidente do Sindicato Demistóclides Batista, dirigia a palavra aos ferroviários na Estação Barão de Mauá, denunciando a pressão dos inimigos do povo e dos trustes sobre o governo e conclamando-os a defender as liberdades sindicais e democráticas e a lutar com todas as suas energias contra qualquer retrocesso na atual orientação da política externa do Brasil (...) (NR, nº 129, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, “Ferroviários da Leopoldina em greve contra o golpe”, p. 4).

Dirigentes de mais de 40 sindicatos de trabalhadores da Guanabara declararam greve geral no Estado, e lançaram um manifesto:

(...) os trabalhadores da Guanabara se erguem num protesto contra esse golpe e determinam a paralisação de todas as atividades, em respeito e defesa da legalidade constitucional e democrática, unidos aos ferroviários da Leopoldina que já se encontram em greve.

Unamo-nos com nossa força e nossa ação para que se mantenha intransigentemente a legalidade constitucional e democrática com a posse do senhor João Goulart, ao qual a Constituição determina o exercício do mandato presidencial: em virtude da renúncia do senhor Jânio Quadros.

Fazemos um veemente apelo ao senhor Jânio quadros para que reassuma o posto que o povo lhe confiou e siga a política externa de defesa da soberania e independência da Nação Brasileira e da autodeterminação de todos os povos do mundo e realize uma política interna em defesa dos interesses do desenvolvimento do país e do bem-estar do povo brasileiro (...) (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, "Guanabara: decretada greve geral contra o golpe e pela democracia", p.4).

"Jânio, sim! lanques, não!", assim as passeatas se dirigiram a Praça Marechal Peixoto (Cinelândia), principal centro de lutas do povo carioca, onde se formaram grupos de discussão, oradores aqui e ali, predominantemente estudantes:

(...) Ocupou as duas ilhas da praça – a da estátua do Marechal Peixoto e a do busto de Getúlio – o povo cercou a polícia, situada no meio da rua entre as duas ilhas, e começou a lançar apelos de adesão aos soldados, explicando o que era a luta e por que deviam também eles se colocar contra os inimigos externos e internos do povo brasileiro. Acompanhada do hino nacional, a polícia voltou para suas viaturas (...)

Às 20 horas chegaram a praça os deputados Hercules Correia dos Reis e Roland Corbisier, iniciando-se um grande comício nas escadarias da antiga Câmara Municipal.

São distribuídos milhares de retratos do presidente Jânio Quadros a multidão que se acotovelava diante das escadarias, já agora umas dez mil pessoas, numa ardente e entusiástica condenação popular do imperialismo norte-americano.

De um dos oradores partiu a palavra de ordem de manifestar diante a embaixada ianque imediatamente atendida (...) (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, "Enfrentando bombas da polícia povo carioca protestou em frente à embaixada dos EUA", p.1)

Em frente a embaixada dos EUA houveram lutas por meia hora, a polícia de Lacerda atacou com balas e gás lacrimogêneo, realizou dezenas de prisões, e foram bloqueadas as vias de acesso a embaixada. No mesmo dia os metalúrgicos da Guanabara lançaram um manifesto apoiando JQ.

“Jânio, sim! Lacerda, não!”, “Independência, sim! Entreguismo, não!”. Dessa forma as manifestações na capital paulista protestaram contra a renúncia de Jânio, e contra as forças que se opunham a sua política externa. Houve grandes manifestações na Praça da Sé:

(...) Durante as grandes manifestações realizadas na Praça da Sé, a polícia cometeu uma série de violências contra o povo e tentou em determinados momentos impedir os protestos. Eram repelidos os homens de Carvalho Pinto aos gritos de “Jânio, sim! Ianque, não!”, “Abaixo o padre-facista Calazans”, “Paredon para Lacerda!”. Ainda assim, os [ilegível] realizaram a prisão dos dirigentes dos dirigentes sindicais Luis Tenório de Lima, João Xavier dos Santos e do líder sindical e vereador João Louzada, além de três populares que foram soltos momentos depois (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, “Trabalhadores de São Paulo conclamam: ação enérgica para deter os golpistas”, p.4).

O Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito declarou-se em assembléia permanente, assim como outras entidades estudantis (NR, nº 129, Edição Extra, 26/8/1961, “Povo ocupou Praça da Sé: ”Jânio, sim! Lacerda, não!”, p.1).

No interior paulista milhares de pessoas, trabalhadores e estudantes saíram as ruas em defesa da legalidade democrática, contra o golpe e em apoio a política externa que vinha sendo realizada, como em Campinas, Santos, Araraquara, Ribeirão Preto, nos município do ABC, e outras cidades (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, “Interior paulista: povo nas ruas condena golpe e pede democracia”, p. 4).

Manifestações ocorreram em Minas Gerais, como em BH:

(...) logo após ter sido noticiada a renúncia do presidente de Jânio Quadros, milhares de populares se aglomeraram na Praça Sete e na Avenida Afonso Pena, iniciando comícios e passeatas. Os mesmos brados que se ouviram em diversas capitais do país, no mesmo momento, comprovavam que o povo mineiro identificara os responsáveis pela situação anormal que se criara no país - “Viva a política externa de Jânio” – “Jânio, sem! Lacerda, não!”, gritava o povo nas ruas.

Uma grande passeata foi organizada e se dirigiu ao Palácio da Liberdade. A polícia interveio, verificando-se então choques com o

povo que reagiu a altura contra a violência desencadeada pelas tropas.

Os universitários mineiros, cujos representantes se encontravam reunidos nesta capital no I Seminário de Reforma do Ensino, dirigiram proclamação oficial ao povo condenando quaisquer “tentativas de grupos que tentam impedir o processo democrático brasileiro” e manifestando sua disposição de lutar em defesas da legalidade constitucional. Assinaram a proclamação representantes de 52 Faculdades do Estado de Minas Gerais (...) (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, “Minas: estudantes em defesa da legalidade constitucional e protesto de povo nas ruas”, p. 1).

A UNE, a UBES, a AMES e a União Metropolitana dos Estudantes cariocas lançaram um manifesto em defesa da legalidade, contra a instalação de um regime de exceção, e contra os “grupos econômicos nacionais e internacionais que procuram sufocar as aspirações desenvolvimentistas da nação”, e concitou

(...) os estudantes, trabalhadores, camponeses, as Forças Armadas e o povo a que se mantenham firmes na defesa da legalidade, e nos declaramos em assembléia geral permanente, prontos a denunciar às massas as possíveis manobras dos responsáveis pelas ameaças em que ora nos encontramos (...) (NR, Edição Extra, 129, 26/8/1961, “Estudantes defendem a legalidade democrática”, p. 4).

Os jornais *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* foram atacados por populares. *Novos Rumos* relatou as depredações:

O vespertino dos irmãos Marinho, órgão que mais ferrenha e desesperadamente divulga e defende os interesses dos monopólios norte-americanos no Estado da Guanabara, foi alvo do ódio do povo. A agência “O Globo” no Tabuleiro da Baiana, Largo da Carioca, foi violentamente atacado pelos populares revoltados com suas interpretações e opiniões sobre a crise que comove o País, tendo os vidros de suas luxuosas instalações quebrados a pedradas (NR, nº 129, Edição Extra, 26/8/1961, “Povo carioca apedreja “O Globo”, p.1).

Durante as manifestações de ontem a noite [25/8], no centro da cidade, um numeroso grupo de manifestantes dirigiu-se ao prédio onde estão instaladas a redação e as oficinas da “Tribuna da Imprensa”, a fim de exprimir sua indignação em face da conduta do sr. Carlos Lacerda na crise que culminou com a renúncia do presidente Jânio Quadros. Ali, os populares atiraram pedras e objetos sobre as portas e a fachada do edifício, intervindo a polícia com bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetetes contra os manifestantes (NR, nº 129, Edição Extra, 26/8/1961, “Populares atacam o jornal de Lacerda”, p.1).

Um manifesto de alguns governadores propôs que o Congresso negasse a renúncia:

Os Governadores dos Estados do Espírito Santo, de Goiás, de Minas Gerais, do Paraná, do Piauí e de São Paulo, ora reunidos nesta capital, depois de pessoalmente haverem levado, sem sucesso, seu apelo ao Presidente Jânio Quadros, para que retire a sua mensagem de renúncia dirigida ao Congresso Nacional, exortam a Câmara dos Deputados e o Senado a que recusem a aludida renúncia, tendo em vista a preservação da normalidade democrática e os superiores interesses da Nação (Victor, 1965: 326).

Porém, a maioria pessedista do Congresso que vinha sendo alvo da inquisição moralizadora, aceitou rapidamente a renúncia e apoiou a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli – na ausência do vice-presidente Goulart, na ocasião e talvez não por acaso em missão na China –, que manteve os mesmos ministros militares.

Outros setores também aceitaram prontamente a renúncia de Jânio, como Brizola, o marechal Lott e o PCB, porém, com a intenção de seguir a Constituição: Goulart regressando assumiria o cargo de presidente.

Segundo Moniz Bandeira (1979: 76), Brizola pensando que Jânio havia sido forçado a renunciar por um golpe militar, da sacada do Palácio Piratini fez um pronunciamento para os manifestantes que ali se reuniam, e defendeu o governo constitucional ressaltando que embora não fosse partidário de Jânio, colocava-se na defesa de seu mandato. Ao cair da noite, ao saber que se tratava de uma renúncia e não uma deposição, Brizola passou a defender a Constituição, e, automaticamente, a posse de Goulart.

O ex-ministro da Guerra, o marechal Lott, que tinha sido procurado por amigos que salientaram a importância de suas declarações naquele momento de crise, em entrevista no seu apartamento em Copacabana, nas primeiras horas da noite do dia 25, declarou:

(...) É absurda a hipótese de não ser dada a posse ao vice-presidente João Goulart. Será um desagravo. Deus nos livre disso, pois não sabemos o que irá acontecer. Só poderá governar o Brasil aquele que tiver expressa delegação do povo (...) maior preocupação é que as instituições democráticas sejam mantidas e por isso lutarei – como qualquer cidadão – já que não sou mais comandante (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, “Lott: cabe a Jango terminar o mandato”,p.1).

O PCB avaliava que Jânio escolheu ceder as pressões dos grupos antinacionais chefiados por Lacerda, e defendeu a Constituição: Jânio renunciou, Goulart deveria assumir. Ranieri Mazzilli era uma saída momentânea da crise. Prestes assinou um manifesto:

(...) Grupos antinacionais, vinculados aos interesses monopolistas norte-americanos, opunham-se a política do presidente da República, orientada no sentido do respeito à autodeterminação do povo cubano e da normalização das relações entre o Brasil e os países socialistas. Esta foi a origem da crise. O sr. Carlos Lacerda, porta-voz do golpismo de 24 de agosto, assassino de Getúlio Vargas, foi mais uma vez o instrumento da reação e do imperialismo nessa tentativa de deter o processo democrático em nosso país.

Em lugar de oferecer resistência à investida dos grupos golpistas, em lugar de apoiar-se firmemente nas forças populares, o sr. Jânio Quadros preferiu seguir o caminho da renúncia. Diante disso, surge para o povo brasileiro a necessidade de mobilizar suas forças com firmeza e energia para impedir que a reação golpista realize seus objetivos criminosos.

O fato de haver o sr. Ranieri Mazzilli assumido a Presidência da República não representa uma solução efetiva para a crise, nem restitui a normalidade ao País. A única solução constitucional, democrática, de acatamento à vontade popular, é a passagem do Governo às mãos do vice-presidente da República, João Goulart. Este é o caminho através do qual poderão ser derrotadas as insidiosas manobras golpistas, ainda em curso (...)

Defendamos a legalidade democrática, exigindo a passagem imediata do governo ao vice-presidente da República, sr. João Goulart! (NR, Edição Extra, nº 129, 26/8/1961, Luiz Carlos Prestes, “Prestes lança manifesto. Solução para a crise: Jango na Presidência”, p.1).

No dia 26 de agosto, com os rumores de um golpe tramado pelos ministros militares para o impedimento de Goulart, as manifestações legalistas passaram a defender univocamente a posse Goulart, e não mais o retorno de Jânio Quadros.

O deputado Almino Afonso denunciou na Câmara as intenções golpistas contra a posse de Goulart, *Novos Rumos* relatou:

O deputado Almino Afonso, líder do PTB, em discurso ontem [26/8] proferido na Câmara dos Deputados, denunciou os rumores de que círculos militares estariam vetando a posse do sr. João Goulart. Acrescentou aquele parlamentar que, hoje, a legalidade se confunde com a posse de Goulart e conclamou todos os patriotas, de todas as partidos, a não transigir em qualquer violação da Constituição da República (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, "Almino Afonso denuncia rumores de golpe contra a posse de Jango", p.1).

A mesma denúncia foi feita por Roland Corbisier na "Casa da Resistência Democrática" (sede da UNE):

(...) O parlamentar nacionalista fez incisivas declarações sobre a necessidade da manutenção das liberdades democráticas e do obediência ao que preceitua a Constituição, salientando a serem confirmados os rumores que davam conta de uma possível conspiração visando impedir a posse do sr. João Goulart, o país mergulhará irremediavelmente na guerra civil (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, "Greve democrática dos estudantes alastra-se por todo o Brasil", p.1).

Na "Casa da Resistência Democrática" onde os estudantes se encontravam em assembléia permanente, foi fundada no dia 26 a "Frente de Resistência Democrática" formada por líderes estudantis, operários e de várias organizações populares, e incluía a UNE, UBES, UME, UNETI, AMES, CPOS, MNB, CEDPEN, ULTAB que convocou para o dia 28 na Cinelândia um comício pela legalidade democrática constitucional, contra as ameaças de golpe e pela posse imediata de Goulart (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, "Greve

democrática dos estudantes alastra-se por todo o Brasil", p.1).<sup>18</sup>

Na manhã do dia 26 a greve convocada pela UNE paralisou estudantes dos Estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Pernambuco, Guanabara, Bahia e Maranhão. Durante o primeiro dia da greve estudantes foram presos

em Pernambuco, Guanabara e Paraíba (NR, nº 131, 27/8/1961, “Greve democrática dos estudantes alastra-se por todo o Brasil”, p.1).

Também na manhã do dia 26, federações de trabalhadores, sindicatos e entidades estudantis paulistas reunidas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo convocaram uma greve geral no Estado:

... I – Jânio Quadros renunciou à Presidência, como Getúlio Vargas fora levado ao suicídio em 1954...

II – Foram as forças reacionárias ligadas aos monopólios financeiros internacionais que o forçaram à renúncia.

Seu agente é o mesmo: o provocador Lacerda. Estas forças e grupos que exploram o povo brasileiro e o levam à miséria com a insuportável carestia da vida são contra a independência do Brasil, o anseio da libertação de nossa pátria, nosso desenvolvimento econômico e autodeterminação dos povos, as relações com todos os países e são contra a paz.

(...) “Greve geral para garantir o respeito da Constituição Federal, com a posse do vice-presidente João Goulart” (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, “Greve geral em São Paulo: batalha do povo pela posse de João Goulart”, p.1).

Em Porto Alegre, milhares de pessoas se aglutinavam na praça em frente ao Palácio Piratini, e a *Rádio da Legalidade* nos porões do Piratini começou a lançar as palavras de ordem de resistência. (Schilling, 1979: 222).

No mesmo dia o marechal Lott divulgou um manifesto dirigido-se aos seus “camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro” em defesa da posse de Goulart:

---

<sup>18</sup>. Segundo Schilling (136-137), uma semana antes do dia 25 Julião foi convidado por Brizola para conhecer o MASTER, e disse a Brizola que tinha mil camponeses armados, e diante um golpe os colocaria em ação; Julião não participou da resistência contra o golpe, apesar do esquema de segurança montado para assegurar seu retorno a Pernambuco, e isolou-se num convento Franciscano em São Paulo até o final da crise sucessória.

(...) Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do sr. Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise em território nacional. Mediante ligação telefônica tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado.

Embora afastado das minhas atividades militares, mantenho compromissos de honra com a minha pátria e as suas instituições. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação (NR, Edição Extra, nº 131, 27/8/1961, “Lott chama o povo e as forças armadas à luta em defesa da democracia”, p.1).

À noite o marechal Lott foi preso no Rio de Janeiro pela Polícia Militar, tendo a frente o coronel Ardoviro Barbosa, homem de confiança de Lacerda. No dia 27, a Câmara dos Deputados divulgou uma mensagem de solidariedade a Lott (Victor, 1965: 333-334).

A prisão do marechal era uma prova incontestável de uma articulação golpista, cujos ministros militares de Mazzili governavam o país e proibiam o retorno de Goulart ao Brasil. O Rio Grande do Sul tornou-se o centro da resistência tendo a frente o governador Leonel Brizola e o comandante do 3º Exército Machado Lopes, após este emitir uma declaração de rompimento com o ministro da Guerra e negar-se a atacar a cidade de Porto Alegre.

No dia 30 abriu-se a negociação ao redor de uma proposta de regime parlamentarista: o Congresso Nacional asseguraria a rejeição do impedimento de Goulart, enquanto os ministros militares rejeitavam a continuidade do presidencialismo.

Os militares divulgaram dois manifestos contra a posse de Goulart: no primeiro afirmavam que a permanência de Goulart no poder executivo traria ao país “o caos, a anarquia e a luta civil”, pois na sua “viagem a URSS e a China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares” – tal “exaltação” não passou de menção em discurso diplomática –, no segundo, Goulart foi acusado de promover “agitações sucessivas” e favorecer, quando

Ministro do Trabalho, “ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas” (Villa, 2004: 48-50).

O PCB que defendia a posse imediata de Goulart convocou as “forças patriotas e democráticas” a “luta em qualquer terreno” contra a implantação de “uma ditadura obediente ao imperialismo norte-americano”:

(...) Perdendo terreno hora a hora e sentindo-se cada vez mais perto da derrota, a camarilha de oficiais fascistas encabeçada por Denys, Cordeiro, Heck e Moss, depois de fracassar em seu intento de impor ao Congresso Nacional o impedimento de Goulart, tenta agora, com o auxílio de políticos reacionários, a insidiosa manobra de emenda parlamentarista (...)

(...) O momento exige de todos os patriotas uma ação incansável para desmascarar a conciliação, fortalecer a unidade do movimento de resistência democrática e prepara-se a fim de travar a luta em qualquer terreno (...) (NR, Edição Extra, nº 133, 01/09/1961, “Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata do Presidente Goulart!”, p.1).

Brizola, contrário a emenda parlamentarista, defendia que Goulart deveria ir com o 3º Exército até Brasília, dissolver o Congresso Nacional e convocar uma Assembléia Constituinte (Villa, 2004: 54), e pronunciou na Rádio da Legalidade que “se os grupos militares impuserem soluções inconstitucionais à sucessão de Jânio Quadros” seria “inevitável a guerra civil” (NR, nº 133, 01/09/1961, “Brizola: fora da Constituição será inevitável a guerra civil”, p.4).

Entretanto, Goulart que já se encontrava em Porto Alegre desde o dia 1º de setembro – sem se pronunciar para a furiosa multidão aglomerada em frente o Piratini, criou uma situação de “duplo poder”: Goulart não tomava posse e nem Mazzili entregava o cargo –, se inclinou pela conciliação parlamentarista, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 2 de setembro com o apoio da bancada do PTB (Villa, 2004: 55-57).

A despeito das limitações impostas ao Executivo pela emenda parlamentarista, na avaliação do PCB houve uma “vitória do povo” que obrigou os golpistas a recuarem, houve um avanço na formação de um governo nacionalista e democrático, e apresentou propostas ao gabinete pessedista

encabeçado por Tancredo Neves, tais como: punição dos golpistas, Lei de Remessas de Lucros, rompimento com o FMI, aumento dos salários, reforma agrária, autonomia sindical, etc (NR, nº 136, 21/09/1961, Luís Carlos Prestes, “Os comunistas e o novo governo”, p.1).

A renúncia, obscura manobra política,<sup>19</sup> parece ter uma explicação mais cabível na versão de um golpe de Jânio. Considerando a sua tradição autoritária e sua personalidade carismática, esperava que fosse voltar à presidência através de um movimento “queremista” com poderes discricionários. Confiou na sua popularidade baseado na grande votação obtida e no prestígio desfrutado com as medidas moralizadoras (um misto de revanchismo, tática de popularidade e desmantelamento do clientelismo da oposição); apostou no temor da direita diante da posse do populista trabalhista Goulart, em particular dos militares que pensava que não hesitariam em apoiá-lo;<sup>20</sup> e no temor da esquerda diante da possibilidade de um golpe militar frente a posse de Goulart. Ficou a espera dessas contingências.

Nesse sentido, as denúncias de Carlos Lacerda (que poderia

---

<sup>19</sup>. Muito se especulou sobre a renúncia de Jânio: um ato de sua instabilidade tradicional frente ao desejo não realizado de ter o poder na medida que pudesse sem constrangimentos (segundo Jaguaribe (1961: 273), essa foi a versão dos governadores que se encontraram com Jânio em Cumbica)? Resultado da pressão dos grupos antinacionais (como entenderam as mobilizações populares e o PCB)? Diante do golpe de Lacerda, Jânio escolheu a renúncia como o melhor contragolpe (Hélio Jaguaribe)?

<sup>20</sup>. Sem vacilar, no Dia do Soldado após a homenagem da Marinha ao Exército, dirigindo-se aos oficiais-generais, o ministro Odílio Denys disse, repetindo a fala de Jânio: “– Com este Congresso não posso governar. Organizem uma junta militar e dirijam o país”, nessa reunião os militares começaram a articular o impedimento de Goulart.

estar articulando um outro golpe visando um “estado de exceção”, opção que Lacerda nunca abandonou) teriam precipitado o golpe urdido por Jânio, que entendeu ser aquele um momento propício para iniciá-lo (e já não teria sido uma

provocação de Jânio Quadros todo o aparato militar usado contra a greve dos estudantes de Recife, e o “estado de sítio” em Pernambuco?).

O esperado “queremismo” para neutralizar a renúncia não se desenvolveu. O MPJQ não foi estimulado por Jânio, e se desarticulou. O fato é que a partir do dia 26 de agosto o retorno de Jânio tornou-se improvável. A mudança no eixo político das mobilizações populares, como reação aos militares golpistas, que não mais se referiam a volta de Jânio, e sim a garantia da posse de Goulart, tirou Jânio da disputa política. A defesa da legalidade passou a se identificar com a posse de Goulart, e não mais com a permanência de Jânio.

Benevides (1982: 77) sugere que Jânio tentou uma saída “gaullista”.<sup>21</sup> Depois das perseguições e atos autoritários, Jânio iludido esperava que a oposição no Congresso, e a UDN – excluída da participação nas decisões do governo –, fossem aceitá-lo com poderes discricionários sem o apoio dos militares – legalistas ou golpistas – e das mobilizações populares.

A resistência popular, particularmente as greves políticas, poderiam ter imposto uma derrota categórica sobre os militares golpistas indo até a punição dos responsáveis, bem como garantido a posse imediata do vice-presidente João Goulart, entretanto, como é sabido, o desfecho foi um acordo pelo alto dos “democratas e nacionalistas” (com anuência de Goulart) com os

---

<sup>21</sup>. O general Charles De Gaulle, eleito presidente em 1958, diante a crise em que se encontrava o país em virtude da guerra na Argélia foi procurado por um grupo de políticos a fim de salvar a IV República, e para isso pediu e recebeu do Parlamento poderes especiais para governar.

conservadores ao redor de uma saída parlamentarista, com o conseqüente refluxo das mobilizações populares.

Não apenas os conservadores temiam a forças das mobilizações, mas também os setores legalistas que se esforçaram para transformar o que foi uma vitória produzida pelas mobilizações em um acordo produzido pelas elites políticas. Controlados os golpistas, a tarefa foi colocar a classe operária no seu devido lugar, impor-lhe limites.

O PCB viu a renúncia de Jânio como um resultado das pressões dos grupos golpistas antinacionais, e não tinha interesse no retorno de Jânio, pois a defesa da legalidade democrática com a posse de Goulart abria a possibilidade de avançar na formação de um “governo nacionalista e democrático”, e nesse sentido atuou na crise sucessória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da redemocratização em 1945-1946 até a eleição de Juscelino Kubitschek houve uma marcada oscilação política e uma dissociação entre as elaborações e a prática dos comunistas que se manifestaram, sobretudo, na atuação sindical dos comunistas no segundo governo de Getúlio Vargas, na crise de agosto de 1954, e no pleito presidencial de 1955.

Após projeto de “União Nacional” através do qual o PCB justificou o apoio ao governo Vargas durante o Estado Novo e ao movimento “queremista” durante a redemocratização, os comunistas deram uma “guinada à esquerda” afirmando a via “revolucionária” com o *Manifesto de Janeiro* (1948) e o *Manifesto de Agosto* (1950) que se materializou no voto nulo no pleito presidencial de 1950 e na pregação da derrubada do segundo governo Vargas.

Ao mesmo tempo, contrariamente à política anti-Vargas na linha geral do PCB, no movimento operário ocorreu uma política frentista dos comunistas com os trabalhistas que ganhou força no interior do PCB com a “Resolução Sindical” de 1952, e que foi reforçada no decorrer da conjuntura de 1953 com o espaço aberto para as mobilizações sindicais após a “greve dos 300 mil” que conquistou de fato o direito de greve, quando Vargas isolado politicamente procurou apoiar-se unicamente nos trabalhadores.

Outro momento em que a postura dos comunistas se chocou com as concepções golpistas foi na crise agosto de 1954, quando subitamente mudaram de posição e se somaram às manifestações “varguistas”, porém, mesmo surpreendido pelos acontecimentos, e ver-se ao lado dos golpistas conservadores, o PCB manteve tais concepções insurrecionais no programa aprovado no IV Congresso, realizado após a crise de agosto.

As resoluções do IV Congresso não foram implementadas e permaneceram “letras mortas”, pois as concepções golpistas foram novamente negadas no pleito presidencial de 1955, quando os comunistas apoiaram a candidatura de JK. Sem entrar no mérito do apoio à JK, o evidente descolamento das elaborações em relação a realidade brasileira explica o comportamento dos comunistas frente ao programa do IV Congresso.

Apesar da maioria dos comunistas perceber essas contradições foi a crise aberta com o XX Congresso do PCUS (1956) que quebrou a resistência da cúpula partidária, por outro lado, o processo de elaboração teórico-programático ganhou força ao passo que se ampliava o espaço de atuação sob o governo JK.

O comportamento do PCB somente tornou-se coerente a partir da *Declaração de Março* de 1958, quando a “questão democrática” passou a figurar ao lado da “questão nacional” como os temas norteadores das relações que os comunistas estabeleceram com os governos JK e Jânio Quadros.

As “soluções positivas” apontadas na *Declaração de Março* sintetizavam as tarefas consideradas fundamentais para a emancipação do domínio imperialista, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a ampliação das liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas, tarefas entendidas como uma etapa prévia e necessária no caminho do socialismo.

A primazia da concepção golpista e insurrecional da “revolução brasileira” e a ausência de uma concepção democrática nas elaborações do PCB impediram que a “questão nacional” emergisse com força como um elemento norteador do comportamento dos comunistas frente ao governo Vargas, apesar do seu notado nacionalismo.

Na “Campanha do Petróleo” estavam as bases do nacional-desenvolvimentismo, mas foi com o nacional-desenvolvimentismo de JK que impulsionou uma internacionalização da economia nacional, que o PCB teve um comportamento de adversário (e não de inimigo) de um governo, cujo momento destacado foi o rompimento de JK com as negociações com o FMI.

O debate sobre o caráter heterogêneo do governo JK, ou seja, composto por forças nacionalistas e “entreguistas”, sustentava a posição dos comunistas junto as crescentes mobilizações populares. A ausência de uma política sindical de JK, diferente do populismo trabalhista de Vargas, criou entre os comunistas, que se fortaleciam junto ao movimento sindical, a esperança (a ilusão) de mudar o rumo “entreguista” do governo.

A participação dos comunistas no pleito de 1960 corou a estratégia frentista. Sobrepondo o arranjo clientelista da aliança PSD-PTB, e, particularmente o anticomunismo de Lott, o PCB justificou tal frente única baseado na possibilidade da concretização de um “governo nacionalista e democrático” e no reforço da democracia em oposição à Jânio Quadros-UDN.

Apesar da resistência de um setor importante dos comunistas ao novo programa, a maioria dos militantes atuou de forma coesa no pleito de 1960. A chamada via “reformista” tomou o lugar da via “revolucionária”, cujos adeptos manifestaram-se no V Congresso realizado na reta final da campanha eleitoral, como agrupamento minoritário e sem influência na cúpula partidária, sem conseguir modificar ou constranger aquela linha política.

Depois do pleito presidencial de 1960, o segundo grande desafio dos comunistas sob a nova orientação política foi a crise de agosto de 1961, e, diferente da crise de agosto de 1954, os comunistas se encontravam desde antes dos surpreendentes acontecimentos na defesa da legalidade e do aprimoramento da democracia.

O zigue-zague do breve governo de JQ (do moralismo saneador e da política econômica conservadora à política externa independente) na busca da concentração do poder no Executivo redundou num isolamento do governo, provocando um maior afastamento da oposição PSD-PTB com os ataques à política clientelista, distanciando a UDN das decisões governamentais, convocando os militares à postos importantes do governo em detrimento do Legislativo, JQ desencadeou uma crise da relação entre os três Poderes da República, e, ao mesmo tempo, perdeu o apoio popular.

Diante a tentativa de hipertrofia do Executivo, com a qual coadunava a política sindical do governo JQ, que pretendia fortalecer o controle estatal sobre o movimento sindical e reduzir o espaço de luta dos trabalhadores com o projeto da escala móvel dos salários do ministro do Trabalho Castro Neves, os comunistas em aliança com os trabalhistas apresentaram uma saída nos marcos do regime democrático sem recorrer a qualquer formulação “golpista”, cuja solução deveria se dar pela via parlamentar com a implementação das “reformas de base”. O PCB afastava qualquer eixo programático anticapitalista em benefício da frente única.

Na crise político-militar aberta com a renúncia de JQ, os comunistas viam-se defendendo a posse do herdeiro político de Vargas, e se diluíram programaticamente na defesa da Constituição junto ao “movimento legalista” corporificado na “Rede da Legalidade”.

Na crise sucessória aberta com a renúncia de Jânio, nem os comunistas ou outro setor mobilizado ao redor da defesa da legalidade foi além da reivindicação democrática. Os comunistas convergiam a defesa da legalidade constitucional e a formação de um “governo nacionalista e democrático” na palavra-de-ordem “posse de Goulart”.

Até a *Declaração de Março* os comunistas pouco desenvolveram uma “teoria democrática”, e trabalhavam a questão como uma antítese da “ditadura do proletariado”, sem formulá-la. A partir de 1958 o PCB aceitou a coexistência pacífica nas relações internacionais, recusou uma visão catastrófica do capitalismo e admitiu que este se desenvolvia no Brasil, e afirmou categoricamente pela primeira vez a via pacífica da “revolução brasileira”.

Na segunda metade dos anos 50, sob o governo JK, relativa estabilidade política e crescimento econômico foi uma conjuntura possível porque contou com amplo apoio de um movimento democrático que incluía a ação dos comunistas. Foi sob essa conjuntura que as forças sociais conservadoras se lançaram com empenho nos pleitos eleitorais.

Nos anos finais do governo Kubitschek e no breve governo Jânio, os comunistas estavam longe da idéia de derrubar um governo e se empenhavam nas lutas por “soluções positivas” para a formação de um “governo nacionalista e democrático”, isto é, um governo formado pela classe operária, camponeses, e pequena burguesia em coalizão com a burguesia nacional, industriais e latifundiários com contradições com o imperialismo, um governo de Frente Popular.

Os anos finais da década de 1950 e o início dos anos 60 são incompreensíveis se não levarmos em conta nessas caracterizações o impacto da revolução cubana na América Latina, e particularmente no Brasil, como fator diferencial daquelas conjunturas impulsionando a mobilização dos sentimentos nacionais e das iniciativas antiimperialistas sob a forma de greves, manifestações e protestos.

O nacionalismo no final da década de 1950 e no início dos anos 60 circulou nos meios operários e populares envolvidos na luta por uma efetiva participação das classes populares nas decisões econômicas e políticas, movimentos aos quais se opunham os setores conservadores, e norteou a relação do PCB com os governos: ao destacar um caráter progressista do desenvolvimento do capitalismo nacional, esvaziou sua crítica ao “entreguismo”

do governo Kubitschek; e a forma como apoiou a política externa independente, enfraqueceu sua crítica ao caráter reacionário do governo Jânio.

Para o PCB, a aliança ou o conflito com os governos ditos populistas era uma questão tática para preservar um espaço de ação no regime vigente, e nessa estratégia os trabalhadores eram vistos não como classe, mas como um meio de mobilização para garantir tal espaço, porém isso não negava, mas reforçava a necessidade dos comunistas estarem juntos dos problemas cotidianos dos trabalhadores para ganhar e preservar a confiança destes.

O semanário *Novos Rumos* foi o porta-voz de uma tentativa dos comunistas discutirem com um leque mais amplo da sociedade os caminhos possíveis da “revolução brasileira”, introduzindo o debate sobre a “questão da democracia” e de seus vínculos com o socialismo. É nesta questão geral que se insere a idéia de “soluções positivas”, isto é, a elaboração de propostas específicas para problemas específicos exequíveis sob o regime vigente, a qual se liga a política de coalizão de classes que se materializava nas frentes únicas.

As eleições tornaram-se os momentos privilegiados para a apresentação das “soluções positivas”, que constituíam os eixos para as alianças eleitorais, particularmente do pleito presidencial de 1960, debate iniciado quase três anos antes, desde as eleições parlamentares de 1958. As lutas sindicais serviam a esse propósito, cuja preocupação era o aprimoramento e estabilidade da democracia numa aliança com a ala “nacional” da burguesia.

A partir da *Declaração de Março*, a “questão democrática” passou a figurar ao lado da “questão nacional” nas preocupações do PCB, com conseqüências sobre a relação entre as formulações e a prática dos comunistas, até então com uma história de desencontros, embora num momento posterior,

no pré-golpe de 1964, os comunistas voltassem a desprezar a legalidade constitucional, paradoxalmente em benefício de um “governo nacionalista e democrático”, do avanço da “revolução brasileira”.

Os comunistas tiveram sua parcela de responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1964, seja por não construírem de forma conseqüente os espaços alternativos para as lutas operárias, seja pela forma como encararam a disposição dos trabalhadores para tal combate, seja pela forma como participaram dos pleitos eleitorais, posturas que objetivavam uma aliança de classe com a burguesia “nacional”, isto é, a formação de um governo de Frente popular, cujo governo de João Goulart se integraria.

A partir da *Declaração de Março*, o PCB passou de uma visão catastrófica do capitalismo formulada entre 1948-1954 para uma visão marxista anti-romântica (como destaca Brandão ao citar Michael Löwy), iluminista, evolucionista, positiva, admiradora do processo capitalista-industrial, momento em que a “questão nacional” passou a se identificar com progresso e modernização, e considerava que o proletariado, embora explorado pela burguesia, sofria mais do atraso do país e da exploração imperialista do que pelo desenvolvimento capitalista.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido políticos. Da revolução de 30 até a ALN. São Paulo: Ed. Cortez, 1982.

- AUED, Bernadete Wrubleski. A vitória dos vencidos. (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. Brizola e o trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 9-22.
- BENEVIDES, Maria Victória. O governo Quadros. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOITO JR., Armando. O populismo em crise (1953-1955). Dissertação de Mestrado/IFCH-UNICAMP, 1976.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio e outros tempos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

CAMARGO, Aspanásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. III. Sociedade e política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1991. p. 121-224

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARONE, Edgar. O PCB (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. v.2

CARONE, Edgar. A república liberal II. Evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.

COHN, Gabriel. Petróleo e nacionalismo. São Paulo: Difel, 1968.

COSTA NETO, Carlos Renato. O que é o Movimento de Renovação Sindical? Revista Brasiliense, n.32, p. 59-87, nov./dez. 1960.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil 1961-1964. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

DULCI, Otávio Soares. A UDN e o anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG/PROED, 1986.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, Octavio. Populismo e classes subalternas. Debate e Crítica, n.1, p. 7-17, jul-dez./1973.
- JAGUARIBE, Hélio. A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.1, p. 272-311, nov/1961.
- KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incertezas: a política econômica de JK (1965-1960). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 71-99.
- LENIN, Vladimir Ilich. Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o “economismo imperialista”. In: Obras Escolhidas, Lisboa: Avante!, 1985. v. 3
- LENIN, Vladimir Ilich. Imperialismo e a cisão do socialismo. In: Obras Escolhidas, Lisboa: Avante!, 1985. v. 3
- LIMA, Paulo Motta. Jânio, o messias da reação. Revista Brasiliense, n.36, p. 74-78, jul./ago, 1961.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950). São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1963). In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. III. Sociedade e política (1930-1964). 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1981. p. 257-298.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 100-121.

MARTINS, Carlos Estevam. Brasil-Estados Unidos: do 60 aos 70. Caderno CEBRAP, n.9, p. 3-47, 1975.

MARTINS, Ibiapaba. Notas sobre o II Congresso Sindical. Revista Brasiliense, n.29, p. 103-106, maio-junho de 1960.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968). Campinas: Papyrus, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Revista Brasileira de História. v 24, n.47, São Paulo, 2004.

MELLO, João Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIGLIOLI, Jorge. Como são feitas as greves no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro)

MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64. 2.ed., Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORENO, Nahuel. Os governos de frente popular na História. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MOURA, Gerson. Avanço se recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 23-43.

PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros. Memória e história do PCB. Rio

de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRADO JR., Caio. Panorama da política brasileira. Revista Brasiliense, n.38, p. 1-15, nov/dez de 1961.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo. In: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.319-377.

RODRIGUES, José Albertine. II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. Revista Brasiliense, n.29, p. 73-78, maio-jun. 1960.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. 3.v Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel: 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. 3.v Sociedade e política (1930-1964). 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1991. p. 507- 556.

SANTOS JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Revista Brasiliense, n.39, jan/fev de 1962.

SEGATTO, José Antonio. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.205-271.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

SCHILLING, Paulo. Como se coloca a direita no poder. 1.v., São Paulo: Global, 1979.

SPINDEL, Arnaldo. O PCB na gênese do populismo. São Paulo: Símbolo, 1980.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1969). 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VICTOR, Mário. Cinco anos que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VILLA, Marco Antônio. Jango: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

VINHAS, Moisés. O Partidão. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco C. Sindicatos e política. Tese de Livre-docência/USP, 1972.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. 4.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.